

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL**

**Fernanda Fontana Streppel**

**POTÊNCIA MENTAL NO AR...  
Exercícios de esquizo-radiofonia**

**Porto Alegre**

**2011**

**Fernanda Fontana Streppel**

**POTÊNCIA MENTAL NO AR...  
Exercícios de esquizo-radiofonia**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Analice de Lima Palombini

**Porto Alegre**

**2011**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos amigos do Coletivo de Rádio Potência Mental, Valdir Pereira, Amandio Rodrigues Jobim, Marcelo Ricardo de Sena Fernandes, José Luiz Casonatti, Ari Izolan Velasque, Felipe Longhi, Leandro Ravel de Freitas Ventura, Marlon Bastos Farias, Deisimer Gorczewski, Ricardo Cecchin, Solange Gonçalves Luciano, Rafael Wolski de Oliveira, Luciana Ignacio, Alice Umpierre, Rebeca Andreolla, Bárbara Ferreira Leite, Paula Filippon, Deise Cardoso Nunes, Károl Veiga Cabral, Márcio Mariath Belloc e todos os demais que ficaram ou passaram, por receberem a mim e a esta pesquisa, escrevendo-a comigo a cada afeto compartilhado; e, ainda mais, pelo aconchego sempre inquietante e pelo indescritível sabor de sua companhia.

À minha orientadora, Analice Palombini, por me acompanhar nesse andar tropeçado com toda paciência e disponibilidade; pela branda jovialidade, pelo olhar delicado, pela percepção fina e devolução aguçada, e, especialmente, pelo crédito largo.

Às professoras e aos professores das bancas de qualificação e defesa, Tania Mara Galli Fonseca, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Deise Juliana Francisco, Eduardo Henrique Passos Pereira e Márcio Mariath Belloc (novamente), pela disposição em acolher minha escrita e devolvê-la reinventada, incentivando-me em novas veredas.

Ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por tornar possível esta pesquisa.

Às professoras e ao professor dos seminários que cursei neste programa e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Tania Mara Galli Fonseca (novamente), Rosane Neves da Silva, Cleci Maraschin, Henrique Caetano Nardi, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Inês Hennigen, Rosa Maria Bueno Fischer e Luciana Gruppelli Loponte, bem como aos colegas, pelas inquietações teóricas.

A Flavio Cassal e à Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro, por apoiar as investidas do Coletivo de Rádio, e, com isso, também da dissertação.

Aos colegas do programa de extensão Rede de Oficinandos, pela rede que contém e dispersa.

A Raquel Fernandes, Graziela Lopes, Fúlvia Spohr e Etiane Araldi, por muito mais que tornar o percurso acadêmico menos solitário; por colorir dias cinzentos, pela doce e risonha amizade, por vislumbrar a melhor psicologia social por vir. Pela simples presença e pela mais gratuita acolhida.

Aos colegas Maynar Vorga, Adriano Bier Fagundes, Rafael Wolski de Oliveira e Cecília de Castro e Marques, pelas contribuições e pela torcida.

À CAPES, pela bolsa PROF que viabilizou a realização deste mestrado.

A Sandra Djamboladjian Torossian, que acolheu minha inexperiência no estágio de docência e me inspirou com seu jeito terno de ensinar.

A Deise Juliana Francisco (novamente) e a José Ricardo Kreutz, que confiaram e me apresentaram à psicologia social e ao universo da pesquisa de tal modo apaixonante que espelhei meus passos nos deles.

A Lizete Dieguez Pieber e ao colegiado do curso de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, por apostarem na minha paixão muito mais do que na minha experiência. Aos alunos que carinhosamente me acompanharam e me fizeram conhecer os desafios e as delícias de ser professora.

Aos amigos Henrique Lucas, Jaqueline Didoné, Maximiliano Stibe. À Rossana e ao Diego Trápaga. A Lara Martins, Roberta Morais, Donizete Escobar, Daniela Paim, Paulo Fernando Paim, Alexandre Sartori, Liara Andrade, Willian Dewes, Paula Bandeira, Tiago Meyer e todos que souberam estar ao meu lado quando eu não pude estar ao lado deles. À Juliana Renz, pelos escapes indispensáveis.

À minha família, especialmente aos tios Juciane e Márcio Corrassa, Glaucio Fontana e Mauro Fontana, aos avós Nair e Ary Fontana e Käthe Streppel e ao meu irmão Thomas Streppel, presenças incondicionais que dizem o mais imprescindível em seu silêncio.

Ao meu pai, George Streppel, pela sua companhia, seu esforço e sua confiança.

À minha mãe, Rosane Fontana, sempre presente com os olhos, ouvidos e coração abertos que eu mais precisei.

Ao meu afilhado Henrique, pela fonte inesgotável de alegria e por mostrar que de novos possíveis é tudo de que a vida é feita.

A Deus.

## POTÊNCIA MENTAL NO AR

### Exercícios de esquizo-radiofonia

#### RESUMO

A pesquisa teve como ponto de partida a experiência do Coletivo de Rádio Potência Mental, iniciativa de produção de rádio por quem chamamos de “diagnosticados”, pessoas com diagnóstico psiquiátrico, e acadêmicos de psicologia e comunicação, diagnosticados ou não. Composta por dois blocos, a dissertação, agenciada *com e pelo* Coletivo, começa se debruçando sobre o caos que o habita; o embate discursivo levado a cabo por acadêmicos e diagnosticados no intento de produzir *diferença*; e o *devir-loucura* que dessa conjuntura emerge, como efeito desse mesmo coletivo que faz de si sujeito, objeto e método da pesquisa e permite dissolver as identidades de louco, diagnosticado e acadêmico. Passando pela ambientação das Rádios Colifatas de onde o Potência Mental advém como singularidade, pergunta-se “o que pode uma Rádio?”, examinando, a partir especialmente de Deleuze e Foucault, suas condições de despontar como acontecimento discursivo. No segundo bloco, a pesquisa se detém em examinar as maneiras pelas quais o Coletivo atualiza o embate discursivo em uma coexistência que nem por isso se furta à intervenção do outro. Assim, o Coletivo permite, pela via da afetação recíproca, tensionar a academia com a qual se relaciona como extensão universitária, sob a expressão da ética da amizade, instaurando todo um novo rol de relações que acometem pessoalmente a pesquisadora. Como uma janela musical num programa de rádio, os dois blocos são mediados pelos pareceres da banca de qualificação, dimensionando o intervalo que os une.

Palavras-chave: rádio, saúde mental, extensão universitária, amizade.

## POTÊNCIA MENTAL ON AIR

### Schizo-radio exercises

#### ABSTRACT

The research starts from the radio production experience of a group composed by those we call “diagnosed”, people diagnosed with psychiatric disorders, and academics in psychology and communication, diagnosed or not, called Radio Collective *Potência Mental*. Comprising two blocks, the dissertation, managed by the Collective, begins leaning over the chaos that inhabits it; the discursive struggle carried out by academics and diagnosed in an attempt to produce *difference*; and the *madness-becoming* that emerges as an effect of this situation in the same Collective that makes itself the subject, the object and the research method and allows to dissolve the crazy, the diagnosed and the academic identities. Passing through the setting of Colifata Radios where *Potência Mental* arises as a singularity, the dissertation questions "what can a Radio do?", examining, especially from Deleuze and Foucault, the conditions of its emergence as a discursive event. In the second block, the research focuses on examining the ways the Collective updates the discursive struggle in a coexistence that is submitted to the intervention of each other. Thus, by mutual affectation, the Collective interferes with the academy to which it relates as university extension, under the expression of friendship ethics, establishing a whole new list of relations that affect the researcher personally. As a music window on a radio program, the two blocks are mediated by the opinions of qualification banking, measuring the range that unites them.

Keywords: radio, mental health, university extension, friendship.

## SUMÁRIO

1. PRIMEIRO BLOCO: UMA RÁDIO E SEUS DISCURSOS.....	8
1.1. Por onde começa uma dissertação? O tempo pede tempo. ....	8
1.2. A bordo do diário: primeira viagem .....	11
1.3. Rádios Colifatas e a marca do Coletivo de Rádio Potência Mental.....	27
1.4. Fazer-se forma .....	58
1.5. O que pode uma Rádio? .....	74
1.5.1. Rádio-monumento.....	74
1.5.2. Devindo loucura.....	81
1.6. E a pesquisa devém coletivo, devém loucura... (ou como acontec(e)(i)mentaliza o coletivo).....	89
PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO - Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto.....	105
PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO - Tania Mara Galli Fonseca .....	109
PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO - Deise Juliana Francisco .....	112
2. SEGUNDO BLOCO: POR UMA ÉTICA DA AMIZADE .....	116
2.1. A bordo do diário: segunda viagem .....	116
2.2. O que quer dizer ser amigo? .....	137
2.2.1. Intensão .....	140
2.2.2. An-hierarquia, hierarquia, ou da autonomia governável .....	158
2.2.3. Ser militante, ser militar.....	166
2.2.4. “Só” amigos: inimigos íntimos.....	173
3. EPITÁFIO .....	192
REFERÊNCIAS .....	202

## 1. PRIMEIRO BLOCO: UMA RÁDIO E SEUS DISCURSOS

### 1.1. Por onde começa uma dissertação? O tempo pede tempo.

Não é inútil lembrar que o tempo da criação artística ou do pensamento também exige algo dessa ordem. Do dar tempo e paciência para que o tempo e a forma brotem a partir do informe e do indecيدido. O desafio é propiciar as condições para um tempo não controlável, não programável, que possa trazer o acontecimento que nossas tecnologias insistem em neutralizar. Pois importa, tanto no caso do pensamento como da criação, mas também no da loucura, guardadas as diferenças, de poder acolher o que não estamos preparados para acolher, porque este novo não pôde ser previsto nem programado, pois é da ordem do tempo em sua vinda, e não em sua antecipação. É quase o esforço inimaginável, não da abolição do tempo, mas de sua doação. Não libertar-se do tempo, como quer a tecnociência, mas libertar o tempo, devolver-lhe a potência do começo, a possibilidade do impossível, o surgimento do insurgente. Trata-se aí de um tempo que escaparia à presença, à presentificação, à continuidade, dando lugar a outras aventuras temporais. (Pelbart, 1993, p. 36)

Por onde começa uma dissertação? É impressionante como uma pergunta tão curta pode ser capaz de ocupar-nos por tanto tempo. Tempo para saber por onde começar. Tempo para começar. Tempo para fazer fluir o tempo. Tempo para o tempo.

Uma dissertação começa com uma pergunta de pesquisa, diriam alguns, que vai ser o motor do pensamento, um crivo a partir de onde o pesquisador pode se aproximar de um campo e torná-lo problemático, passível de sempre outras interpretações, passível de trazer o novo, o estranho.

O limite do crivo como passível de libertar para movimentos de pesquisa inesperados mais do que prender numa metodologia é um limite tênue, é um exercício difícil. Ora, pode ser que a intenção de buscar o novo pelo estabelecimento de um crivo acabe, em alguma medida, o despotencializando como novo. Crivar a busca do novo pode abafar toda sua insurgência louca, numa tentativa de antecipar o tempo, como Pelbart dizia acima. Talvez por isso a novidade esteja justamente em habitar o paradoxo da criação do crivo.

Assim, essa dissertação começa pela ausência de um problema de pesquisa, que é, no entanto, uma ausência muito presente. Ela toma a não-forma de uma quase-desorientação, o não-lugar de uma pesquisa quase-sem-crivo, de tal maneira que, para

lê-la – e também tem sido assim para escrevê-la –, quase que se exige a paciência da qual nos fala Pelbart, “para que o tempo e a forma brotem a partir do informe e do indecيدido”.

Mas isso não quer dizer que foi sempre assim, aceitar uma tal ausência de problema só nos foi possível como efeito de pesquisa, de uma pesquisa que, portanto, começara muito antes de sua pergunta, começara muito antes de saber por onde começar, tal qual o Coletivo que lhe serve de objeto, ou de sujeito, ou ambos.

Começamos, então, pelo meio.



Imagem selecionada de um vídeo feito em uma das reuniões do Coletivo de Rádio Potência Mental

## 1.2. A bordo do diário: primeira viagem

Chego à reunião atrasada cerca de uma hora e meia. Desde pouco mais de um mês, para podermos receber os residentes, mudamos o dia da reunião, coincidindo com um seminário que estou cursando em outro campus da universidade.

Aliás, depois dessas mudanças, compartilhei com o Ricardo<sup>1</sup> uma preocupação, sem ele saber. Ou melhor – não há por que não dizer –, um incômodo mesmo. Numa reunião anterior, de forma muito diferente do habitual, encontro duas mesas unidas no bar, abarrotadas de gente, e abarrotadas de barulho – sim, porque barulho também ocupa espaço. Puxo uma cadeira e me sento, atônita com o que parecia uma grande bagunça. “Isso é o que dá chegar atrasada”, penso. Mas talvez não seja só isso. O Ricardo repetindo, depois de mais de uma hora de iniciado o papo: “Quando vai começar a reunião?”, e aquela pergunta ecoa ao infinito.

A galinha de brinquedo da Sô, transformada em “mascote” do Coletivo, berrando; gente filmando; gente falando disso aqui; outros falando daquilo acolá; alguns sentados mais longe para uma conversa particular; e eu ali, olhando para todos os lados, tentando captar algum fio condutor que me orientasse. Dali a pouco alguém diz: “então, qual vai ser o tema do próximo programa, afinal?”.

O Valdir havia anotado as sugestões: a Marta sugeriu “gravidez precoce na adolescência”, alguém sugeriu “marginalidade na adolescência”, outro, “terceira idade”. Tenta-se fazer uma votação, os disparadores das idéias justificam suas escolhas, e o assunto logo se perde entre gritos da Tchurureca (a tal galinha-brinquedo-mascote, batizada no último programa) e cliques da máquina fotográfica. Embora, confesso, eu não lembre como, o tema é escolhido: gravidez na adolescência. Alguém pergunta: “Tá, e o que é que nós vamos falar sobre isso?”. Ninguém responde. Quase sinto vontade de sintonizar o Coletivo como se fosse um aparelho de rádio, mas logo esqueço quando ouço uma voz: “Bate essa foto pra nós?”.

---

<sup>1</sup>Alguns nomes próprios são fictícios, outros não. Aos participantes do Coletivo foi disponibilizada a leitura dos capítulos “A bordo do diário” e dos demais momentos em que aparecem pessoalmente citados, tendo sido consultados quanto à pertinência da citação e quanto ao nome como desejavam ser chamados, via termos de consentimento informado. Nos casos em que, eventualmente, por um ou outro motivo, os sujeitos não puderam avaliar a questão, são então chamados por nomes fictícios criados por mim.

E o pessoal começa a se despedir, está na hora de ir embora. Alguém pergunta: “Acabou a reunião?”. O Ricardo responde: “Nem começou, mas pelo jeito já acabou”. Ele está brabo, e isso que ele nem tinha chegado atrasado, como eu, para culpar o horário.

Tudo isso pra dizer que aquele sentimento de desorganização me toma novamente, parece que o Ricardo fala por mim quando reclama da desordem. Mas ele também está imerso naquele turbilhão todo, e também eu. De repente o assunto do próximo programa já nem é mais importante, “Ah, na hora vem”, eu penso, enquanto tiro fotos e aperto a galinha, para ela gritar.

Mas eis que nessa próxima reunião eu chego, atrasada como sempre, em função da coincidência de compromissos, e encontro algo bem diferente. O pessoal está reunido num círculo montado com as cadeiras do bar, mas sem as mesas, sob a sombra de uma árvore. Puxo uma cadeira, o pessoal abre espaço para mim, e me sento. Quando um fala, os outros escutam. Opa, o que está acontecendo?

O Valdir, com o costumeiro bloquinho em mãos, questiona a decisão do Coletivo de tematizar o Prêmio *Loucos pela Diversidade* no próximo programa. Diz para esperarmos até janeiro, para dar um tempo para... não entendi bem para quê. A Analice insiste, dizendo que fomos contemplados agora, que o Amandio R. Jobim voltou da premiação no Rio de Janeiro na semana passada, que está cheio de coisas para contar, que está tudo quentinho. Por que esperar? Mas não é só ela, várias pessoas fazem esforços no sentido de convencer o Valdir de que não há necessidade de esperar, e, mais do que isso, de que é quase que extremamente necessário falar do prêmio agora.

O Valdir permanece teimoso, argumentando fervorosamente contra. O que mais me intriga é não entender os argumentos dele. Como assumir que ele talvez esteja com o tal pensamento desordenado (são esses os termos técnicos?) do “doente mental”? Como deixar de assumir isso? Como respeitá-lo a despeito disso? Como assumir que a falha no entendimento pode ser minha? Como assumir que talvez não seja?

Mas algo tão forte quanto isso é a impressão de que o estão tentando convencer de que *não há razão* para adiar essa temática para janeiro. Aliás, por que janeiro, e não fevereiro ou junho? E por que tudo tem que ter razão?

Uma das coisas que entendo dos seus argumentos é que ele pede explicações sobre o Prêmio, dizendo que não sabe nada a respeito disso, e que precisa ser esclarecido para ter o que falar, ou que alguém que entenda mais disso – leia-se, os profissionais – fique com a

responsabilidade de explicar no ar. A Analice, quase indignada, fala de como esse assunto está na roda sendo debatido há tantas reuniões, inclusive em função da viagem do Amandio. Como ele poderia não saber do que se trata?

Nesse momento me deparo com uma das minhas dificuldades nesse trabalho: parece que às vezes temos que explicar tantas vezes a mesma coisa! Numa outra reunião, sinto-me aliviada quando o Ricardo reclama: “Ah, eu não vou repetir de novo!”, acusando-nos de desatentos. Aliviada porque menos culpada de sentir raiva em precisar repetir, raiva em sentir que o que se fala não se ouve. Nossa, como é difícil escrever essas coisas numa dissertação. Talvez algo da minha relutância em trazer a vivência ainda não “traduzida” esteja situada nesse ponto. Sim, porque tem sido muito mais fácil para mim refletir teoricamente sobre os acontecimentos da rádio do que “simplesmente” “descrevê-los”. Uso duplamente as aspas porque não é simples descrever, eis a prova, e porque, basicamente, não há tal coisa como uma descrição. Talvez justamente porque contar sobre o que já passou assume sua dimensão de “ainda se passando”. (Algo me faz escrever em primeira pessoa, me dou conta disso agora.) Pois não é como um simples relatar de uma memória ou um desabafo, é viver tudo novamente, sentindo no corpo, por vezes, o peso da responsabilidade de *sustentar* um espaço de acolhimento e de criação de sentidos, quando o processo espontâneo parece não andar muito bem. Porque eu não quero sustentar nada, não consigo sustentar, meu corpo magro esmaece com tanto peso, de tantas ocasiões em que nada parece acontecer. Eu quero é fazer rádio, contemplar a criação artística, cultural e comunicacional. Inventar sentidos, mas naquilo tudo que a invenção tem de impessoal, naquilo que ela não depende da nossa vontade. Por isso talvez seja muito mais fácil escrever a “interpretação”, ou melhor, uma das mil interpretações possíveis daquilo que acontece na rádio, ao invés de contar o cotidiano, e assumir sua face improdutiva, dolorosa e onde pode, sim, não acontecer nada.

Mas esse mesmo corpo magro, talvez justamente por não sustentar nada, pode agenciar acontecimentos. Lembro agora de um dos nossos programas, sobre hábitos alimentares. O assunto começa com “padrões de beleza”. Iniciamos pensando a gordura e a magreza, a exigência que a mídia faz de corpos magros, mas também nem tão magros assim, lembrando das doenças relacionadas a esses padrões – anorexia, bulimia, obesidade –, e assim por diante. Na reunião seguinte, o assunto migra para “hábitos alimentares”, e tem até subtítulos, como “Você é o que você come. O que você come?” ou “Você é *quem* você come”.

O Amandio trouxe alguns materiais do Reader's Digest sobre alimentação saudável, discutimos o colesterol no gordo e no magro, o sal que os índios

extrapolam, as doenças recorrentes da cultura, a dificuldade em saber qual a prioridade entre a felicidade de tomar aquela Coca bem gelada no verão ou cuidar para não "desmanchar os ossos", a difícil decisão entre a cultura/felicidade e a saúde nesse modelo biomédico. O Rafael chamou atenção para as porcarias que tem pra comer na rua, e que seria bom falarmos também dos chás e ervas que ajudam a gente a se sentir melhor, não só dos perigos da alimentação. Isso porque o Valdir estava falando disso, além das simpatias para engordar e emagrecer que pedimos para ele retomar. Aliás, ele inventou uma na hora e foi muito divertido. (Trecho do relato que postei na lista de discussão do Coletivo sobre esta reunião)

Falamos ainda sobre tortura de animais e alimentação vegetariana; sobre a rotina "manicomial" do Restaurante Universitário; até chegarmos à variedade do termo "consumo", afinal, "a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e arte", como diriam os Titãs; à antropofagia; ao consumo de cultura, idéias, publicidade, mídia, saber, sonhos, etc.; ao cunho sexual da palavra *comer*; e aí ao subtítulo polissêmico "Você é quem você come". Embora esse subtítulo não tenha ido efetivamente ao ar na rádio, circula na reunião, e, por isso, fica muito provavelmente registrado nos nossos corpos.

Essa reunião, aliás, é uma das mais divertidas de que tenho recordação. Estamos estreando os testes com os novos-já-velhos microfones sem fio que, misteriosamente, ficaram voluntariamente guardados durante o longo tempo em que reclamávamos da má qualidade dos microfones do seu Flavio, lá na Lomba.

O bar estava cheio, o Valdir se empolgou - confesso, muito impulsionado por mim, afinal fiquei fascinada com a idéia daquela gente toda no bar enquanto o Amandio dizia que, com os microfones, poderíamos agora fazer enquetes com as pessoas nas ruas para levar para o programa. Por que não aproveitar e fazer agora? O assunto era alimentação, e estávamos no bar! Bom, mas voltando... Então o Valdir se empolgou e foi entrevistar uma menina. Incentivamos o Amandio, que estava concentrado escrevendo perguntas para uma possível enquete, e ele também foi entrevistá-la, munido das perguntas. O pessoal todo estava muito descontraído, tinha muito barulho à nossa volta e muito barulho na nossa mesa. Muita risada, como nunca vi igual nas nossas reuniões. Foi muito bom. (Trecho do relato que postei na lista de discussão do Coletivo sobre esta reunião)

Mas o lado humorista do Coletivo não se contenta com a entrevista, ele gruda em nós, fica mesmo ao nosso lado, ou, mais do que isso, penetra nossas entranhas e provoca muitas risadas nas brincadeiras com o microfone, embora a vergonha nos impeça de entrevistar mais gente. A vergonha e o Ricardo, confesso. Quanto mais rimos, mais disparamos seu lado "coordenador de grupo" e talvez depositamos nele a responsabilidade de nos cobrar responsabilidade. É, estranho assim mesmo. Agora fico pensando, é curioso como dessa vez eu

não compartilho com ele a “indignação com a bagunça”. A bagunça, então, dura enquanto dura o dia e o movimento do bar; quanto mais anoitece, mais cedemos à exigência de seriedade, embora o bom humor permaneça nas brincadeiras referentes *a que* ou *a quem* comemos.

Mas, enfim, a questão é que essa reunião é muito engraçada e contagiante. Uma das coisas mais divertidas acontece quando o Valdir retoma o tema das simpatias, algumas das quais já nos ensinara, para emagrecer e para engordar (tal qual acima citado, no trecho do relato da reunião), mas, quando é preciso repetir alguma delas, ele repete de um jeito diferente. Parece que ele esquece o que recém falou, inventando e reinventando as simpatias ao mesmo tempo em que defende a sua resolutividade confirmada. E não data deste dia o interesse pelas simpatias do Valdir. Principalmente por uma delas, que resolveria dois dos nossos problemas de uma só vez.

Eu, me considerando magra, e o Felipe, se considerando gordo. Fácil, basta eu comprar quantos quilos eu quiser do Felipe, custando R\$ 0,08 o quilo (pelo menos esse foi o preço definido depois de algumas oscilações). Depois de transportada a massa dos corpos, ou seja, depois que o Felipe perder e eu ganhar os quilos comprados, o vendedor ex-gordo tem a função de doar o dinheiro para um morador de rua.

Também tem outra simpatia. Com a ajuda de uma agulha, inserir uma linha de costura dentro de uma rolha, depositar a rolha no centro de um prato cheio de arroz cru, deixar no sol até que o arroz apodreça e depois jogar fora. Isso faz a pessoa emagrecer ou engordar, dependendo da cor da linha que utiliza. Confesso que imagino que sejam esses os detalhes da simpatia, porque são tantas versões que confundo ainda se o arroz é cru ou cozido, se deve-se deixar o material ao sol, e se vai tudo mesmo fora depois. Mas o principal da simpatia é a cor da linha. Ela é que vai determinar se a pessoa vai ganhar ou perder quilos. Se eu fosse pô-la em prática hoje, correria o risco de ficar ainda mais magra, pois não lembro se a linha tem que ser azul, branca ou preta.

Enfim, as simpatias fazem tanto sucesso que vão ao ar, no dia do programa. Elas nos envolvem de tal maneira que esquecemos um pouco da “formalidade” da veiculação e o clima descontraído e engraçado da reunião precedente assola o local. Mais do que isso, estamos falando de nós, da relação do tema com nossas vidas, nossa amizade, nossos corpos, e isso parece dar um colorido todo especial ao programa.

A ausência do Ricardo deu um pouco de medo, mas deu pra encarar. Passamos a bola de âncora pro Amandio, que a princípio ficou com medo, dizendo que nunca tinha feito isso. Mas a gente tentou lembrá-lo que ele já

tinha feito, sim. No fim das contas, ele assumiu a tarefa com a habilidade jornalística de sempre.

Fizemos um roteirinho antes de entrar no ar, basicamente foi o Amandio que organizou. Incluímos os materiais que ele e o Marcelo haviam levado sobre alimentação saudável e sobre doenças, intercalamos com um samba do Valdir e suas simpatias, para depois abrir o debate sobre o preconceito com os gordinhos e tudo mais que a gente havia conversado - tudo o mais que lembrássemos e a ansiedade do "ao vivo" nos permitisse.

As simpatias do Valdir [...] [encheram] esse programa [...] de espontaneidade e diálogo. No início o Valdir estava tímido, pediu para eu falar as simpatias no lugar dele, depois se soltou, especialmente quando resolveu falar de uma de suas composições e agradecer o apoio dos ouvintes. O problema foi que ele procurou muito, mas o programa acabou e ele não achou a composição que queria mostrar. Fica pra próxima.

Seu Flavio participou com uma simpatia contra a depressão. [...] [Ele] não queria ler, mas depois venceu a "timidez". Que tal hein, timidez? Aliás, ele adorou os microfones sem fio e teve um papo bem descontraído no ar com o Amandio sobre o tipo de mulher que preferia [no que se refere ao peso]. Adorou também toda a pesquisa do Marcelo, que era sobre bulimia e anorexia, além de dicas para uma alimentação saudável - aliás, o Felipe falou que, se ele se alimentasse assim tão "bem", engordaria muito. Foi legal porque pudemos falar tranquilamente sobre um tema que é muito presente para todos nós, assim também incluímos a parte da relativização da saúde nos gordos e magros (através do exemplo do colesterol). Foram esses os toques de espontaneidade que coloriram o programa. Mas, voltando... O seu Flavio gostou tanto da pesquisa do Marcelo que pediu para estender o programa, e se não fosse nosso jornalista encerrar e se despedir, de tanta liberdade acabaríamos sem assunto.

Depois de algumas tentativas de relativizar os padrões de beleza, a saúde dos gordos e magros, os gostos e tudo mais, seu Flavio encerra o programa de maneira fantástica, dizendo que, ali no nosso Coletivo, quem se dizia gordo nem era gordo, e quem se dizia magro, também não era tão magro assim.

Pena que não ficou gravado todo o programa - o cabo do seu Flavio para o gravador estava estragado e o mp3 do Marcelo dá pane quando está na Lomba e só grava 20 minutos. Pelo menos acho que temos 20 minutos. A volta da Lomba também foi divertida. Tanto que o Valdir não queria ir embora depois.

(Trechos do relato que postei na lista de discussão do Coletivo sobre este programa)

A ausência do Ricardo, ou, mais do que isso, a ausência de uma coordenação no Coletivo, pode ter determinado muito do programa. Ou melhor, INdeterminado muito do programa. Essa indeterminação, irmã do nosso medo, da nossa ansiedade, do "sem assunto" possibilitado pela liberdade exagerada, do "não encontrar" a música do Valdir, também é irmã de toda a descontração relatada. Esse parece ser nosso eterno impasse.

Mas talvez seja interessante pensar os “efeitos” desse programa. Na reunião seguinte, pensamos sobre nosso contentamento com o mesmo, e da possível relação disso com o tema, por ser um dos menos polêmicos daquela época. Talvez o programa tenha sido tão alegre justamente por isso, mas o Felipe levanta uma questão interessante, a de que é possível que o “colorido” da veiculação não tenha tido tanto a ver com o tema, mas mais com a abordagem que se fez do mesmo. E lembra uma frase do Guattari, no texto “Milhões e milhões de Alices no ar”: “A prática da felicidade torna-se subversiva quando ela é coletiva”. A felicidade talvez fosse o diferencial daquele momento do Coletivo. De alguma maneira, isso nos leva a pensar nossa preocupação recorrente com relação à legitimidade das informações que damos nos programas, e do quanto poder falar no rádio sobre o que não sabemos também pode ser subversivo.

Mas isso foi só um parêntese. Os efeitos que eu gostaria de pensar aqui começam com a execução daquela simpatia, nessa reunião. Eu e o Felipe resolvemos trocar cinco quilos, eu pago R\$ 0,40 para ele, e mais “um troquinho” para o morador de rua, como orienta o Valdir. Obedecemos, afinal, ele é o nosso guru. Enquanto conversamos no bar, pela primeira vez (pelo menos desde que entrei no Coletivo) uma mulher nos aborda pedindo dinheiro, como se soubesse que temos um dinheiro especialmente guardado para isso mas tivesse errado no *timing*, pois a doação deveria acontecer apenas depois dos quilos perdidos por um e ganhos por outro. Parece que o cosmos está nos pregando uma peça, afinal. Sem palavras e nem sequer olhares, a surpresa é compartilhada pelo Coletivo e imobiliza: “Será que devemos dar o dinheiro da simpatia?”. O Amandio tira uma nota de R\$2,00 do bolso e alcança para a pessoa. De resto, impera a não-ação. Depois que a mulher sai, nem nosso guru sabe explicar a coincidência de sermos abordados com um pedido desses justo no dia em que finalmente resolvemos executar a simpatia.

Passado o impacto desse “mistério”, o Marcelo, incumbido e esquecido de trazer uma balança nessa reunião para controlarmos o peso pré e pós-simpatia, passa mais alguns outros encontros incumbindo-se e esquecendo-se. Mas chega o dia em que ele lembra e torna-se assim nosso juiz, além de guardador de segredos. Só ele sabe o quanto cada um pesa.

E acontece o (in)esperado. Nem precisou da averiguação do juiz, a balança tornou-se dispensável, é visível a perda de peso do Felipe. Num dia, diante da surpresa de todos, ele conta que perdeu cinco quilos. No próximo encontro, foram-se os outros dois. E as atenções agora se voltam para mim. Onde foram parar os quilos que o Felipe me passou? Eu continuo com o

mesmo corpo magro de sempre, parece que os quilos se perderam no caminho. Dobraram a esquina errada, tomaram outra direção, voaram ao sabor do vento.

Passados mais de três meses, eles parecem já nem lembrar mais o caminho de volta, gostaram mesmo do sabor do vento. O Felipe desistiu, doou o dinheiro ao morador de rua, mas o Valdir não. Quase todo encontro ele me pergunta o que eu ando comendo, me dá sugestões de cardápios, me indica fazer a simpatia da rolha para complementar, pede para que eu oriente o pensamento para encontrar os quilos que não me encontraram. A insistência do vento se manifesta não por acaso através do nosso guru; esse vento desvairado que enfeitiçou os quilos que se negam a prender-se novamente, libertos que foram da prisão corporal do Felipe, esse guru aberto ao inapreensível. A palavra atuou no corpo do Felipe, que reagiu liberando um “algo” que insiste em não se reduzir a um efeito corporal em mim, promessa que é de uma sempre possível efetuação futura e passada, ao mesmo tempo, esquecimento e espera. Algo que se desprende dos corpos, de suas impressões e afecções, tal qual o efeito da fala do seu Flavio no final daquele programa, sobre nossas “evidências” corporais: conforme citado acima, “seu Flavio encerra o programa de maneira fantástica, dizendo que, ali no nosso Coletivo, quem se dizia gordo nem era gordo, e quem se dizia magro, também não era tão magro assim”. Afinal, no rádio, as tais “evidências” corporais não passam de “meros” efeitos de linguagem.

Com isso tudo, o mesmo corpo magro que sofre em sustentar um espaço instável de trabalho pode fazer jorrar ao vento justamente tudo aquilo que não consegue assimilar e assim agenciar essa instabilidade em potência de criação rizomática<sup>2</sup>.

Bom, mas retomando a reunião sobre o Prêmio *Loucos pela Diversidade*, e pensando também nesse lado guru do Valdir, acho que eu preferiria que ele inventasse qualquer coisa sobre o Prêmio do que nos exigisse esclarecimentos. Talvez por isso preferi, em certo momento, procurar o absurdo na fala *deles*, dos *loucos*, do que me abrir ao que acontece ou deixa de acontecer. Mas esse absurdo não aparece, e tenho que lidar com o “senso comum” que pede e quer dar explicações, assim como tenho que lidar, nessa reunião, com a idéia de que talvez não houvéssemos compartilhado o bastante as informações sobre o Prêmio com quem não tem acesso à nossa lista de discussão na internet, como é o caso do Valdir.

---

<sup>2</sup> Haveria alguma relação entre a galinha Tchurureca e meu corpo magro? Há uma canção popular infantil espanhola chamada “La gallina Turuleca”, na qual provavelmente se inspirou o nome da galinha-mascote do Potência Mental. No Brasil, esta canção foi adaptada e seu título traduzido como “A galinha magricela” que “bota ovos sem parar” e “é magrela de botar”. Para a versão espanhola, a galinha “es um caso singular”, pois “está loca de verdad”. Seria a galinha louca, magricela e singular uma metáfora espontânea do Coletivo de Rádio?

Ele pergunta se esse prêmio tem a ver com comunicação, o Rafael responde que tem a ver com cultura. Então, nosso músico se põe a definir o que é cultura: “Ah, cultura é quando tu planta uma coisa e ela cresce, depois tu colhes...”. A Lara, ou a Bárbara (não lembro bem) diz que cultura também é música, poesia... E o Valdir falando em árvores. Sinto algo da ordem de uma indignação: “Ninguém vai dizer para ele que não tem nada a ver com isso?”. Mas por que não poderia ter? No entanto, o que se passava ali talvez fosse outra coisa.

De repente, uma das residentes lança a questão de nos reunirmos numa sala de aula do prédio da psicologia para que possamos *nos ouvir*. Os argumentos são de que agora somos um Coletivo grande, e fica difícil se ouvir com tantas conversas paralelas. “Mas e a gente se ouvia antes?”. Essa pergunta escapa da minha boca como se eu não tivesse muito controle sobre ela – nem sobre a boca, nem sobre a pergunta. Afinal, ela explica, se nós fazemos rádio, é fundamental ouvir o que as pessoas estão dizendo. O curioso é que nesta reunião o que justamente me surpreende é o silêncio dos outros enquanto alguma pessoa fala, sugerindo que se está ouvindo, mesmo no debate Valdir x outros com relação ao tema do próximo programa. E é mais curioso ainda pensar na contraposição com o barulho ensurdecedor que praticamente se instaurou nas reuniões com a chegada de tanta gente nova. Também é curioso pensar como eu ainda não sei o nome de toda essa gente nova. E ainda mais curioso é ter a impressão de que, enquanto se preocupa em aprimorar sua própria audição, o Coletivo não ouve que o Valdir não está entendendo o que o Prêmio tem a ver com a rádio, ou o que a *cultura* diz de nós, ou *por que tipo de cultura* o Prêmio nos reconhece. Talvez essa *outra coisa* que parece se passar no momento em que o Valdir diversifica a idéia de “cultura” falando de *agricultura* sem que ninguém se contraponha seja da ordem mesmo de um “não-ouvir” o que ele está dizendo, e não de um respeito pelo fluir de suas idéias. Porque se surpreender ou discordar é respeitar; ao passo que agir com indiferença parece ser não ouvir mesmo. Talvez esse “*não-ouvir*” já estivesse instalado desde quando *não dava pra entender* os argumentos dele para falarmos do Prêmio apenas em janeiro. O que se está querendo ouvir, afinal?

Quando desabafo sobre a dificuldade em repetir várias vezes a mesma coisa, e conecto isso ao peso de sustentar um trabalho onde pode não acontecer nada, falo de um “não-ouvir” que é da mesma ordem do “não-ouvir” contra o qual os residentes lutam. Parece tratar-se de uma espécie de “incontinência” do Coletivo que gera angústia, um não direcionamento do Coletivo, uma audição falha justamente porque muito potente, não se ouve nada por se ouvir tudo. No entanto, isso sugere diferir-se do “não-ouvir” os argumentos ou o pedido do Valdir, que

parece dizer muito mais de uma surdez ao que se direciona em sentido diverso do que se espera; sugere ser uma audição falha porque muito atenta, muito focada em determinada direção, o que faz desfocar todo o entorno. Paradoxo do ouvir tudo-nada e só ouvir o que quer.

Bom, voltando à reunião, a sala de aula é então reservada para o próximo encontro, e o Valdir continua debruçado sobre o Prêmio Cultural Loucos pela Diversidade. Lança a questão, agora, da diversidade. Alguém devolve a pergunta para ele, e ele diz que as pessoas têm diversidade de QI. O Amandio, tão silencioso até então, ao menos desde que eu cheguei, fala de um outro quociente, criado pelo seu irmão: QL, quociente de loucura. Talvez nossa diversidade, pela qual somos loucos a tal ponto de recebermos um prêmio, seja justamente essa diversidade de QL, como ele captou. Diversidade entre uns e outros de nós, mas principalmente entre um e si mesmo, e mais ainda entre o Coletivo e si mesmo, nos diferentes momentos e movimentos pelos quais navega. Diversidade de quocientes de loucura que habitamos e justifica o nome *Coletivo*.

Diversidade de objetivos também, assunto que surge quando da idéia de que, já que o tema do próximo programa é o Prêmio, falemos também da Rádio, uma vez que foi digna dessa premiação, e, assim, exponhamos aos ouvintes *nosso* objetivo. Como se houvesse *um objetivo que fosse nosso*. No lugar de uma intenção compartilhada, nossa, já há algum tempo se fala em muitos objetivos circulando, divergindo e, inclusive, fracassando nesse turbilhão de forças que é nosso Coletivo de Rádio. Faz-se um esboço de explorar esses objetivos: falar de Saúde Mental e de outros assuntos, divulgar música,... Mas não se vai muito adiante, pelo adiantado da hora, talvez, acho que todo mundo já está meio cansado.

É interessante pensar também em como sempre se volta ao tema de nós mesmos. Há dois meses, a temática do programa foi exatamente essa: O que é o Potência Mental. Infelizmente eu não pude acompanhar esse programa nem o processo de seu planejamento, mas fica a questão da volta recorrente ao si mesmo. Talvez isso diga de uma não-identidade, por isso mesmo constantemente retomada, numa paradoxal resistência a definir-se. Afinal, quem somos nós, o que queremos, o que fazemos? Uma simples questão complexa.

No dia do programa sobre o Prêmio, a diversidade e o Potência Mental (tentativa de síntese da própria diversidade que circulava), justamente as pessoas que insistiram que deveríamos falar do Prêmio não estavam presentes. Não posso dizer que a sensação de desamparo que vivenciamos seja rara. E talvez seja algo do nosso motor de criação. Digo isso porque este programa acaba sendo um dos mais divertidos. Contamos com a presença do irmão

do Amandio, o João Carlos Rodrigues Jobim, ou JCRJ, como gosta de ser chamado, em alusão a “Jesus Cristo o Rei dos Judeus”. Também o JCRJ de Porto Alegre prevê coisas que acontecem depois, ou melhor, também ele provoca mudanças no mundo. Ele escreve cartas para os jornais e tem vários materiais publicados nas sessões de carta do leitor. Quando, depois de algum tempo, a sugestão que ele deu na carta é aplicada como medida econômica, climática, de guerra, etc., por algum governante nacional ou mundial – ou acontecem fenômenos naturais e/ou sociais tais quais ele previu –, ele guarda os materiais com as respectivas datas para poder provar que, enquanto o presidente dos Estados Unidos recebe o Prêmio Nobel da Paz, o verdadeiro disparador das idéias continua no anonimato.

E isso é tratado no programa, voltando-se ao QL em confronto com o QI nessa situação, por exemplo. Mistura-se música cantada, telefonema de uma admiradora do cantor, problemas técnicos, silêncio no ar, gargalhadas, relato sobre a premiação do Loucos pela Diversidade no Rio de Janeiro, nobreza na origem da família do Amandio e do JCRJ, despedidas envergonhadas após o encerramento do programa, um assunto atravessando, cortando e despedaçando o outro; e assim temos a efetuação daquilo que seria o tema do programa, a expressão se sobrepondo ao conteúdo, ou melhor, *realizando* o conteúdo. A diversidade nua e crua dispensando qualquer nomeação *sobre* ela, a despeito das nossas tentativas de designá-la.

Encerrado o programa, ficamos sentados no estúdio, com sorrisos estampados no rosto – o êxtase de se estar “em casa”. Uma gargalhada e uma frase pipocam, novamente como se não houvesse possibilidade de eu controlar minha boca: “Esse programa foi a cara do Potência Mental!”.

Para minha surpresa, o assunto posterior, fora do estúdio, é a “qualidade” do programa. Talvez não seja coincidência que esse assunto tenha sido puxado por dois dos residentes, novos participantes, que casualmente chegaram ao final do programa e por isso não viveram *aquilo*, aquele *sem-nome* que sinto ter nos atravessado naqueles 30 minutos.

Parece-me que novamente está sendo colocada na roda a questão da nossa organização, da “estruturação” do programa, ou como queiramos chamar, “porque temos que ter mais qualidade no que produzimos”. Quando cheguei no Coletivo, essa também era uma questão importante para mim - e o fato desse nó retornar sempre não é irrelevante - mas fiquei pensativa depois desse programa. Apesar do “momento silêncio” enquanto o Valdir falava no telefone, apesar dos improvisos, gagueiras e tudo o mais, ou talvez justamente por isso, eu dei muita risada, achei o programa super legal, foi espontâneo, efetivamente diverso (inclusive em assuntos) tal qual a proposta do dia. Penso que essa é a nossa qualidade, essa é a nossa voz (como disse o Marcelo), e pelo que eu entendo, um dos nossos objetivos é dar a ouvir a

nossa voz, errante do jeito que ela é. Essa é a nossa diferença. Não que não possa haver alguma organização - não me entendam mal -, mas não é de hoje que lidamos com os improvisos e imprevistos que a Deisimer adorava, e que bom que temos isso. A vantagem da "organização" é poder ser desafiada, e isso é importante. (Texto um pouco modificado de um e-mail que enviei à lista de discussão do Coletivo, depois do relato do Marcelo sobre o programa)

É interessante o conflito sempre presente referente ao quanto devem ser planejados e bem preparados os nossos programas. Muitos dos que chegaram ao Coletivo já tentaram organizá-lo um pouco. Eu tentei inserir a idéia dos quadros, o Felipe tentou estruturar a programação, os residentes<sup>3</sup> agora tentam organizar o ambiente das reuniões, apenas para começar. E, além disso, a questão seguidamente retorna nas nossas conversas, o medo do imprevisto e do improvisado sempre paira no ar. O medo, mas também a alegria, numa relação paradoxal, tal qual relatado quanto ao programa dos hábitos alimentares. Tão paradoxal que, nesse mesmo texto, fica visível a minha própria oscilação no que tange a essa questão. Começo falando do quanto a desorganização do Coletivo me surpreende, de como me indignei outro dia com o que chamei de bagunça, da sensação de não-produção que isso reverbera, para seguir contando como fui capturada pela vibração do Coletivo, e agora acabo de defender com unhas e dentes o quanto é produtivo nosso caos.

Isso parece ter constituído quase sempre uma questão para mim. Conheci o Coletivo de Rádio Potência Mental em 2008, quando da minha participação no simpósio temático "Meios terapêuticos e comunicação social", no Congresso de Acompanhamento Terapêutico coordenado por aquela que viria a ser a minha orientadora no mestrado no ano vindouro. Participei trazendo a experiência da Rádio FMil, de Santo Ângelo, interior do estado, que se constituía de uma oficina de rádio realizada com usuários do Caps<sup>4</sup> daquela cidade, com fins de pesquisa acadêmica. As relações inter-institucionais entre Caps, curso de psicologia e Rádio da Universidade, só para citar as tramas mais básicas, fizeram o contorno dos programas, quase que totalmente sustentados apenas pelo mesmo corpo magro que hoje teme não conseguir ser consistência para a produção, e que lá ainda arcava com toda essa rede de tensão inter-

---

<sup>3</sup> Os participantes do Coletivo costumam preferir chamar-se pelos nomes próprios do que por algum tipo de categoria assim definida. Na primeira versão do texto, nenhum dos "residentes" tinha nome; eles eram "um dos residentes". Optamos por nomeá-los posteriormente, embora quase sempre tenha ficado a dúvida quanto a se foi aquela pessoa mesmo que falou ou fez o que estava relatado, provavelmente devido ao modo como o Coletivo relacionou-se com eles no início, pela categoria. Algumas vezes mantivemos a categoria em detrimento dos nomes próprios para fazer essa marca.

<sup>4</sup> Centro de Atenção Psicossocial.

instituições. A Rádio Potência Mental parecia tão independente desses conflitos mundanos, tão forte, tão bem organizada. O que eu talvez não soubesse era que força e organização não são sinônimos.

E como isso parece claro agora! O Coletivo sugere resistir a qualquer tentativa de estruturação, a tal ponto de quase nada parecer funcionar. Ou, se funciona, não se institucionaliza. Talvez um dos raros e relativos endurecimentos tenha sido o papel de coordenador atribuído ao Ricardo por algum tempo<sup>5</sup>. Mas isso é raro e jamais determinante e definitivo. Durante todo o ano de 2009 falou-se em fazermos oficinas de rádio periódicas nos serviços de saúde da cidade para divulgar o trabalho e interessar novos participantes: lá por novembro, foi feita uma, e apenas uma, oficina no Cais Mental. Durante todo o ano falou-se em gravar as músicas do Valdir: nada<sup>6</sup>. Durante todo o ano falou-se em fazermos alguma tentativa de aproximação do público que nos ouve na Lomba do Pinheiro: nada. Começamos organizando reuniões de estudo entre os estudantes: houve algumas, mas, como num passe de mágica, sumiram até dos nossos planejamentos. Disparamos a circulação da escrita dos relatos das reuniões, para que todos executassem esse papel e tivessem acesso aos mesmos com a leitura, em toda reunião, do relato anterior: não sei dizer por quanto tempo isso funcionou, tão logo desapareceu; mesmo enquanto funcionava, era prática esporádica. Nem a escrita dos relatos, prática mais arraigada, não se institucionaliza: alguém pode ou não fazer, alguém pode ou não comentar, alguém que não esteve presente na reunião pode ou não cobrar. A participação nas rádios amigas, como a Nikosia de Barcelona e a Quilombo do bairro Restinga em Porto Alegre, sim, aconteceram, mas fica difícil contar quantos “ensaios” precederam o contato, o agendamento e a realização das mesmas. O mesmo se pode dizer quanto à postagem das gravações dos programas no blog do Coletivo. E ainda às próprias gravações... Depois do tempo necessário à tomada da atitude de fazê-las, quantas tentativas mal-sucedidas, quantas dificuldades técnicas na gravação, armazenamento e distribuição, quantos esquecimentos! E isso acontece até hoje, como denunciado acima.

Quando da minha entrada no Coletivo, sugeri a inserção de quadros: a idéia nunca se operacionalizou. Trouxe a proposta – que já não era nova – das vinhetas: elas foram gravadas e editadas, mas nunca foram ao ar. O Felipe chegou sugerindo mais encontros para aprimorarmos

---

<sup>5</sup> Atribuição que, longe de qualquer determinação conscientemente combinada, pareceu tratar-se muito mais de um endurecimento, pelos próprios movimentos do Coletivo, da posição proposta de agenciador de encontros.

<sup>6</sup> Logo depois da escrita deste texto, coincidentemente ou não, foi feita uma gravação de músicas.

a preparação do tema, além da melhor estruturação da pauta, a ocupação do lugar técnico do seu Flavio,... e nada. Bom, se pensar no tempo em que ficamos reclamando dos microfones do seu Flavio enquanto os nossos microfones sem fio dormiam na gaveta da sala da Analice, fica difícil não sentir no Coletivo uma certa lerdeza, um não saber por onde começar, um borbulhar de idéias simples sem execução, ao ponto de uma parca ou não-atividade. E aqui retorna a dificuldade no disparar da própria escrita da presente dissertação.

Mas, apesar dessa dimensão de parca ou não-atividade, há uma coisa que sempre acontece, a despeito de todos esses planejamentos mal-sucedidos, de todos os começos com hora marcada para acabar e de todas as variabilidades do Coletivo. Os programas e as reuniões sempre acontecem. E neles, o que acontece é a conversa, a fala. Nosso fazer é a fala, e isso não é irrelevante.

Não que pensemos que a qualidade do programa seja dispensável, ou que não estejamos interessados em saber se o programa está sendo interessante aos ouvintes, mas, depois de tantas vezes tendo sugerido a nós mesmos visitarmos a Lomba do Pinheiro com a intenção de conhecer nossa clientela e nenhuma vez termos efetuado qualquer coisa nesse sentido, sinto que o barco que move nossa criação de material para rádio navega outros caminhos que não levam... ~~ao interesse do público / à divulgação dos ideais da Reforma Psiquiátrica necessária e especificamente / a um objetivo definido / a lugar algum.~~ Talvez nosso caminho não pretenda chegar a nenhum lugar, talvez seja um caminho sem caminho. A multiplicidade de objetivos da existência do Coletivo já diz de uma abertura ao nada que é tudo, e a potência disso ainda se multiplica infinitamente quando pensamos nos objetivos das veiculações, de *cada* programa, de *cada* assunto. E mais uma vez há contaminação mútua com os ensaios de escrita da dissertação, compostos de uma multiplicidade conceitual que por vezes mais tranca o processo do que o ajuda a fluir.

Mas, se agora parece tão claro que força e organização não são sinônimos, é porque a força e a Potência do Coletivo em questão não se atrelam à sua organização, e às vezes até me atrevo a pensar que possam se atrelar em alguma medida justamente à sua desorganização, ao imprevisto e ao improvisado que, como eu dizia, dão medo e alegria. Aquele medo e aquela alegria que só a surpresa é capaz de provocar, porque não depende da nossa vontade, e que vai acontecer ou deixar de acontecer ao gosto do vento.

Isso remete em alguma medida a uma outra reunião do Coletivo, seguinte ao programa sobre a diversidade. Porque nesse dia volta-se a pensar a mudança para uma sala de aula com

vistas a uma melhor organização e produtividade da reunião. Aliás, a sala de aula está reservada para nós, nos esperando, ou esperando nossa decisão. “Os residentes” defendem novamente a importância de nos ouvirmos, e como isso está difícil no ambiente do bar. Algum silêncio se segue à argumentação. “Vocês estão conseguindo ouvir o que os outros falam? Eu não”, “Por exemplo, agora, vocês ouviram o Amandio?”, “O Valdir já não ouviu, esse é o problema do fora”; essas são algumas das falas “dos residentes”, que, pelo tom, confesso, me causam um pouco de medo de dizer qualquer coisa. Talvez esse seja o motivo do silêncio geral. Mas pouco a pouco algumas respostas tímidas vão aparecendo, sussurros de que o bar tinha a ver com habitar a cidade, que o bar deixa-nos à mostra, e o José fala, em alto e bom som: “A informalidade é a característica do nosso Coletivo. Eu acho que temos que continuar no bar, é agradável o ambiente aqui”. Essa voz todos ouvem, e outras vozes se fortalecem para se oporem ao fechamento em uma sala. As vozes não querem nem fazer um teste. Elas não querem ressoar nas paredes e soar em círculo, querem, tal qual a fumaça do cigarro do Valdir, se misturar ao vento, incomodar quem não concorda com elas, ressoar indefinidamente. E as vozes que queriam a sala de aula se calam. Quando eu dizia que a surpresa não está sob nosso controle porque acontece ou deixa de acontecer ao gosto do vento, era desse vento que eu falava, o vento que leva a fumaça do cigarro do Valdir e as nossas vozes para onde quer que seja.

Tanto é assim que, talvez por coincidência, talvez não, depois que a reunião acaba (essa que foi outra reunião marcada por vozes ansiosas por organização de pauta, de compromissos e de atitudes) é que ela produz alegria. Depois que termina, a reunião se enche de risos, de tonalidades e volumes diferentes de voz. Depois que termina é que poderia ter começado, se não tivesse acabado. Talvez devêssemos todos chegar depois que a reunião terminasse.

Esse impasse é o mesmo do “não-ouvir” pela “incontinência” ou pela “censura” do Coletivo, o paradoxo do ouvir tudo-nada e só ouvir o que quer é o mesmo que se reflete na oscilação desse próprio texto entre o que chamo de “bagunça” e a defesa das alegrias do imprevisto e do improvisado. Isso porque a potência da não-diretividade é também o risco do esfacelamento. É a razão do medo. A não-atividade e a fala que age não garantem que haja ação sempre, não asseguram a invenção de sentidos sempre, afinal, não haveria a parceria entre medo e alegria se a invenção alegre fosse certa. Não é confirmada, calma nem pacífica uma produção que começa quando termina, tal qual nossas reuniões.



Crachá do Coletivo Potência Mental

### 1.3. Rádios<sup>7</sup> Colifatas e a marca do Coletivo de Rádio Potência Mental

O título desta seção bem poderia ser: “Rádios Tam Tans e a marca do Coletivo de Rádio Potência Mental”, uma vez que tanto a Rádio La Colifata, de Buenos Aires (Argentina), quanto a Rádio Tam Tam, de Santos (São Paulo, Brasil), se denominam “pioneiras” na experiência de fazer rádio em Saúde Mental.

Talvez a escolha deste título deva-se a uma dívida com a rádio argentina, por ter inspirado a Rádio Nikosia, nossa “*madre*” espanhola. Não que a idéia de filiação seja a nossa favorita, mas é difícil não se reportar a essa “mãe” para contar a nossa história. Nessa lógica, pois, a Rádio La Colifata seria nossa “avó”, o que justificaria a escolha do título, embora haja quem diga que a Rádio Tam Tam seja, então, nossa bisavó.

A origem da Rádio Tam Tam remonta a 1989, quando decretada a intervenção da administração municipal de Santos sobre a Casa de Saúde Anchieta – conhecida como “A Casa dos Horrores” –, “após denúncia de mortes, superlotação (aproximadamente quinhentos internos para duzentas e noventa camas) e outras irregularidades”, tendo sido passada a direção para uma nova equipe de trabalhadores em Saúde Mental com a responsabilidade de desmontar o hospício (Lancetti, 1990, p. 141).

Uma das medidas tomadas foi a contratação do artista plástico e arte-educador Renato Di Renzo, através do qual se iniciou um trabalho terapêutico com proposta artística e cultural, sendo uma das iniciativas justamente a rádio que, carregando o *slogan* “um programa do tamanho da sua loucura”, era “feita pelos próprios pacientes que se auto denominavam ‘loucutores’” e utilizavam nomes artísticos. Começou como experiência dentro do Anchieta e em 1990 passou a ser veiculada pela Rádio Universal AM. (Associação Projeto Tam Tam, 2009)

---

<sup>7</sup> Embora variem as denominações próprias das várias experiências, reconhecendo-se como “emissoras”, “programas” ou “intervenções” em rádio, dentre outras, aqui se reúnem sob o título “rádio”. Conhecidas suas diferenças, fazemos esta escolha considerando que o que interessa ao texto neste momento é pensá-las enquanto produtoras de rádio, seja de um programa mensal ou de uma emissora independente em inter-relação com outras.

As emissões de rádio duraram sete anos<sup>8</sup> (Monfort, 2004), produzindo arte e desfazendo discriminação a partir do encontro. Di Renzo é contrário à “inclusão da diferença” quando alocada em categorias pré-definidas como a “doença mental”, defendendo que ela é inerente ao humano. Ele explica: “o nosso trabalho passa de ‘rolo compressor’ sobre todos esses (pré) conceitos; o que queremos é o homem vivo, desejante, feliz. Cada qual a seu tempo, a seu ritmo, construindo uma sociedade com qualidade de vida relacional e pulsante”, e “se não for assim, então não acontece, se torna mentira, relação de poder, relação de dor, dó, doença, piedade e não, relação de via dupla, de cuidado” (Di Renzo, 2009). A página do Projeto na internet (Associação Projeto Tam Tam, 2009) conta que a rádio serviu “de modelo para outras iniciativas, como a Rádio La Colifata (Argentina), o Projeto Lokomotiva (Rio Grande do Norte) e a Rádio Trovão (Praia Grande).”

A Rádio La Colifata, por sua vez, emite ainda, regular e semanalmente desde 1991, de dentro do Hospital Psiquiátrico José Tiburcio Borda, em Buenos Aires, capital da Argentina. A iniciativa teve início em 1986, através de um grupo chamado “Cooperanza”, conhecido naquela época como “la Peña Carlos Gardel”, que entrou no hospital com o intuito de “desdibujar las gruesas líneas que dividían el adentro del afuera”. O psicólogo Alfredo Olivera, um dos voluntários, resolveu gravar os internos e “a partir de usar ese grabador – un Westinghouse enorme – se podía lograr que los internos del Hospital volvieran a tomar la palabra, que recuperaran la voz y que eso además quedase registrado”, conta Laura Gobet, coordenadora do projeto juntamente com Alfredo Olivera. (Manu Chao, 2009)

A Rádio FM Comunitária S.O.S. de San Andrés, província de Buenos Aires, conheceu o trabalho e convidou Alfredo Olivera para falar da loucura, ao que este propôs veicular as produções gravadas dentro do hospital, dando origem a *La columna de los Internos del Borda*. A coluna, composta por alguns minutos editados das gravações no hospital, recebia telefonemas dos ouvintes, que eram também gravados e levados aos internos, para que se estabelecesse uma rede de conversação com “os

---

<sup>8</sup> O “Projeto Tam Tam”, no entanto, está ativo até hoje como uma ONG que promove diversas iniciativas culturais (Associação Projeto Tam Tam, 2009).

de fora". Depois de um tempo, por ser muito "solene", os internos modificaram o nome da coluna para *La Colifata*, da gíria que significa "maluco adorável". (*idem*)

Em 1991, La Colifata se independizou da rádio de San Andrés e do grupo Cooperanza, e, com a doação de aparelhos eletrônicos por parceiros da comunidade, tornou-se uma emissora autônoma operando de dentro do hospital. Desde lá, reunidos no pátio do mesmo, emitem ao vivo nos sábados, das 14 às 18h, para trinta quadras imediatamente vizinhas, e suas gravações são veiculadas em forma de programas curtos em cerca de trinta outras emissoras nacionais e internacionais. (*ibidem*; Olivera, 2003).

A rádio é aberta, recebendo ex-internos do hospital e pessoas da comunidade para assistir e participar das emissões, com temas, quadros e programação variados, de acordo com o que os colifatos trazem para o espaço da rádio. A cada emissão, participam cerca de trinta a quarenta internos e entre dez e vinte pessoas da comunidade (*idem*).

20 temas para reir, para llorar, para meditar... sobre la vida, la muerte, las madres, la soledad, el amor, el tango, el Papa de Roma, Nerón, el fin del mundo, el sol y más viejas locas... Un viaje loco en este mundo de locos, los de afuera y los de adentro, todos revolcándose en el mismo melao ...

Un viaje que se puede uno descargar gratuitamente pa' llevarlo pa' su casa, coche, trabajo, cama, escoba, burro o caballo y escuchar lo que dicen y opinan los colifatos a los cuatro vientos del horizonte. Esperamos de todo corazón que ese viaje os sea beneficioso y no os dé ganas de salir corriendo a refugiarse en algún manicomio... [sobre o último CD realizado em colaboração com Manu Chao]<sup>9</sup> (Radio La Colifata, 2009)

Laura Gobet define o projeto como "un espacio de encuentro y empoderamiento que habilita la posibilidad de pensar los medios como canales de transformación" (Manu Chao, 2009). Olivera (1999) apresenta o projeto com ambições que ele chama de políticas, ético-terapêuticas e estéticas. Políticas porque pretendem

---

<sup>9</sup> Além dos programas emitidos do pátio do hospital e de participações em outras rádios, inclusive de outros países, La Colifata já realizou programas de TV, gravou dois CD com o cantor Manu Chao, intitulados *Viva La Colifata* e *La Colifata: siempre fui loco!*, mixando vozes da Colifata com suas músicas e canções de artistas de rua de Barcelona, Espanha (ver em <http://mordorsonoro.blogspot.com/2009/08/viva-la-colifata-disco-gratuito-de-manu.html> e em <http://www.vivalacolifata.org/>), além do documentário *LT22 Radio La Colifata*, de Carlos Larondo, lançado em 2007 (ver em <http://www.lacolifatadocumental.blogspot.com/>), entre vários outros projetos levados a cabo, como a propaganda publicitária da bebida Aquarius (ver em <http://www.youtube.com/watch?v=yTvfVCgBPU>).

intervir na transformação das instituições de saúde mental, num compromisso de desmanicomialização; ético-terapêuticas porque comprometidas com “rescate y producción de subjetividad” que é “condición necesaria para iniciar cualquier proceso de democratización que se asienta em la idea del reconocimiento del ‘otro’ como capaz de producir diferencia”; e estéticas porque criam a partir da dor e de metáforas amplificadoras de seu sentido, abarcando “aquello que se escapa, que es indecible, que gusta o que no, que se siente”.

Em outro texto, Olivera (2003) enfoca a ambição terapêutica do trabalho situando-a como um “vector entre los 2 campos de intervención propuestos, el clínico y el comunitario”. A clínica é pensada a partir da noção de psicose, do trabalho com a intencionalidade da palavra de nome próprio e da inserção do microfone como terceiro na relação com o terapeuta. A partir disso, Olivera e Gobet “realizan interconsultas con los profesionales del Borda y abrieron un espacio, cada viernes, para conversar con todos los internos que lo necesiten” (Manu Chao, 2009).

A dimensão comunitária é trabalhada a partir da intervenção contra o estigma da periculosidade do louco, promovendo saúde mental. “En este campo ya no pensamos en términos de psicosis sino de ‘locura’, locura como construcción social”, diz Olivera (2003). Gobet (apud Manu Chao, 2009) também defende que: "Trabajamos en dos campos: hacia la comunidad en una función antiestigma y hacia los colifatos como colectivo, para que puedan empoderarse y generar algo distinto en relación a su sufrimiento".

A interseção clínico-comunitária é a mesma interseção dentro-fora do manicômio, respondendo às iniciativas pioneiras do grupo Cooperanza de romper as barreiras que separam o dentro do fora, num esforço de

restauración de la red social y de la valoración del discurso individual de los internos, como una manera de trabajar en salud tanto o más eficiente que la puesta en marcha por los mismos dispositivos hospitalarios. La tarea de la radio se centra en la *reconstrucción* identitaria y personal (en tanto persona) de cada paciente, en un rescate que se realiza a través de la recuperación del *decir*, de la revalorización de las particularidades de cada discurso y de su vehiculización a través de los medios de comunicación. (Correa-Urquiza, 2009, p. 46)

Para Gobet (apud Manu Chao, 2009), essas intenções de romper muros são superadas à medida que, se antes os hospitais psiquiátricos incidiam em repressão e alienação e havia de se recuperar a palavra e a identidade aos internos, hoje a lógica da desinstitucionalização tem sido a tal ponto expulsiva que a algumas pessoas só resta a rua para viver. A Colifata habitaria a interseção, nem fora nem dentro do hospital, à medida que serve tanto aos internos quanto aos que vivem na rua, como um espaço de contenção e encontro.

Outro dos efeitos da Rádio La Colifata é a contaminação mundial que faz nascer muitas outras rádios, tais como: Rádio *Zondita* (Hospital Psiquiátrico El Zonda – San Juan, Argentina); Rádio *Vilardevoz* (Hospital Psiquiátrico Vilardebo – Montevideo, Uruguai); Rádio *Durchegknallt* (Centro de Saúde de Nuremberg, Alemanha); Rádio *El encendedor* (Hospital Psiquiátrico Melchor Romero – Buenos Aires, Argentina), Rádio *La Vitrina* (Centro de Saúde Mental de Collado Villalba, Espanha); Rádio *Estación Paraíso* (Hospital Psiquiátrico El Peral – Santiago do Chile); entre outras. (Olivera, 1999; 2003)

Além dessas, outra rádio inspirada diretamente pela La Colifata é a Rádio Nikosia, da Espanha, que merece atenção especial em função da sua ligação com a proposta do Coletivo Potência Mental. Ela emite seus programas semanalmente, às quartas-feiras, das 16 às 18h, ao vivo, desde 2003. Veicula pela Rádio *Contrabanda FM*<sup>10</sup>, da *Asociación Cultural Contrabanda FM*, uma emissora de comunicação livre e comunitária, sem fins comerciais, localizada em frente à Plaza Real em pleno centro de Barcelona e mantida por coletivos defensores de discursos marginais frente às grandes mídias. (Correa-Urquiza, 2009)

---

<sup>10</sup> Embora a sede da Rádio Nikosia seja a Rádio Contrabanda FM, a mesma denomina-se uma “emissora transversal”, pois se utiliza de vários canais de comunicação para a difusão de uma palavra emitida pela perspectiva da loucura (Correa-Urquiza, 2009). Participa com intervenções semanais em outras duas rádios da Espanha (*Cadena SER* – [www.cadenaser.com](http://www.cadenaser.com) – no programa *La Ventana* e *Com Radio* – [www.comradio.com](http://www.comradio.com) – no programa *Tal Com Som*), mantém vários fóruns online ([www.lavanguardia.es](http://www.lavanguardia.es) e <http://radionikosia.foroactivo.com> são exemplos), participou de produções de vídeo, tal qual o documentário *El Revés del tapiz de la locura*, de Adriana Leira (<http://elrevesdeltapizdelalocura.blogspot.com>) e a participação no projeto *Horitzó TV: Perspectives duna altra televisió possible* ([www.horitzo.tv](http://www.horitzo.tv)), com o programa *Nikosia Visió*, que teve três edições, realiza palestras e publicou um livro (*El libro de Radio Nikosia: voces que hablan desde la locura*, Editora Gedisa: Barcelona, 2005), dentre outras intervenções, como suas páginas na internet: <http://radionikosia.org>, <http://www.radionikosia.blogspot.com>, <http://nikosia.contrabanda.org>, por exemplo, onde se encontram links para os programas gravados e armazenados em um podcast. Para maiores informações sobre a emissora Contrabanda: <http://www.contrabanda.org>.

Palombini, Cabral e Belloc (2008, p. 5; Palombini, Streppel, Cabral e Belloc, no prelo) realçam a importância da localização da emissora que abriu espaço à Rádio Nikosia: “Contextualizar que se está no centro da cidade, numa rota turística, que se ocupa metade de um andar e que esse espaço de trabalho é uma rádio livre, não comercial, não é mero capricho. É apresentar de forma clara a sua proposta”. E a proposta é ocupar a cidade com vozes que ela mesma tentou calar.

Diz o texto de apresentação da página do coletivo na internet (Radio Nikosia, 2010):

Radio Nikosia son más de 40 personas que se reúnen para darle forma a ese intento de hablar de la locura desde la voz que la sufre, para soltarse a esa posibilidad de hacer un tipo de política de subsuelo, cierta militancia desde el margen que, en definitiva, aquí se reinventa como un tipo de catarsis que abre nuevas puertas. Radio Nikosia increpa a la locura, la cuestiona, se refugia en ella, la expulsa, la redefine, la ubica en el lugar de lo normal, la abraza, convive con ella y sus vaivenes; la padece.

Em alguma medida, o contexto atual do trato à saúde mental na Espanha dimensiona a atuação da Nikosia em suas diferenças com sua “*madre*” latino-americana, La Colifata. A Espanha, especialmente o estado da Cataluña, onde Barcelona está localizada, encontra-se num processo que podemos chamar de pós-Reforma Psiquiátrica, com uma rede de serviços substitutivos ao manicômio já bem estabelecida e bastante funcional. A rede permite relativa autonomia às pessoas acometidas com sofrimento psíquico, através de Centros e Hospitais-Dia, Moradias Assistidas, Centros de Inserção no Trabalho, Centros de Formação, Centros de Convivência, entre outros serviços que dão assistência à saúde sem acometer a liberdade dos seus usuários de ir e vir e de fazer escolhas sobre a própria vida. (Correa-Urquiza, 2009; Palombini, Cabral e Belloc, 2008)

Este avanço, no entanto, não garante por si só o fim da exclusão social e da discriminação que essas pessoas sofrem, justamente porque os programas de reabilitação psicossocial acabam por reinstitucionalizar as pessoas em sofrimento psíquico num modelo, dessa vez descentralizado, mas que continua a ser em certa medida o único nicho de vida do sujeito, sempre referido à sua condição psiquiátrica e situação de pertença aos serviços de saúde. O modelo biomédico do trato à saúde

mental, hegemônico na rede, reduz os sujeitos à sua doença, uma vez que personifica as nosologias, as estratégias terapêuticas e os medicamentos e coisifica as pessoas acometidas a essa “dimensão social do sofrimento”, para usar as palavras de Martínez Hernández et al. (2006; Correa-Urquiza, 2009; Palombini, Cabral e Belloc, 2008).

Diante desse cenário, em fins de 2002, partindo de uma pesquisa feita com a Rádio La Colifata, o licenciado em Ciências da Comunicação, antropólogo e então doutorando em Antropologia Martín Correa-Urquiza, em parceria com a também antropóloga e trabalhadora social Nella Gonzalo, começa a pensar a possibilidade de uma experiência similar em Barcelona. A intenção, no entanto, era que fosse, ao contrário da Colifata, uma ação descomprometida com a dimensão terapêutica e clínica propriamente dita no trato com a saúde mental, para que se proporcionassem outros papéis sociais aos chamados diagnosticados, longe das amarras do modelo biomédico. “En resumen, la idea es intervenir mediante acciones que apunten a deconstruir una situación de exclusión y que incorporen en sí mismas la participación de las personas afectadas”, conta Correa-Urquiza (2009, p. 48), aproximando a iniciativa àquela do Teatro do Oprimido, no Rio de Janeiro, Brasil.

O projeto foi apresentado a uma associação que teve um papel importante na efetuação da Reforma Psiquiátrica e atualmente coordena Centros de Dia, Clubes Sociais e Centros de Inserção no Trabalho - *Asociación Joia de Barcelona* –, por intermédio da qual se fez contato com usuários da rede de serviços e formou-se um primeiro grupo de pessoas interessadas em fazer rádio, a maioria das quais se mantém até hoje. Em 2003 iniciaram-se as emissões pela Rádio Contrabanda, bem como as assembleias semanais de produção do programa, às segundas-feiras. Ao final de 2007, num processo de tomada de poder pelos nikosianos<sup>11</sup>, o coletivo decide separar-se da Associação Joia, com a qual havia se estabelecido alguns conflitos, para se autogestionar como entidade independente. Os redatores nikosianos criam, assim, a

---

<sup>11</sup> Assim denominam-se os diagnosticados que realizam os programas da Nikosia ao lado dos “coordenadores”, como são chamados os profissionais – antropólogos, psicólogos e jornalistas – que acompanham o trabalho.

*Asociación Socio-Cultural Radio Nikosia*, a partir do que se reafirma o desatrelamento do mundo da “saúde mental” e a vinculação ao nicho da cultura<sup>12</sup>.

Correa-Urquiza (2009) conta que

Había una necesidad de explicarse, de contar la *propia verdad*. Era como si estuviesen *ávidos* por decir, por hablarle a los micrófonos, *ávidos* por explicarle a su entorno, a la sociedad en general, que *era necesario desarmar el estigma que gira alrededor de la locura*. (p. 54)

No entanto,

En todo momento, para los redactores se evidencio importante el hecho de no hablar siempre de *salud mental*. Creían necesario tratar temáticas relacionadas con la urgencia de reivindicar sus derechos como ciudadanos y como personas con experiencia en el ámbito de la locura, pero al mismo tiempo veían fundamental tocar cuestiones ligadas a lo *cultural*, al interés general, “como se haría en cualquier otro medio de comunicación”, en palabras de Rosa. En ese vaivén entre una dimensión *reivindicativa* y otra que podríamos denominar como *lúdico-cultural-creativa* se fueron gestando y produciendo las emisiones. (p. 61)

O nikosiano Nacho, apresentando-se aos ouvintes no primeiro programa, reforça essa intenção de fazer a loucura superar o mundo da “saúde mental” para habitar o mundo da cultura, através do que transcreve Correa-Urquiza: “No recuerdo quién dijo que la sociedad sale beneficiada de tipos con determinados tipos de locura. Este programa servirá de puente entre vosotros y nosotros. Puede prometer” (p. 59).

O autor ainda conta que no início, embora querendo emitir sua própria voz, os nikosianos tinham dificuldade em fazerem-se espontâneos e agarravam-se a textos escritos previamente, com, por exemplo, definições do dicionário acerca do tema que pretendiam tratar no programa. Aos poucos puderam se desprender dos discursos hegemônicos e construir um espaço de veiculação das próprias verdades. Diminuíram os usos do dicionário e habilitaram-se a recriar conceitos. O autor se utiliza do termo

---

<sup>12</sup> Belloc (2010) discute como a criação desta Associação possibilitou a horizontalização das relações entre nikosianos e coordenadores, a partir da “rebelião dos saberes profanos” (Correa-Urquiza, 2009) que se efetua especialmente a partir do rompimento com a Associação Joia. Essa quebra com o universo da saúde em direção ao mundo da cultura deslocou os profissionais do lugar de *experts*, permitindo-lhes “falar também desde o saber profano de sua própria experiência com a loucura, com os seus sofrimentos particulares, a partir de sua historicidade” (Belloc, 2010, p. 176), deixando-se, ao mesmo tempo, o posto de *expert* disponível aos nikosianos. Um processo de semelhante borramento de fronteiras fica visível no Potência Mental a partir da aplicação do termo *locutores* a todos os participantes, diagnosticados ou não, como veremos adiante.

*umbral* para caracterizar esse espaço de limite, limite entre ser louco e *cuerto*<sup>13</sup>, espaço de esfacelamento do que já foi para abrir caminho às novas possibilidades, espaço próprio de criação e de abertura a discursos outros, espaço do *entre* e do acontecimento aliado à espontaneidade.

O próprio nome Nikosia provém desse estado limite, pois remete à Nicosia, capital do Chipre, que até 2007 era a última capital europeia dividida, no caso, com a Turquia. Eis o texto que abre todos os programas da Nikosia:

Nikosia es la última ciudad dividida. Por murallas, ideas, religiones y un supuesto abismo cultural. Creemos, que de una u otra manera, todos llevamos cierta Nikosia dentro de la geografía del cuerpo y la mente. Alguien separó en dos a Nikosia, pero nosotros viajamos constantemente a un lado y otro de esa frontera. Y es desde este dualismo, desde este vaivén que vamos aquí a contar nuestra historia; que es tan real y legítima como cualquier otra. (Correa-Urquiza, 2009, p. 68).

Outro impasse, para além do aprisionamento ao dicionário, foi o caos insistente nas assembleias de produção dos programas. A questão da organização, para que todos possam falar e ser ouvidos, parece ser crucial para os participantes da Nikosia. Conta-se que a questão de falar demais e todos ao mesmo tempo, depois de muito desgaste, foi resolvida instituindo-se o papel de *coordenador de assembleia*, responsável por fazer circular a palavra entre todos que queiram, contendo-se a própria quando demasiada. Nos programas, geralmente quem sugere o tema responsabiliza-se pelo ordenamento dos quadros e das participações de cada nikosiano.

O coordenador do programa se preocupa em dar espaço para que todos fale, primeiramente nomeando cada um dos presentes [...]. Chama a todos para cumprimentarem os ouvintes no ar, manda um alô caloroso a todas as rádios parceiras espalhadas pelo mundo e comenta um pouco o tema do dia, lembrando sempre nossos meios de contato para que as pessoas que nos escutem possam participar do programa, chamando ao vivo, mandando mensagens pela *web* etc. Ressaltamos esse convite à palavra, esse convite à participação. (Cabral e Belloc, 2009, p. 270)

A instauração do coordenador de assembleia resolve também, para Correa-Urquiza (2009), a questão do papel dos profissionais (antropólogos, psicólogos e jornalistas chamados *coordenadores*), nas emissões (e também fora delas), relegados a

---

<sup>13</sup> Termo espanhol para denominar pessoas não acometidas por sofrimento psíquico, ditas “sãs”.

acompanhar e dar sustentação à experiência, assim como orientar as discussões para retomar algum ponto importante, ou fazer uma intervenção curta. No geral, são “*provocador[es] del acontecimiento*” (p. 87), asseguram os temas que devem ser tratados, sustentam as intervenções e tentam “equilibrar” as assembléias. O autor conta que, de início resguardado aos bastidores, passou a participar mais do programa no ar pela satisfação dos nikosianos referente a um sentimento de equipe, mas faz questão de enfatizar que “*aún hoy participo de tanto en tanto, pero de todas maneras el ‘aire’, los micrófonos, son de los nikosianos*” (p. 61).

Antes de avançar no sentido das rádios “*hermanas*”, talvez seja importante fazer um retorno a outra rádio que, nessa metáfora familiar, sugere ser, então, nossa tataravó. Porque se tanto a Rádio Tam Tam quanto a Rádio Colifata se dizem pioneiras, o são à medida que levam adiante uma experiência ainda anterior, de uma rádio nascida em terras italianas, mais precisamente em Trieste, em meio ao solo fértil da desinstitucionalização basagliana. A Rádio Fragola é hoje uma emissora comunitária com programação completa, e comemora em 2011 vinte e sete anos de plena atividade, iniciada no pavilhão M do antigo Hospital Psiquiátrico de Trieste, aproveitando o espaço deixado após o fechamento do manicômio. O nome da rádio (“Rádio Morango”, em português) foi inspirado num bar que funcionava como ponto de encontro de jovens e novas tendências, chamado *Il posto delle fragole*. Dois anos depois, a Cooperativa *La Collina* passa a administrar a rádio, tendo passado, mais tarde, em 2002, à administração da Cooperativa *La Piazzetta*. (Crapiz, 2000; Dipartimento di Salute Mentale Trieste, 2011c)

Desde 1984, emite-se “una voce libera, protagonista del cambiamento, del processo di deistituzionalizzazione iniziato da Franco Basaglia con l’apertura dei manicomi” (Atri, 2009). Assim, a ação é tão terapêutica quanto mais for comunitária e cultural, na medida em que brota do universo do cuidado em saúde mental pela via da inserção no universo do trabalho, da cultura e da intervenção sobre a cidade, promovendo outras formas de viver, pensar e lidar com a loucura, a saúde mental e tantos outros temas limítrofes.

A Cooperativa Social *La Piazzetta* atua com a Rádio frente à geração de emprego e renda trabalhando com comunicação social. As Cooperativas Sociais de Trieste, compostas por diagnosticados e não-diagnosticados, executam e gestam serviços de saúde, cuidado, reabilitação, inclusão, educação, habitação, socialização e geração de emprego a pessoas com histórico psiquiátrico ou situação de risco e exclusão social, em parceria com o Departamento de Saúde Mental (DSM), setor da *Azienda per i Servizi Sanitari n. 1* (ou “Escritório para Serviços Sanitários”) de Trieste, responsável pela promoção, prevenção e reabilitação em saúde mental. O DSM e as cooperativas visam extinguir qualquer tipo de discriminação ou estigmatização e promover cidadania, articulando clínica e território e trabalhando em conjunto com o distrito, as comunidades e as instituições. (Azienda per i Servizi Sanitari nº 1 – Triestina, 2010; Dipartimento di Salute Mentale Trieste, 2011a; 2011b)

Nascida de uma crítica às instituições, a Rádio Fragola pretende discutir, além de saúde pública, também sobre as prisões, dependências, marginalidade, migração, ciência, dentre muitos temas. É dirigida pelo jornalista Alessandro Metz e feita por homens, mulheres e jovens, envolvidos com a saúde mental ou não, que vivem e interessam-se pela vida da cidade e do país, abrindo espaço para comunidades, organizações trabalhistas, movimentos, instituições, associações. Sua programação conta com informação alternativa, música variada, entretenimento, cultura, tecnologia, esporte, atuando como uma autêntica rádio comunitária (e profissionalizada) à medida que tem como eixos norteadores a informação, a comunidade e o território. Objetiva prestar serviços à cidade desde um posicionamento político de esquerda. Em 1998, vincula-se ao circuito *Popolare Network* (ou “Rede Popular”), rede italiana de estações de rádio nascida no início dos anos noventa a partir da histórica Rádio Popolare de Milão, permitindo-lhe veicular programas para toda a Itália, em determinados horários. (Atri, 2009; Dipartimento di Salute Mentale Trieste, 2011c; 2011d; Radio Fragola, 2011; Triesteabile, 2011)

A equipe da rádio ainda oferece oficinas de comunicação para crianças e adolescentes, faz planejamento de eventos e criação de material de divulgação,

jornalismo impresso, serviços técnicos de som, dentre outras atividades (Radio Fragola, 2011).<sup>14</sup>

Situados, então, os trabalhos pioneiros com rádio e saúde mental, resta-nos citar algumas outras experiências, chamadas “*hermanas*”, em geral referidas ao contexto dos serviços de saúde, trazendo também para a cena a marca importante da universidade.

Roldão e Moreira (2007), por exemplo, contam a experiência do programa de rádio Maluco Beleza, realizado desde 2002 no Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, em Campinas, São Paulo, Brasil. O serviço surge em 1990, através de uma co-gestão filantrópica com a prefeitura municipal para reestruturação, por influências do movimento da Reforma Psiquiátrica, do serviço que nasceu como um hospício, em 1924. Em 1995, no mote dessa reestruturação, contrata-se um jornalista para realizar uma campanha institucional que aos poucos vai se remodelando de forma a atuar como ferramenta de reabilitação psicossocial aos usuários, de onde surge a rádio<sup>15</sup>.

Segundo os autores, o projeto objetiva “trabalhar na mídia a imagem da ‘loucura’ na sociedade, visando a reinserção social dos usuários [...], criar e zelar pela boa imagem da reforma psiquiátrica na mídia” (p. 73), promover a venda dos produtos das oficinas de trabalho e atelier de arte, e ser, especialmente, instrumento de cidadania, de “construção e reconstrução de identidade, [...] [e] de ampliação de possibilidades pessoais e coletivas” (p. 73). Isso porque pretende atuar como ferramenta de “ressocialização dos marginalizados” (p. 75), de inclusão da memória dos usuários à história coletiva e de evolução terapêutica, com “a melhora da auto-estima, a capacitação para falar em público, a maior argumentação, a autonomia para a luta pelos seus direitos, a participação social de forma mais ampliada” (p. 78) e a melhoria geral do quadro clínico.

---

<sup>14</sup> A página da Rádio Fragola na internet é: <http://www.radiofragola.com>.

<sup>15</sup> Além da rádio, segundo Roldão e Moreira (2007) e a página do serviço na internet (Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, 2011), os usuários também escrevem o *Jornal C@ndura: Espaço Aberto para um Novo Pensamento*, participam de oficinas de fotografia e de capacitação em comunicação audiovisual do Ponto de Cultura Maluco Beleza e já realizaram, através de uma oficina de TV, dois vídeos veiculados pela TV PUC.

São cerca de vinte “locutores”, como são chamados os usuários participantes, a exemplo da Rádio Tam Tam. A não interferência do jornalista profissional na produção dos programas de rádio é posta em relevo por Roldão e Moreira (2007), no que se conforma com a democratização da comunicação. As reuniões de produção são semanais e o programa é gravado, editado e veiculado pela Rádio Educativa de Campinas FM, uma emissora pública municipal, dia 10 de todo mês, às 10h, tendo uma hora de duração e sendo reapresentado às 22h. Segundo os autores, o mesmo tem caráter jornalístico e é composto por vários quadros: debates, entrevistas, músicas, enquetes, novos talentos, entre outros. Os “temas têm se caracterizado pelos direitos humanos aplicados na problemática das pessoas que possuem problema mental” (p. 76)<sup>16</sup>.

Em 2008 o Ministério da Cultura reconheceu o projeto como Ponto de Cultura, dando origem a cursos de capacitação destinados aos usuários do Cândia e à comunidade, além da implementação de um estúdio de rádio e uma sala de inclusão digital no serviço. Em 2009, o projeto foi selecionado como Ponto de Cultura Estadual, através do qual são financiadas iniciativas para produção de vídeos. Em 2010, implantou-se a *Rádio Maluco Beleza online*, contando com toda uma programação de quinze horas diárias, com programas feitos por usuários do serviço, trabalhadores e comunidade, que pode ser ouvida acessando-se o site do serviço. (Serviço de Saúde Dr. Cândia Ferreira, 2011)

Outra experiência é a de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, onde se apresenta o programa de rádio De Perto Ninguém é Normal (nome inspirado pela frase de Nelson Rodrigues: “Se olhar, de perto ninguém é normal”). É produzido por usuários do Caps Prado Veppo e coordenado por Ângela Melo, técnica em Saúde Mental, e veiculado ao vivo<sup>17</sup> na *Rádio Universidade* da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem o objetivo de “trabalhar a articulação entre pessoas com sofrimento psíquico e os diversos dispositivos sociais e culturais que auxiliam na

---

<sup>16</sup> Além disso, o grupo fez a cobertura do III e do X Fórum Social Mundial, na região metropolitana de Porto Alegre (no último, inclusive, encontrou-se com dois participantes do Potência Mental, trocando entrevistas a serem veiculadas nos seus respectivos programas), e do I Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, e tem ganhado cada vez mais relevância social.

<sup>17</sup> O programa é veiculado ao vivo desde 2007, até então era gravado e editado por uma equipe técnica.

promoção de saúde, [...] utilizando a interligação entre a comunicação social e a saúde mental como meio terapêutico” (Melo e Magnago, 2008, p. 122). Enfatiza-se o fato do programa ser inteiramente produzido por cerca de quinze usuários que revezam as tarefas da produção radiofônica.

Esta experiência iniciou-se em 1999 por iniciativa do curso de psicologia da UFSM, através do SAISM (Serviço de Atenção Integral à Saúde Mental). Em 2002, a coordenação passou a ficar a cargo do Caps. Depois de um período de interrupção na produção dos programas, o mesmo voltou a ser apresentado em 2006.

O programa é quinzenal, vai ao ar sempre às segundas-feiras, às 17h, sendo reapresentado na semana seguinte, e tem uma hora de duração. Segundo o *Portal Rádio Universidade* na internet, “apresenta entrevistas com profissionais de saúde, quadros musicais, [...] humor, poesia e variedades”, destacando-se os quadros *Quem ri por último ri melhor*, *Radionovela*, *Falando Sério* (entrevista com alguém que realizou um trabalho importante para a comunidade), *Poesia e Companhia* (divulgação das próprias poesias) e *Mentes em Ação* (mensagens de reflexão). (Ferrari, 2007; Melo e Magnago, 2008; Portal Rádio Universidade, 2010; Rivé, 2008)

Na cidade de Santa Cruz do Sul, também no estado do Rio Grande do Sul, houve o processo inverso de Santa Maria. O Caps do município propôs ao Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) a realização de uma oficina de rádio com os usuários do serviço, que passou a acontecer através do *Projeto de Extensão Rádio Universitária: uma experiência de programação*. Mello (2001) conta como a ambição terapêutica do Caps conjugou-se com a possibilidade da universidade adentrar pela primeira vez no campo da comunicação comunitária, dando origem ao programa *Papo Cabeça*, veiculado na Rádio Gazeta, rádio comercial local. Semanalmente às quintas-feiras, em encontros de uma hora e meia, são produzidos e gravados os programas emitidos quinzenalmente aos domingos, das 19h30 às 20h. (Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010)

A experiência acontece desde 1999, e tem três vértices de sustentação: a democratização dos meios de comunicação, a comunicação comunitária como possibilidade de socialização e luta contra a discriminação e a dimensão terapêutica

dessa ação, sob moldes que rompem com o modelo asilar de atenção à saúde mental, fornecendo uma espécie de treino de habilidades sociais, além da possibilidade de se ocupar novos papéis na comunidade. Tal qual a maioria das experiências de rádio realizadas em Caps, o processo de construção do programa foi lento, devido à amplitude do desafio deste novo trabalho, segundo Mello (2001). Só aos poucos os participantes usuários do serviço foram se apropriando das decisões e confiando no microfone e na própria espontaneidade. Os quadros que compõem o programa constituem-se de entrevistas, culinária, mensagens e poesias, além do quadro *História de Vida*, que acabou extinto porque os participantes se sentiam muito expostos. Também se ressalta a importância do programa ser feito pelos próprios usuários, especialmente no que se refere à locução, à medida que o roteiro é redigido por um estudante de jornalismo.

Ainda no Rio Grande do Sul, na cidade de São Lourenço do Sul, realiza-se o programa *Cuca Legal*, produzido pelos usuários e pela acompanhante terapêutica Renata Hammes do Caps Nossa Casa. Começou em 2005, por iniciativa da equipe interdisciplinar do serviço, “com o objetivo de promover reinserção social através da conquista de novos espaços na comunidade” (Hammes, 2008, p. 125) e promover cuidado partindo de uma noção integral de saúde. O programa é veiculado semanalmente na *Rádio Comunitária Vida FM*, relacionando-se diretamente com a comunidade e contando com informações de saúde, música e cultura.

Por fim, mostra-se necessário apresentar brevemente a experiência que, em última instância, promoveu o meu encontro com o Coletivo de Rádio Potência Mental. Nos anos de 2007 e 2008, realizou-se, em caráter de pesquisa de iniciação científica fomentada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), uma pesquisa-intervenção chamada *O Rádio como Agente de Subjetivação*, subsidiada pela realização de uma oficina de rádio com usuários do Caps de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul<sup>18</sup>. Os objetivos eram proporcionar “um novo meio de expressão e de ser-no-mundo aos portadores de sofrimento psíquico [...] [e] ampliar o alcance da intervenção para além

---

<sup>18</sup> A respeito dessa pesquisa, ver em Streppel e Francisco, 2008a; 2007b; Streppel, Francisco e Cadore, 2008; Cadore, Streppel e Francisco, 2008.

do ‘mercado interno’ [...], entrando na casa das pessoas e modificando seu modo de pensar sobre a loucura” (Streppel e Francisco, 2007a, p. 2).

No primeiro ano da experiência, as oficinas, quando possível realizadas com frequência semanal<sup>19</sup>, deram origem a apenas um programa da chamada Rádio CAPS. Eram coordenadas por mim e mais duas estudantes de psicologia, contavam com a participação de cerca de dez usuários do serviço e realizavam-se nas dependências do Caps, nos estúdios da *Rádio Universitária da URI* ou no laboratório do Grupo de Pesquisa em Educação à Distância (GPEAD) da Universidade.

Passado um primeiro momento de dúvidas e angústias, explodiram produções, debates, disputa pelo microfone (ou pelo gravador de fita cassete) e tentativas de organização do programa que, impossibilitado de ir ao ar por relações inter-institucionais com a emissora<sup>20</sup>, acabou circulando apenas dentro do serviço de saúde<sup>21</sup> e efetivamente falando *ao serviço*, num forte posicionamento político voltado ao funcionamento interno do Caps, especialmente através dos quadros *CAPS em Ação*, *CAPS em Notícias* e *Promessas Não Cumpridas*. Este último, juntamente com o quadro *Desabafo*, foi utilizado também para *falar à cidade* e sobre ela, além dos quadros *Histórias de Nossas Vidas* e *Espaço para Refletir* que serviam ao propósito de divulgar as memórias dos participantes acerca dos efeitos do adoecimento. Depois desse período de forte produção, imperou algo de um sentimento de culpa pelas “reclamações”, e o ano terminou com o esvaziamento da oficina. (Streppel e Francisco, 2008b; 2008a; Streppel, Francisco e Cadore, 2008)

No segundo ano da experiência, o grupo se renovou, e a ambição de veicular os programas foi enfim satisfeita, embora a emissão dos quatro programas gravados

---

<sup>19</sup> Nem sempre era possível manter a frequência das oficinas em função de uma série de atravessamentos inter-institucionais, como os trabalhados em Streppel e Francisco (2007b).

<sup>20</sup> Alguns dos conflitos que se estabeleceram referem-se à situação da emissora à época, pois passava por problemas de falta de pessoal e conseqüente falta de programação. A mesma se opunha a veicular um programa quinzenal – pois seriam essas as possibilidades de produção no momento –, mas uma das maiores questões que impediram a veiculação dos programas em 2007, assim como a demora para a veiculação em 2008, refere-se à resistência em veicular o discurso “inverossímil” dos participantes, que por vezes diziam, por exemplo, que Deus lhes falava ao ouvido ordenando atitudes ou que eram construtores de determinada estrada ou prédio da cidade.

<sup>21</sup> O programa também está disponível na internet no endereço eletrônico: <http://radiocaps.blogspot.com>.

durante o segundo semestre tenha se concentrado no penúltimo mês do ano. Contava-se com cerca de quinze participantes que renomearam o programa para *Programa FMil*. Os quadros *CAPS em Ação* e *CAPS em Notícias* foram suprimidos em benefício dos novos: *Coisas Que Eu Quero Dizer* e *CAPS em Família*. Essas mudanças dão uma pista da reorientação que teve essa segunda edição da oficina, acompanhando a perspectiva de veiculação pública dos programas. Destacaram-se temas como o próprio Caps novamente, embora muito menos como centro da intencionalidade da palavra e muito mais como pano de fundo, e especialmente assuntos do cotidiano e arte. Culinária, namoro, eleições municipais, legislação de trânsito, beleza, animais, religião e violência são alguns dos assuntos que acompanharam a explosão de músicas, poesias, “trovas” e uma nova alegria nos programas, dessa vez voltados muito mais à vida na comunidade, em detrimento da perspectiva do adoecimento, de certo modo substituído pelo da saúde. Viveu-se uma experiência de falar *para fora*. (Cadore, Streppel e Francisco, 2008; Streppel e Francisco, 2009)

Por uma série de questões (referentes à mudança de cidade da orientadora da pesquisa, assim como à minha própria), o projeto teve fim, não se sustentou sem a universidade. Algo do que ficou, a partir do meu contato com o Coletivo Potência Mental, é o estranhamento da posição “exterior” por mim mesma adotada, que, assim como dito sobre outras das experiências semelhantes, afirmava a importância de o programa ser realizado inteiramente por pessoas com histórico psiquiátrico<sup>22</sup>, sem a “contaminação” dos profissionais ou estudantes. Ficou também o estranhamento de como essa separação doente x são parecia mais forte naquela situação.

Tudo isto para, então, situar a experiência de produção de rádio que é objeto deste trabalho. O Coletivo de Rádio Potência Mental tem seu início em 2006, através de um grupo de residentes em Saúde Mental<sup>23</sup>, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul,

---

<sup>22</sup> Quando dizemos “histórico psiquiátrico”, queremos aludir tanto ao sofrimento psíquico (perspectiva das rádios com pretensão terapêutica) quanto ao tratamento psiquiátrico do mesmo que pode (ou pôde) acabar por provocar alienação, estigmatização e/ou exclusão das pessoas do convívio na cidade (perspectiva das rádios com a pretensão de conquistar espaços sociais para a loucura).

<sup>23</sup> Trata-se do Curso de Aperfeiçoamento Especializado em Saúde Mental, em regime de Residência Multiprofissional, edição de 2005-2006, em Parceria com a Universitat Rovira i Virgili, de Barcelona, e

Brasil, inspirado por um seminário da Residência ministrado por Martín Correa-Urquiza, diretor da Rádio Nikosia, sobre novas tecnologias terapêuticas.

As residentes<sup>24</sup>, então, a partir desse contato inicial com a proposta da Nikosia, iniciam contatos com várias rádios da cidade de Porto Alegre, encontrando suporte na *Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro*<sup>25</sup>. Reunindo usuários de diversos serviços de saúde de Porto Alegre e da cidade vizinha de Viamão, começam algumas veiculações no quadro *Comunidade em Ação* dessa emissora, onde esses usuários falam de suas vidas, seu tratamento, trabalho, entre outros temas. Essa produção configuraria uma espécie de atenção psicossocial num contexto de formação e trabalho em saúde e de conquista de espaços para a loucura no cotidiano da cidade, como indica um relatório das residentes:

Neste contexto, considera-se o uso da comunicação como um importante dispositivo que busca promover neste uma produção de subjetividade, bem como, uma tentativa de aproximação e resgate de laços sociais destes sujeitos, além da possibilidade de incitar uma ruptura e resignificação de concepções estigmatizantes e segregadoras. (Coletivo de Rádio Potência Mental, 2006b, p. 1)

O Coletivo vai amadurecendo e opta por criar um programa de rádio próprio, ainda dentro da janela *Comunidade em Ação*, com duração de trinta minutos, veiculado ao vivo. Trata-se de um programa de variedades, com foco nos temas relacionados à saúde mental. O nome *Potência Mental* surge no primeiro programa por sugestão de uma moradora do bairro, que reage ao convite para que a comunidade participe dessa decisão, telefonando e votando em outros nomes já pensados no Coletivo. Sua sugestão, no entanto, é a mais votada, determinando o nome que é, assim, uma tentativa importante de fazer laço com a comunidade ouvinte, bastante receptiva e participativa.

---

apoio do Núcleo de Educação em Saúde da Faculdade de Educação da UFRGS, com financiamento do Ministério da Saúde. Atualmente sob o nome de Residência Integrada Multiprofissional de Saúde Mental Coletiva, sob responsabilidade da UFRGS e em parceria com a rede de saúde mental dos municípios de Novo Hamburgo e Viamão, encontra-se, em 2011, na sua quarta edição.

<sup>24</sup> Neste grupo de residentes só havia mulheres.

<sup>25</sup> A rádio comunitária veicula na frequência FM 87,9 e abrange um raio de cerca de 10km no bairro Lomba do Pinheiro. Sua programação vai ao ar todos os dias, das 7 às 23h. Quem nos acompanha nos programas é o diretor da rádio, Flavio Cassal, que também é o presidente da associação do bairro.

A veiculação se dá quinzenalmente, nas sextas-feiras às 10h, durando de trinta a quarenta e cinco minutos, e a produção do programa se faz na semana anterior, numa reunião de conversas informais e planejamento de onde surgem as propostas temáticas e um esboço de como será o programa. No entanto, o programa ao vivo sempre implica remanejamentos na organização prévia, devido à freqüente ausência de uns e a outros imprevistos que forçam a utilização de improvisos, o que já, desde seu início, diz desse traço característico do funcionamento do Coletivo ao longo de sua trajetória, habitando o espaço do conflito *entre* um ordenamento e a espontaneidade na produção radiofônica.

Uma das marcas da Rádio em alguma medida se justifica pela sua trajetória de inserção institucional. Pretende-se um Coletivo independente, mas as redes que estabelece configuram muito do seu fazer. Neste primeiro ano, a experiência parece ter tido relação muito mais marcada com a luta antimanicomial, dando especial enfoque à conquista de novos espaços sociais para a loucura, tal qual a “*radio madre*” por quem se inspirou. A atuação se caracteriza como uma intervenção fora dos serviços de saúde, o que já constitui um diferencial frente a muitas das experiências anteriores, mas não se furta ao contorno da residência de saúde mental, como dissemos, e de uma conjuntura de atenção psicossocial. Como consta no projeto de pesquisa submetido a edital do CNPq (Palombini, 2007a, p. 2), o projeto possibilita “criar estratégias terapêuticas e políticas, colocando em conexão trabalhadores e usuários dos serviços substitutivos de saúde mental da cidade e os ouvintes de uma rádio local”. A isso liga-se, talvez, a predominância de temas muito mais voltados à saúde mental, moradia, cidadania, loucura e afins, ainda que tenham progressivamente aberto espaço para outros temas, como consta no registro de reuniões mantido pelos participantes (Coletivo de Rádio Potência Mental, 2006a). Nota-se que a programação era bem organizada e registrada, havendo inclusive comparações sistematizadas entre o que se planejou na reunião e o que se realizou no programa, diante dos imprevistos e dos improvisos.

A despeito do que previa o projeto do programa (Coletivo de Rádio Potência Mental, 2006c), que fosse coordenado pelas residentes e protagonizado pelos usuários

dos serviços, o seu fazer estabeleceu um compartilhamento de tarefas por todo o Coletivo, circulando entre residentes e usuários dos serviços de saúde e descentralizando as decisões (Nunes, 2007). Ainda assim, as residentes assumem “uma certa coordenação” que, mesmo não as colocando “em relação de hierarquia de importância com a posição deles” e constituindo nesse ponto uma simetria (Tibulo et al., 2006, p. 3), não deixa de permitir vislumbrar “alguns desafios, como por exemplo, [...] a busca de relações sociais mais horizontalizadas” (Coletivo de Rádio Potência Mental, 2006b, p. 1).

Diante desse conflito, as residentes, à época, relatam o que se configura como o germe de uma particularidade desta experiência com rádio e saúde mental:

Pensamos que o programa vem se constituindo um intenso canteiro de experimentações. Pois se já prevíamos a experimentação de novos lugares pelos usuários, que agora já podemos chamar nossos parceiros na produção da rádio, talvez não estivesse tão claro, no princípio, o desafio que seria para nós também ocuparmos outro lugar. [...] Afinal, estamos fazendo este programa para os usuários, em benefício deles? Ou é com eles que fizemos? E, mais, tomamos ali a comunicação como um meio pelo qual acontece a atenção psicossocial? E assim seria uma intervenção da saúde? Ou é possível pensar na rádio, não como meio, mas como a produção em si? (TIBULO et al., 2006, p. 3)

Na trilha desses questionamentos, aos poucos, o foco nos temas mais relacionados à loucura, sofrimento psíquico e conquista de espaços sociais vai abrindo espaço para outros, como futebol, sorte, moradia e ciúmes, tendo ficado registrada a fala de uma participante: “É bom porque aqui a gente se identifica não só pela loucura, mas pelas coisas da vida” (*idem*, p. 3).<sup>26</sup>

Dos locutores<sup>27</sup> atuais, o José, a Sô e o Valdir já estavam presentes, e, como era de se esperar, muitos dos *repentes* de alegria nos programas, como a inserção de

---

<sup>26</sup> Em 2006, a Rádio Potência Mental é apresentada no *Congreso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos* (Buenos Aires, Argentina), na mesa “Encuentro de radios y experiencias que piensan el uso de medios para trabajar en salud”, acompanhados de, dentre outros, Alfredo Olivera e Laura Gobet, coordenadores da Rádio La Colifata.

<sup>27</sup> Como se nota, o termo “locutores” é adotado pelo Coletivo Potência Mental, através de uma ideia da Sô, mas já era utilizado pela Rádio Tam Tam, bem como pela Maluco Beleza, de Campinas. No presente caso, refere-se a todos os participantes, diagnosticados ou não, o que já indica uma das peculiaridades dessa proposta. Quanto aos diagnosticados, no início destes escritos, não sabíamos como chamá-los. Algo do texto original sobre eles era “a princípio e em teoria pessoas em sofrimento psíquico, ou, em outras palavras, psicóticos ou loucos”. Pensada a diferença entre os termos

música e temáticas risonhas, como futebol, por exemplo, tinham a participação do Valdir. Esse *malandro*<sup>28</sup> compositor, ao passo que coloria a severidade da programação de 2006, começa o relato escrito em 2009 acerca de sua trajetória com: “Meu nome é Valdir e sou usuario di remédio da saudi pisiquitra”<sup>29</sup>. Depois de muito discorrer sobre sua história de adoecimento, escreve: “E como todo artista tem um inicio eu tive o meu em dois mil e quatro”, seguindo: “Tive oportunity de conhecer a radio Lomba do Pinheiro que nos da a oportunity de levar a mensagem da nossa nomi [...] poxa eu acho que meu sonho de compositor si realiza a cada minuto segundo e instânti”, e só então passa a falar de sua participação no Coletivo de Rádio, caracterizando, além do aspecto da saúde, os da vida e da arte que começavam a se esboçar nos programas.

No ano de 2007, com o fim da residência, o Coletivo não veicula o programa, em decorrência de dificuldades de inúmeras naturezas para sustentar a ação, como financiamento, pouco tempo disponível e pouca inserção na área da comunicação. O horário do Potência Mental é preenchido por um programa que mesclava o tema da saúde mental com mensagens de cunho religioso, produzido especialmente por uma das participantes do Coletivo que mora na Lomba do Pinheiro e já mantinha um programa religioso nessa mesma rádio, tendo mediado o primeiro contato do grupo de residentes com a emissora. Ainda assim, o programa mantém o nome de Potência Mental e a participação de moradores do serviço Morada São Pedro, de Porto Alegre (Palombini, Cabral e Belloc, 2008).

Paralelamente, mantiveram-se reuniões e discussões no bar do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – uma vez que o Coletivo não tinha sede fixa –, para refletir sobre as práticas e possibilitar trocas de experiências com outras pessoas e coletivos, com o acompanhamento de Károl Veiga

---

“sofrimento psíquico”, “psicose” e “loucura”, concluímos que “loucura” era a que mais nos convinha e nos permitia expressar “a loucura que queremos”, uma vez que remete a um modo de vida e não a um enquadramento psi. No decorrer da construção do problema de pesquisa, no entanto, mesmo a condição de louco foi cada vez mais se relativizando. Para marcar a diferença entre o sentido que aqui queremos reverberar para a loucura e o estatuto dos “diagnosticados”, optamos então por tomar este termo de empréstimo da Rádio Nikosia, marcando a questão do diagnóstico como independente em relação à loucura que aqui propomos.

<sup>28</sup> Aqui usamos o termo utilizado pelo próprio, na canção “Malandragem Pura”, onde se refere ao personagem “Malandro Abacate”.

<sup>29</sup> Manteve-se a grafia do texto, como escrito pelo Valdir.

Cabral, psicóloga e mestre em Psicologia Social e Institucional<sup>30</sup>, à época professora-substituta do Instituto e preceptora da Residência.<sup>31</sup>

Em 2008, a atuação mais direta com a produção de programas na Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro é retomada. Ainda, reforça-se a vinculação do projeto ao Instituto de Psicologia da UFRGS sob orientação da professora Analice de Lima Palombini (psicóloga e doutora em Saúde Coletiva), formalizada como extensão, com a participação de um bolsista graduando em psicologia que também realiza estágio em psicologia social junto ao Coletivo. Além disso, o grupo se renova e integra novos locutores, usuários de serviços de saúde mental e estudantes e pesquisadores da área de comunicação. O termo “*Coletivo*” é então acrescentado ao nome *Rádio Potência Mental*, sendo mantido o bar do Instituto de Psicologia como sede dos encontros semanais, onde agora se faz também a produção dos programas.<sup>32</sup> A partir

---

<sup>30</sup> Em fevereiro de 2011 Károl concluiu doutorado em Antropologia Médica pela Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha), em torno da experiência da rádio Nikosia.

<sup>31</sup> Em 2007, a Rádio faz uma intervenção em prol da saúde mental, direitos humanos e democratização da comunicação no *III Mental Tchê*, evento anual importante no contexto da Luta Antimanicomial, na cidade de São Lourenço do Sul. A participação é na forma da Rádio Poste *A Voz do Poste*, feita em conjunto com a Rádio Cuca Legal, que rende até um vídeo (ver em <http://www.youtube.com/watch?v=0snclvXjx8I>). O Potência Mental também se faz presente no *I Encontro Mundial de Rádios da Saúde Mental*, em Buenos Aires, Argentina, organizada pela Rádio La Colifata. Para esse evento é produzido outro vídeo (ver em <http://www.youtube.com/watch?v=QPHOfsyL6nk>). Além disso, ao final de 2007 há participação na mesa “‘Quem não se comunica se trumbica’: a mídia e a luta antimanicomial” no *Encontro dos 20 anos de Luta Antimanicomial*, junto à TV Pinel (Rio de Janeiro) e ao Ministério da Cultura, em Bauru, São Paulo, Brasil (ver Nunes, 2007).

<sup>32</sup> Em 2008, o Coletivo participa de um Encontro da Escola de Saúde Pública com o tema Saúde Mental e Mídia, ao lado, justamente, de Renato Di Renzo, da Rádio Tam Tam, e de uma integrante da TV Pinel. Trata-se de um encontro preparatório ao *IV Mental Tchê*, em São Lourenço do Sul, onde o Coletivo também se faz presente, intervindo novamente com a realização de Rádio Poste. Neste ano também há a participação em um programa da Rádio Nikosia, através da internet, e estabelece-se parceria com a Rádio Quilombo FM, na Restinga, bairro próximo à Lomba do Pinheiro com larga experiência em comunicação popular, onde é produzido um CD com músicas e vinhetas compostas pelo Coletivo, além de outro vídeo que resulta da gravação e produção desse CD (<http://www.youtube.com/watch?v=m5Lv-Nxe0Js>).

Ainda em 2008, o Coletivo participa como proponente e coordenador do simpósio temático “Meios Terapêuticos e Comunicação Social” no *III Congresso Internacional, IV Congresso Iberoamericano e II Congresso Brasileiro de Acompanhamento Terapêutico*, realizado em Porto Alegre, sob coordenação da prof<sup>a</sup> Analice Palombini. Além disso, um trabalho sobre as interlocuções entre acompanhamento terapêutico e radiodifusão em saúde mental, de autoria de Analice Palombini, Károl Cabral e Márcio Belloc (os dois últimos psicólogos então doutorandos em Antropologia Médica pela Universitat Rovira i Virgili, Espanha, e membros da Rádio Nikosia), é apresentado no *III Congresso Internacional e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental*, em Niterói, São Paulo (ver em Palombini, Cabral e Belloc, 2008).

de 2009, o Coletivo recebe mais três diagnosticados, um estagiário de psicologia e bolsista de extensão, mais dois bolsistas de extensão, estudantes de comunicação e psicologia, além de mim (psicóloga mestranda em Psicologia Social e Institucional). Quatro residentes em Saúde Mental Coletiva e outros participantes e amigos, sensibilizados com a proposta, também passam pelo Coletivo.<sup>33</sup>

A intenção de conquistar espaços para a loucura vai se redesenhando. Ainda que o Coletivo estivesse sempre num *entre-campos da saúde com a comunicação e a cultura*, desde 2008, a partir do engajamento no grupo de, por exemplo, um estudante de psicologia militante, com barba e cabelo *à la* Raul Seixas, uma doutora em Ciências da Comunicação e um jornalista, diagnosticados e/ou não, parece que a dimensão

---

Também é encaminhado o segundo projeto de pesquisa (o primeiro tendo sido produzido no ano anterior) para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a fim de fortalecer a sustentação do trabalho de pesquisa nesse contexto e a própria intervenção no que tange a conquistar mais espaços e atingir maior parcela da população de Porto Alegre. No entanto, os projetos são indeferidos, sob alegação de se tratar muito mais de uma ação de extensão do que de pesquisa propriamente dita.

<sup>33</sup> Em 2009, o Coletivo participa das comemorações da Luta Antimanicomial na cidade de Sapucaia do Sul, fazendo mais uma intervenção em forma de Rádio Poste. Além disso, marca presença em Saraus promovidos mensalmente pelo Espaço Atitude, em Porto Alegre, participa do *Encontro Estadual de Saúde Mental* na roda de conversa denominada “Saúde Mental e Mídia”, de dois programas da Rádio Nikosia (“Las mujeres de tu vida” e “Nuestros lugares favoritos”) e de outro na Rádio Quilombo, além de gravar outro CD com músicas interpretadas e/ou escritas pelos locutores. Ainda promove a mesa “Tecnologias de Comunicação e Saúde Mental” no *XV Encontro Nacional da Abrapso*, onde a coordenadora Analice Palombini apresenta o texto “Entre improvisos e imprevistos: os modos de comunicar potência mental”, escrito em co-autoria com Deisimer Gorczewski (doutora em Ciências da Comunicação participante da Rádio) e com a autora desta dissertação (ver em Gorczewski, Palombini e Streppel, 2009).

Dois importantes marcos deste ano são a premiação no Concurso Público Cultural *Loucos pela Diversidade* do Ministério da Cultura e Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz e a contemplação, através do Programa “*Rede de Oficinandos: Tecnologias de Informação e Comunicação Produzindo Inserção Social, Cuidado e Formação em Saúde Mental*”, que engloba mais outras duas ações (*Oficinando em Rede*, de informática e produção de blogs, e *Oficina de Imagens* do Caps Cais Mental Centro, de Porto Alegre, de produção de vídeos), pelo Edital Proext (Programa de Extensão Universitária) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – 2009.

O Coletivo ainda passa a promover oficinas de rádio em outros serviços de saúde, que têm seguimento em 2010. Neste ano também promove uma oficina no *Curso para Acompanhamento Terapêutico* da Escola de Saúde Pública, participa do *IX Congresso da Rede Unida*, em Porto Alegre (realizando, inclusive, mais uma Rádio Poste juntamente com participantes da Rádio Nikosia), e, com os outros projetos que compõem o programa *Rede de Oficinandos*, conduz o *I Encontro Rede de Oficinandos* (para o qual produz novo vídeo, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=aPrt-wDb7uc>) e escreve um livro, intitulado *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental* (ver em Palombini, Maraschin, Riques, 2011, no prelo). Ainda, é apresentado por mim no *II Congresso Brasileiro de Saúde Mental*, no Rio de Janeiro (ver em Streppel e Palombini, 2010a) e eu, Deisimer Gorczewski e Analice de Lima Palombini publicamos o artigo “*Rádio-Acontecimento: Modos de Comunicar Potência Mental*” na Revista Periferia (ver em Streppel, Gorczewski e Palombini, 2010).

*saúde* perde ainda mais da sua centralidade para ceder mais espaço à *comunicação*. Os temas parecem desviar-se do foco, saltando em várias direções. Além de debatermos saúde mental e afins, como respeito, preconceito, diferença, os programas também tratam de terrorismo, alimentação, teatro, Natal, relacionamentos, “eu e o fantasma”, aborto, flores, gravidez na adolescência, música, literatura, sexualidade, entre outros assuntos que se configuram temática principal ou atravessam os programas. Também convidamos participantes de outros coletivos, como aconteceu com o NEP (Núcleo de Estudos em Prostituição) e o coletivo de moradores de rua que produz o jornal Boca de Rua, de acordo com uma perspectiva militante por uma diferença na comunicação que começa a tomar muita força no Coletivo. Registre-se que é daí que partimos nessa dissertação.<sup>34</sup>

Diferente do Valdir, o diagnosticado jornalista ou jornalista diagnosticado Amandio, que chega ao Coletivo neste segundo momento, já começa seu relato de trajetória com as seguintes palavras: “Comecei a desenvolver atividades na rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro – 87.9 FM [...]”, às quais seguem várias linhas apostando na potencialidade *comunicativa* do veículo, sem se remeter à saúde ou à loucura, alheio aos potenciais terapêuticos e mesmo anti-estigma da rádio. Essa talvez seja uma das balizas do Coletivo na atualidade (entendendo-se atual como tudo aquilo que estamos sempre deixando de ser<sup>35</sup>): não tem intenção terapêutica nem se fixa apenas à possibilidade de conquistas sociais para a loucura. Não que o Potência Mental não promova ambos esses efeitos tanto quanto as rádios *hermanas*, nossa *madre* e nossas *abuelas*, mas ele radicaliza as intenções da experiência na via de um simples desejo de comunicar, de entrar no jogo da cultura por si mesmo. Mais do que conquistar espaços para a loucura na cidade, quer contaminá-la com um pouco da *sua* loucura. Não quer apenas pertencer, mas servir à cidade como uma possibilidade

---

<sup>34</sup> Os destinos dessa militância e dos temas que evoca nos dois últimos anos (2009 e 2010) é exatamente um dos eixos pelos quais se guia esta dissertação, disposta a acompanhar seu movimento, que, por isso mesmo, aqui não é mais do que indicado.

<sup>35</sup> Sobre o atual, ver em Deleuze (1996).

miúda e mesquinha<sup>36</sup> para se desacomodar à medida que *outras* vozes habitem suas ondas radiofônicas. Quer servir na medida da sua diferença.

O princípio de fazer ouvir o *outro* é o mesmo que faz desse anseio um desejo de cultura que não exclui, mas se faz justamente na *articulação dessas outras ambições*, tanto terapêuticas quando da luta contra o estigma e a favor de novos espaços sociais. Para o Felipe, estudante não diagnosticado, a rádio é terapêutica, mas em benefício próprio. Para mim, desafia a vergonha de falar a um público invisível. Para a Marta e o José, é instrumento de impetrar respeito. Ela é todas essas coisas porque não se pretende nenhuma delas. Para cada uma das linhas que compõem esse Coletivo, há um objetivo. Nunca conseguimos encontrar e nem mesmo elaborar qual seja “o objetivo” da Rádio como mote fundamental; talvez o mote seja dar vazão a tantas linhas de possibilidade quantas surgirem, articulando saúde, pertencimento social, militância, comunicação, cultura e arte, na medida em que não aceite definir-se.

Guattari (e Rolnik, 1999) trata de uma mesquinhez próxima à nossa quando descreve a posição das rádios livres da França, diante da intervenção do Estado no sentido de legalizá-las e institucionalizá-las, na década de 1970:

Essas [rádios livres que não se submeteram ao estatuto do Estado] disseram: o que estamos a fim não é de fazer grandes rádios livres, mas de fazer *nossas rádios livres*. O que estamos a fim não é de difundir com meios sofisticados, nem de ampliar nosso alcance, mas simplesmente de que parem de encher nosso saco em nossa frequência de onda. Também não estamos preocupados nem com reconhecimento nem com eventuais julgamentos de valor; estamos pouco ligando para o índice de audiência, pois quem quiser que nos escute; se não, basta virar o botão. Queremos ser os únicos a garantir aquilo que nos agrada, aquilo que é nossa produção, sem nos referirmos aos novos tipos de julgamento da mídia [...]. (p. 115)

O dia-a-dia e os conflitos vividos pelo Potência Mental não permitem render-se à institucionalização pelo Estado nem pela própria militância. A militância que se mostra possível tem como balizas a abertura “ao que vier” e a produção do diferente, não importa se o Valdir quiser elogiar o manicômio, ou se o Amandio for contra o aborto (“exceto nos casos em que a Justiça permite”, alerta) ou achar a profissional do

---

<sup>36</sup> A mesquinhez aqui assume duplo sentido. O primeiro, de uma *insignificância* que Foucault (2003) remete à *invenção*, como pensada por Nietzsche: “por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável” (p. 15). O segundo, de uma *avareza* que, mesmo querendo “servir à cidade”, não exatamente se dispõe a abrir mão do que lhe é próprio para convir-lhe.

sexo entrevistada muito vulgar (casualmente, ou não, essas posições sustentaram-se em diagnosticados<sup>37</sup>). Cada uma dessas temáticas foi polêmica quando surgiu nas reuniões e programas, porque, para alguns, sugeria um discurso hegemônico de preconceito ou manutenção do estado de coisas por parte dos diagnosticados e, por isso, contrário à proposta de produzir diferença. Dizendo “não importa”, não queremos negar os conflitos que se estabelecem no Coletivo quando da contradição de posições, mas justamente atentar para a potência, inerente aos conflitos, de fazer problematizar tanto uma posição quanto a outra. Queremos, assim, apontar para a dimensão ética e política da palavra plural que se força diante do encontro de discursos divergentes<sup>38</sup>, forçando ao Coletivo a sustentação de um espaço para “o que vier”, tornado baliza da única militância possível de promover o surgimento de sempre novos sentidos.

Trata-se, então, de uma batalha “interna”, uma coletivização da Rádio em seu próprio processo. Essa mesquinhez, que só se liga à cidade para (conta)miná-la aos poucos, talvez também seja responsável pelo Coletivo ter perdido um pouco da preocupação com os ouvintes que tinha no início, marcando uma vontade de fazer laço com a cidade, um desejo de pertencimento que determinou inclusive a escolha do nome próprio. Agora, parece guiar-se mais por seus próprios processos e pelo que quer que seja que lhe agrade em sua variação contínua, por mais que espere sempre ansiosamente pelo telefonema dos ouvintes.

O que vai permitir o desmantelamento da produção de subjetividade capitalística é que a reapropriação dos meios de comunicação de massa se integre em agenciamentos de enunciação que tenham toda uma micropolítica e uma política no campo social. Uma rádio livre só tem interesse se ela é vinculada a um grupo de pessoas que querem mudar sua relação com a vida cotidiana, que querem mudar o tipo de relação que têm entre si no seio da própria equipe que fabrica a rádio livre, que desenvolvem uma sensibilidade; pessoas que têm uma perspectiva ativa a nível desses agenciamentos e, ao mesmo tempo, não se fecham em guetos a esse nível. (Guattari e Rolnik, 1999, p. 121)

---

<sup>37</sup> Trabalharemos adiante a implicação, no Coletivo, desses discursos terem sido sustentados por diagnosticados.

<sup>38</sup> Consideramos discursos divergentes aqueles que remetem a diferentes regularidades discursivas. Não dependem apenas da contradição aparente, pois enunciados contraditórios podem participar da mesma formação discursiva. O que está em questão aqui é o encontro de diferentes formações que pode acontecimentalizar e instaurar novidade no discurso, voltando-se não apenas ao que é dito, mas à contingência da enunciação em determinado contexto. (Foucault, 1972; 2009; Deleuze, 1996; 2005)

Palombini, Cabral e Belloc (2008) já diziam que o Coletivo Potência Mental “reúne heterogêneos que trabalham para expandir suas ondas de rádio para além dos limites de uma tribo, um bairro” (p. 8). Essa multiplicidade de linhas de força que constitui o nosso fazer rádio manifesta a dimensão *coletiva* do Potência Mental, e, como efeito da emergência de uma palavra plural, evitam-se os guetos e mudam-se as relações no próprio seio da rádio. Anuncia-se, assim, mais uma marca do Coletivo em questão, cuja relação entre os participantes será discutida no decorrer desta dissertação, em especial em “‘Só’ amigos: inimigos íntimos” (p. 173).

Algo na “tradição” nas rádios em saúde mental diz de uma insistência na importância de o programa ser produzido inteiramente pelas pessoas em situação de sofrimento psíquico, ou com história de inserção nesse “mundo psiquiátrico” alienante e estigmatizante. O estranhamento que a experiência do Potência Mental causa diante dessa separação entre “usuários” e “estudantes”/“trabalhadores” (vivida por mim mesma na experiência com a Rádio CAPS) faz pensar, como já dissemos, que quanto mais se preze pela “não contaminação”, mais se dualiza a vivência dos “normais” em oposição aos “diferentes”, à medida que se os identifica, assim, como “normais” ou “diferentes”. O efeito disso não pode ser mais do que delegar a diferença a uma fração específica da sociedade, limitando-a mesmo que se a deseje e relegando os diferentes à exclusão quando se a abomina.

O que o Coletivo Potência Mental escancara é que é possível incluir a diferença sem rotular os “diferentes”, concordando com Di Renzo, acima. É demolindo a barreira do diferente que podemos experienciar a diferença na sua maior radicalidade, aquela que se manifesta nos encontros. Por isso o roubo do termo “diagnosticados” da Rádio Nikosia para chamar alguns de nossos locutores, ao invés de “loucos”; afinal, sua condição é a de pessoas com a marca da nosologia e do tratamento psiquiátrico, o que não é irrelevante; mas a ação de descolar a loucura das pessoas que supostamente a “incorporariam” permite à mesma transitar pelo Coletivo e por todos os seus (des)encontros disruptivos entre pessoas e, especialmente, discursos diferentes, como veremos.

Um dos efeitos dessa descolagem da loucura dos diagnosticados que lhe permite espriar-se pelo Coletivo é a possibilidade de fazer de todos *locutores*, tanto diagnosticados quanto acadêmicos (forjando novamente uma separação para revertê-la), configurando um espaço de fala para todos e qualquer um. Falar em “abertura ao que vier” também diz disso: abrir-se “ao que vier” *de qualquer um*.

Ainda assim, a forjada separação diagnosticados x acadêmicos/profissionais é denunciada, no mínimo, por dois participantes: um diagnosticado jornalista e um diagnosticado estudante de psicologia (ou um jornalista diagnosticado e um estudante de psicologia diagnosticado). Na medida em que avançamos neste sentido, a loucura denuncia-se cada vez mais fora das pessoas e alocada no encontro.

Nunes (2007) conta que desde o início da Rádio há essa ambição, de não haver coordenadores, não haver trabalhadores/acadêmicos x usuários/participantes/locutores, e que isso surpreendeu outras rádios no *I Encontro Mundial de Rádios em Saúde Mental*, em Buenos Aires. Lembro que, quando ouvi o programa Potência Mental pela primeira vez, me surpreendi porque o Ricardo, fazendo a abertura, apresentou a todos pelo nome sem menção ao fato de que aquele que ali participava pela primeira vez era o novo estagiário de psicologia do Coletivo. “Os ouvintes vão pensar que ele é usuário de algum serviço de saúde”, pensei. Depois pude contemplar a implicação do estranhamento que vivi e o quanto isso dizia do Coletivo.

Também foi estranho me deparar com a questão “o que *eu* quero falar na rádio?”, enquanto a Deisimer falava, num dos primeiros encontros do qual participei, sobre como aquele espaço era um espaço de criação e de fala *para todos*. À medida que se faça espaço de fala para todos, não se trata de “dar voz” às pessoas com histórico psiquiátrico, “estigmatizados e excluídos” – porque a luta contra o estigma pela via de manter os estigmatizados como uma categoria à parte que precisa que alguém lhe dê voz corre o risco de legitimar a reprodução desse modelo –, mas *dar-nos* voz a todos nós, pessoas diferentes cujo encontro pode libertar o pensamento aos mais extraordinários vôos. Trata-se menos ainda de trabalhadores ou acadêmicos *dando voz* a pessoas em sofrimento psíquico, como podem desejar as intenções terapêuticas para as rádios, mas todos e cada um *dando sua voz a ouvir*. Mais do que

tudo isso: é o Coletivo, liberto de categorias e para além e aquém dos indivíduos e rótulos, dando voz à multiplicidade que o constitui a cada momento e lhe permite veicular um programa de rádio sempre plural, por isso, alternativo e menor<sup>39</sup>. Se as dimensões terapêuticas ou anti-estigma se materializam no Potência Mental, é como efeito secundário desse desejo primeiro de fazer rádio.

Habitado por essa multiplicidade, o Coletivo é lançado ao ansiado risco de abdicar de ordenamentos, tanto nas reuniões quanto nos programas. Sem coordenador<sup>40</sup>, sem pauta, sem grade, é assim que a Rádio se vê; ou melhor, sempre digladiando com esboços de última hora do que sejam essas organizações. Não que isso tenha sido uma escolha, afinal passamos pelas mesmas angústias diante da caotização e perigo de esvaziamento que as experiências relatadas anteriormente também vivem e fizemos tentativas de organizar esse caos para produzir. No entanto, algo parece sempre nos puxar para fora, para o *fora*<sup>41</sup>, nesse movimento

---

<sup>39</sup> *Menor e alternativo*, aqui, pretendem remeter a uma intenção de fazer circular *outras* vozes pelo rádio, não uma verdade mais verdadeira que a veiculada pelas mídias “maiores” ou “hegemônicas”, mas um fluxo de alteridade que desacomode qualquer verdade.

<sup>40</sup> Por vezes a alguém era dado o papel de âncora do programa, ou de organizador das discussões (geralmente ao Ricardo, enquanto ainda participava do Coletivo como estagiário de psicologia social e bolsista de extensão), e isso foi muito problematizado, era uma questão insistente. Ou seja, mesmo havendo o papel do coordenador, isso nunca foi uma solução pacífica; consistia movimento de luta de forças que denunciava a ambição do Coletivo de resistir a esse tipo de estruturação. Debruçamo-nos sobre esse tema especialmente em “*An-hierarquia, hierarquia, ou da autonomia governável*” (p. 158).

<sup>41</sup> Segundo Levy (2003), o conceito de *fora* surge da experiência da literatura do início do séc. XX, com a superação do paradigma clássico da representação, abalando as noções de realidade, autor, linguagem, pensamento e experiência. Blanchot cria o conceito para dar conta das novas relações da literatura com a realidade, sustentando-o no paradoxo da realização pela irrealização e na negação e ausência do objeto do qual se fala e do *eu* que fala. Foucault (2001c; 2001a; Deleuze, 2005; entre outros) apropria-se do conceito para anunciar o desaparecimento do autor e a materialidade do ser da linguagem, além da possibilidade de engendrar resistência diante do saber estratificado e do diagrama do poder pela subjetivação. Deleuze, por sua vez, introduz a noção para pensar a linguagem mas também o próprio pensamento e a vida enquanto potência de criação a partir do plano de imanência, crivo que agencia o caos, o *fora* (Deleuze, 1997; 2005; 2002; Deleuze e Guattari, 1992; 1995a; 1996). Ainda, a partir de Nietzsche, Pelbart (1989) define o *fora* como a multiplicidade das forças que permite a diferença entre elas a partir de suas distâncias. O *fora* seria o exterior de cada força, que, justamente por isso, diz de sua maior intimidade, porque configura a sua especificidade e mesmo a sua existência. Dessa maneira, o *fora* nada mais é do que a diferença pura. É difícil definir esse conceito, tão amplamente tematizado por autores tão importantes, em diferentes contextos. Ele torna-se ferramenta para nossa pesquisa à medida que o resumimos como o *outrem absoluto, constituído de intensidades selvagens que se responsabilizam por inserir singularidades não formadas às formas, constituindo-as*.

enlouquecedor de falar todos ao mesmo tempo e muito improvisar, marca de devir-loucura que faz do nosso Coletivo de Rádio essa Potência Mental<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> O Coletivo tem um blog onde publica os programas gravados: <http://potencialmental.blogspot.com>. O e-mail para entrar em contato é [potencialmental@yahoogrupos.com.br](mailto:potencialmental@yahoogrupos.com.br).



## 1.4. Fazer-se forma

Como começa um problema? Da mesma forma como se começa um caminho: caminhando. Neste caso, o primeiro passo foi para dentro do Coletivo de Rádio Potência Mental, apresentado no capítulo anterior.

Não é a primeira vez que lido com rádio e saúde mental. Por dois anos, coordenei uma oficina de rádio no Caps de Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul, no curso de uma pesquisa-intervenção com caráter de iniciação científica, enquanto ainda graduanda em psicologia. Eu, que nada sabia sobre rádio, acompanhada de outros estudantes de psicologia, que nada sabiam sobre rádio também, e de usuários do Caps que, da mesma forma, nada sabiam sobre rádio. Será que agora eu sei? Bom, mas o locutor daquela rádio universitária entendia de rádio, e tentava me ensinar que, em rádio, não se pode falar nada muito absurdo. O que fazer? Eu não tinha saída, porque também havia aprendido que loucura e absurdo são, se não irmãos gêmeos, parentes muito próximos. Aprendi com os livros e com os próprios participantes da oficina.

Eu queria transformar a *paciência dos pacientes* em impaciência comunicativa, e agitar a pacata racionalidade radiofônica com o terremoto dos absurdos da loucura. Aquela linguagem desconexa e o relato de delírios nas gravações dos programas faziam nó e congestionavam a veiculação dos mesmos numa rádio de pretensão educativa. Na pesquisa, iam estabelecendo-se agenciamentos que problematizavam o estatuto de verdade e racionalidade na contemporaneidade e faziam pensar uma produção de sentido a partir do absurdo.

A função da loucura estava ligada ao absurdo. Quase podemos dizer que a função da loucura naquela pesquisa-intervenção era justamente inserir o absurdo na racionalidade da rádio. E a loucura estava onde? No louco. A loucura era do louco, cuja função, portanto, era ser incoerente e nos livrar de nossas prisões de sentido, enfim. Havia certa identificação entre o sujeito louco, a categoria loucura e a função subversiva do absurdo; esta identificação se mantém em mim – e nesta pesquisa que, a um só tempo, me constitui e eu constituo – nos meus primeiros contatos com o

Potência Mental, antes de ser transformada em outra coisa. Outra coisa que, no entanto, não deixou de ser uma identificação, a princípio. Vejamos ao longo do caminho.

Eu já conhecia o Coletivo de Rádio Potência Mental. Depois de tê-lo conhecido via vídeos na internet<sup>43</sup>, encontrei parte dele pessoalmente no III Congresso Internacional de Acompanhamento Terapêutico. Lembro de ter ficado muito admirada com o que me parecia tão “avançado” diante da minha humilde experiência no interior! A começar pelo trajeto até a rádio, que era feito individual e livremente (no Caps, todos iam e voltavam juntos com o micro-ônibus da Secretaria de Saúde)... Parece um detalhe tolo, mas não é: como conto em “A bordo do diário: primeira viagem”, sugeria uma gestão tão autônoma e bem organizada!

No ano seguinte, 2009, quando entro no Coletivo, a coisa muda de figura. É o fim das férias; na retomada do trabalho, algo de uma desorganização não esperada me surpreende muito. Os lugares e tempos parecem tão indefinidos, um sentimento de caos parece resultar, às vezes, numa imobilidade.

Ao mesmo tempo, me vejo eu às voltas com o problema do encontro com uma cidade nova. Espaços e tempos indefinidos também aqui. Seria o reino do caos? E a imobilidade, a rainha? E eu ainda tenho que construir um problema de pesquisa pertinente para o mestrado, sólido, que me ocupe por dois anos – não menos nem mais que isso – e que faça sentido no mundo acadêmico. Com isso, mais indefinições, possibilidades tão vastas e numerosas que, em vez de ajudar, às vezes confundem. Não deixou de ser assim até hoje.

Eis o campo empírico da pesquisa, a pesquisadora e a própria pesquisa misturados na mesma massa informe<sup>44</sup>. Forças sem referência buscam minimamente uma formação – tornar-se forma – em vários vértices do trabalho.

Coincidentemente ou não, as disciplinas cursadas no primeiro semestre do curso de mestrado me fazem entrar no universo do discurso<sup>45</sup> e do sentido<sup>46</sup>,

---

<sup>43</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=m5Lv-NxeoJs> e <http://www.youtube.com/watch?v=QPHOfsyL6nk>

<sup>44</sup> Por isso nada mais do que uma folha em branco abre este capítulo. Nada mais e nada menos que o vazio que é a máxima potência.

acompanhada de Foucault e Deleuze, respectivamente. Parece que eu encontrei o que sempre procurei – doce ilusão (logo veremos porque) – e finalmente uma questão de pesquisa vai podendo ser esboçada.

Esboço de duas linhas: A primeira supõe que, se o produto do rádio é feito de linguagem, ele tem uma dimensão intrínseca e óbvia de doador de sentidos. A segunda, por sua vez, aposta no vigor da especificidade dessa “rádio de loucos”: o absurdo. O laço: relacionar a loucura com a produção de sentidos absurdos que transgridam o que seja hegemônico na comunicação<sup>47</sup>.

Eis que o absurdo que, até então, era peça de pesquisa tão importante para mim, aparece em Deleuze (2007) como o avesso constitutivo do sentido, recuperando a potência do absurdo da loucura. Eureka... Não, antes que eu pudesse gritar “Eureka!”, *descubro* que o tal avesso constitutivo do sentido não era o absurdo da loucura, mas o não-senso da infância. Para Deleuze (1997, 2007) o absurdo da loucura<sup>48</sup> remeteria a uma agramaticalidade caótica, a fragmentos fonéticos (ou discursivos) que não se relacionam e afetam diretamente o corpo sem constituir a

---

<sup>45</sup> Em “A Arqueologia do Saber”, Foucault (1972) estabelece as condições do *discurso* como uma função e uma prática. Prática que forma seus próprios objetos, sujeitos de enunciação, jogos de enunciabilidade; função que dispara, faz falar, ouvir e ler sob determinada regularidade discursiva. É a exterioridade da linguagem sob a condição da materialidade incorporal do *ser da linguagem* (Foucault, 2009; 1999).

<sup>46</sup> Para Deleuze (2007), essencialmente múltiplo, o sentido desliza na superfície de contato e separação entre a profundidade dos corpos e as alturas das idéias, insistindo como *acontecimento* incorporal que volta a habitar o *tempo*. Sua forma de relação específica com a proposição é a da *expressão*, em detrimento da *designação* de coisas, da *manifestação* de sujeitos e da *significação* de conceitos universais.

<sup>47</sup> Janice Caiafa (2004), apoiando-se em leituras de Deleuze e Guattari, propõe duas espécies de comunicação: o modelo de informação e o de operador de diferença. O primeiro viria dizer de uma comunicação por códigos de reconhecimento, muito difundida no mundo da comunicação social, que aposta no reconhecimento como ferramenta de efetivação da transmissão de mensagens, no caminho do emissor para o receptor, sem interferências. O segundo modelo, que poderia ser chamado de comunicação da diferença, daria conta do processo inverso, defendendo que a identificação de constantes no código lingüístico provém de variáveis originais e primeiras. O modelo aposta na produção de diferenças para a realização da comunicação efetiva, através da idéia de outrem como uma instância de diferenciação. Outrem expressa um mundo virtual (real, mas não atualizado) que se remete ao *fora* e faz a comunicação gaguejar.

<sup>48</sup> Trata-se de um absurdo que vem da *profundidade dos corpos* e pertence ao universo das coisas, não fazendo espelho com o sentido porque não traduz um acontecimento que salta desses corpos para manter-se enquanto virtualidade sempre esquecida e sempre à espera. Esse absurdo da loucura só faria caos pela ausência de uma superfície que faça a dobra do *fora* – como mostra Pelbart (1989) – e produz horror – como mostra Deleuze (2007; 1997) a partir da leitura de Artaud, dentre outros. Isso faz frente ao absurdo esperado da loucura como suposta (e fracassada) possibilidade de doação de sentido.

superfície necessária ao sentido. Tratar-se-ia de um absurdo do *puro fora*. E agora? Então a Rádio não produz sentidos<sup>49</sup>? Mas sinto que ela produz acontecimentos<sup>50</sup> na medida em que expressa uma linguagem que atinge e desafia os corpos no instante mesmo em que se diz e se contradiz, atuando sob a lógica da diferença<sup>51</sup>: emergem assim, por exemplo, o acolhimento em um manicômio impessoal, uma elegância no flerte com a vulgaridade de uma profissional do sexo, uma *agricultura* musical e poética, e até uma simpatia que surrupia dinheiro e quilos...

---

<sup>49</sup> Consideramos que a eventual presença do absurdo no rádio não condiciona sua dimensão transgressora à condição de produzir sentido, mas a questão que a *Lógica do Sentido* (Deleuze, 2007) disparou em mim – para depois retroceder – foi justamente que esse absurdo, além de transgredir, pudesse produzir sentido, uma vez que essa é, em última instância, a condição da diferença na linguagem.

<sup>50</sup> Em Deleuze (2007), o acontecimento é algo no que acontece, é o expresso do acidente que acomete as coisas e os corpos, é o que resta para além da efetuação cuja grandeza é justamente o *sentido*. É um incorporeal, constituído de singularidades liberadas dos limites da sua atualização corporal. É como o efeito dos quilos que se perderam depois de uma efetuação corporal incompleta. Para Foucault (2009, p. 57-58),

Se os *discursos* devem ser tratados, antes, como conjuntos de *acontecimentos* discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um *materialismo do incorporeal*. (grifos nossos)

<sup>51</sup> A *diferença* é um conceito-chave em Deleuze, tão mais potente à medida que não se o represente. Porque se trata justamente do avesso do pensamento da representação, trata-se da reversão do platonismo pela via da afirmação de uma diferença que é primeira em relação ao modelo. (Schópke, 2004)

Consideremos as duas fórmulas: “só o que se parece difere”, “somente as diferenças se parecem”. Trata-se de duas leituras do mundo, na medida em que uma nos convida a pensar a diferença a partir de uma similitude ou de uma identidade preliminar, enquanto a outra nos convida ao contrário a pensar a similitude e mesmo a identidade como o produto de uma disparidade de fundo. (Deleuze, 2007, p. 267)

Deleuze pretende pensar a diferença como primeira; como ele, partimos da variação como regra. Nesta medida, quase nos é possível assumir a diferença como dada sempre, embora devamos atentar para as maneiras como ela é capturada pela lógica da identificação ao mesmo. Foucault, a partir de Deleuze, também pretende restituir a positividade própria à diferença trabalhando com a *problematização* enquanto “verdadeiro exercício crítico do pensamento” (Revel, 2004, p. 82).

Agora sim, o que era um laço muito bem-feito e pronto (sim, porque não havia realmente uma questão nesse laço, mas antes uma “constatação”, uma “descoberta” – ele estava pronto) torna-se um nó. Surge um problema.

Para Kastrup (2008), uma vez que o nó que constitui o problemático no território sob o qual a pesquisa se assenta coloca em questão o dissenso, ele pode, então, seguir dois caminhos. Por um lado, pode endurecer-se como obstáculo e encerrar-se em si mesmo, trancando o processo criativo; por outro, pode gerar uma inventividade que desate o nó e permita outros laços, diante da ressonância entre o problema no território e a problematização no/do pesquisador.

Mas dizer que o absurdo não faz sentido e que a Rádio Potência Mental produz acontecimentos não é necessariamente uma contradição. Isto porque logo se processa um novo movimento decisivo para a pesquisa. Emerge a noção de que o absurdo era, justamente, uma questão minha, da pesquisadora, e não do território, invertendo a direção proposta por Kastrup, acima. Se concerne a algum território, era a meu campo de pesquisa anterior. Não aparecem absurdos no Potência Mental! E, se aparecem, não enlaçam problemas. Ao contrário, em muitos momentos o esforço dos acadêmicos do Coletivo é justamente no sentido de quebrar com o que poderiam chamar de representações identitárias ou pré-conceituadas do mundo trazidas geralmente pelos diagnosticados. O caos até é questão na Rádio, mas o absurdo não. Mas, justamente, o mais interessante é que o que causa problema (na dupla acepção do termo), muito mais do que o caos, é o embate entre a intenção de *diferença* da Rádio, ou dos acadêmicos<sup>52</sup>, e uma fala de *senso comum*<sup>53</sup> da parte dos diagnosticados – às vezes miméticos a significações universais, perigo também próprio à experiência da loucura<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Essa distinção entre a fala dos acadêmicos e a dos diagnosticados é maneira de narrar uma separação que não se justifica sempre nos sujeitos falantes, mas, antes, nos regimes discursivos que entram em jogo nesse momento e que apenas *quase* sempre coincidem com os sujeitos.

<sup>53</sup> Deleuze (2007) fala do *senso comum* como um órgão de identificação e reconhecimento das diversidades sempre as referindo ao Mesmo, e, portanto, sem produção de sentido, uma vez que este implica diferença.

<sup>54</sup> Talvez esse mimetismo seja também a condição imposta para a possibilidade de relação com a cidade, considerando que os que participam do Potência Mental acabam sendo aqueles diagnosticados com suficiente autonomia e capacidade de circulação na cidade, o que não chegava a ser requisito para participação na oficina de rádio no Caps.

(Deleuze, 1997) –, como se nota pela conversa abaixo transcrita, sobre um dos programas veiculados pelo Coletivo e a forte presença do senso comum:

- [...] acabei sendo eu o apresentador, mediador do debate... Esforcei-me por ser imparcial e apresentar as diversas faces da questão (posição da Igreja, do Código Penal...), mas, todos<sup>55</sup> (de uma forma ou outra) foram contrários ao aborto (eu não manifestei posição). [...]

- [...] o Coletivo de Rádio surge como afirmação do direito a habitar a cidade dos portadores de sofrimento psíquico. Eticamente, esse direito se inclui no campo mais amplo do direito das minorias, do acolhimento às diferenças etc. Então, como pode esse dispositivo se colocar a serviço da negação desses direitos? a serviço da recusa das diferenças? a favor dos hospitais psiquiátricos? contra o direito ao aborto? etc? Não temos nenhuma responsabilidade com isso? [...]

- [...] é evidente que há problemas, porém, não exatamente na maneira como o grupo tem se expressado mas sim nas razões que levam o grupo a se expressar dessa forma. Segundo a célebre frase de Voltaire (1694-1778) "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz mas defenderei até a morte o direito de você as dizer", não se pode impor uma verdade como absoluta, normatizadora (ainda mais em Psicologia). Tenho pra mim que, dentro do princípio da horizontalidade das relações do grupo e sendo eu um membro do grupo, também teria direito de manifestar minha posição (na ocasião, mantive uma posição de neutralidade). [...]

- [...] Mas segue sendo questão, para mim, o quanto a Rádio é capaz de produzir afetação, diferença de si mesmo, ou quanto pode servir pra reafirmar identidades e nos assegurar do mesmo, do já dado, do conhecido. Por isso em questão não significa de forma alguma desqualificar essa experiência. [...]

(Trechos de uma conversa ocorrida via lista de discussão entre dois participantes da Rádio, ambos acadêmicos<sup>56</sup>, acerca de um programa sobre "aborto")

Trata-se de um momento decisivo para a Rádio e para a pesquisa. Ao mesmo tempo em que permite ilustrar a presença do senso comum na fala dos diagnosticados, possibilita, com o acadêmico que defende "que se diga o que quiser", revisitá-la e problematizá-la, assim como questionar também a outra ponta do vértice, a da defesa da diferença. Tentemos acompanhar a trilha tortuosa que constitui esse movimento, promovendo rearranjos no nó e fazendo emergir então um segundo e um terceiro problemas de pesquisa.

O segundo esboço do que seria um problema vai na direção de articular o caos, o senso comum e a produção de sentido em uma pergunta formulada mais ou menos

---

<sup>55</sup> O termo "todos", aqui, refere-se aos outros participantes presentes no estúdio nesse programa relatado, que, casualmente, eram diagnosticados.

<sup>56</sup> O fato de ambos os falantes serem acadêmicos remete ao que dissemos na nota 52.

assim: *Como o caos combinado com o senso comum faz produção de sentido?* Além disso, levanta outras possíveis como: *O que intervém entre as reuniões de produção e a execução do programa ao vivo para que o burburinho do caos se torne exprimível? O que o encontro da loucura com a rádio pode produzir em termos de sentido? Quais são as condições sob as quais a expressão pode se afirmar como diferença em detrimento do absurdo da profundidade e da significação colada a conceitos universais?*

Mas é uma terceira direção de pergunta que parece ser mesmo interessante e decisiva, porque trata justamente do *embate* entre a *intenção de diferença* dos acadêmicos e a fala de senso comum dos diagnosticados. É quando a pesquisa amadurece a ponto de reconhecer justamente esse *embate* e acrescentar, à análise, o próprio discurso da pesquisa que analisa o discurso dos demais e inclui-se na trama discursiva. Passa-se ao nível de uma apreciação dos enunciados<sup>57</sup> da própria pesquisa e, assim, radicaliza-se a análise da produção de sentidos. Que sentidos *a pesquisa* está produzindo sobre os sentidos que a Rádio produz? Dobrando-se sobre si mesma, problematizando seus próprios problemas, a pesquisa se conhece e se (re)faz, como Foucault (1984) ensina em *O Uso dos Prazeres*.

Ao esforço de, como ensina Deleuze (2005), colocar as frases em suspenso e quebrar as palavras, a fim de trabalhar com o enunciado da pergunta de pesquisa (ou decifrá-lo sem ter estado escondido), resultam outras perguntas, como, por exemplo: *Que efeitos essas perguntas de pesquisa produzem? O que elas dizem efetivamente? O que elas fazem dizer? Quais foram e são as condições de produção dessas perguntas como enunciado?* Nos perguntamos: *De que loucura se fala, dos sujeitos, da doença, de um modo de vida ou de outra coisa?* E chegamos a: *Enunciar a fala dos diagnosticados como absurda ou como senso comum faz funcionar o quê?*

---

<sup>57</sup> O enunciado foucaultiano é uma função cujo efeito é o de fazer dizer/ler numa determinada direção, porque é o que une e especifica singularidades antes indeterminadas numa curva que lhes dá forma; é o acontecimento da linguagem; é o que possibilita a existência da língua, formador que é de palavras, objetos e sujeitos na/da linguagem. Ele existe em sua positividade e se dá a ver, mas fica escondido pelos seus próprios produtos, as frases e as proposições. Para alcançá-lo, devem-se pensar as condições de formação dessas mesmas frases e proposições, e a situação de regularidade que as determina e insere em determinado discurso. (Foucault, 1972; 2009; Deleuze, 2005)

Qual é a “cara” que estivemos pintando para o “louco”, até agora? Deleuze e Parnet (1998) já diziam, acerca da rostidade, que até o louco deve ser o que se espera dele. Minha esperança e minha aposta eram em um “louco-absurdo”. Ora, se não havia absurdo, nada mais “natural” do que transformar a *decepção* em *desprezo* por essa fala que, por isso, passa a ser “senso comum” – destituída de qualquer potência, então. Morria a potência do Potência Mental. Mais do que isso, morria a potência da loucura, e, com ela, a própria loucura. Afinal, a loucura estava, ainda, colada ao louco. Não havendo loucos dizendo absurdidades por aí, não haveria loucura no Potência Mental.

Eis a ação de uma concepção de loucura romantizada: uma loucura que pudesse funcionar como garantia de fuga à prisão de sentidos. O rosto do louco, idealizado e estereotipado, figurava como eterno libertador, fronteiro com o *fora* – ou mais que isso, puro *fora* – sob a condição do absurdo. Loucura-promessa, loucura-esperança.

Mas esse rosto também figurava, conseqüentemente, um loucura-perigo. Já dissemos que esse estatuto de puro *fora*, ou essa “clausura do *fora*”, é que faz cair no abismo do caos absoluto que invade a profundidade do corpo e impede a doação de sentido. O *fora* é sim possibilidade de trazer o impensado ao pensamento e o indizível ao discurso, mas sob a condição da superfície-limite onde a diferença possa se manifestar sem sucumbir ao horror, onde possa operar acontecimentos. (Deleuze, 1997; Pelbart, 1989)

Pelbart (2002) nos ajuda a pensar esta concepção de loucura como essencialmente transgressora contando o percurso de Foucault. Da mesma maneira como pensava a linguagem e a literatura, Foucault inicialmente via a loucura como, justamente, uma fronteira do *fora*, funcionando como um bolsão que resguardava a comunicação com o outro do mundo, do humano, da razão. A partir de seus estudos genealógicos, os bolsões sucumbem à lógica do poder onde tudo está dentro. A loucura e a não-loucura seriam efeitos das relações de poder. Viveríamos num mundo sem *fora* e estaríamos liberando o louco da promessa de uma potência constante de

subversão<sup>58</sup>. Por fim, na perspectiva da subjetivação, o *fora* é reinserido como resistência nas dobras de um si mesmo cujo interior estaria em constante relação com um exterior composto por forças selvagens não-formadas (Deleuze, 2005).

Então, à medida que o rosto do louco-absurdo sucumbe no Potência Mental diante de meus olhos, também – coincidentemente ou não – me aventuro a uma tentativa de análise do poder que produziu, na pesquisa, tanto a categoria do louco-absurdo como sua herdeira em primeiro grau: a do diagnosticado-senso-comum. Herdeira porque ambas respondem ao mesmo *ideal de “diferença”*<sup>59</sup> que parecia reger não apenas minhas buscas de pesquisadora, mas também algumas vozes do Coletivo, constituindo *nós* em duplo sentido: ambos unidos na primeira pessoa do plural, ambos enlaçados num ponto de convergência.

Afinal, *que diferença* buscam(os) *nós*? O que isso diz de *nós*? Que efeitos *nós* produz(i/e)m(os)? Um dos nomes dados a um dos efeitos pode ser o “controle do discurso”, de que nos fala Foucault (2009) em seu texto *A Ordem do Discurso*, para caracterizar a conseqüência de uma incompatibilidade entre séries diversas de enunciados que provoca um enfrentamento que exclui alguns e legitima outros, em função da materialidade do discurso e das ameaças que sua autonomia carrega frente à nossa condição de sujeitos autores.

Dentre os mecanismos de *controle do discurso*, Foucault inclui a partilha e a rejeição diante da palavra do louco. O filósofo conta que desde a Idade Média a voz do louco (não) tem sido escutada de duas formas: ou de nada valia porque era desprovida de razão, dessa forma, não existindo; ou era secretamente investida de razão e capaz de revelar uma verdade escondida, não alcançada pela palavra comum, o que também opunha essa voz a outra qualquer. Ele defende que ela servia apenas para reconhecer

---

<sup>58</sup> Silva (2005), utilizando Castel, também adota essa perspectiva e pensa como as estratégias pós-sociedade disciplinar contribuíram para romper com a idéia de uma loucura transgressora por excelência com o investimento na programação da eficiência e na gerência da vida humana, ao invés de focalizar na correção dos desvios. Isso tem produzido loucos adaptados, através de psicofármacos e novos dispositivos de tratamento. É o que falávamos em nota de rodapé anterior acerca do mimetismo a significações universais como possível condição para a circulação dos diagnosticados na cidade.

<sup>59</sup> À medida que a diferença refere-se a um ideal, deixa de ser diferença. É o que podemos chamar de *institucionalização da diferença*. Por isso, a partir de agora, usaremos as *aspas* para nos referir a essa “diferença” institucionalizada.

o louco, sendo renegada ao ruído, e que essa rejeição está longe de ter-se apagado. Revela-se atualmente na atenção focada que recebe a voz dos diagnosticados, na busca de um significado oculto, de fragmentos de uma obra ou de segredos da nossa existência, o que difere da desatenção antiga, porém, age por uma seleção muito bem executada pela nossa armadura de saber que mantém a partilha.

Podem-se incluir como indicadores da rejeição efetuada pelo Coletivo e pela pesquisa desde a grande atenção oferecida à fala do louco, elucidada na própria aposta militante de sua presença no rádio, passando pela crença na sua capacidade de revelar as maiores verdades, inacessíveis a qualquer um (a aposta no absurdo como possibilidade de transgressão refere-se a isso), até a redução da mesma a senso comum e voz sem credibilidade (o senso comum de nada interessa a um programa de rádio que se propõe fazer diferença). Identificar a voz do diagnosticado a “absurdo revolucionário” ou a “senso comum” atualiza certo tipo de controle discursivo que, muito mais do que interditar sua voz, *produz certos estatutos para a loucura* que legitimam a exclusão, uma vez que é o discurso que produz seu objeto e não o contrário. Mas exclusão do quê? Antes de tudo, da possibilidade de diferença, do respeito à alteridade que só é possível descolada de categorias. Enfim, da possibilidade de nos deixarmos invadir pela diferença e com ela transformar a nós mesmos.

Mas, mais do que isso, a enunciação de uma triste presença marcante de uma fala identitária de senso comum dá a ler certo estatuto desse senso comum que responde a propósitos talvez inconfessáveis de parte do Coletivo de Rádio como se pretende: militante defensor das minorias. Não podendo admitir a predominância de certos discursos contrários aos seus dominantes (aquele discurso da “diferença” idealizada) nos programas, parte do mesmo (parte que faz *nós* com a pesquisa) rotula-os então de “senso comum”<sup>60</sup>, negando sua força e importância. Não recusamos, neste momento, toda a crítica feita ao senso comum, mas é importante considerar que essa designação de “senso comum” para determinada posição discursiva partiu de certa parte do Coletivo ou, antes, de outra posição discursiva concomitante no Coletivo da

---

<sup>60</sup> Assim como a “diferença” institucionalizada, esse “senso comum” estereotipado será, a partir de agora, marcado com *aspas*.

qual emerge também a pesquisa, em princípio<sup>61</sup>. Afinal, estas não seriam sempre designações arbitrárias? Não seria *toda* designação, arbitrária? Não seria *toda designação*, contra a diferença?

Pretendendo lutar a favor das minorias, uma parte do Coletivo “quase censura”. Enclausura-se contra o que *parece* vir da maioria, o que *parece* reconhecimento e identificação. Fecha o próprio processo de criação, enquadrando o que pode ou não ser dito. Essa parece ser a prisão de sentido do Coletivo. Potência Mental de quê? De quem? Diz buscar liberdade, mas liberdade de quem? Não é possível falar qualquer coisa no programa. Ser contra a Reforma Psiquiátrica, então, é quase um motivo para ser censurado. A aposta militante dos acadêmicos para fazer uma rádio diferente encontra obstáculos quando os diagnosticados defendem posições, que, para os primeiros, referem-se a formas instituídas ao invés de legitimarem *seus* (dos acadêmicos) ideais de “diferença” e loucura.

No texto “Milhões e milhões de Alices no ar”, contando a experiência da rádio Alice de Bolonha, Itália, da década de 1970, Guattari (2005) discute como a mídia livre transfigura a relação com a palavra pública, fazendo-se das vozes que as rádios oficiais rejeitam. Funcionaria como agenciamentos coletivos de enunciação das línguas menores. Sobre as rádios livres do movimento francês, Guattari (e Rolnik, 1999) diz que “nada disso é feito dentro dos moldes dominantes (o que não quer dizer que as

---

<sup>61</sup> Longe de representar a postura de uma só pessoa, senão de uma das posições discursivas presentes no Coletivo, o relatório de um dos estagiários explicita o que dissemos:

O que queremos comunicar? Talvez, a voz de minorias como a dos ditos loucos, dos homossexuais, das prostitutas, etc, e a voz daqueles que não espaço na mídia, discursos que escapam na homogeneização crescente da opinião da mídia em diversos assuntos. Para exemplificar, essa discussão “pegou fogo” quando apresentamos um programa sobre o aborto defendendo sua proibição. A unanimidade das pessoas da rádio presentes foi problemática, não houve nem discordância nem polêmica. O que foi ao ar não saiu do senso comum; daquilo que sempre ouvimos nos veículos de comunicação em massa. O que estávamos fazendo era reproduzir o que já é emitido pelas rádios e redes de televisão do país.

Ao pensar essas questões, repensamos nossa própria atuação enquanto coletivo. Tivemos de falar sobre as coisas mais óbvias, pois estas têm de ser lembradas de vez em quando. A constatação da multiplicidade do grupo e de uma impossibilidade de expressão única foi uma dessas obviedades. Outra, foi a que ao defendermos o direito à cidadania dos ditos loucos indo contra todo tipo de preconceito não poderíamos ser a favor de outros tipos de discriminação danosa, somos vítimas do preconceito assim como os negros, os pobres, os transexuais, os índios, etc. Um lugar tem de ser assumido em comum pelo grupo, que é o da expressão das minorias; a defesa da democratização dos meios de comunicação; a defesa da reforma psiquiátrica e os princípios do SUS. (Cecchin, 2009, p. 3)

rádios livres não criem *seus próprios moldes*)” e pergunta-se: “Aliás, esta é uma das questões mais interessantes: qual é a maneira específica de falar nas rádios livres?” (p. 109, grifo nosso). Essa é a questão complexa da institucionalização da militância e da “diferença” que pode acabar por relativizar o discurso chamado “subversivo”.

Pois, o ideal acadêmico de “diferença” não estará traíndo a si próprio quando *identifica* os diagnosticados ao “senso comum”, tanto quanto o fazia quando *identificava* o louco ao absurdo? Diz que o discurso dos diagnosticados é identitário por responder a formas instituídas, mas não estará ele se institucionalizando ainda mais (ou, no mínimo, tanto quanto) quando institui a dicotomia da *nossa* “diferença” x o “senso comum” *deles*?

É nesse sentido que a revisão do que é diferença e do que é reconhecimento/identificação/senso comum merece ser colocada em pauta. Talvez a diferença não esteja no discurso militante do Coletivo, mas, justamente por sua dimensão dominante, esse discurso da “diferença” torne o outro, o chamado de “senso comum”, o efetivo “transgressor” nesse específico encontro de discursos. Os enunciados chamados de identitários podem agir como estrangeiros em sua própria produção, fazendo de si mesmo um uso menor, e, assim, relativizar-se. Eis a institucionalização da *minoría x maioria* encontrando um lugar na pesquisa.

Como dissemos, a mídia do Potência Mental, pretendendo-se minoritária diante da cidade e seus sentidos comuns, corre o risco de assim acabar por fazer um controle de discursos que constrói uma *hegemonia da minoría* em seu próprio processo. O chamado discurso identitário, de reconhecimento de um mundo pré-estabelecido, torna-se, assim, contra-hegemônico nos processos da Rádio. Aparecendo como “senso comum”, não é efetivamente minoría diante da cidade, mas justamente por isso pode configurar um devir-minoritário na produção do programa de rádio, deslocando tudo de lugar. Assim, os reconhecimentos-minoritários, em seu paradoxo, parecem ser linhas de fuga que surgem como uma instância paradoxal na produção de sentidos na Rádio Potência Mental. Como referida por Deleuze (2007), essa instância é lugar sem ocupante e ocupante sem lugar: não estão onde as procuramos, e onde estão, não as vemos. São fuga em pleno processo, discursos doadores de sentido para

o rádio e para a pesquisa, discursos-valise<sup>62</sup>, identificações-diferença – identificações que são diferença e diferenças que operam identificações.

Se a questão que institucionaliza a “diferença” diz respeito justamente a essa “vontade de discurso menor”, talvez o efeito das identificações-diferença seja o de um devir-menor dos próprios discursos maiores – ou menores – uma vez que os desterritorializa e os faz estrangeiros a si mesmos. (Deleuze e Guattari, 1995b)

Esse processo de projetar uma pesquisa passou, então, a caminhar por questões recolocadas mais ou menos dessa forma: *O que acontecimentos radiofônicos podem engendrar em termos de relativização de discursos da diferença e do senso comum no encontro com a loucura?* Mas ainda temos que definir o que pretendemos, agora, quando dizemos “loucura”.

Uma vez que, de acordo com o que dizíamos anteriormente, o louco não é mais considerada fronteira do *fora*, a que estaria resguardada a possibilidade de acesso a ele? Pelbart (2002) traz ainda que, em Deleuze, a loucura permanece guardadora do *fora* à medida que for considerada *função*, não formação, doença ou categoria. Função de inserir o impensável e o indizível no pensamento e discurso através da “esquizofrenização” do coletivo, ou seja, com o efetivo exercício do pensamento a partir de uma violência proveniente do *fora*. E é aí que se começa a desenhar a diferença que pretendemos para quando dizemos “loucura”.

Portanto, o que pode assegurar a possibilidade de produzir diferença no Coletivo Potência Mental não é simplesmente a presença de “loucos” na emissão e preparação dos programas. É justamente o exercício de pensamento que se dá a partir desse encontro de “loucos” e “não-loucos”, atravessado pelo paradoxo das identificações-diferença que disparam o movimento do pensamento e da produção de sentidos, promovendo a “esquizofrenização” ou, como preferimos chamar, um devir-

---

<sup>62</sup> O termo discurso-valise é variação que fazemos da *palavra-valise* de Deleuze (2007). Trata-se de um desenvolvimento da “palavra esotérica” (não-senso que designa a palavra em branco que faz circular o sentido em duas séries, uma designativa dos corpos e a outra expressiva dos sentidos) em outra palavra composta onde cada uma das partes dá conta de encarnar a função esotérica de designar e expressar no mesmo movimento, fazendo a disjunção paradoxal das séries. Deleuze usa o exemplo da palavra “furiante”, criada por Lewis Carroll, que não se divide em furioso e fumante, mas entre furioso-e-fumante e fumante-e-furioso, tendo como medida da disjunção o fato de uma parte expressar o sentido da outra e vice-versa.

loucura na Rádio que permite acessar o *fora*. Não a loucura das profundezas sem sentido, mas o encontro com ela que libere o seu melhor, a ação de singularidades loucas que invadam as produções e o Coletivo, afectos loucos que façam do mesmo um infinito devir, devir-loucura que atraia-nos para *fora*.

Com tudo isso, novas reconfigurações do problema de pesquisa tentam abarcar questões como: *O que a tensão entre ordinário e singular<sup>63</sup> produz no rádio? O que é ordinário, e o que é singular? O que um acontecimento radiofônico pode engendrar em termos de identificações-diferença? Como acontecimentos radiofônicos num devir-loucura podem produzir sentidos pelo paradoxo das identificações-diferença?*

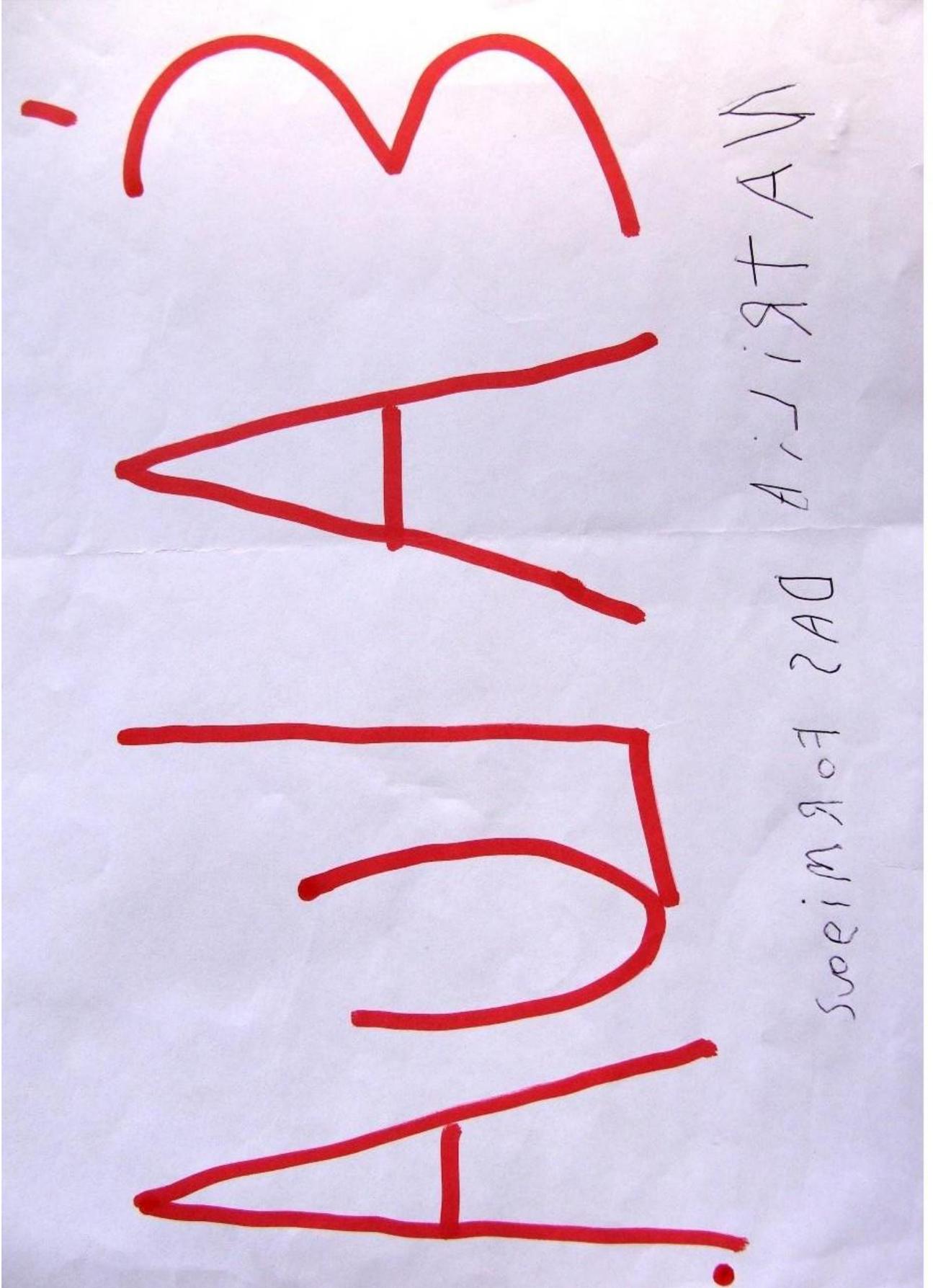
Jamais finalizada, a dimensão processual dessa construção de um problema para a pesquisa nos atrai insistentemente, re-situando-o infinitamente. Apenas para citar (do contrário, esta dissertação seria quase completamente tomada por esta seção), algumas formas seguintes tatearam outros campos e esboçaram-se assim: *Como acontecimentos radiofônicos num devir-loucura podem produzir sentidos? Como intensidades singulares entram em relação consigo mesmas e produzem acontecimento? Como uma produção em rádio, agenciada pelo discurso paradoxal das identificações-diferença, pode ser capaz de potencializar um devir-loucura que produza pensamento e subjetivação numa atração negligente ao fora?*

Formas. Demasiadamente formas. Demasiadamente crivos. Não gostaríamos que nossas incursões na direção de uma pergunta de pesquisa nos privasse do benefício da errância. Além disso, quantas dessas questões não contêm sua própria resposta? Então, abandonemos tudo. Paremos por aqui. Extraíamos as forças constituintes dessas formas. Digamos que nossa questão resume-se em: *Como se dá a produção de diferença no fazer rádio “Potência Mental” e quais são seus efeitos?*, apenas porque nos parece que ela não poderia simplesmente enunciar: *“O que acontece no Coletivo de Rádio Potência Mental? Afinal, o acontecimento e a diferença estiveram sempre enredando esses pensamentos soltos – na medida em que se pôde enredá-los e em que se deveu conter a errância.*

---

<sup>63</sup> Ordinário e singular remetem, aqui, a senso comum e diferença, respectivamente.

E sim, é claro que essa parada é só um pretexto para dissolver disfarçadamente esta seção – esta mesma que nos ameaça de tomar a dissertação – no corpo do trabalho, que, afinal, nada mais é do que essa busca errante de uma questão navegando no informe. No informe de um campo de forças que se tentará desenhar aqui.



Cartaz que fez parte da apresentação do Coletivo Potência Mental no X Salão de Extensão da UFRGS. Sentando-se em frente ao aparelho de rádio para ouvir o programa, o espectador deparava-se com um espelho que refletia este cartaz, colado na parte de trás do aparelho.

## 1.5. O que pode uma Rádio?

### 1.5.1. Rádio-monumento

Afinal, no rádio, as tais “evidências” corporais não passam de “meros” efeitos de linguagem.<sup>64</sup>

Se a pergunta é “o que acontece no Coletivo de Rádio Potência Mental?”, talvez haja duas anteriores que sejam: “algo acontece no Coletivo de Rádio Potência Mental?” e “sob que circunstância(s) pode acontecer algo?”

Sob a perspectiva do acontecimento, tal como o define Deleuze (2007), para algo acontecer uma diferença tem que se produzir e mobilizar uma identidade, um *ser*, de modo que não se possa dizer que alguma coisa *é*. A mesma linguagem que tem o poder de identificar a coisa com a idéia também carrega a potência de trair a significação, de funcionar como expressão de um sentido que é exatamente a grandeza do acontecimento à medida que não se permite capturar num único e mesmo estado de coisas para todo o sempre (eterno presente). Em outras palavras, o sentido sempre se localiza numa superfície que une e separa o mundo dos corpos do mundo das palavras idealizadas.

Uma Rádio pode acontecer? Pode acontecimentalizar<sup>65</sup>? Talvez, em vez de perguntarmos sobre *o que* acontece no Coletivo de Rádio, seja mais interessante perguntar: *como* *acontec(e)(i)mentaliza* o Coletivo de Rádio Potência Mental? E a questão se ramificaria em pensar como *acontec(e)(i)mentaliza* o coletivo<sup>66</sup>, como *acontec(e)(i)mentaliza* a rádio e como *acontec(e)(i)mentaliza* a potência mental. Talvez esta seja a conexão entre a pergunta “o que acontece no Coletivo de Rádio Potência Mental” e aquela que se estabeleceu como definitiva para a pesquisa: “Como se dá a produção de diferença no fazer rádio ‘Potência Mental’ e quais são seus efeitos?”. Isso

---

<sup>64</sup> O texto virá atravessado por trechos do capítulo 1.2, “A bordo do diário: primeira viagem”, como este, atuando como uma espécie de “vinheta de campo” no corpo do texto.

<sup>65</sup> O termo “acontecimentalizar” é pegado de empréstimo de Fonseca et al (2006), quando defendem a proposta de Foucault de “acontecimentalizar a pesquisa”.

<sup>66</sup> Utilizamos o termo “coletivo”, com inicial minúscula, para nos referir à noção de “coletivo de forças”, diferenciando-o do termo “Coletivo”, com inicial maiúscula, utilizado para remeter ao “Coletivo de Rádio” em questão. No entanto, nem sempre essa separação é clara ou produtiva, como é o caso agora. A mesma regra e a mesma exceção servem para os termos “rádio” e “potência mental”.

porque, em última instância, perguntar sobre como tudo isso pode *acontecer* e *acontecimentalizar* é perguntar como se *produz diferença* diante das identidades dos próprios coletivo, rádio e potência e, simultaneamente, das identificações que os mesmos possam difundir (“senso comum”, “diferença” institucionalizada, identidade do louco, identidade do acadêmico,...).

A primeira pista quem nos dá é Barthes (2008). Para este autor, sim, uma rádio pode *acontecimentalizar*. No texto “A escrita do acontecimento”, se propõe a pensar justamente o que haveria de ser “escrever um acontecimento”, e relata a poligrafia do revolucionário Maio de 68, inserindo a palavra *radiofônica* como importante escritora da revolução. Pelo seu imediatismo em tornar inteligíveis as lutas, o rádio se tornou ativo produtor do movimento, fornecendo e proliferando sentidos simultaneamente aos combates nas ruas e surtindo sempre novos efeitos na revolução. Desfazendo a tradicional distância entre o ato e o discurso, a rádio “era o próprio acontecimento” (p. 214). *Acontecimentalizar* e *acontecer* são, portanto, as duas faces de um mesmo evento.

Mas que escrita é essa? Em Barthes, a escrita é justamente um ato de criação e ruptura, uma espécie de linha de fuga que inscreve novas relações para além de si mesma, o que a aproxima justamente ao acontecimento, como definido por Deleuze (2007). Antes de tudo, situada para além da dicotomia fala/escrita, essa escrita é uma marca, uma invenção que se registra, violenta como o discurso de Foucault (2009) – trata-se de uma prática e não simples representação do universo das coisas. E, como escrita operada pela fala *radiofônica*, pode agenciar a impossibilidade de refazer-se, ligada à sua imediatez, com uma fluidez que a faz desenvolver-se sempre adiante de si no fluir do tempo, podendo privilegiar, em alguma medida, sua proliferação e reinvenção ao infinito (Foucault, 2001a).

Ao passo que estabeleçamos nossos pressupostos básicos para pensar como uma rádio pode *acontec(e)i mentalizar*, submetamos, também, o Coletivo de Rádio Potência Mental a sua apreciação, ou vice-versa<sup>67</sup>. Pensemos em como os programas

---

<sup>67</sup> Talvez, numa pesquisa tão intrinsecamente ligada ao território a partir do qual se processa, como esta, jamais seja possível determinar a direção dessa derivação.

são planejados, de que solo emergem. O solo do bar é de concreto, mas nossas conversas são gasosas. À altura de nossas bocas, quase sempre tem muito vento. À altura dos olhos, muitas vezes o que há são cabelos bagunçados pelo mesmo vento que impede de ver bem. As cadeiras em volta da mesa enganam, porque a conversa não está fechada em círculo. Nem está fechada, e muito menos em círculo. Muitas conversas paralelas, leituras, escritos, músicas, debates, silêncios, cigarro, afetos. Singularidades soltas, atravessamentos humanos e não humanos que podem ou não se agenciar. Às vezes, quase nada se relaciona com quase nada. Você lembra dos fragmentos desconectados do absurdo da loucura? Eles migraram para o bar, se espalharam para todo o coletivo, liberando os diagnosticados de agirem como loucos, como vimos e veremos melhor adiante. No bar não há sempre (ou quase nunca) expressão de sentidos: há espaço, corpos, fragmentos, barulho. Há muito caos e pouca pele: fragmentos de idéia desarticulados sem forro, por um lado; barulho dos corpos das identidades (do senso comum, da “diferença”, do louco, do acadêmico...) em atrito, liberando virtualidades faiscantes, por outro. Eis um sítio de afetações, da ordem do vivível e do corporal, não mais que embrião da expressão (Deleuze, 2007).

Quando da realização dos programas *ao vivo*, o que se demanda são produções de linguagem que devem se libertar das pessoas que as pronunciaram e do estado de coisas de onde emergiram para se articularem em sentidos incorporais. Pois é justamente essa a intenção das ferramentas de produção de sentido, quer seja a mídia ou a pesquisa, que não admitam render-se a manifestações de sujeitos, designações de coisas ou reprodução de significações universais, depreciativas das potencialidades da linguagem enquanto virtualidade que jamais se atualiza num estado de coisas sem fazer saltar de si o acontecimento que a tornou possível e lhe possibilitou a reinvenção infinita de mundos. (Foucault, 2009)

Ou seja, embora um som só possa insistir no tempo, para que efetivamente garanta seu estatuto de acontecimento liberto da (embora intimamente relacionado com a) efetuação que opera no mundo das coisas, deve poder fazer saltar afectos<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Enquanto a *percepção* (“um estado do corpo induzido por um outro corpo”) e a *afecção* (a mudança de um estado a outro) são experiências da ordem do vivido, atualizadas no universo dos corpos e das formas, os *perceptos* e *afectos* são singularidades virtuais liberadas desses estados de corpos (Amador e

das afecções corporais do bar que voltem a habitar o tempo<sup>69</sup>, mas não um tempo qualquer: um tempo aiônico, que encarna a potência da revolta do Instante<sup>70</sup> diante da *cronologia* corporal. É seu estatuto de acontecimento a possibilidade dos programas de rádio enquanto linguagem. (Deleuze, 2007; Deleuze e Guattari, 1992)

Talvez aqui seja o momento de destacar que, justamente, a condição sonora da palavra não inviabiliza uma dimensão corporal, afinal, “*barulho também ocupa espaço*” (“A bordo do diário: primeira viagem”, p. 11). Ocupa justamente por ainda não se articular em sentido, ocupa espaço porque está tomado pelo mesmo *caos* que assola e aterroriza a *profundidade* do *corpo* do louco. Além disso, corpo pode ser impalpável, como o corpo de um coletivo de forças atualizado em determinado estado ou mesmo corpo sonoro de uma palavra, à medida que constitua formas. Corporal não se opõe a intocável, mas a virtual, a não atualizado, a não tornado forma. Corpo é atualização. O discurso ou a palavra instituídos em formas já não respondem mais ao incorporal, pois renderam-se à profundidade do eterno presente espacial de Cronos, cristalizaram-se atualizados.

Portanto, é como efeito do acontecimento que o barulho e o caos de afetações do bar podem se articular em sentido. Deleuze (2007) já dissera acerca da linguagem: “(...) tudo isso não seria senão barulho sem o acontecimento e barulho indistinto” (p. 188). Diante das profundidades – daquela aberta ao *fora* sem pele que produz puro

---

Fonseca, 2009, p. 37). São sensações eternas, independentes dos corpos, mas que coexistem com eles, duram enquanto durar a afetação. “O afecto não é a passagem de um estado vivido a um outro, mas o devir não humano do homem”, afirmam Deleuze e Guattari (1992, p. 224).

<sup>69</sup> Para Deleuze (2007), comentado por Pelbart (1998a), há duas imagens do tempo, Cronos e Aion. O tempo *cronológico* seria o tempo dos corpos, da efetuação dos acontecimentos, das delimitações, das medidas e do presente limitado e infinito, sem fim, eterno. Presente circular a cuja hegemonia submete o passado e o futuro como restos das paixões dos corpos. No tempo *aiônico*, por outro lado, no lugar de um presente infinito e limitado, agora um Instante ilimitado e finito divide constantemente a linha do tempo em já passado e ainda futuro. Esquecimento e espera, tempo da linguagem para Blanchot, como trazido por Levy (2003) e Foucault (2001c). Somente eles insistem no tempo. O que, em Cronos, era um círculo infinito, é para Aion uma linha reta ilimitada que faz a superfície entre as palavras e as coisas, onde deslizam instantes sem extensão nem espessura, pois “nada sobe à superfície sem mudar de natureza” (Deleuze, 2007, p. 170). Enquanto Cronos diz respeito às ações, paixões e qualidades dos corpos, Aion assume os acontecimentos incorporais, os atributos e o sentido, uma vez que é “a verdade eterna do tempo: pura forma vazia do tempo, que se liberou de seu conteúdo corporal presente” (*idem*). O acontecimento sempre acaba de passar e vai passar ao mesmo tempo, insistindo no passado-futuro do Aion.

<sup>70</sup> A revolta do Instante remete simultaneamente à ação do Aion e à condição de *ao vivo* dos programas do Potência Mental, como veremos.

caos ou daquela à qual se voltam as identificações do senso comum ou da “diferença” institucionalizada que prendem a linguagem num determinado estado de coisas, sempre abaixo da pele – intervém o rádio, convergindo forças e constituindo um tímpano que separa, relaciona e rearticula essas mesmas profundidades à materialidade incorporal<sup>71</sup> da palavra. (Deleuze, 1997; 2007; Foucault, 2009; Pelbart, 1989)

A palavra atuou no corpo do Felipe, que reagiu liberando um “algo” que insiste em não se reduzir a um efeito corporal em mim, promessa que é de uma sempre possível efetuação futura e passada, ao mesmo tempo, esquecimento e espera.

É à medida que a palavra estabelece outro tipo de relação com sua efetuação, não mais eternamente cristalizada num corpo ao qual adere tornando-se corpo também, mas fazendo de si mesma promessa de uma efetuação sempre por vir e já passada, é que pode acontec(e)(i)mentalizar-se e praticar-se linguagem ao infinito<sup>72</sup>. Quando isso acontece, a palavra não mais designa nem explica, a palavra circula, dança e envenena toda estabilidade e toda identidade em favor de um sentido múltiplo, sempre.

As vozes não querem nem fazer um teste. Elas não querem ressoar nas paredes e soar em círculo, querem, tal qual a fumaça do cigarro do Valdir, se misturar ao vento, incomodar quem não concorda com elas, ressoar indefinidamente. [...] Quando eu dizia que a surpresa não está sob nosso controle porque acontece ou deixa de acontecer ao gosto do vento, era desse vento que eu falava, o vento que leva a fumaça do cigarro do Valdir e as nossas vozes para onde quer que seja.

Assim, a palavra salta do universo vivido, corporal e barulhento que a agenciou para, pela via dos afectos, alcançar as virtualidades imanentes, de modo que sirva efetivamente à produção de um monumento<sup>73</sup> radiofônico que se mantenha em pé

---

<sup>71</sup> O acontecimento da linguagem, que não é da ordem dos corpos, sem ser, no entanto, imaterial, diz respeito a uma *materialidade incorporal* referente a uma exterioridade que, pela diferença, age frente aos corpos (Foucault, 2009), da mesma forma como Deleuze e Guattari (1995b) falam da relação sem relação entre o regime dos corpos e do discurso. Com Deleuze (2005), sabemos que, embora se enuncie o que se vê e, inversamente, se faça ver o que se diz, o que se diz não é exatamente o que se vê, e não se vê especificamente aquilo do que se fala. Para Blanchot (2001), a palavra é tão mais errante quanto menos se reduz à visão, à luz e ao regime de visibilidade das coisas, pois faz a coisa falar fora de seu centro e fora do centro que se supõe ser o sujeito do enunciado. A palavra não mostra nem esconde, mas indica, para além ou para aquém do visível e do invisível, submetida a seu próprio regime. Trata-se da não-relação que faz interpenetrarem-se as coisas e as palavras, pela via da errância do *fora*.

<sup>72</sup> Como no texto de Foucault (2001a).

<sup>73</sup> O termo “monumento” é empregado a partir da noção de monumento artístico, trabalhado por Deleuze e Guattari (1992) em “O que é a filosofia”. Como os monumentos artísticos, um programa de rádio é capaz de se acontecimentalizar à medida que, a partir de percepções e afecções, libere perceptos e afectos, remetendo-se ao plano de imanência e ao universo do virtual.

por si só e doe sentidos sob a lógica da diferença (Deleuze e Guattari, 1992). Pois a materialidade<sup>74</sup> deste monumento é justamente a materialidade do que Foucault chamou *ser da linguagem*<sup>75</sup>.

O monumento radiofônico que se produz é justamente, por tudo isso, o *acontecimento maior* da Rádio. Ainda que, nas reuniões, a preparação para o próximo programa não seja exatamente o foco sempre, a intencionalidade das afetações corpóreas é sempre o programa de rádio, uma vez que, afinal, esse é o horizonte dos nossos encontros, o motivo das nossas reuniões. O programa é, em última instância, o laço que agencia as intensidades do caos em sentidos libertos do bar de onde germinaram para ganhar a materialidade de uma voz livre do corpo. Quando vai “*ao ar*” no rádio, a expressão ganha carona daquele vento do acaso de que falávamos anteriormente. E mesmo sem veiculação, o horizonte de produção de sentido que se coloca ao Coletivo encarrega-se de *tentar* convergir as selvagens forças presentes na reunião naquilo que chamamos *acontecimento*.

Schafer (2001) criou o termo *esquizofonia* para traduzir a separação que a “invenção do aparelho eletroacústico para a transmissão e estocagem do som” (p. 134) promoveu entre a emissão local de um som e sua veiculação em quaisquer outros

---

<sup>74</sup> Muito do que se pensou sobre a materialidade da linguagem e a noção de *fora* em Foucault e Blanchot provém do universo da literatura e da escrita. Incluímo-nos nessa perspectiva sustentados justamente por uma noção de fala que concebemos como escrita de acontecimentos, e pelo apoio de Foucault (2001a) quando, logo nas primeiras linhas de seu texto sobre “A Linguagem ao Infinito”, admite a possibilidade da fala sustentar a mesma auto-referência da escrita que acessa o *fora*.

<sup>75</sup> Foucault apresenta a noção de *ser da linguagem* no livro “As Palavras e as Coisas” (1999) e em muitos textos (ver em 2001c, 2001a, 2002, 2009, 1972). “A tese de Foucault é que, com o desaparecimento do homem, a linguagem se retorna sobre si mesma, atingindo sua essência, que é seu próprio ser”, Levy (2003, p. 62) explica. Incorporal e múltipla como o sentido e intimamente relacionada com a noção de *fora* de Blanchot, a materialidade da linguagem a expõe “em seu ser bruto, pura exterioridade manifesta; e o sujeito que fala não é mais a tal ponto o responsável pelo discurso [...], quanto à inexistência, em cujo vazio prossegue sem trégua a expansão infinita da linguagem” (Foucault, 2001c, p. 220). Afinal, “que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala” (Foucault, 2002, p. 34). Seu sujeito é o vazio que a circunda,

e na direção desse vazio ela deve ir, aceitando se desencadear no rumor, na imediata negação daquilo que ela diz, em um silêncio que não é a intimidade de um segredo, mas o puro exterior onde as palavras se desenrolam infinitamente. (Foucault, 2001c, p. 224)

Esquecer-se e esperar-se, eis a tarefa da linguagem que, atraída pelo *fora*, amplia o vazio em que (não) se enraíza. Sobre o limite da sua própria morte (que é seu motivo, para Blanchot), duplica-se, faz “nascer em si mesma sua própria imagem em um jogo de espelhos que não tem limites” (Foucault, 2001a, p. 48), jogo do discurso indireto do agenciamento coletivo de enunciação (Deleuze e Guattari, 1995b).

lugares e quantas vezes se desejasse. É algo que diz da distância entre a produção e a veiculação do programa de rádio. Schafer (2008) já dizia: “não se pode ver quem ou o quê produz o som: um excitação invisível para os nervos” (p. 237). A veiculação é, afinal, o duplo da voz que emanou das afecções corporais.

Mas por que via opera esse acontecimento radiofônico? Veiculando *ao vivo*, o Coletivo de Rádio Potência Mental estabelece relações importantes com a instantaneidade naquilo que chamamos de revolta do Instante (aproximando-se da temporalidade aiônica). Por exemplo, a quase-censura ao chamado “senso comum” perde muito de sua força diante de algo de uma *instantaneidade* da veiculação. Por mais que se discuta antecipadamente acerca do que vai ser falado, uma das poucas previsões possíveis é que a imprevisibilidade vai tomar conta dos 30 minutos no ar, instaurando um regime de tempo experimentado como especial. Barthes (2008) já dizia que a palavra *ao vivo*, *instantânea*, é capaz de funcionar como escrita imediata, sem (ou com menor) possibilidade de edição, permitindo à fala exercer mais livremente sua potência de ruptura. Falou, está falado!

Essa pergunta escapa da minha boca como se eu não tivesse muito controle sobre ela – nem sobre a boca, nem sobre a pergunta.

Essa imprevisibilidade e instantaneidade são tão radicais que se fazem experiências sempre difíceis de apreender, mesmo depois de ocorridas. Tanto é que o Coletivo raramente retoma os programas passados nas reuniões seguintes, conferindo-lhes um caráter virtual. Já dissemos: o programa se destaca das atualizações e misturas de corpos de onde provém para liberar algo que não diz só do vivido. O instantâneo faz as vezes de vingança do presente eterno das cristalizações e exerce papel importante na doação de sentidos. Eis um devir-louco<sup>76</sup> das profundezas

---

<sup>76</sup> Sublinhe-se a diferença entre o *devir-louco* de Cronos e o *devir-loucura*, trabalhado em capítulo anterior e adiante, novamente. O *devir-louco* de Cronos refere-se à desestabilização do regime de temporalidade do eterno presente corporal de Cronos, operada por uma perturbação das próprias profundidades que subverte o presente. Eis um devir-louco, próximo à esquizofrenia, que substitui o Presente, pois “ameaça de dentro a ordem dos corpos” (Deleuze, 2007, p. 168). No “mau Cronos”, irregular e desmedido, o passado e o futuro subvertem o *agora* através do *seu* presente explosivo, mas ainda não se trata da temporalidade do Aion, pois na superfície insistem instantes que se distinguem de *qualquer* presente. Ambas as temporalidades esquivam esse presente eterno e regulado de Cronos, mas, enquanto o devir das profundidades o faz para impor *seu* presente tresloucado, tal qual a experiência caótica do louco das profundezas, o devir da superfície perverte a própria lógica da existência do presente através de sua insistente divisão em passado e futuro.

de Cronos que subiu à superfície através do ser da linguagem e transformou-se em devir do Aion, sentido constantemente esquecido e esperado, passado e futuro.

[...] *aquilo*, aquele *sem-nome* que sinto ter nos atravessado naqueles 30 minutos.

### 1.5.2. *Devindo loucura*

Não posso dizer que a sensação de desamparo que vivenciamos seja rara. E talvez seja algo do nosso motor de criação.

Como se viu no percorrer dos caminhos do problema de pesquisa, o estatuto da loucura vem sendo colocado em análise. Primeiramente, era como se o desejo fosse o de que a presença de “loucos” no rádio fosse garantia de diferença na comunicação, em função de encarnarem uma loucura que seria uma espécie de bolsão do *fora*, passível de trazê-lo constantemente na palavra, tal qual Foucault argumentava nos primeiros avanços de sua obra (Pelbart, 2002). Mas não é bem assim.

Sabemos que a loucura deixa de ser garantia de produção de diferença à medida que, mais do que agenciar acontecimentos por ser acesso ao *fora*, possa afundar-se nele e produzir apenas horror, pela impossibilidade de constituir uma superfície onde acontecimentos possam inscrever-se (Deleuze, 1997; 2007). Horror total “onde não há contorno nem mesmo para o vazio, onde não há esquecimento nem surgimento” (Oury apud Pelbart, 1993, p. 35), a loucura não faria dobra<sup>77</sup>.

Mas isso não faz tanto problema quando no Coletivo de Rádio Potência Mental a nosologia psi torna-se questionável; quando o diagnóstico não dá conta de construir efetivamente uma categoria diversa da dos não-diagnosticados; e, finalmente, quando a veiculação de discursos de diferença *parece* (ainda que isso mereça ser

---

<sup>77</sup> “Ora é a dobra do infinito, ora a prega da finitude que dá uma curvatura ao lado de *fora* e constitui o lado de dentro”, diz Deleuze (2005, p. 104, grifo nosso). Silva (2004) endossa:

A dobra deleuziana é a curvatura ou a inflexão destas linhas infinitamente móveis que percorrem o plano de imanência cuja superfície é povoada de singularidades anônimas e nômades. A dobra exprime a desaceleração deste movimento infinito, produzindo a convergência das singularidades em um dado momento, criando, assim, um dentro que é coextensivo ao fora, e que é a condição para que um mundo comece. (p. 246)

problematizado) vir mais dos acadêmicos<sup>78</sup> do que desses que gostaríamos que nos salvassem das garras do hegemônico e nos trouxessem a fluidez de uma língua sem prisões.

A partir disso tudo, o estatuto da loucura no Potência Mental passa a ser questionado. Onde estaria a loucura que, em última instância, é a agenciadora deste trabalho com rádio? E a pergunta que acompanha esta: como *acontec(e)(i)mentaliza* a potência mental? Onde está a potência do Potência Mental, se não nos “loucos”?

A loucura no Coletivo se parece com a carta roubada de Edgar Allan Poe trabalhada por Lacan (1998) e que Deleuze (2007) comenta: mimética com a paisagem, fica invisível e falta em seu próprio lugar. Trata-se de uma palavra que parece designar um espaço vazio, um vazio que preenche todo o Coletivo; uma loucura que não está onde a procuramos e, onde está, não a vemos, e que mesmo assim faz gravitar em torno de si todo um Coletivo, toda uma produção de Rádio e toda uma pesquisa de mestrado.

Jamais aparece, embora também não se esconda. Não será a ausência a seu próprio lugar o que justamente faz possível a circulação de sentidos? Não será disfarçando-se de “senso comum” que faz operar a diferença? Como a *palavra esotérica* de Deleuze (2007), a loucura designa e expressa num mesmo movimento, pela via das identificações-diferença. Mais do que isso, estas são como *discursos-valise* que designam expressando e expressam designando, pois fazem uma síntese disjuntiva das séries de reconhecimentos e diferenças, relativizando-as enquanto se doam sentidos mútua e paradoxalmente, indicando em alguma medida o estatuto da loucura no Potência Mental. Deleuze (2007) chama isso de não-senso, mas é um não-senso de estatuto diferente daquele absurdo das profundidades, porque é capaz de doar sentidos: engendra-se no processo de quase censurar fazendo diferença e fazer diferença quase censurando.

Assim, a loucura no/do Coletivo de Rádio tem a chance de se desprender dos corpos e das identidades dos diagnosticados, ou, antes, libertar-se de *ser* o corpo e a

---

<sup>78</sup> Termo que, inversamente, também não dá conta de construir efetivamente uma categoria diversa da dos diagnosticados.

identidade dos diagnosticados para espalhar-se e circular pelo Coletivo. A consequência desse deslizamento é que a possibilidade ou não de se acessar o *fora* e também a possibilidade ou não de cair no abismo do caos não se encerram mais nos diagnosticados: é a potência e o simultâneo risco do esfacelamento vivido pelo Coletivo de Rádio.

Talvez aí estejam as primeiras pistas sobre *como acontec(e)(i)mentaliza* a potência mental e, ainda, como *acontec(e)(i)mentaliza* o coletivo. Pois é pela via do Coletivo que se pode destruir as identidades. O termo “identidades” aqui tem triplo sentido: o Coletivo que assume a loucura para si em seu processo criativo rompe com a identidade da “diferença” e da loucura, porque as desinstitucionaliza e as reinventa; ao mesmo tempo, quebra os rótulos do louco e do acadêmico, não mais identificados a discursos “absurdos” ou de “senso comum” e de “diferença”, respectivamente; e ainda desafia qualquer discurso identificatório a partir do não-senso das identificações-diferença.

Isso porque este mesmo Coletivo-dispositivo<sup>79</sup> que institucionaliza a “diferença” e *quase censura* também pode, num mesmo e único movimento, (des)fazer(-se) censura, (des)fazer(-se) diferença e (des)fazer(-se) loucura. Antes, pode *devir* loucura. Quanto menos e mais for loucura, mais a devém. Quanto mais e menos operar com o *fora*, devém-no. *Devir* algo é deixar-se contaminar por esse algo sem tornar-se o próprio<sup>80</sup> (Deleuze, 1997). Enquanto devém, o Coletivo não se identifica à loucura em sua face de horror e caos puro, mas ativa sua potência de produção de produção como um *corpo-sem-órgãos*<sup>81</sup>, redundando com a proposta de Deleuze e Guattari para a loucura em *O Anti-Édipo*: um paradoxo que insiste em produzir através

---

<sup>79</sup> Barros (1997) promove o grupo ao estatuto de dispositivo à medida que se faz estratégia processual de relações capaz de, agenciando linhas de força, produzir enunciabilidades, além de visibilidades e subjetivação. Além disso, consideramos nosso Coletivo um dispositivo à medida que o mesmo constantemente desarticula-se em proveito de sua própria reinvenção, de acordo com a leitura que Deleuze (1996) faz de Foucault.

<sup>80</sup> É contaminar-se com singularidades daquilo que se devém, sem atingir sua forma. É afetar-se pela vizinhança, habitar o *entre* de uma conversa de diferentes (Deleuze e Guattari, 1995a; Deleuze e Parnet, 1998).

<sup>81</sup> O corpo-sem-órgãos, de acordo com Deleuze e Guattari (1996), é “matéria intensa e não formada, não estratificada, a matriz intensiva, a intensidade = 0”, “é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades” (p. 13). É superfície de plena produção de diferença.

de certo caos anti-produtivo. Enquanto o louco aparece para Deleuze, em *Lógica do Sentido* (2007), como pura profundidade incapaz de produzir sentido, a única “profundidade” capaz disso parece ser justamente o corpo-sem-órgãos, que é de pura intensidade e, em última análise, superfície, pele: quase-causa de onde emana uma produção de produção (Deleuze e Guattari, 1996; 2004; 2006).

Não é confirmada, calma nem pacífica uma produção que começa quando termina,  
tal qual nossas reuniões.

Em outras palavras, o devir-loucura<sup>82</sup> acontecimentaliza o Coletivo e a Potência Mental e os permite acontecimentalizar. O corpo caótico, orgânico, profundo e identitário (enfim, corporal) do Coletivo que devém loucura e produz através do caos só pode fazê-lo constituindo-se pele. Pele onde deslizam gradientes de intensidade e toda uma constelação de singularidades indecidas do *fora* que agenciam acontecimentos e afectos que vão, afinal, constituir o monumento-programa de rádio.

O inengendrado que engendra processos de produção do desejo possibilita justamente o movimento de pensar diferentemente, de inserir o impensável no pensamento e o indizível na palavra, dissolvendo o *fora* naquela *esquizofrenização* generalizada que defendemos com Deleuze e Guattari (Pelbart, 2002), assumida pelo Coletivo de Rádio enquanto funciona sob o que chamamos de devir-loucura. Daí viria o funcionamento esquizo do mesmo, e o limite tênue característico da doença mental, como Deleuze e Guattari (2006) afirmam, que separa a transgressão produtiva do desabamento iminente, e, acrescente-se, da desarticulação total da atividade da Rádio – medo por vezes presente no Coletivo, em decorrência do sentimento de caos.

A loucura, assim, opera a função de um giro em torno de um centro sempre descentrado, operando a emergência de uma obra sempre inacabada através de seu constante desfazimento:

- A ausência de obra, um outro nome para a loucura.
- A ausência de obra onde cessa o discurso, para que venha, fora da palavra, fora da linguagem, o movimento de escrever atraído pelo exterior. (Blanchot, 2001, p. 72)

---

<sup>82</sup> O *devir-loucura* ao qual nos referimos, diferente do *devir-louco* de Cronos, citado acima, é como se fosse justamente o devir-*Aion*, a possibilidade de contato com essa loucura corporal que, no entanto, encontra-se à superfície porque é a própria possibilidade do acontecimento.

Por isso, para se manter este corpo-sem-órgãos devindo loucura,

Eis então o que seria necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, ter sempre um pequeno pedaço de uma nova terra. É seguindo uma relação meticulosa com os estratos que se consegue liberar as linhas de fuga, fazer passar e fugir os fluxos conjugados, desprender intensidades contínuas para um CsO [corpo-sem-órgãos]. (Deleuze e Guattari, 1996, p. 24)

E não faltam estratos no Coletivo de Rádio, não faltam identificações nos mais variados níveis (“senso comum”, “diferença” institucionalizada, universo corporal do caos do bar de onde emergem os programas, identidade do louco, identidade do acadêmico,...). Mas também, pela via do embate identificações-diferença sempre refeito, também não faltam linhas de fuga, garantindo-se justamente que a loucura mantenha-se em devir, porque no *entre* de uma conversa (Deleuze e Parnet, 1998). Conversa que, no caso da Rádio, é a negociação entre os diversos discursos que surgem em seu fazer, onde não há paradas, nem pontos, apenas linhas e velocidades. Há apenas *entre*. E no *entre* não há identidade. O que o funcionamento esquizo do Coletivo engendra é um resultado inusitado, que não estava em nenhum dos discursos, mas que se produziu no encontro. Quando se defende, por um lado, a legalização do aborto e, por outro, sua imoralidade, é um *outro* aborto que emerge da conversa, ou, antes, *outros* abortos *entre* os dois pólos. Instaure-se uma multiplicidade sobreposta a qualquer possibilidade de identidade do aborto, uma incerteza, uma errância.

Blanchot (2001) defende que a potência do encontro de duas palavras é justamente a possibilidade de ambas serem falantes e se ligarem a partir do desnível intrínseco ao diálogo, a partir de sua diferença. O efeito é a emergência de uma palavra plural, que resguarda toda a potência da ruptura e da fuga. Palavra plural que é devir.

Ao relativizar os discursos de “identificação” e de “diferença” no Coletivo, os qualificamos como variações discursivas nesse desnível que é condição a qualquer conversa, desidentificando e desrotulando as pessoas e os próprios discursos que as

engendram<sup>83</sup>. Submetidos a um princípio de descontinuidade e de acaso, o encontro de discursos faz um virar o outro; não virar no sentido de tornar-se, mas virar de ponta-cabeça, virar do avesso, virar em qualquer direção, transformá-lo em outra coisa que não vai se identificar com o primeiro nem com o segundo termo da conversa, fazer efetivamente o *fora* na língua, fazer gaguejar o discurso radiofônico e da comunicação, contaminá-lo com suas virtualidades, multiplicando sempre os efeitos e instaurando a novidade no discurso. O devir sustenta-se nesse desvio que nega a todo tempo qualquer identificação, conjurado por uma conversa onde não está colocada a busca de uma síntese que sobreponha as diferenças, mas, antes de tudo, onde elas possam se manter e onde haja possibilidade de se desviar e acrescentar à relação algo inteiramente novo.

Essa palavra plural que emerge assume justamente a potência do *quase* no que chamamos de “quase censura”. Se a pensarmos como uma luta de afirmação de enunciados onde intervêm mecanismos de controle e seleção que assumem a função de interdição, talvez percamos a grandeza do *quase*: para Foucault (2009), para além de interdição, esses processos de “controle do discurso” dizem respeito à *produção* discursiva. A “quase censura” sugere ser ferramenta de produção mais do que rejeição. A censura que insiste mas não se completa nunca permite justamente a pluralidade da palavra e modula a relação de uns com outros. O outro deixa de ser uma falsa cópia de mim, cuja inocência deve-se reverenciar, e passa a ser, através da discordância, afirmado enquanto alteridade.

Assim, substitui-se o *OU* das alternativas pelo *E* das adições, e o dualismo é trocado pela tensão, pela articulação, pelo paradoxo. O paradoxo é a “paixão do encontro fortuito” segundo Pelbart (1998a, p. 63), a “perturbação irresoluta” que permite ao pensamento pensar o impensável, corroendo a direção única do bom senso e a identificação ao Mesmo do senso comum. Eis uma censura que não censura.

---

<sup>83</sup> É como efeito desse movimento que já consideramos que “essa distinção entre a fala dos acadêmicos e a dos diagnosticados é maneira de narrar uma separação que não se justifica sempre nos sujeitos falantes, mas, antes, nos regimes discursivos que entram em jogo nesse momento e que apenas *quase* sempre coincidem com os sujeitos” (nota de rodapé 52).

Defendendo-se dos perigos do ser da linguagem, acaba por conjurá-los através de sua proliferação e disjunção infinitas.

Esses paradoxos fazem da Rádio Potência Mental e da pesquisa em questão, Alices. Guattari (2005) já comemorava aquela insistência de “Milhões e milhões de Alices no ar” quando o nome Alice era sinônimo de rádio-linha-de-fuga. Com Deleuze (2007), o Potência Mental e a pesquisa em curso se aproximam da personagem Alice de Lewis Carroll, confrontados que são, todos, com paradoxos insolúveis que os confundem a respeito de suas próprias identidades e os carregam por um caminho-sem-caminho que os leva a, saindo da profundidade da toca do coelho, deslizar na superfície do espelho...

Superfície do espelho e do rádio. Rádio-espelho, rádio-pele, uma face voltada às afecções do bar, às profundidades das identificações e do caos, outra ao discurso em toda sua carga de materialidade. Pele que, quanto mais inflada pelo vapor do devir-loucura (que mal se vê e não se pode pegar nem conter, mas cuja existência ninguém duvida) do Coletivo, mais pode sustentar-se *sem-órgãos*.

17/6/09 Reunião Potência

Carlos

Você é a cigarinha dona do meu coração - Alexandre Marcondes

O mundo é um menino - Cartola - Cazuza que vou  
chico Buarque de Holanda

Duplínio - Dor de cotovelo / Nervos de aço

Falar do assunto da semana anterior

Dificuldade em 1 parágrafo para dois

Parada <sup>lado</sup> do Correio da Sigueira Campos  
↳ pra cima Santander  
Ônibus Bom Jesus

Geni - pega homossexual  
música pede se mulher

OLIGAR PARA

Ópera do malandro

↳ Atriz

↳ Amor ou trabalho. Amor por dinheiro ou amor por amor? Senhora em casaca?

Somos porto-alegrenses, tudo putanheiros.

↳ Casamento tbm pode ser por \$ ou por amor

Não ofender a música da Geni através  
palas de aproximação

↳ Conciliar prostituição e casamento, união.

↳ Obsessão por sexo ou dinheiro.

↳ O q elas entendem por leucura. (Fantasia Amor)

↳ Drogas x prostituição  
↳ teatro  
↳ loucura

Ano 60 - prostituta e atriz mesma cartazinha. Atriz nasceu na prostituição - atriz pornô - sexo explícito.

Artista e prostituta são discriminados como profissão.  
↳ Igual é a relação de prazer e trabalho.

Direitos do trabalho.

-bem para evitar abuso - MAS homem instintivo e mulher q sente ou é vítima submissa.

↳ teatro reatado sem a prostituição

IMPOTENTES MENTAL x SUPERDOTADO

Teatros x homossexual e prostituta - identidade / corporativismo de profissão

↳ Ficar no bloco um dia depois da rádio para conhecer a Lomba. / CARISMA / PANFLETO

↳ ROTEIRO / Falar qualidade técnica sobre seu

## **1.6. E a pesquisa devém coletivo, devém loucura... (ou como acontec(e)(i)mentaliza o coletivo)**

[...] porque, basicamente, não há tal coisa como uma descrição.

O procedimento metodológico básico desta dissertação consiste na participação na Rádio Potência Mental, com tudo que isso implica. A estratégia fundamental é justamente a de compor o Coletivo, compreendido nos termos em que nos fala Guattari (1992, p. 20), como uma “multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos”. Mais do que compor, trata-se de dissolver-se nisso que é mais do que um agrupamento humano, uma vez atravessado por dimensões não humanas, compostas por intensidades impessoais que atuam como forças e fluxos nos agenciamentos que vão construir os movimentos da pesquisa.

Esta participação/dissolução permite que eu escreva um diário de bordo<sup>84</sup> que serve como um exercício de cartografia do movimento das virtualidades que se encontram (ou não) e se agenciam (ou não) nos processos da Rádio, pela via do registro das minhas percepções e afecções. Deleuze e Guattari (1995a) defendem a cartografia como “modelo” do rizoma, pois se trata de uma possibilidade de se mapear forças, encontros e devires do “objeto” estudado, de modo que se possa conectar essas intensidades umas às outras sob todas as dimensões do mapa, entrando por qualquer lado, abolindo todo tipo de centralização e promovendo mudança e reconstrução constantes. O efeito é uma produção que mapeia a si mesma, e uma pesquisadora que se inclui no mapa a partir da libertação de suas virtualidades, impessoalizando-se e entregando-se completamente à dimensão das forças em movimento.

Amador e Fonseca (2009) discorrem sobre o procedimento da cartografia enquanto possibilidade de não se render a representações, buscando aquilo que força a pensar e promove diferenciação. Traçando um caminho inventivo que fabula

---

<sup>84</sup> A utilização da expressão “diário de bordo” provém de Barros e Passos (2009, p. 172).

objetos-processos sustentados por virtualidades que permitem o encontro com o inobjetal, essa maneira de pesquisar desfaz o reconhecimento acompanhando a transmutação do objeto na sua duração, ou da sua “maneira de ser no tempo”, como Deleuze (1999) escreve na leitura que faz de Bergson, em função da qual o ente “difere por natureza não só das outras coisas, mas principalmente e sobretudo de si mesmo” (p. 22). Ausentar-se da própria duração e servir-se dela para alcançar a duração do objeto é a atitude básica da *intuição* de Bergson tanto quanto da *cartografia* (Amador e Fonseca, 2009), submetendo o pesquisador a dissolver-se nas virtualidades do campo.

Atingir a dissolução do pesquisador no campo diz de assumir a indissociação sujeito-objeto como primeira e a dualidade sempre como efeito de pesquisa. Segundo Passos e Eirado (2009), trata-se de dissolver o ponto de vista de observador, o que depende justamente de reconhecer a performatividade da experiência como responsável pela co-emergência eu/mundo na própria. Para os autores, é a experiência a base do surgimento de si e do mundo, tal qual uma experiência de abuso faz surgir o abusador e a vítima, inexistentes pré-experiência. Tomar como ponto de partida a condição de vítima e abusador antes do abuso experienciado seria inverter a base, condicionar a experiência pelo que foi por ela engendrado: e isso é um ponto de vista. Dissolver o ponto de vista do observador é, portanto, não abdicar da observação, mas sim dessa inversão que situa a experiência a partir de instâncias pré-determinadas tal qual sujeito e objeto de pesquisa.

Os autores ainda consideram a dimensão quase impraticável de uma pesquisa sem ponto de vista, propondo, assim, o trânsito por diferentes pontos de vista como a maior possibilidade de aproximação ao que Guattari (1987) chama transversalidade. Quanto maior a abertura comunicacional – praticada por um terceiro eixo que atravessa e embaralha os eixos vertical (hierárquico) e horizontal (homogeneizante) que estruturam a comunicação nos grupos e instituições –, maior a dissolução ou variação do que se chamam pontos de vista e maiores as potencialidades criativas e interventoras da pesquisa. Ou seja, maior a imersão num efetivo plano de forças coletivo, embora, para Escóssia e Tedesco (2009), “plano de forças coletivo” não seja

mais que uma redundância. Afinal, não se refere o termo *coletivo* justamente ao *plano das forças* inobjetais e impessoais, formado por não mais que relações tensoras das formas do mundo, e, no caso, do “objeto” de pesquisa e do próprio “sujeito”?

Quanto maior a abertura comunicacional, maior a dissolução dos pontos de vista, e vice-versa. Quanto maior a imersão num plano de forças coletivo, menor a possibilidade de estruturação estandardizada de uma pesquisa, porque menores as pré-determinações e as posições confortáveis. Talvez, como discuti em “A bordo do diário: primeira viagem”, isso seja exatamente o que nos aflige e nos potencializa nesta dissertação, já que nos faz habitar um limite tênue entre produção e esfacelamento, tal qual o paradoxo da produção pela anti-produção e pelo informe engendrada pela loucura (Deleuze e Guattari, 2004; 2006).

As oscilações de ponto de vista, tal qual manifestas no relato que abre esta dissertação, mais do que manobras da inteligência, são efeitos de uma pesquisa que não se decidiu cartográfica, mas que foi assim desenhada pelas forças de um coletivo que força a *intuição* como única possibilidade de contato com o efêmero das *durações*, para usar as palavras de Bergson (apud Amador e Fonseca, 2009).

Pareceu inevitável, senti-me sucumbida ao Coletivo quando não me senti mais dona de minha própria voz, contaminada pelas vozes dos outros participantes, pelas múltiplas vozes em mim: pesquisadora, participante do Coletivo, locutora, etc. Sujeito e objeto, ou pesquisadora e campo, mestranda e Coletivo de Rádio, autora da dissertação e coletivo agenciador de enunciação confundem-se na mesma massa informe de onde provêm as produções dos programas de rádio, o problema de pesquisa e o próprio texto da dissertação. Mesmo amenizada por “correções” do texto e ajustes de gramática e concordância, a mistura entre a minha voz e as vozes múltiplas que falam a mim e se falam através de mim, que falam nos programas de rádio e que falam no Coletivo em geral, não se deixa disfarçar pacificamente. Denuncia, assim, a indissociação sujeito-objeto de pesquisa como condição de possibilidade da própria escrita, uma vez que além de ser, afinal, primeira em qualquer pesquisa, se fez efeito *desta* pesquisa.

Essa indissociação denuncia-se ainda na dúvida referente a qual pronome pessoal usar em cada momento: primeira pessoa do singular ou do plural? Terceira pessoa? Não seria surpresa a utilização da segunda pessoa, o interlocutor a quem se fala. Afinal, quem garante que *tu* não estás a falar nestas linhas que lês?

Pelo mesmo motivo, não é rara a imprecisão quanto a *quem* fala em determinado momento. Às vezes não se sabe mesmo se é o Coletivo de Rádio (e qual dos participantes do Coletivo? Qual das vozes daquele participante?), ou se é a orientadora da pesquisa, ou se é a pesquisadora (e qual voz da pesquisadora? A locutora do Coletivo, a mestranda, a autora da dissertação?) ou ainda outras mil vozes disfarçadas nessa voz transformada em texto. Um exemplo? Novamente a *tua* voz, do leitor silencioso, do ouvinte da rádio, enquanto constituinte da polifonia desses imensos campos que são o mundo da pesquisa e o universo do Potência Mental<sup>85</sup>.

Mas, afinal, o que seria isso a que estamos chamando *voz*? Múltiplas vozes presentes neste texto, presentes na fala de cada um dos locutores. Vozes em primeira pessoa, segunda ou terceira, do singular ou plural, elas se atualizam em sujeitos, que, antes de serem autores da enunciação, são produto do enunciado. “O sujeito é uma variável, ou melhor, um conjunto de variáveis do enunciado. É uma função derivada da primitiva, ou do próprio enunciado. [...] Assim, o que é primeiro é um DIZ-SE, murmúrio anônimo no qual posições são apontadas para sujeitos possíveis [...]”, diria Deleuze (2005, p. 64), acerca do pensamento de Foucault.

Essa é exatamente a condição da inserção do *tu* dentre as vozes possíveis de estarem presentes nessas linhas. Porque o interlocutor, a segunda pessoa, assim como todas as outras, é apenas um efeito do discurso; uma variável determinada pela voz que a expressa: essa voz é o discurso. A voz não é *tua*, mas *tu* és, para não dizer *propriedade* da voz, um dos seus efeitos.

Foucault (1972; 2002) diz que, tal qual o enunciado, não identificável a frases nem proposições e tornado função de enunciação, também o autor perde a

---

<sup>85</sup> Isso ficou ainda mais claro na escrita posterior à qualificação da proposta de dissertação, a partir do que se facilitou a visualização da inserção do leitor na trama da pesquisa. É também por isso que quisemos compartilhar com os demais leitores a experiência das primeiras, como se verá adiante.

identificação a um sujeito e dissolve-se numa função que os discursos podem ou não ter à medida que promovam ou não ruptura e singularização significativas no campo discursivo. Poderíamos dizer que a autoria acaba por ser efeito do discurso, assim como o pesquisador e o campo pesquisado nada mais são do que efeitos da pesquisa.

Tu podes falar nas linhas que lês justamente porque essas linhas não *te* pertencem, assim como não *me* pertencem, e nem *a eles*, os outros participantes da pesquisa. Nós é que derivamos delas, a voz que te constitui é a mesma que constitui a mim como autora desse texto, a tua voz é a minha voz, sob a condição do discurso, e/ou de uma quarta pessoa impessoal, responsável pelo acontecimento do enunciado<sup>86</sup>.

Schérer (2000, p. 21) cita Lawrence Ferlinghetti:

E ele é o olho louco da quarta pessoa do singular  
da qual ninguém fala  
e ele é a voz da quarta pessoa do singular  
pela qual ninguém fala  
e que todavia existe.

Desde as múltiplas vozes falantes das quais falávamos, no entanto, é possível extrair justamente essa quarta pessoa que não fala e de quem não se pode falar, alcançando assim a condição de acontecimento da linguagem que permite ao enunciado cumprir sua função: fazer dizer algo por alguém, ou, em outras palavras, construir um objeto e um sujeito para si próprio, numa curva enunciativa específica. Extrair a quarta pessoa do enunciado, que não é nem sujeito, nem objeto, nem interlocutor, tal qual o *on* do idioma francês, faz encontrar o singular, a curva de singularidades que constitui o enunciado. (Deleuze, 2005; Schérer, 2000)

Pois é preciso abolir a parte demasiado subjetiva, demasiado vivida do que chamamos correntemente acontecimento, assim como sua parte demasiado objetiva, de encadeamento material de causas e efeitos nos quais se dissolve, para simplesmente nomeá-lo, exprimi-lo e fazê-lo viver, para atingir o acontecimento puro. (Schérer, 2000, p. 25)

Negar aos sujeitos do enunciado a possibilidade de enunciação, acabar com a submissão das vozes aos sujeitos e também aos objetos que elas próprias produzem,

---

<sup>86</sup> Teriam, então, as pareceristas da banca de qualificação, também dado corpo a vozes do Coletivo de Rádio?

eis a intenção da cartografia: encontrar a impessoalidade da quarta pessoa, o neutro de Blanchot, para libertar o acontecimento da linguagem do acidente que se efetua nos/pelos corpos, acedendo ao sentido incorporal do enunciado pela via dos afectos do programa de rádio-monumento, neste caso. (Deleuze, 2007; Deleuze e Guattari, 1992; Levy, 2003)

A quarta pessoa do singular, assim, abdica da condição de sujeito para voltar-se aos agenciamentos coletivos de enunciação<sup>87</sup>, cujo tecido enredado com/entre as forças insistentes no plano do coletivo constitui os pressupostos implícitos da linguagem e a condição da mesma em sua materialidade, porque condição da doação de sentido. Em outras palavras, constitui sua dimensão ilocutória, capaz de permitir à linguagem redundar num ato, ou ser performativa, para usar um termo do primeiro esboço de Austin acerca dessa redundância. (Deleuze e Guattari, 1995b; Flores, 2007)

Pode-se dizer que, uma vez que a experiência do Coletivo em questão constitui justamente uma experiência de rádio, ou seja, de produção de linguagem, é como se fosse potencializada a performatividade da experiência que Passos e Eirado (2009)

---

<sup>87</sup> Deleuze e Guattari (1995b) defendem que os *agenciamentos coletivos de enunciação* são responsáveis por construir os pressupostos implícitos ou não-discursivos presentes na linguagem (o ilocutório) e que, por isso, são condição da linguagem. Esta noção se reporta à teoria dos atos ilocutórios de Austin, que inscreve o *ato* como atributo inerente à fala e responsável por fornecer sentido ao enunciado (Flores, 2007). O agenciamento tem primado sobre o sujeito da enunciação, tornado, assim, mais um dos efeitos do agenciamento coletivo de enunciação. Segundo Deleuze e Guattari (1995b), “todo discurso é indireto” (p. 13); o agenciamento coletivo de enunciação é glossolalia.

Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina. Esse é precisamente o valor exemplar do discurso indireto, e sobretudo do discurso indireto “livre”: não há contornos distintivos nítidos, não há, antes de tudo, inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso. Não é a distinção dos sujeitos que explica o discurso indireto; é o agenciamento, tal como surge livremente nesses discursos, que explica todas as vozes presentes em uma voz [...]. (p. 18)

Além disso, para além de representar um mundo ou um sujeito, a linguagem age; o agenciamento coletivo de enunciação é o conjunto de *transformações incorpóreas* que, promovidas pela linguagem, vão se relacionar com as misturas de corpos a partir de um princípio de diferença. Não falam *sobre* elas, mas exatamente *dizem os estados de coisas*. Trata-se de uma *intervenção* que não pode *representar* as coisas (uma vez que os corpos têm sua própria forma e qualidades independentes), mas antecipa, retrocede, destaca, une, recorta as mesmas. A relação (antes uma não-relação que comunica a partir da diferença) entre os *agenciamentos maquínicos de corpos* (que são misturas de coisas) e *coletivos de enunciação* subsistiria garantida pela mesma superfície do sentido que separa e relaciona o mundo das coisas e o das proposições. Remete, também, ao materialismo do incorporal que Foucault (2009) delega ao discurso.

lembram, fundamentada na performatividade da linguagem que Deleuze e Guattari (1995b) desenvolvem a partir de Austin. Quando a escrevemos e a transformamos em dissertação, performa duplamente. As linguagens radiofônica e acadêmica se articulam, assim, engendrando realidades, misturas de coisas, sujeitos e objetos. Portanto, dizer que o coletivo de forças do Potência Mental e seus agenciamentos são responsáveis por conferir à linguagem dos programas (e da pesquisa) seu caráter de intervenção e ato no mundo implica reafirmar a importância desse *coletivo* enquanto *dispositivo* de pesquisa.

“Mas o que é um dispositivo?”, Deleuze (1996, p. 1) pergunta acerca desse constructo de Foucault. E segue respondendo:

É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. [...] Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de “trabalho de terreno”.

Poderíamos, através desse texto de Deleuze<sup>88</sup>, distinguir as naturezas diferentes dessas linhas cartografáveis, em número de quatro, tal qual seus efeitos de ato e intervenção: linhas de visibilidade, linhas de enunciabilidade, linhas de força (poder), linhas de subjetivação. As últimas, possíveis de serem o “extremo limite de um dispositivo”, a ponto de fazerem “a passagem de um dispositivo a um outro” (p. 2), podem responsabilizar-se pela resistência e pela ruptura. Isso porque permitem a todas as outras linhas relacionarem-se consigo mesmas, redesenhando os termos do poder e do saber e, assim, decidindo que “todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro [...]” (p. 4).

Barros (1994; 1997; 2007) pensa o que seja a especificidade do “grupal” a partir do que chama de grupo-dispositivo, definido justamente pelas quatro dimensões apontadas por Deleuze, como já dissemos anteriormente. A pergunta que intervém aqui é: como o grupo pode funcionar sob as “duas conseqüências importantes no que concerne a uma filosofia dos dispositivos” apontadas por Deleuze (1996, p. 3) como “o

---

<sup>88</sup> A esse respeito, também consultar o livro intitulado “Foucault” (Deleuze, 2005).

repúdio dos universais” e o desvio “do Eterno para apreender o novo”, no que se refere especialmente à enunciabilidade?

Barros fornece algumas pistas desse dispositivo grupal que convergem com a noção de coletivo como queremos pensá-la. O encontro com *outrem* nos parece a mais importante pista. A autora (1997) defende que a experiência de estar com outras pessoas leva ao encontro com o diferente e abre caminho ao desconhecido como modo de experimentar. O outro, ao nível molar pessoal, pode assim aceder ao *outrem*, molecular e intensivo, composição de linhas de perturbações que forcem o pensamento em direção ao impensado, abrindo-se assim à alteridade radical que Blanchot denomina o *fora* (Levy, 2003).

O grupo do encontro é o grupo do *entre* (Barros, 2007). *Entre* o indivíduo e a sociedade, a suposta unidade-totalidade grupal se esvai diante desse modo de experimentar desde *outrem*, desde o movimento provocado por esse espaço diferencial *entre* os fluxos que correm no grupo, produzindo devires e faíscas que saltam do atrito *entre* corpos; faíscas que não pertencem nem a um corpo nem a outro; devires não identificados nem à vespa nem à orquídea, pois enxertam intensidades de vespa à orquídea e vice-versa, para usar o célebre exemplo de Deleuze e Guattari (1995a). O grupo do *entre* é, assim, o grupo dos afectos como devires e dos sentidos como faíscas, na lógica do coletivo como trazida por Guattari (1992). Habitando o *entre* da conversa e da palavra plural, em seus movimentos de devir-loucura, o Potência Mental não permite muito mais do que devires. Por isso, mais (ou menos) do que um *grupo* de rádio, o mesmo apresenta-se como um *Coletivo* que repudia os universais e se desvia “do Eterno para apreender o novo”, garantindo sua potência enquanto dispositivo. Quanto à especificidade da enunciabilidade, como já dissemos,

É verdade que Foucault, em toda sua teoria da enunciação, recusa explicitamente a “originalidade” de um enunciado, como critério pouco pertinente, pouco interessante. Foucault pretende somente considerar a “regularidade” dos enunciados. Mas, o que ele entende por regularidade é a linha da curva que passa pelos pontos singulares, ou valores diferenciais, do conjunto enunciativo [...] [;] o que conta é a novidade do próprio regime de enunciação que podem compreender enunciados contraditórios. (Deleuze, 1996, p. 3-4)

Diante dos regimes ou linhas de enunciação (que são justamente as vozes múltiplas expressas no/pelo Coletivo de Rádio em questão) em constante (re)(des)fazimento através do encontro louco de vozes plurais e discursos divergentes, tendo como forma o informe e como contorno o devir-loucura, o dispositivo Coletivo de Rádio, máquina de fazer falar, faz-se sua própria fenda em direção a um dispositivo futuro, faz-se seu próprio *fora*. Abranger essa multiplicidade de vozes o faz habitar o paradoxo do atual: “O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro”, tal qual nos diz Deleuze (*idem*, p. 4). Esse paradoxo adota o tempo rizomático por guia na relação com seu próprio futuro, visto que este não é necessariamente o “próximo passo” cronológico, mas se apresenta sob a forma de tempos múltiplos e intensivos coexistindo, ou co-insistindo como rupturas e acontecimentos (Barros, 1994; Pelbart, 1998b).

Talvez nunca seja demais repetir que a indissociação entre *sujeito*, *objeto* e até *leitor* da pesquisa se dá em função de que, jamais bem delimitados em formas-sujeito e formas-objeto, os movimentos do Coletivo de Rádio, não se identificando a nenhum dos dois e sendo ambos, são também o *método* que, tal qual a manutenção da indissociação, produz os efeitos de enunciabilidade que fazem veicular um programa de rádio tanto quanto uma dissertação de mestrado. Isso implica dizer que a reintrodução do *fora* no centro do pensamento e da palavra surge como efeito do processo de um devir-loucura engendrado por um Coletivo cartografado por uma pesquisa que é nada mais e nada menos do que efeito desse mesmo processo.

O coletivo é esse método-dispositivo que possibilita enunciar, acerca de si próprio, um estatuto de loucura (devir-loucura) que se descola da idéia de doença para se espriar por todos os *entres*, “ao gosto do vento”, tal qual “a fumaça do cigarro do Valdir, [e nossas vozes, querendo] se misturar ao vento, incomodar quem não concorda com elas, ressoar indefinidamente” (“A bordo do diário: primeira viagem”, p. 25).

Esboçados a cartografia e o coletivo como dispositivos da pesquisa, resta-nos pensar acerca da ferramenta utilizada para engendrar esses dispositivos e fazê-los falar

na dissertação, ao passo que deve dar conta das enunciações agenciadas pelo Coletivo: a escrita de relatos.

O já referido diário de bordo funciona como um caderno de notas que me acompanha em minhas incursões no campo. A bordo do campo, o mantenho à mão para anotações e lembretes e para registrar desde sensações e idéias até títulos de livros para pesquisar e autores para dialogar. Contaminada pelo mesmo, ou, “a bordo do diário de bordo”, posso *textualizar* minhas vivências na forma de relatos, *inter*, *fora* e *contextualizando* a dissertação, para usar os termos de Lourau (2004a; 2004b).

Este teórico faz-se importante à medida que nos habilita a pensar as infiltrações que se fazem presentes em todo trabalho acadêmico, ou texto institucional, como o mesmo o chama. É aí que se situam os *intertextos* das mais diferentes naturezas, que se cruzam na constituição de um texto acadêmico, tal qual os relatos dos encontros do Potência Mental na lista de discussão na internet, notas e considerações feitas pela pesquisadora, e-mails trocados pelos participantes, o próprio texto dos programas e os textos de diversos autores que conversam com a pesquisa, apenas para citar alguns possíveis; o *contexto*, que diz da processualidade da pesquisa, da inseparabilidade entre “o problema do acesso à escritura [...] [e] o problema do acesso ao campo de pesquisa (ou ao objeto), cuja existência virtual só se atualiza mediante a transmutação em escritura” (Lourau, 2004a, p. 207) e entre o processo e o resultado, tal qual as relações estabelecidas entre as experiências do Coletivo produtor de rádio e a escrita do texto da dissertação; e o *fora-texto*, que fica nos “bastidores” da pesquisa, tal qual as anotações do campo e dos caminhos do pensamento que ficam “de fora” da dissertação, do texto oficial.

Mas dizer que os relatos a bordo do diário podem *inter*, *fora* e *contextualizar* a dissertação é dizer que esses três “tipos” de texto liquidificam-se ao se des-substantivarem e se tornarem verbos. Despedem-se de suas identidades para dissolverem-se como virtualidades informes, intensas e insistentes no plano de constituição da dissertação. Passam a ser funções, estratégias. Estar *a bordo* do diário implica uma estratégia de estar *na borda* do texto acadêmico, dentro e fora.

Sobre a “função fora-textual”, por exemplo, talvez a mais gritante e fértil nesse método de tomar notas, fazer relatos e moldá-los numa forma-dissertação, Lourau (2004a) defenderia que sua potência seria reintroduzir a temporalidade nas pesquisas, tantas vezes apresentadas como generalizações atemporais e “irreais”. Entendemos que, nessas formulações, o autor clama pela materialidade histórica da pesquisa, procura atentar para as condições de emergência de diferentes problemas, métodos, resultados. Mas queremos levar a questão adiante.

Primeiro, pensemos a “irrealidade” da pesquisa, abordada pelo autor, à primeira vista, como sendo não mais do que um erro cometido pelas generalizações. Mas haverá maneira de escapar desse erro? Não será essa irrealidade justamente a beleza de uma pesquisa? O que o próprio Lourau faz pensar é justamente que a irrealidade não é efeito de pesquisas mal-feitas, mal-conduzidas ou mal-escritas; mas é natureza da pesquisa ser irreal. Ele clama pela importância do *fora*, *inter* e *contexto* exatamente por considerar essa irrealidade quase como a essência da ciência, para que a pesquisa possa ser entendida na sua poética própria, não como um retrato da realidade ou um espelho. Até porque o retrato mais fiel traz a imagem duplicada, e o espelho, além disso, a inverte. O que seria essa duplicação senão a acontecimentalização de uma imagem?

Examinemos a dobra de Deleuze. Ela é constituída por um lado de *fora* que se *duplica* e forma um lado de dentro, “interiorização do lado de fora” (Deleuze, 2005, p. 105). Essa dobra traz o tema do duplo que, segundo Deleuze, era obsessão de Foucault. O duplo “não é uma reprodução do Mesmo, é uma repetição do Diferente” (*idem*). No texto “A pintura fotogênica” (Foucault, 2001b), por exemplo, o filósofo chama a imagem fotográfica de acontecimento porque é como se ela duplicasse alguma coisa referente à qual jamais poderia ser a mesma coisa, semelhante ao *comentário*, como trazido em “A Ordem do Discurso” (Foucault, 2009). É o que se passa com a duplicação das letras de um teclado de computador (Deleuze, 2005; Foucault, 1972). A seqüência de letras QWERT, no teclado, diz de formas de visibilidade, já na tela do computador ou em uma folha impressa, é acontecimento-enunciado da seqüência de letras do teclado.

Para Blanchot, a imagem é um duplo que, mais do que reproduzir a coisa, faz-se outra coisa a partir da semelhança de uma ausência. A imagem é “errante, sempre ali, sempre ausente, fixa e convulsiva” (2005, p. 23), uma vez que “a coisa estava aí e, tornada imagem, ei-la instantaneamente convertida no inapreensível, inatual, impassível, não a mesma coisa distanciada mas essa coisa como distanciamento, a coisa presente em sua ausência [...]” (1987, p. 257), cuja transparência potencializa seu próprio esquecimento contemporâneo à sua espera, imersa que está no vazio do *fora* (Foucault, 2001c).

O que seria essa pesquisa-imagem senão a acontecimentalização da vida? Quando se pretende generalizadora e universal, a investigação esmaga as idiosincrasias do seu chamado objeto, desqualifica aquilo que o difere de todo e qualquer outro objeto, e, mais importante, nega tudo aquilo que o faz diferir constantemente de si mesmo, os seus movimentos, suas tramas, suas dobras. Talvez o efeito do que Lourau diz, quando afirma que o fora-texto reinsere a dimensão da temporalidade na pesquisa, seja introduzir a temporalidade do Aion no que se entende por tempo. Além de considerar a dimensão histórica do objeto, essa “fora-textualização” acontecimentaliza novamente a pesquisa porque, trazendo o contexto temporal, a descola do eterno presente circular das coisas que *são*, nesse presente definitivo, reino de Cronos e do reconhecimento – império dos corpos, fixados a designações e significações universalizantes, terra fértil para a germinação dos sentidos bom e comum. Assim, insere o rizoma temporal (Pelbart, 1998b), o instante constantemente dividido em passado e futuro, o tempo como adubo do acontecimento que insiste e resiste à prisão do espaço.

Fora-textualizar a dissertação, então, de acordo com o que estamos dizendo, é potencializar sua acontecimentalização. Acontecimentalizar a pesquisa e a atividade do Coletivo de Rádio Potência Mental é, em última instância, acontecimentalizar a escrita do acontecimento executada pelo Coletivo em questão. E essa repetição de termos é mais do que estilo de escrita.

Como já trabalhamos, no texto onde pensa “A Linguagem ao Infinito”, Foucault (2001a) defende a possibilidade da linguagem de (re)uplicar-se infinitamente,

continuar e não morrer. “Talvez haja na palavra um parentesco essencial entre a morte, a continuidade ilimitada e a representação da linguagem para ela mesma” (p. 48), o autor diz. Embora essa dimensão da continuidade da palavra só interveio quando da invenção da escrita,

um pouco na retaguarda da escrita, abrindo o espaço onde ela pôde se expandir e se fixar, alguma coisa teve que se produzir [...]: sua reflexão [da linguagem] em espelho sobre a morte e a constituição a partir daí de um espaço virtual onde a palavra encontra o recurso infinito de sua própria imagem e onde infinitamente ela pode se representar logo ali atrás de si mesma, também para além de si mesma. (p. 48-49)

A palavra conta a própria morte e, assim, afasta-a num movimento interminável de reflexão e renovação, num “jogo de espelhos” de si mesma, como nos diz Foucault. Reflexão especular que duplica, redobra a imagem ao sabor da acontecimentalização. Interessa-nos “o acontecimento que ocorreu, e que continua incessantemente a ocorrer sobre a imagem, pelo próprio fato da imagem”, tal qual Foucault (2001b, p. 251) dissertava acerca da imagem fotográfica de Fromanger.

A imagem do jogo de espelhos da palavra, ao contrário da fotografia, não responde a um regime de visibilidade tanto quanto a um de enunciabilidade. No entanto, sua natureza lingüística não nega a qualidade de acontecimento da imagem; ao contrário, a exalta tanto mais quanto se reduplica, num infinito recomeçar. A operação aqui é a de reviver o que se efetua novamente pela linguagem, grávida de atos ilocutórios, interventora nos corpos, capaz de dizer os estados de coisas (Deleuze e Guattari, 1995b).

Essa reinvenção constante, operada pela materialidade da linguagem, faz parte da lógica do sentido enquanto dimensão da proposição descolada da fixidez das designações e significações; e o estatuto próprio da imagem e da duplicação, não se rendendo à identificação com o seu “referente”, diz da lógica da diferença enquanto constitutiva da vida. (Deleuze, 1988; 2007)

Essa é justamente a empreitada de acontecimentalizar a escrita do acontecimento, e a proposta metodológica da presente pesquisa. A escrita do acontecimento operada pela Rádio, por sua vez já uma dobra, duplicação de um *fora*

coextensivo, é redobrada, reduplicada, reflexionada na escrita de relatos que executam a função de fora-texto incluído no corpo da dissertação.

[...] a escrita alfabética já é em si mesma uma forma de duplicação, pois representa não o significado, mas os elementos fonéticos que o significam [...]. Escrever, para a cultura ocidental, seria inicialmente se colocar no espaço virtual da auto-representação e do redobramento; a escrita significando não a coisa, mas a palavra, a obra de linguagem não faria outra coisa além de avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho, suscitar o duplo deste duplo que já é a escrita, descobrir assim um infinito possível e impossível, perseguir incessantemente a palavra, mantê-la além da morte que a condena, e liberar o jorro de um murmúrio. (Foucault, 2001a, p. 49)

No nosso caso, a escrita de relatos é a duplicação de um caderno de notas que é a duplicação de um programa de rádio que é a duplicação do que se produz nas reuniões do Coletivo. Porque nos parece necessário conter um pouco da proliferação indefinida, digamos que nos propomos à reduplicação da dobra engendrada pelo programa de rádio. Por isso, acontecimentalização da escrita do acontecimento.

Mas essa proposta opera ainda outras funções. Para além da (re)duplicação, efetua o que poderia ser chamado de uma “multiplicização”. Traz a heterogeneidade para o campo, amplia as tendências, os atravessamentos, as contaminações. Multiplica para todos os lados, tece uma rede tal qual um rizoma, sem origem nem fim; a legítima multiplicidade. Isso porque dobrar não é duplicar o uno, mas sim vergar a selvageria do *fora*, com todas as suas velozes intensidades e todas as suas forças informes, tal qual nos ensina Deleuze (2005) a partir de Foucault.

Acontecimentalizar a escrita do acontecimento é, portanto, duplicá-lo pela lógica da pulverização, como Foucault (2009) ensina acerca do *comentário*, como aludido acima:

Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. [...] O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (p. 25-26)

Pulverizar diz de uma abertura de possibilidades, de uma renovação constante, de rachar o próprio acontecimento que é o objeto da pesquisa e, comentando-o, dizer pela primeira vez o que o mesmo já disse e ao mesmo tempo repetir o que jamais

disse, tornando-se também acontecimento. Por isso dizemos que pesquisar é pulverizar-se contaminado pelo *fora*, dobrado no acontecimento.

Fonseca et al. (2006) defendem que a pesquisa obtém o estatuto de acontecimento à medida que irrompe como uma nova singularidade, invadindo-nos e fazendo de nós campo de estranhamento de nós mesmos, uma vez transfigurados pelo magma da investigação onde fomos mergulhados e impessoalizados; e de estranhamento também do objeto multiplicado. Essa pesquisa racha os objetos, encontrando em suas vísceras a pluralidade que os constitui, fazendo-os renascer pela transversalização de suas linhas de forças. Acontecimentaliza-se enquanto acontecimentaliza seu objeto. Daí termos defendido, no início deste capítulo, que, além de sujeito e objeto de pesquisa, os movimentos transversais do Coletivo são também método.

Tudo isso para dizer que o que se pretende utilizando como método a escrita dos relatos, ou incorporando o fora-texto ao texto, é, em outras palavras, lançar mão de uma política de narratividade que convenha à cartografia por ser capaz de trazer o *fora*, ou de incluir as forças à forma, como defendem Passos e Barros (2009b). É dissolver-se no procedimento narrativo da “desmontagem” das cenas, fazer a linguagem do programa de rádio gaguejar, tecer as tramas do agenciamento coletivo de enunciação naquilo que se apresenta como produto pronto (o programa), e como supostas individualidades de autoria e de “opinião”.

Incorporar o fora-texto ao texto faz mais do que recortar e colar o “canteiro de obras” da pesquisa em seu próprio corpo: faz do *fora* uma estratégia tensora das formas; da forma que é o texto do programa e da forma que é o texto da dissertação enquanto “tradução” do que se passa no campo. Faz submeter-se à implicação, e, mais do que isso, ao limite de dissolução de si nos acontecimentos da pesquisa; faz multiplicar as intensidades; faz, mais uma vez, potencializar o acontecimento da pesquisa.

Fora-textualizar a pesquisa ainda remete à possibilidade de sua acontecimentalização a partir da perspectiva de Blanchot (2005) acerca da narrativa; já que a pesquisa se propõe narrar os movimentos do Coletivo, duplicando-os:

[...] o caráter da narrativa não é percebido quando nele se vê o relato verdadeiro de um acontecimento excepcional, que ocorreu e que alguém tenta contar. A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar onde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se.

Essa é uma relação muito delicada, sem dúvida uma espécie de extravagância, mas é a lei secreta da narrativa. A narrativa é movimento em direção a um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não haver, fora desse movimento, nenhuma espécie de realidade, e tão imperioso que é só dele que a narrativa extrai sua atração, de modo que ela não pode nem mesmo “começar” antes de o haver alcançado; e, no entanto, é somente a narrativa e seu movimento imprevisível que fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente. (p. 8)

Eis um tempo imaginário, engendrado pela narrativa atraída negligentemente pelo *fora*, que confunde o passado e o futuro da experiência e dos personagens que cunham o relato onde foram cunhados. (Blanchot, 2005; Foucault, 2001c)

Fora-textualizar a pesquisa, tensionar as formas, submeter-se à implicação e à dissolução de si e dos pontos de vista é, em outras palavras – embora pareça desnecessário dizer – fazer de uma pesquisa também intervenção (Rocha e Aguiar, 2003). “Toda pesquisa é intervenção”, dizem Passos e Barros (2009a, p. 17), resumindo esta que é a primeira pista do cartografar. Acontecimentalizar o objeto, ou, antes disso, co-emergir enquanto pesquisa no mesmo processo que faz emergir aquele: essa é a lição básica do método que faz a investigação que pretende operacionalizá-lo.



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO**

Parecer da proposta: "DEVIR-LOUCURA NO RÁDIO"

Autor: FERNANDA FONTANA STREPPPEL

Orientador: Profa. Dra. Analice de Lima Palombini

Examinador: Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

---

**Porto Alegre, entre sons e ventos de um devir-loucura de uma rádio escrita e de uma leitora-ouvinte em dias de outono de abril de 2010.**

E não esquecendo que esse encontro se dá em plena conferência de saúde mental acontecendo nesta cidade.

Para iniciar agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social pelo convite para essa banca de qualificação. Um agradecimento à Prof<sup>a</sup> Analice Palombini que diz de um modo de viver essa Universidade. Um convite que chega no movimento no qual estamos compondo ações entre modos de viver essa Universidade no trabalho de extensão e ensino no dispositivo Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. E é das práticas da residência que emerge uma linha que faz desviar o tempo cronos e experimentar outros modos de pesquisar.

Agradeço a confiança de Fernanda para compartilhar mais que um projeto de qualificação, seu percurso de estar pesquisadora entre devires de fazer rádio e desviar sentidos para ficar na produção de sentido.

Nunca se sabe como uma pessoa aprende; mas, de qualquer forma que aprenda, é sempre por intermédio de signos, perdendo tempo, e não pela assimilação de conteúdos objetivos. [ . . . ] O signo implica em si a heterogeneidade como relação, pois não se aprende fazendo *como* alguém, mas fazendo com alguém, que não tem relação de semelhança *com* o que se aprende. (DELEUZE, 2003, p. 21)<sup>89</sup>

Bem, vamos ouvir a rádio!

Iniciamos a bordo de um diário-rádio.

Sim, pois usando tuas palavras na página 9, "não é como um simples relatar de uma memória ou um desabafo, é viver tudo novamente, sentido no corpo, por vezes, o peso da responsabilidade de **sustentar** um espaço de acolhimento e de criação de sentidos, quando o processo espontâneo parece não andar muito bem. Porque eu não quero sustentar nada, não consigo sustentar nada, meu corpo esmaece com tanto peso, de tantas ocasiões em que nada parece acontecer. Eu quero é fazer rádio...."

"Eu quero é fazer rádio...."

---

<sup>89</sup> DELEUZE, Gilles. *Proust e os Signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Visito a palavra-enunciado sustentar para seguirmos em sua proliferação de diálogos neste projeto.

**sus.ten.tar**

**Verbo transitivo direto.**

1. Segurar para que não caia; suster, suportar.
2. Afirmar categoricamente.
3. Confirmar.
4. Resistir a: Sustentou as investidas.
5. Conservar, manter.
6. Alimentar física ou moralmente.
7. Prover de víveres ou munições.
8. Impedir a ruína ou queda de.
9. Animar, alentar.
10. Sofrer com resignação; aguentar.
11. Defender com argumentos ou razões.
12. Pelejar a favor de.

**Verbo pronominal.**

13. Conservar a mesma posição; suste-se.
14. Alimentar-se.

Deixemos em suspenso, sus-tentar...

E vamos a um plano de organização deste parecer, pois falamos de como compor a essa experimentação-potência mental com uma produção de conhecimento no contexto acadêmico.

Evidencio tua escrita, estilos que vão sendo construídos conforme o tom e objetivo de cada capítulo. Textos e citações compostas com clareza na conversa com a experiência, os autores, os conceitos, tua autoria e o leitor-ouvinte.

Eu indago se temos aqui um “projeto” de dissertação, ou já uma dissertação em pleno processo de escrita. Assim, vou retomando algumas questões que podem contribuir na continuidade de teu processo de dissertar.

“**A bordo do diário**” nos lança nos bastidores, nos programas, e quando pensamos estar em seu planejamento, experimentamos estar numa audiência do rádio. Quando inicia e termina o programa é uma questão que já não se coloca, estamos em devir. “Aquele medo e aquela alegria que só a surpresa é capaz de provocar, porque não depende de nossa vontade, e que vai acontecer ou deixar de acontecer ao gosto do vento” (p. 20)

O “medo do esfacelamento”, “talvez devêssemos todos chegar depois que a reunião terminasse”, mas aí o Coletivo de Rádio Potencia Mental não aconteceria, nem aqui estaríamos hoje. Medo do esfacelamento com a loucura, medo do que somos depositários ao trabalharmos com uma produção social que coloca em análise a institucionalização que clama seu lugar numa sociedade “normal”. Somos nós residentes, estagiários, pesquisadores que sustentamos? Mas teria sentido essa questão se tratamos de um plano de forças num agenciamento que enuncia a diferença. Micro e macropolíticas em tensão. Não estamos loucos, estamos experimentando um devir na

coexistência de um devir. Então, um agenciamento implica em corpos e enunciações a serem cartografadas.

No capítulo seguinte, ao abordar as experiências de fazer rádio em Saúde Mental, situas o leitor-ouvinte neste contexto, possibilitando dialogar com a produção histórica e local da experiência que estás pesquisando. Indico aqui uma linha importante a ser cartografada, a qual diz respeito desde tua experiência anterior com essa questão de pesquisa: o lugar da formação, ou ainda, da universidade neste processo. Falamos aqui de iniciação científica, ensino, extensão, formas de viver uma universidade, formas informes em tensão com o fora-Fora produzindo o inesperado nos padrões institucionalizados na academia.

Nesse sentido, podes explorar o conceito de dispositivo na análise do surgimento do Coletivo de Rádio Potencia Mental. Aqui destaco a exploração do conceito dispositivo em sua potencia mais genealógica, portanto conceitual e problematizadora, do que na interface utilizada com procedimento metodológico. Também indico uma sugestão, eminentemente, planificadora que contribui, tanto para construir a linha de análise, como para conversar com um leitor-ouvinte que desconhece o processo e precisa de um certo mapa orientador: um quadro cronológico com ações, designações de participantes que vão e vem no movimento desta produção. Um dos objetivos de tua dissertação envolve criar um regime de visibilidade para outros modos de pensar e trabalhar com a expressão do sofrimento psíquico na academia. A pesquisa como prática. A política que nos constitui pesquisadores. Essa questão vai ao encontro do que situas “nos caminhos do problema de pesquisa” (p. 51): “Relacionar a loucura com a produção de sentidos absurdos que transgridam o que seja hegemônico na Comunicação”, e eu acrescentaria na Academia.

Tem algo que eu não consegui explorar mais neste parecer e que diz respeito a militância. Não é desconsiderar a linha militante, presente e importante. Mas situar outras nuances. Uma possibilidade é dialogar com linha metodológica na composição da cartografia no que diz respeito a ética do modo como pesquisas e como o coletivo acontece. A ética como problematização que constrói as relações consigo e com o mundo neste tempo que vivemos. No diálogo com teu diário de bordo se produzem nossas questões éticas: Que compromisso consigo, com o outro e com a vida compartilhada pode ser produzido nesta vizinhança que nos constitui no devir loucura?

E, finalmente, destaco o que considero o âmago de tua pesquisa:

**Sustentar**, a palavra-enunciado que deixei em suspensão no início desse parecer, implica “sustentar as investidas” e “pelejar a favor de”. Investidas e pelejas, e penso que fazes um caminho para além da elaboração dos “operadores conceituais”. Ao iniciar os caminhos metodológicos, há aquele tumulto do Bar da Psico. E ouvimos um e outro falar, vamos anotando, pois pode servir ali adiante. Depois, o programa entra no ar e acontece!

Primeiro, na p. 93: “registro das percepções e afecções”; “papel de escritor dos relatos circule mais”, “leitura dos relatos passados nos encontro seguintes, com vistas a provocar uma reflexão do grupo-dispositivo sobre os próprios agenciamentos, provocando outros”. Mas tudo já aconteceu e continua acontecendo, para que propor essa intervenção, quando a idéia é justamente dar conta de uma análise com aquilo que se produz no inesperado e fazendo com? Ou isso já aconteceu, e por uma necessidade da escrita científica tu estás propondo os passos da pesquisa que acontecerá? Chegas a citar Henri Bergson, sem referência (p. 95), quando já tens uma abordagem do tempo, muito bem trabalhada, no capítulo do “operadores conceituais”. Basta retomar essa relação.

E penso que aqui está a questão sobre a qual tens que te debruçar: o diálogo entre esses operadores conceituais e a proposta metodológica. É um caminho de produção textual e organização de um plano de referência que **sustenta** tua pesquisa, que já não precisa ficar no teu corpo, como peso que esgota. Depois de “esboçar a cartografia e o coletivo da pesquisa, resta-nos pensar acerca da ferramenta (a ser) utilizada para engendrar esses dispositivos e fazê-los falar numa dissertação de mestrado...” (p. 101) e, então, Fernanda acontece!

Crias um operador analítico com a função da escrita neste percurso, que não se limita a um “registro”, e talvez ao que menos se propõe é registrar. As noções de *inter*, *fora* e *contextualizar* que vais compondo com os modos de subjetivar, produzem um modo de pesquisar no processo vivido, indica teu criar na enunciação desta experimentação que diz de um *devenir-loucura* no rádio e na pesquisa.

Deleuze e Parnet (1998)<sup>90</sup> enfatizam que manter a heterogeneidade envolve falar com, escrever com: com o mundo, com uma porção do mundo, com pessoas. Os autores afirmam que a objeção de que se estaria se servindo do outro e depois deixando-o de lado, implica em pensar sobre o que produz uma escrita, pois não se escreve pelo outro ou do outro. Escrevemos daquilo que agenciamos entre um e outro na tentativa de manter o fluxo de um processo onde a vida prolifera.

A fazer: escrever, viver os enunciados na enunciação que disserta com. Compor as audições e visões com as linhas *inter*, *fora* e *contextualizar* dos perceptos e dos afectos que a escrita carrega ao constituir-se numa experimentação de língua menor. Explorar potencias que já circulam nesta pré-dissertação: diagnosticados e não-diagnosticados; pesquisadora-locutora; dispositivos de histórias e na história; uma universidade no ar; e ... .

Um projeto plenamente aprovado e já constituindo uma dissertação.

---

<sup>90</sup> DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO**

Parecer da proposta: "DEVIR-LOUCURA NO RÁDIO"

Autor: FERNANDA FONTANA STREPPPEL

Orientador: Profa. Dra. Analice de Lima Palombini

Examinador: Profa. Dra. Tania Mara Galli Fonseca

---

Minha cara Fernanda,

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a você e à sua orientadora, Analice, pelo convite para ser leitora de sua proposta de dissertação. Nesse caso, não se trata de mera formalidade, pois aqui agradeço justamente pelos momentos de riqueza interior que a leitura desse seu trabalho propiciou-me. Você tem razão, ao selecionar como epígrafe as palavras de Peter de que não é inútil lembrar que o tempo da criação exige tempo e paciência para tolerarmos uma brotação que provém do indecيدido e do informe. Pode-se dizer que seu texto, ou melhor, que seu foratexto, foi tecido durante muitas horas, muitos dias e muitos meses. Assim, como quando pegamos em nossas mãos um livro recém-chegado, também acolhemos todas as insônias, as madrugadas e as indecisões de onde brotaram. Conheci-a na entrevista de seleção ao mestrado. Então, podíamos dizer que os ares de Santo Ângelo pairavam sobre seu pensamento, envelopando-o de memórias desafiantes. Uma experiência de iniciação científica condizia-a à nossa porta. Você queria avançar, abrir o berreiro e desafiar-se no trançar de muitas vias que, emaranhadas viessem dar a alegria poética ao seu pesquisar. Vc sabia que entrava em um acontecimento vital e que vc não seria a mesma depois disso. É verdade que suas qualidades já prenunciavam que teríamos de adiantar nosso passo para acompanhar sua sede e fome. Mais do que isso, prenunciavam que desde seu corpo magro, vc tinha muito apetite e que acreditava que sede e fome não são meras sinalizações próprias a um corpo biológico. Sentou-se, então, à nossa mesa. Serviu-se do que lhe apetecia, sob o olhar terno, inquieto e experiente de sua Analice. Viu que a mesa oferecia alimentos próprios àqueles caminantes recém-chegados ao porto. Básica. Às vezes insonsa e inodora. Um tanto neutra, no sentido negativo do termo. Mas você se encontrava em um porto livre. Viu que não era obrigada a restringir-se às rações obrigatórias oferecidas. Não queria uma relação burocrática com o curso de seu curso. Queria experimentar, ficar na ponta dos pés para alcançar com olhar todo um resto de mundo que ficava de fora daquela refeição. Olhava Blanchot, Barthes, Tatiana Levy, Colifatas, René Lourau, Peter, Edu Passos, Regininha Benevides e Janice Caiafa mais tantos outros que, embora não curriculares, emitiam sons de sereia para você. Transpassou o muro, pulou a mesa sem virá-la, e em sua mochila, começou a estar acompanhada de outros sussurros que se misturavam às vozes do rádio que, às vezes, a universidade emite para dar ordem ao caos em que se encontram, em geral, os recém-chegados. Parecia que com vc se deu diferente: vc já sabia o que queria e veio, aqui, entre nós, experimentar a sua potência mental, fazendo-a proliferar em meio às outras emissões. Loucutora de seus desejos, foi

e não voltou daquele limite já transpassado. Seu texto, seu foratexto, é, hoje a nossa lauta refeição.

Portando-me como leitora, posso dizer que num texto longo como esse, é natural que venhamos sentir certas variações quando o percorremos. Tais variações, entretanto, não poderão ser objetivadas como falhas do autor que não soube manter o leitor em suspensão desejante. Ora, tantas outras coisas nos acometem enquanto lemos um texto longo. Interrupções, voltamos a lê-lo já com outro espírito, já nos outramos com os chamados da vida, já nos obnubilamos com certas emoções, nem sempre podemos ter os olhos abertos e sensíveis. Assim, tais corcoveios da leitura, despreendem-se de tantos fatores da vida daquele que lê, que, é bem verdade, já não mais sabemos a própria verdade que nos competiria avaliar e apreciar.

Eu diria, que nos corcoveios de minha leitura, deparei-me com dois grandes momentos de sua escrita: O capítulo 2, intitulado “A bordo do diário” e o capítulo 6, “Caminhos metodológicos”.

Esses dois trechos, um pelo empirismo emanado do plano da pesquisa e o outro, pela problematização do próprio pesquisar, me remeteu a um conjunto de concordâncias aliado a uma leitura fluída e inteligentemente posta. Pareceu-me ver a prática de um empirismo transcendental em relação ao Coletivo Potência Mental e em relação à produção da pesquisa que embasará sua dissertação. Eu até diria, de uma operação de contraefetuação, pois, ali, encontramos mais do que uma coleção de conceitos, realmente a vida sendo problematizada, sem palavras de ordem, sem manifestações e designações, encontramos o reencantamento do concreto. A formação dos duplos, a criação do foratexto, somente possível para quem se põe na ponta dos próprios pés para olhar para mais longe, gaguejar na língua ao abraçar ventos novos, seguir as trilhas da fumaça de um cigarro para saber das direções em que sopram os ventos.... Um horizonte mais absoluto se coloca aqui. Não mais um relativo àquilo que as formalidades exigem. A agonística dos registros, como firmar aquilo que se sempre está se movendo, como suportar perceber clichês de normalidade onde sempre esperamos as irrupções do absurdo, como entender aquilo que nos modifica e afasta a linha de nosso entendimento cada vez para mais longe, como alcançar o inalcançável e suportar que sempre nos escape? Como descrever a partir do apagamento da personalidade identitária, aceder ao plano do impessoal e do comum, como, como, como? Medo e alegria seriam, segundo você nos diz, resultantes dessa agonística. A bordo do diário nasce o coletivo e também nasce a pesquisadora e tb nasce o leitor. Como um rio que corre, o diário, entremeado de seus intertextos, mais do cheiro e gosto do café e dos cigarros fumados, se transforma na embarcação na qual embarcam pensamentos, afecções e percepções de uma pequena multidão. Qualquer institucionalista se sentiria privilegiado com a leitura desse diário. Com escrita leve, somente resguardada por uma aparente formalidade, somos levados, nesses capítulos, a uma intrincada discussão, a uma verdadeira batalha, roubamos o escafandro de Fernanda e o vestimos para ir e vir nas vertigens dos mergulhos e seus desdobramentos. Os dias, as reuniões, as idas e vidas, os não-retornos, os desvios, os disparates, os desvarios tornam-se motor de vida, potência mental. Seria muito engraçado que algum empresário preocupado com questões organizacionais, pudesse “ver” o avesso que move sua equipe, pudesse, igualmente, “ver”, à maneira de Fernanda, sua equipe destituída de suas potências, esmagadas que se tornaram pelas palavras de ordem e pelas hierarquias. Seria engraçado que tal empresário se deparasse com a vida alienígena que assalta a toda a hora a ordem que quer se estabelecer... mais do que engraçado. Forçaria a pensar diferentemente.

Como bem demonstrado nos registros de Fernanda, vamos acompanhando a luta que se instaura entre os discursos bio-médicos e comunicativos, agora protagonizados no interior dos próprios diagnosticados e não-diagnosticados pertencentes ao Coletivo. Agora, explode uma outra visão: os próprios diagnosticados e militantes não-diagnosticados reproduzem os clichês em relação ao louco e à loucura. Para mim, essa assertiva é uma das mais fortes que a proposta apresenta. “A rendição ao senso comum” torce a flecha para o seu retorno sobre os sujeitos e o que retorna por parte do louco é o seu desejo de inclusão e normalização, ao menos que somente na aparência, e por parte do não-diagnosticado a expectativa de que o louco sempre viria cumprir sua promessa de ser desarrazoado e fora de si. Então, é nos feita a pergunta: potência mental de quem e de quê? É assim, que a argumentação adentra para a posição de que loucura, aqui não pode ser considerada como formação ou categoria. Ela deve ser considerada como função de inserir do Fora no pensamento, de fazer misturas e embaralhamentos, de criar identirências, ou os deviores-loucos no rádio, como é dito à página 62.

Quanto ao capítulo dos Operadores Conceituais devo fazer uma pergunta? Porque os operadores se encontram tão separados do empírico? Porque, aqui, leitura nos pesa e pensamos estar trafegando em uma estrada cinza, em uma espécie de free-way de diversas mãos e que nos leva a lugares já imaginados? Ou talvez a nenhum? Aqui, a viagem de nossa leitura empalidece. Somos concordantes com os conceitos apresentados, eles são comentados e colocados de forma apropriada. Entretanto, poderiam ser colocados em outra dissertação, no seio de outra trama argumentativa, ficam descolados e nos parecem compor um manual resumido de bons conceitos, uma espécie de dicionário que nos diz o que é uma casa, mas não nos indica a quem ela pertence, em qual terra foi edificada, qual o seu poente, os rios que cortam seu terreno, etc....

Assim, Fernanda, acho que me fiz entender: não vou sugerir novos conceitos. Apenas ficarei no estilo. Sei de sua capacidade para suportar ficar na ponta dos pés para visualizar horizontes bem mais largos; de sua resiliência em ler e se apropriar; de seu interesse em aprender sensivelmente...

Por isso Tb sei que esse projeto irá tomar novos ares quando novamente retomado para fins da dissertação. Talvez mesmo ele venha até a desaparecer no degelo provocado pelo aquecimento total das baterias da pesquisa. Algo ficará boiando na superfície, os capítulo 2 e 6, como falei e neles se engancharão o que restar de sua seleção conceitual.

Meus sinceros parabéns, por sua elevada atitude de pesquisadora; por sua escrita e por seu estilo; pelas sacadas brilhantes lançadas ao longo do texto; pelo fôlego em desdobrar, redobrar e .... infinitamente persistir, insistir....

Seu trabalho contempla todos os requisitos para uma proposta de dissertação de mestrado. Mais do que isso, ela contempla, já e agora, as semente de uma tese de doutorado, que talvez seja o que você, aqui do lado mestrado, já esteja, na ponta dos pés, querendo alcançar com sua potência mental e afetiva.

APROVADA

Em 09/04/2010



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**PARECER SOBRE PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO**

Parecer da proposta: "DEVIR-LOUCURA NO RÁDIO"

Autor: FERNANDA FONTANA STREPPPEL

Orientador: Profa. Dra. Analice de Lima Palombini

Examinador: Profa. Dra. Deise Juliana Francisco

---

Início agradecendo imensamente o convite para participar do momento ímpar na caminhada acadêmica que é a sessão de trabalhos de qualificação de dissertação, e, especialmente, por poder partilhar deste momento com Fernanda.

A demanda de produzir um parecer e participar da arguição via texto escrito, sem intermediação da palavra falada (um dos objetos de reflexão deste trabalho) colocou-me em situação de esperar. Esperando, li, senti, tentei pensar na reverberação das ondas das palavras de Fernanda em mim, preche de lembranças. Lembranças de outros lugares, de outros contextos, de outros sons e paragens. Algumas vezes peguei-me ouvindo a voz de Fernanda, como se o texto escrito fosse um diálogo falado.

Ler este trabalho reavivou dúvidas, escolhas, afirmações, trajetórias de pesquisa bem como os encontros e desencontros de meu percurso assim como do percurso acadêmico de Fernanda. É do eco das palavras que redijo as próximas linhas. No meio de tal posição, tento arregimentar o pensamento e seguir os caminhos do pensar, das dúvidas, da peregrinação pelo diário de campo, pela memória, colocados em palavras pela autora da dissertação.

O texto apresentado trata-se de um diálogo-pensamento que parece-me construído na ordem dos afetos da intervenção, pleno de análise das implicações, e do percurso de pensamento sobre a pesquisa. Veio-me à lembrança um texto de Bruno Latour (2001) "Referência circulante". Neste, o autor busca compreender as pesquisas desde as práticas realizadas por cientistas na amostragem de solo da floresta Amazônica. Ao discutir como se produz o conhecimento científico, ele fotografa, registra, acompanha cientistas. Aqui, Fernanda reflete acoplada com a pesquisa, seu percurso de pensamento com a ajuda de autores e proposições. Fotografa, grava, registra e se pergunta, pergunta, pergunta.

As várias perguntas da pesquisa foram de avolumando em consistência teórica e em análise dos processos do Coletivo, sendo que, no capítulo 2, aborda-se o que ecoa do diário na pergunta da pesquisa. Transcrevo algumas delas:

*1ª pergunta da pesquisa:* Como o caos combinado com a referida identificação ao Mesmo faz a produção de sentido?

*2ª pergunta da pesquisa:* O que intervém entre a produção e a execução do programa ao vivo para que o burburinho se torne exprimível? O que no encontro da loucura com a rádio pode produzir em termos de sentido? Que espécies de agenciamento são possíveis às forças e virtualidades impessoais para que produzam acontecimento? Quais são as condições sob as quais a

expressão pode se afirmar como diferença em detrimento do absurdo da profundidade e da significação colada a conceitos universais?

*3ª pergunta da pesquisa:* Enunciar a fala dos diagnosticados como absurda ou como senso comum faz funcionar o quê? De que loucura se fala? Dos sujeitos, da doença, de um modo de vida ou de outra coisa?

*4ª pergunta da pesquisa:* O que acontecimentos radiofônicos podem engendrar em termos de relativização de discursos da diferença e do reconhecimento no encontro com a loucura?

*5ª pergunta da pesquisa:* O que a tensão entre ordinário e singular produz no rádio? O que é ordinário, e o que é singular? O que um acontecimento radiofônico pode engendrar em termos de “identireanças”? Como acontecimentos radiofônicos num devir-loucura podem produzir sentidos pelo paradoxo das “identireanças”?

*6ª pergunta da pesquisa:* Como acontecimentos radiofônicos num devir-loucura podem produzir sentidos pelo tempo/memória? Como as forças, as intensidades singulares entram em relação consigo mesmas e se modificam no tempo? Como a produção em rádio, agenciada pelo discurso paradoxal das “identireanças”, é capaz de potencializar um devir-loucura que produza pensamento subjetivação numa atração negligente ao Fora?”

*7ª pergunta da pesquisa:* Como se dá a produção de diferença no fazer rádio “Potência Mental” e quais são seus efeitos?

Passeando pelas referências, encontrando eco nas proposições de Foucault, Deleuze, Guattari, vai se traçando uma linha tênue que demarca um certo território existencial do Coletivo. Inclusive uma das perguntas é mesmo sobre o obrar do Coletivo, como se dá a construção da obra, ou o desobrar. Pareceu-me que aqui, na última pergunta provisória, já se parte do pressuposto de que há produção de diferença no fazer Rádio. É isso mesmo? Afinal, conforme a autora, “Pretende-se pensar o rádio como acontecimento sob a condição do monumento possível que faz acessar a virtualidade dos acontecimentos no plano de imanência” (p. 76). Será isso mesmo ou tenta-se acompanhar quando esta produção se dá? Fiquei também pensando sobre os efeitos. Estes são pensados quanto à produção?, sobre qual perspectiva ou sobre quem (os participantes do Coletivo, os ouvintes, os corpos,...)?

A rádio, as rádios em saúde mental e suas opções na perspectiva antimanicomial são tematizadas e relativizadas no encontro com O’Coletivo. Passando pelas opções técnico-políticas-estéticas da pesquisa intervenção, pelo pensar sobre a relação com a loucura/sofrimento psíquico/psicose, pela nomeação de diagnosticados e não diagnosticados, pela “diferença” entre técnicos e não técnicos, emerge o Coletivo, Coletivo de Rádio Potência Mental. Coletivo que é tematizado e defendido enquanto devir, o devir-loucura no rádio: “A Rádio Potência Mental se define abertamente como militante pela diferença na comunicação” (p. 59).

O Coletivo é mesmo o foco da pesquisa, ele aparece nas várias imagens que abrem os capítulos, inclusive na folha em branco da metodologia. O Coletivo, feito de humanos e não humanos. Por vício de pensamento me vêm à lembrança teóricos que falam sobre tecnologias e sobre o acoplamento homem-máquina (como exemplo cito Deleuze e Guattari, Simondon, Latour, Haraway, Turkle).

Percorrendo a “trilha das formigas” cheguei a uma mudança de rumo e pensei no rádio na era de podcasting, no rádio como porta de entrada na comunidade, no rádio como produção de diferença. Imaginei se um dos fios da dissertação tematizasse a própria tecnologia rádio. Afinal, no que a transmissão da som produz de sentido, no que a transmissão do som via rádio traz como tecnologia social que implica modos de vida e de existência. Sim, eu sei que os trabalhos com rádio e saúde mental foram muito bem

abordados, que rádio foi discutido. Mas e se rádio e coletivo fossem tratados como acoplamento... o que será que se produziria?

Vislumbrei algo que se apresentou, para mim, como uma fórmula no texto da dissertação: **30 minutos NO AR ao vivo**. Tal “fórmula” parece dizer do acontecimento do Coletivo neste momento. O acoplamento ColetivoRádio produzindo efeitos.

Para finalizar, destaco que o texto está muito bem escrito, trazendo referencial teórico de base vasto e dirigido aos temas trazidos na reflexão sobre a temática levantada. A metodologia encontra-se problematizada da mesma forma.



Fotografia de um momento de confraternização do Coletivo de Rádio Potência Mental

## 2. SEGUNDO BLOCO: POR UMA ÉTICA DA AMIZADE

### 2.1. A bordo do diário: segunda viagem

Um ano depois, por onde começar nova viagem a bordo do diário? Talvez antes de guiá-la seja interessante contemplar para onde o próprio diário levará... O primeiro passo? Para dentro do mesmo. Façamos isso, então.

*Relato da reunião do dia 30.11.2010, acrescido da viagem que o mesmo dispara*

*Preciso escrever. Preciso para a dissertação (para mais um "a bordo do diário") mas, mais do que isso, preciso porque preciso. Desde o programa sobre literatura eu venho sentindo vontade de escrever. Mas parece que nunca dá tempo para dedicar a calma que um relato desses merece. Ainda quero escrever sobre aquele dia, mas, por enquanto, começo pela reunião do dia 30.11.*

*Chego e beijo um por um: Valdir, José, Rebeca Andreolla, Felipe Longhi, Poeta e Marcelo. A minha "pauta" é grande, tenho assumido um papel de "organizadora de questões práticas": compromissos acadêmicos, organização do nosso almoço de confraternização<sup>91</sup>, além de assuntos de amigos. A confusão também é grande, afinal, não há tal coisa como uma "pauta" que funcione no Potência Mental. Vamos por partes.*

*Começo parabenizando o Valdir pelo seu aniversário da última sexta e, enquanto estou falando com o José sobre os seus contos da década de 1990 (há algum tempo o José vem compartilhando textos antigos comigo), sobre ser uma traça devoradora de livros que depois é esmagada pelos próprios, sobre o bistrô perto do mercado público e a mulher que conhecera num aniversário, eis que surge a Preta Sô, acompanhada de duas crianças, muitas mochilas e uns quitutes para comemorar o seu também recente aniversário. Ela havia me prometido que viria hoje. Antes de qualquer coisa: preciso ler com ela o termo de consentimento informado da minha pesquisa. Quero acabar logo com isso, sempre essa burocracia quebrando a fluidez da reunião. Mas é preciso.*

*Solucionado, antes, o problema de confluir a data do almoço com a festa de aniversário da Preta Sô, ela lê o termo da pesquisa, cumprimenta pessoas e mobiliza o pessoal para levar instrumentos musicais e de registro (fotográfico, de vídeo) no almoço de sábado – tudo ao mesmo tempo. Depois de assinado o termo, que ela assente sem dúvidas e sem pestanejar, peço-lhe para*

---

<sup>91</sup> Trata-se, ainda, da comemoração pela contemplação no Prêmio Loucos pela Diversidade, citado no último "A bordo do diário: primeira viagem".

escrever uma apresentação de si mesma para o livro do *Rede de Oficinandos*<sup>92</sup>. Só então, depois das questões práticas, cantamos parabéns para os aniversariantes, mas com direito a parabéns crioulo e tudo.

Mas e... cadê o Marlon Trovador Gaudério, como gosta de ser chamado? Precisamos ir conhecer o ambiente onde será feito o churrasco. Precisamos da lista de compras, precisamos do assador! Ele tarda mas não falha... E vem munido de uma lista pra lá de completa. Aos poucos também vão chegando o Amandio (Chico) e a Alice Umpierre (não sei bem em que ordem, é difícil recriar uma linha do tempo das reuniões do Potência). O Poeta se preocupa se uma das estagiárias novas de psicologia será aceita no Coletivo, pois, na volta da Lomba na sexta, o José ficou triste quando sentiu que ela, "psicóloga", teria debandado de uma conversa quando esta começou a ficar "cabeluda".

Como o Marcelo já disse, o Poeta e suas loucuras (como quer ser chamado) funcionam um pouco como "A Consciência" do grupo (tipo aquela dos filmes, que não deixa as pessoas dormirem à noite), pois não deixam a gente esquecer o que gostaria de esquecer, ou os problemas que a gente nem sabia (ou não queria saber) que tinha. O Marcelo também já chamou atenção sobre como ele insiste em dizer que tem problemas ("mentais"), mas o legal (e intrigante) é que ele não se deixa ser o único com problemas. Vive repetindo: "Fernanda, sabe qual é o teu problema?", mas é sempre uma pergunta retórica. Meus dois maiores problemas parecem ser guardar muito medo e muito segredo.

Fernanda, nesses olhos eu sei que há tanto medo  
Teu coração há tanto segredo  
Agora o Poeta não entende  
Por que em ti há tanto medo

Hoje tu te aproximas do Poeta  
Suas mãos tímidas e frias  
Uma menina meiga e carregada de medo  
Sorrindo e sentindo medo

(Poesia escrita pelo Poeta sobre/para mim)

Nesta reunião, o Poeta identifica tantos problemas em mim que nem sei dizer. Surgiu até um amor platônico do passado no meu histórico e, pelo jeito, mesmo quando eu sorrio estou triste. E ele ainda fica intimando o Marcelo: "Não é verdade, Marcelo?". Coitado, que sinuca de bico. Mas não estou sozinha, pelo que eu entendi, a Rebeca e a Alice também têm problemas, medos, inseguranças, e,

---

<sup>92</sup> Como já dissemos, o Programa Rede de Oficinandos é uma parceria entre três projetos de extensão (Oficinando em Rede, Coletivo de Rádio Potência Mental e Oficina de Imagens do Caps Cais Mental Centro, de Porto Alegre), articulados em torno do Edital Proext (Programa de Extensão Universitária) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – 2009. O livro citado constitui-se em uma das propostas de trabalho do programa.

*um dia desses, o Felipe, cuja namorada mora em outra cidade, foi até a Lomba com o Poeta dizendo-lhe que é impossível gostar de alguém que mora longe. "Mas não é verdade que tu tem problema? Qual é o teu problema?", ele repete. Até que o Felipe responde exatamente com a frase que eu gostaria de ter dito: "Meu maior problema é o senhor falando isso"... Que sufoco!*

*Mas o jeito poético do José apreciar as coisas da vida alivia um pouco os meus problemas. Sexta ele me mostrou o início da radionovela que está escrevendo, onde, segundo ele, tem um pouco de cada um de nós. A passagem que me cabe é a do olhar "inocente" de um dos personagens.*

Medo e inocência, talvez dois lados da mesma moeda, ou da mesma fita de moebius. Ainda assim, acho que prefiro inocência. Seriam esse medo e inocência próximos do medo e alegria de "A bordo do diário: primeira viagem"?

O Poeta e suas loucuras chegaram no Coletivo e mexeram muito comigo. Mas antes, assim o fez José. O José é um dos fundadores da experiência "Potência Mental", está presente desde os seus primórdios e conhece sua história muito melhor do que eu e a maioria de nós, participantes de hoje. Mas ele andava afastado. Houve alguns atritos, e nossa relação ficou um pouco imobilizada. Ao mesmo tempo, José passava por um momento de intensificação de sofrimento e tratamento, ou de tratamento e sofrimento. Tínhamos notícias dele através de conhecidos ou quando alguém o encontrava e conversava com ele na rua, pelos arredores do bairro em que mora, ou na própria UFRGS. Ele seguidamente estava no bar, nosso ponto de encontro, atuando como um ímã que nos atraía e repelia ao mesmo tempo, posto que também deveríamos ser, naquele momento, um ímã ambivalente para ele. Os encontros casuais geralmente eram breves e nós, inertes... Até que, por um compromisso acadêmico que funcionou como uma perfeita desculpa para o que já queríamos fazer há algum tempo, entrei em contato com ele. Eu deveria submeter o texto "A bordo do diário: primeira viagem" à sua aprovação, pois ele é personagem importante também daquelas linhas (como destas). Confesso que fiquei ansiosa, com medo de que nossos desencontros se amplificassem por um texto que não poderia ser neutro e nem pacífico. Mas nunca vou esquecer-me daquele telefonema. Eu estava quase chegando na UFRGS, atendi apreensiva, e ouvi uma voz radiante do outro lado da linha. José estava muito alegre, dizendo que meu texto completou sua vontade de voltar a participar das nossas reuniões. A intranqüilidade das minhas palavras fizera justamente uma conexão com a intranqüilidade dele diante do Coletivo. Sentiu-se acolhido pela "malícia" daquela "prosa poética" que alcançava as "entranhas" do Coletivo, de quem lia, de quem escrevia (entre aspas, suas palavras). Daquele meu medo, nascia então inocência, para brincar com as palavras

de logo acima. O prazer de um medo compartilhado. Medo inocente com sabor de acolhida mútua. Um sentir-se bem.

Com o Poeta foi diferente. Desde que chegou, sempre fala de como se sente bem e acolhido entre nós, porque, segundo ele, a coisa mais importante dos nossos encontros é o prazer de conversar com alguém que não o julga nem o discrimina por ter “problema mental”. O que eu nunca disse pra ele e talvez nunca tenha coragem de dizer (mas que ele vai inevitavelmente descobrir quando ler este texto) é que, para mim, talvez não tenha sido tão fácil sentir-me acolhida por ele. Talvez não tenha sido tão simples me sentir bem ao seu lado. Eu, sempre cheia de “pautas”, colhendo assinaturas, apresentações e textos de cada um, marcando eventos, repetindo, repetindo e repetindo o porquê disso, o porquê daquilo,...; e o Poeta, ainda mais alheio a tudo isso do que o resto do Coletivo (talvez por isso mesmo tenha chegado para ficar), quase só falava comigo para diagnosticar meus problemas. Eu não me sentia bem, especialmente porque ele tinha um certo dom de tocar nas feridas erradas – ou certas. Justamente: quem disse que só te faz bem quem te faz sentir-se bem? Há quem diga, eu sei, mas não sei se acredito. Coloquemos a hipótese à prova.

Ele foi para mim uma grande provocação. Colocou as cartas na mesa e fui forçada a jogar. Senti-me impelida a compartilhar minha história e minhas estórias e a brigar pelos meus medos e mistérios. Até pedi para que ele editasse a poesia que escreveu sobre mim: lá onde diz “meiga” estaria escrito “mimada”. Senti-me compelida a encarar minha vida e minha postura no Coletivo de um certo ângulo desde o qual ainda não as havia contemplado. Tal como a rolha de uma garrafa de champanhe, depois de tirar algumas coisas do lugar, elas não voltam a ser como eram. Sinto, agora, a contradição entre meu sentimento de “sobrevôo” ao chegar a Porto Alegre e começar uma pesquisa – sentimentos que abrem o capítulo sobre “Fazer-se forma” e que dizem de um certo estado de caos sem superfície para um contato efetivo, para uma relação –, e este sentimento ainda inominável de, digamos, fincar garras no Coletivo. Quem finca garras violenta e relaciona-se corporalmente. Acho que as provocações do Poeta e suas loucuras me instigaram a fazer isso. Ou melhor, talvez tenha sido o Coletivo que se fincou em minhas garras. Naquele ponto de contato nunca se sabe muito bem quem é quem.

Fincar as garras é o extremo oposto daquela estéril posição de dizer *aham*, bordão do estereótipo da psicóloga neutra que fala enquanto balança suavemente a cabeça. O *aham* é uma atenção com desprezo, se isso for possível. É para o que Foucault nos alerta quando diz das maneiras surdas de ouvir a palavra do louco, por exemplo. É o que a gente faz nas nossas

relações quando a relação é exatamente o que falta, e a troca e afetação mútuas são substituídas por um simples e surdo *aham*. *Aham* que buscava nas palavras do Poeta e suas loucuras um diagnóstico, fragmentos de uma história de doença e afins – diagnóstico e doença dele, é claro. Embora difícil, é necessário admitir (porque, se tem algo que aprendi com o meu último “A bordo do diário”, é que a experiência de admitir o inadmissível ou inconfessável pode ser muito fecunda) que talvez aquele antigo “sobrevôo” fosse capaz de, às vezes, me colocar na situação do *aham*. *Aham* que, de cima, em algumas ocasiões também parecia me reservar a uma posição de (apenas) *sustentar* um trabalho. Por isso daquela revolta apresentada na primeira viagem a bordo do diário, quando eu disse que não queria sustentar nada. Pois *sustentar* pode aproximar-se à experiência surda e inerte do *aham*, quando remete a *suporte*, *confirmação*, *manutenção* e, especialmente, *resignação* (como bem lembra Lazzarotto, “Parecer sobre proposta de dissertação”, p. 106); e o que quero, ao contrário, é lançar-me também à experimentação. Se for para *sustentar*, que seja no que se refere a *afirmação*, *peleja*, *argumentação* (*idem*). Quero dizer *sim*, *não*, *talvez* e, ainda, *não sei*; tudo, menos *aham*.

Pois, por isso mesmo, aí se situa justamente o perigo e a riqueza daquela disputa entre “diferença” e “senso comum”<sup>93</sup>. Por mais que a enunciação da fala do louco como “senso comum” apontasse justamente para uma negligência próxima ao *aham*, sua afirmação em disputa com outras possibilidades discursivas que determinava o próprio estatuto daquela quase-censura assumia, de certa maneira, a forma do *sim x não* da alteridade. Foi a conclusão a que pudemos chegar e um alívio, pois estaria cartografada uma das linhas da produção de diferença no Coletivo. A dissertação cumprindo o papel a que se propôs. Mas tudo mudou, tudo sempre muda.

Tive uma longa conversa com o Felipe no ônibus, indo para a casa do Valdir, que, preciso dizer, foi decisiva para germinar o que quero escrever aqui. Tão difícil como começar uma dissertação é terminá-la. Depois de tanto argumentar sobre uma quase-censura que paira sobre o Coletivo e agencia suas próprias produções de diferença ao revés do que se pretendia e do que se poderia supor – que, por isso mesmo, é efetivamente diferença – eis que aquilo, como uma nuvem passageira, se dissipa no ar. Nada nunca desaparece sem deixar rastros de virtualidades, mas e quando parece que o texto acadêmico não diz mais daquele Coletivo? O

---

<sup>93</sup> As aspas, aqui, assumem a tarefa de não deixar esquecer a problematização de uma “diferença” que nem sempre era diferença e um “senso comum” que nem sempre era senso comum.

Coletivo é outro, sempre outro, não há como congelá-lo para escrever uma dissertação que seja sua fiel representação.

Onde foram parar aqueles embates entre a “diferença” e o “senso comum”? Neste tempo que separa as duas viagens a bordo do diário, o clima de disputa discursiva se dissipou um pouco – ou muito. Agora, juntamente com sorrisos e gargalhadas mais serenas, impera certa tranquilidade que quase substitui aquela intranquilidade que justamente atraiu o José de volta. A leveza dos programas de hoje em dia (sobre amor, amizade, medos, fantasias, tradições gaúchas, poesia, solidão e mistérios do nosso próprio cotidiano) destoa do furor dos temas de outrora (como terrorismo, aborto, religião, prostituição, gripe A e outros tantos), abordados como um duelo de posicionamentos políticos contraditórios. Estaríamos agora concordando demais? E se a sensação de alegria, hoje companheira mais presente, for efeito da eliminação de um dos lados da relativizável dicotomia “identificação-diferença”, e a serenidade for resultante de um monismo? E se tivermos alcançado aquele purismo contra o qual queremos nos definir? Pior, e se tivermos sucumbido ao *aham* da surdez diante da alteridade, resguardados no abrigo das nossas individualidades incommunicantes?

Por outro lado, onde teria ido parar aquele mal-estar de quem sentia que sempre tinha que ter algo a dizer, e não qualquer coisa, mas saber claramente “de que lado” está? Ficar em silêncio poderia parecer sinônimo de neutralidade, e neutralidade é apolítica. Não se deve ser apolítico, portanto, não se pode ficar em silêncio. Além disso, não se poderia falar qualquer coisa, havia de se estudar o tema (não eram raros os programas em que eu ia acompanhada de textos escritos por outros, por supostos especialistas no assunto) para não se render ao senso comum. Por isso também o interesse em entrevistar especialistas: não só pelo prazer da conversa, mas especialmente pelo respeito ao “domínio do assunto”. Onde teria ido parar o medo do silêncio e do senso comum que endurecia as falas? Agora, a leveza dos programas, seus temas e especialmente a abordagem que se faz deles transpõem o medo bélico em inocência e prazer. Prazer de dizer *não sei* e autorizar-se a expor o que se pensa a fim de pô-lo à prova. Prazer de exercitar um pensamento ingênuo, que não conjura inimigos se não for para assimilá-los transformando-se a si mesmo.

Estive preocupada com o perigo de cair no *aham* que a indiferença diante do embate *sim x não* carrega. Mas e quanto ao *talvez* e ao *não sei*? Atentar para eles pode enriquecer a questão. Haveria tensionamento maior do que dizer *não sei* no Coletivo de Rádio e na mídia rádio? Qual a potência do *não sei* diante dos especialismos oniscientes? Como falar de um tema

no rádio sobre o qual não se tem domínio? Nesse mundo de razões e explicações, a incerteza na mídia não seria capaz de operar um tensionamento interessante?

Mas como podemos falar *eticamente* de algo sobre o qual não temos domínio ou propriedade? Resposta rápida: assumindo que não é possível o domínio sobre qualquer coisa. Ou melhor, que qualquer domínio, e ainda mais o da nomeação e da conceituação, é – felizmente – pura aparência. Felizmente porque, se tudo é aparência, como Nietzsche acredita, nenhuma aparência é mais falsa que outra. Mais do que isso, ser falso deixa, assim, de ser um problema, assim como a falta de domínio. Se o triunfo é da aparência e a profundidade é impossível ao sentido, assumamos então a radicalidade da superfície aparente, sejamos superficiais!

Além disso, em que audiência apostamos? Numa audiência inerte, que se (in)formaria passivamente – e nos colocaria na posição de responsáveis detentores do saber –, numa audiência totalmente autônoma, que não se (in)formaria – e nos ouviria ensurdecida –, ou numa audiência implicada no jogo das aparências tal como nós – que ouve mas também produz? À medida que eticamente nos convenha mais a terceira opção, crescem, paradoxalmente, a responsabilidade e a leveza de nossa fala. Cresce o prazer. Cresce o deleite que é pensar.

Lembro do programa sobre “medos, mistérios e fantasias”, onde o seu Flavio nos pede soluções contra o medo, já que “somos da área da psicologia”, como recorrentemente diz o Valdir.

Valdir – O seu Flavio agora vai dar o seu parecer, aí, que é muito importante pra gente.  
Seu Flavio – Deus me livre de dar parecer, eu quero é solução de vocês aí...  
Valdir – Eu também!  
Seu Flavio – Vocês estão trazendo soluções, aí, para os nossos amigos ouvintes e pra nós aqui... [...] E é isso que eu peço, explicações, pra vocês, a respeito desses medos, aí...  
Marcelo – E a gente também quer.  
José – É, sobre isso aí, seu Flavio, eu acho que [...]

Depois de duas negativas de dar soluções, o José até se aventura a uma apreciação. O termo que ele utiliza (“acho”), no entanto, denuncia a falência de qualquer possibilidade de resposta final e, ao mesmo tempo, a positividade da discussão, pois não se furta ao jogo discursivo: admite, assim, a aparência como forma de discurso; adere, portanto, à superfície.

O medo, neste programa, aparenta ser o mal da humanidade, uma sensação contra a qual se precisa treinar, um frio na barriga prazeroso, um pânico, uma auto-defesa e tantos outros aspectos que nem sei nomear... Medo que se deve evitar, medo que se deve manter, medo que

se gosta de experimentar... Medo do desconhecido, medo de um trauma, medo do microfone, medo de casar, medo de que a família interfira no casamento, e o Valdir confessa até o medo de olhar para a Alice e se apaixonar, legítimo “Malandro Abacati”, como se intitula. O Poeta, por sua vez, aconselha a Alice a perder seus medos, porque o medo está na mente da pessoa e deve ser combatido. O Felipe, então, o interroga sobre os *seus* medos e questiona: dizendo que não tem nenhum medo, será que o Poeta e suas loucuras não têm medo de ter medo? Tudo isso porque o tema do programa foi concebido justamente numa daquelas reuniões em que o próprio Poeta nos empareda e lista um a um todos os nossos medos, mistérios e segredos. Talvez tenha sido justamente essa mistura de pessoalidade, descontração e superficialidade no que se refere ao tema que tenha nos imbuído daquela propriedade que não a da certeza última dos especialismos, mas aquela própria à vida de tudo que vive. Talvez por isso também tenha sido retomado um movimento que sempre foi recebido com muita alegria no Coletivo, e cuja ausência fazia muita falta, especialmente ao Valdir: o telefonema de uma ouvinte a fim de dar sua opinião no ar – a confirmação de que nossa personalidade pode se impessoalizar e afetar.

Apropriação própria à vida de tudo que vive. Talvez este também tenha sido o mérito do programa sobre “amor, amizade e união”. Muitas questões: amor e amizade podem ser eternos? Sim, não, talvez, não sei. Podem ser unilaterais? Não, talvez, sim, não sei. Podem ser imateriais? Não sei, não, talvez, sim. Correspondem a uma identificação ou à experiência da alteridade? A um, a outro, não sei. É possível amar duas pessoas ao mesmo tempo? Talvez, não sei, sim, não. Traição pode acontecer por pensamento? Sim, não, não sei, talvez.

O “Malandro Abacati” já havia alertado: falar desse assunto é difícil porque é fácil. Depois de desafiada, respondi que pensar no Brad Pitt enquanto se assiste a um filme não constitui em traição, embora houvesse dito que traição por pensamento seja traição sim. Como assim? A Rebeca e o Leandro Ravel concordaram que amar quem não te ama mais não é amor, embora tivessem dito que amar implica em se entregar sem precisar saber se a pessoa ama de volta. Como assim? O José perguntou: se o pato tem duas patas, porque o homem não pode ter duas mulheres? Depois, disse que dividiria seu amor ao Inter com o Grêmio, porque às vezes torce pelo melhor, exceto quanto joga o Colorado. Como assim? Assim mesmo. Incoerentes? Volúveis? Sim, não, talvez, não sei. Não há amor sem reciprocidade, mas há amor sem reciprocidade. Por outro lado, há amor sem reciprocidade, mas não há amor sem reciprocidade. A amizade é e não é eterna. O amor pode e não pode ser dividido. Lançamo-nos ao jogo das

aparências agarrados a algumas certezas mais ou menos provisórias. Verdade de um, incerteza de outro, flexibilidade de um, rigidez de outro.

Um fala, o outro escuta	[...] Um existe, o outro permanece
Um cala, o outro muda	Um insiste, o outro acontece
Um grita, o outro olha	Um estranha, o outro acostuma
Um habita, o outro desfolha	Um acompanha, o outro desarruma
	Um agarra, o outro conquista
Um aperta, o outro solta	Um esbarra, o outro despista
Um liberta, o outro volta	Um batalha, o outro entrega
Um salta, o outro pausa	Um encalha e o outro navega
Um falta, o outro ousa	
	Na fenda que nos separa
Entrar na fenda que nos separa	da ponte que nos aproxima
da ponte que nos aproxima	Quem retirou a última pedra
Quem retirou a última pedra	do muro que estávamos vivendo em cima?
do muro que estávamos vivendo em cima?	

(Moska, 2001)

Pois é, não estamos concordando demais, então. Nem acabaram por completo os embates duais. Nem estamos em cima do muro dos *ahans*. No programa sobre “homossexualidade e solidão”, por exemplo, em determinado momento ficou claro certo embate entre a sugestão que o Amandio (Chico) trazia de uma revista, sobre como proceder para corrigir crianças com “tendência homossexual”, e a minha posição e a do Felipe, por exemplo, de que tentar corrigir isso é, no mínimo, crueldade. Ao mesmo tempo, o Chico foi o primeiro a assumir (seguido do Valdir) que tem um lado feminino, e defendemos bravamente o respeito por todas as opções sexuais, ao passo em que também rolaram, entre nós, as típicas brincadeiras sexistas, as quais, novamente preciso confessar, me deixaram (e ainda deixam) com a “consciência” intranquã. Este não é o papel de uma acadêmica, menos ainda de uma acadêmica psicóloga. Eu posso mesmo, afinal, também entrar no jogo do senso comum? Aqui não teria sido melhor o *aham*? Apraz-me, por outro lado, despir-me às vezes da carapaça acadêmica-psi, daquela responsabilidade de “sustentar” uma atuação bélica em favor da diferença que acaba por estrangê-la. Incomodam-me, simultaneamente, algumas das minhas próprias falas ainda ligadas àquela “diferença” institucionalizada e algumas das minhas próprias falas libertas daquela “diferença” institucionalizada.

Eis, então, por essas e tantas outras, uma comunicação intranquã. Afinal, que “mensagem” esses programas “transmitiram”? O que essa gente do Potência Mental quis dizer, a cada programa? O que *eu* mesma quis dizer, afinal, se vagueei por opiniões diferentes no transcurso dos programas? Onde estava o “senso comum”? E a “diferença”? Agora, parece que

os programas não se reduzem mais à disputa entre os dois, uma vez que as posições dicotômicas foram multiplicadas, mais do que multiplicadas, e não encontram mais nem a própria identidade.

Além disso, não é rara a sensação de incompletude dos programas, independentemente do tempo que dure. Os trinta minutos vêm sendo extrapolados em mais quinze, mas os programas continuam incompletos. Não conseguem transmitir, não conseguem comunicar, pelo menos não um fechamento e nem um acordo, porque não há acordo no próprio Coletivo. Tendo a pensar que a Potência do Coletivo se encontre agora aí, nessa falta de acordo que, mais do que fazer um embate entre posições contrárias, as desfaz numa massa de posições voláteis e líquidas.

Era como se antes tivéssemos que escolher um dos dois lados possíveis para não ter que dizer *não sei* nem *aham*. Agora, multiplicaram-se e, ao mesmo tempo, aboliram-se os “lados”. Contra o *aham*, coexistem e articulam-se o *sim*, o *não*, o *talvez* e o *não sei*. Sinto que devo reformular uma frase de logo acima: Pois a *alegria* dos programas sobre amor, amizade, medos, fantasias, tradições gaúchas, poesia, solidão e mistérios das nossas próprias vidas destoa dos temas *árdulos* de outrora, como terrorismo, aborto, religião, fantasmas, prostituição, teatro, gripe A e outros que, embora possam apontar alguma ou muita vivacidade, eram abordados com a dureza de um júri que não aceitava a dúvida como veredicto (ainda que, felizmente, ela se impusesse forçosamente por essa mesma condição).

Além disso, se há outras recorrências nesses programas – especialmente entre os últimos do ano –, certamente trata-se do clima de bar, de descontração e do contato pessoal recheado de gargalhadas. Pistas de um novo modo de ser e comunicar Potência Mental já surgiam em volta daquele programa sobre hábitos alimentares, quando a alegria foi mais importante do que a defesa de uma posição, e por isso procurei o Felipe para aquela conversa no ônibus a caminho do Valdir. Não me lembro de ninguém mais empolgado com aquele movimento do que ele. Talvez ele pudesse ajudar a me desgarrar da idéia do embate dualista como a única possibilidade de produção de novidade no Potência. De fato, ajudou. Ajudou a perceber como não foi a diferença de posições que foi abolida em favor da tranqüilidade e serenidade das nossas reuniões e programas de agora. O que talvez tenha sido dissipado foi o duelo bélico, ou a paradoxal guerra do desprezo, a favor de um convívio com a alteridade que, pouco a pouco, monta, desmonta e remonta os discursos, não mais identificados nem

identificáveis a qualquer rótulo. Mais do que os rótulos e os discursos, são ainda as pessoas virtualizadas pelos afetos que emanam e recebem, e as relações tornadas mais intensas.

Talvez não seja à toa que os últimos programas tenham falado tanto de afetos, e das nossas próprias vidas... Num programa sobre literatura e escritores, não exatamente como se havia planejado, o tema acabou sendo sobre os próprios escritores do Potência Mental e suas poesias sobre vida e amor; e num programa sobre amor, amizade e união, em vez de definições, o foco foi poesia, vida e relações dos/entre os próprios participantes.

Se isto parece mais tranqüilo, não é irrelevante que tenha sido esta mesma tranqüilidade que assegurou a presença daquele mesmo José atraído pelo intranqüilo. É a tranqüilidade exigida para permitir-se o desassossego, ao contrário de um incômodo constante que implique defender-se do esfacelamento endurecendo-se em posições rígidas e dicotômicas. Talvez seja a tranqüilidade do acolhimento, da pessoalidade, a possibilidade de compartilhar o desassossego. Isso não quer dizer que antes as relações fossem impessoais, levianas ou puramente “institucionais” ou “institucionalizadas”, longe disso. Mas usemos o “efeito-Poeta” para ilustrar as possibilidades de relações que se abriram. Desde antes submersa no Coletivo numa implicação de pesquisadora, dimensão acadêmica de mim, agora sinto que sou impelida a implicar-me em outros níveis, inomináveis. Talvez seja mesmo empobrecedor nomeá-los; espero que o compartilhamento da experiência possa dar conta disso.

O Poeta e suas loucuras teriam acabado de exterminar qualquer resquício que ainda pudesse haver daquele meu sentimento de “sobrevôo” no Coletivo, aquele do caos sem superfície de contato, porque a minha vontade de revidar seus questionamentos foi uma necessidade de implicação pessoal, em última instância. Qualquer resquício daquele *aham* de acadêmica-psicóloga estava em risco, pois, além dos discursos que se podiam enunciar através de mim para entrar no jogo das relações, agora meu corpo e minha história passaram a fazer parte do jogo. O Poeta terminou de colocá-los para dentro. Avaliou-me, me aconselhou, e, se ele se sentia acolhido apesar do seu “problema mental” e eu não conseguia me sentir tão bem assim, como disse antes, é porque eu me sentia, então, transparente: meus “problemas mentais” estariam escancarados. Meus medos, meus mistérios, meus segredos. No entanto, era um “não sentir-se bem” diferente daquele mal-estar da pressão de escolher um lado às custas de ser apolítica. Diferente porque compartilhado, o Coletivo é agora um inimigo-amigo, e não mais um amigo-inimigo. Eis um desassossego acolhido, minhas garras enfiadas no Coletivo com a força de positivities em relação. Um prazer.

Desassossegada e acolhida, como disse, recuperei uma inocência da qual sentia falta no Potência Mental e na vida – a inocência que o José, por exemplo, tanto captou quanto provocou. Uma ingenuidade de criança aberta ao desafio do que as relações podem provocar, amparada por essas mesmas relações pessoais intensificadas em almoços, longas conversas, visitas, passeios, pracinhas e nas próprias reuniões e programas, seguidos, às vezes, de um lanche num bar. Talvez tenha sido a proximidade do final do ano, ou, antes, do mestrado, e a iminência da despedida; mas não acredito que essa experiência de um quase sair de mim para encontrar a mim mesma no passado, no futuro e em tempos outros onde eu mesma não me reconheceria e, ao mesmo tempo, por isso mesmo, mais me reconheceria, possa ser reduzida a isso. Se eu comecei o relato do dia 30.11.2010 dizendo que *preciso escrever*, eis aqui um dos motivos mais importantes.

E por falar em tempo... Se você, leitor, soubesse o tempo que levei para escrever essas poucas linhas do último parágrafo, ficaria espantado... Falo de tempo cronológico e não cronológico. Tempo aiônico, que no transcorrer de onze linhas me fez viajar por tantos momentos/lugares... Parafraseando o Valdir, escrevê-las foi difícil porque foi fácil, já que a imersão do meu corpo no jogo torna demasiadamente fácil falar de mim mesma onde eu *não deveria* falar: uma dissertação não é lugar para falar de mim. Melhor dizendo, sim, eu deveria falar de mim, mas sem efetivamente falar de mim. Deveria falar de mim enquanto encarno alguma instituição, algum atravessamento, alguma linha do mapa ou do novelo; no entanto, *eu* mesma não sou assunto pertinente para uma dissertação. Mas o que fazer quando o Coletivo me arrebatava dessa forma, não como instituição, atravessamento ou linha, mas como pessoa?

- Oi, Fernanda!

Que alívio ver esse relato! Esse coletivo é tão rico em momentos, os quais precisam de registro... justamente, os relatos. E esse teu... todo cheio de imagens... um texto que diz, umas imagens que dizem, nós todos a interpretar, individualmente, subjetivamente o que essas coisas todas dizem pra cada um de nós.

Ontem, depois da reunião (que foi uma aventura); continuamos a aventura (eu, meu novo amigo Marlon e minha velha... e atual... "Sandrinha". Ficamos no bar até fechar (o que não significa "tarde"), depois, subimos (os três) para conhecer as salas de aula (a Sandrinha, pois, eu e o Marlon já conhecemos). [...] "olho para trás e vejo a Sandrinha me empurrando... que viagem mais doida e fantástica!!!". Depois, vamos levar a Sandrinha pra casa dela, que é no bairro Petrópolis, mas dura uma eternidade porque, ao chegar em frente à casa dela... ela não se mexe pra sair. conversamos, conversamos... Perguntei ao Marlon se tinha pressa (mais uma vez) e ele me responde (mais uma vez) que não. Depois, tínhamos um fundo sonoro que era o ronco do Marlon (no banco de trás do carro). Estou completando o teu relato [da reunião do dia 30.11.2010]??? E o que eu disse, diz de mim, diz do Potência Mental, diz da vida e dos improvisos diante do inesperado que, para nós, do Potência Mental, é, sempre, muito bem acolhido. Ah! Diz, também, das coisas que parecem mas não são; que são, mas não parecem; que não são e não parecem; que são e parecem...

Abraço!  
Marcelo

- hahahaha

O ronco do Marlon? Isso me fez lembrar de Santo Ângelo [minha infância, adolescência] e dos meus amigos de lá, de como eu costumava pegar carona pra casa e não conseguia sair do carro antes de uma loooonga conversa que permitisse fazer todas as fofocas, chorar todas as pitangas, dar todas as risadas, colocar todos os pingos nos is e até esperar os beijos que não tinham podido rolar na praça, no bar ou no posto (coisa de cidade pequena).

Por mim, pode completar sempre todos os meus relatos :) (tu e quem mais quiser compartilhar seus olhos, ouvidos e sentimentos conosco, certo?)

Beijos

Fer

(Troca de e-mails entre o Marcelo e eu, via lista de discussão, em 01.12.2010)

*Vale dedicar algumas linhas à Sandrinha, pois é tempo de afetos pessoais. Trata-se de uma amiga do Marcelo dos tempos de escola. Eles perderam o contato e agora, anos depois, ela localiza-o pela internet. Trocam e-mails, e o Marcelo divide esses e-mails e esse reencontro com o Potência Mental, a ponto de inspirar o José a começar a escrever uma radionovela (aquela que citei no início do relato). O primeiro reencontro em pessoa acontece justamente ao final da reunião Potência Mental sobre a qual eu estava falando, do dia 30.11.2010, que deixa de terminar em função da chegada da Sandrinha, da curiosidade dos demais em conhecê-la e do interesse em compartilhar desse momento com o Marcelo, que a apresenta para todo mundo com muito carinho. Até brinquei com ele, antes e depois, que isso podia dar romance. Acho que é a influência do clima do Potência, e a inocência que voltou – talvez forte demais.*

*Até a Analice chega, fica um pouco conosco, e conhece a Sandrinha. O Valdir, preocupado com o fim das bolsas<sup>94</sup>, me diz que "a UFRGS e os doutores" têm que entender que "eles precisam de nós", então a bolsa não pode acabar. Sinceramente não sei a quem ele se refere quando diz nós, se é aos não acadêmicos ou ao Coletivo todo, mas a crítica à UFRGS me serviu como um chapéu, porque, afinal, se o Valdir, o Amandio, o José e todos os demais não-acadêmicos saíssem do Coletivo, como eu faria a dissertação? Que prepotência seria achar que os "usuários" precisam de nós acadêmicos. Assim como o Valdir, cada vez tenho mais convicção de que somos "nós" acadêmicos que precisamos "deles". Ou, mais ainda, de que não há "nós e eles" no Potência Mental.*

Fico pensando em como essa separação não se sustenta sempre. Os acadêmicos – Marcelo, Leandro, Felipe e outros – também são imprescindíveis para a pesquisa, afinal,

---

<sup>94</sup> Trata-se das bolsas que o Valdir, o Amandio e o Leandro receberam no ano de 2010 pela via do já citado Edital Proext, mas que encerraram sua vigência em dezembro.

também são seus “sujeitos”. Da mesma forma, dando sugestões e, mais fundamentalmente, sendo parte do Coletivo, são inevitavelmente co-autores da dissertação. Também por isso são seu método, como já defendi no capítulo específico sobre isso. De igual modo, os diagnosticados são tão “sujeitos”, método e co-autores da pesquisa quanto os acadêmicos, e quanto eu mesma, uma vez que sou tudo isso também – note-se que este mesmo texto insiste na minha condição de “sujeito” da pesquisa.

*Já dizia o José, num dos programas, que se tratava de um "programa informal feito por amadores: poetas amadores, psicólogos amadores e loucos amadores, tem de tudo aqui". De toda forma, o Valdir disse que eu não tinha nada a ver com a crítica à "UFRGS" e aos "doutores". Fiquei aliviada e desconfiada. Será mesmo?*

Bom, considerando que, pela via da pesquisa, encarno a UFRGS e também o nós de quem a UFRGS depende, acho que não tenho nada a ver e tenho tudo a ver.

*Falando nisso, a Analice lê a carta que recebeu do Valdir sobre exatamente essa questão das bolsas. Na carta, ele diz que não pode ficar sem esse auxílio financeiro porque precisa manter as coisas que conquistou com o dinheiro recebido, como os seis relógios novos que precisam de cuidados e pilhas e a bicicleta nova que precisa de consertos. Ela responde que vai remeter o problema ao Rede de Oficinas, afinal, esse é o tipo de problema "virtual" que não se sabe muito bem a quem remeter, não se sabe quem pode resolver, é sempre todos e ninguém.*

Quando, depois de tantos convites, fui finalmente visitar o Valdir, com o Felipe, pude confirmar (ainda que fosse desnecessário fazê-lo) a importância que essa bolsa tem para ele. A bicicleta com buzina e pisca-pisca, por exemplo, nos foi exibida com orgulho. Além disso, tivemos consultas espirituais, conselhos de alimentação (ainda efeito daquele programa sobre hábitos alimentares, sim), troca de presentes, fotografias, café com pão à mesa, risadas... Brincamos com o cachorro, aprendemos o nome que o Valdir dá às suas plantas, ouvimos as composições do Felipe, conversamos na área à tardinha e até assisti novela com a mãe do Valdir. O Felipe voltou com o moletom dele emprestado (o clima havia esfriado); e não foi qualquer moletom, foi justamente aquele verde que aparece em quase todas as minhas lembranças do Valdir. Na ida e na volta, longas conversas sobre o Coletivo com o Felipe, e a questão: estávamos trabalhando e pesquisando ou passeando e visitando um amigo? As duas coisas. Quem disse que elas têm de se separar? Aliás, não imaginei que este fato comporia tão diretamente a dissertação, e aqui está. Tanto quanto a bolsa é importante para o Valdir (assim como para o Marcelo, o Amandio, o Felipe e o Leandro, que recebem o mesmo valor), o Valdir é

importante para a UFRGS, para a Rádio, para a pesquisa e para mim, que me recrio no encontro com ele. Assim, também, tanto quanto o Coletivo é um espaço de saúde e vida para o Poeta e suas loucuras, sua presença me mobiliza como pessoa e pesquisadora (haja vista a importância dele neste texto). E não só ele, mas o Marcelo, o Felipe e outros acadêmicos também entram nesse jogo de mão dupla, tripla, e por aí vai.

Da mesma forma, não imaginei que a visita à casa do José acabaria aqui. E cá está, prestes a também compor o “texto acadêmico”, pela relevância das virtualidades que agenciou. Assim como o Valdir, não era a primeira vez que o José nos convidava a visitá-lo. Não sei por que demoramos tanto, mas tudo acontece quando tem que acontecer, como disse o Marcelo. Apesar dessa visita ter sido mais curta, entre mim, o Marlon Trovador Gaudério, o Marcelo e o José, na casa do último, aconteceram as mesmas coisas: risadas, conversas, fotografias feitas, fotografias antigas apreciadas, e também até troca de presentes (seria mesmo só de presentes?). Na caminhada de volta, uma intranqüilidade. O José (indo ao supermercado) e eu (indo para casa) discordamos quanto ao caminho a tomar. A noite se aproximava, e meu receio de afastar-me de casa chocou-se com a confiança de um morador antigo da cidade. Não houve articulação, e cada um seguiu seu caminho. Não posso dizer quanto ao caminho escolhido pelo José, mas o meu foi recheado de dúvidas quanto ao que fiz e o que deveria ter feito. As seguintes palavras do José não saíram facilmente da minha cabeça: “Me dê um voto de confiança, Fernanda”. Mais uma vez, a “consciência” pesou. O José, enfim, também me desestabilizava como amiga, acadêmica e psicóloga. Afinal, sou psicóloga e não fui capaz de dar um voto de confiança a um “diagnosticado”. Não há maneira honesta de chamá-lo agora, qualquer termo possível para marcar nossa diferença não faz jus à nossa amizade. Pois não estávamos caminhando pela cidade na condição dessa diferença, caminhávamos na condição de amigos. Mas amigos com uma peculiaridade: amigos pela via do Potência Mental. Afinal, qual é minha condição no Potência Mental? O que isso diz da nossa amizade? O que isso diz da minha maneira de ser acadêmica-psicóloga? Voltam simultaneamente a “consciência” intranqüila daquele programa sobre homossexualidade (através da qual quero/preciso ser acadêmica/psicóloga) e o prazer em despir-me daquela responsabilidade de “sustentar” o trabalho que poderia acabar institucionalizando as relações (através do que não quero/não preciso ser mais – ou menos – do que amiga). Sob que bases apóia-se e/ou deve apoiar-se a minha participação no Coletivo?

Naquele conflito relatado, sobre a conversa “cabeluda” com a estagiária de psicologia, o José reclamava pelo que poderíamos chamar de “atitude profissional” de psicóloga, mas, no dia-a-dia da Rádio, parece combater qualquer institucionalização das relações. O Felipe reclama do autoritarismo dos psicólogos, enquanto o Marcelo (estudante de psicologia) pede ajuda espiritual ao Valdir num momento turbulento, e o Poeta e suas loucuras diagnosticam os problemas das(os) psicólogas(os). Haveria alguma base sólida sob a qual escorar um ser acadêmica(o)-psicóloga(o) no Coletivo? Não estará o próprio Coletivo a cada momento construindo essas bases como lhe convém?

Pois aquele citado programa sobre literatura e escritores pode dar pistas também disso. Eu seria – e fui – a única acadêmica presente naquele programa, o que me fazia encarregada de todas as providências técnicas que geralmente ficam a cargo do Marcelo e do Felipe. Levar o CD com a vinheta de abertura do programa, providenciar as músicas para os intervalos, levar os microfones sem fio e conectá-los à mesa do seu Flavio, gravar o programa, encarregar-me da máquina fotográfica. Além disso, senti-me responsável por evitar grandes vazios no programa, como faz o Marcelo levando uma ou outra carta na manga para o caso de faltar assunto. É tudo sempre muito imprevisível, e, especialmente naquele momento, era importante evitar vazios, pois seu Flavio havia ficado aborrecido em um ou dois programas anteriores onde senti uma espécie de “falta de preparo” da nossa parte (o que fortaleceu a necessidade das cartas na manga do Marcelo). Aqui mesmo, nesta dissertação, andei defendendo essa falta de preparo como abertura à vida e às relações que pudessem ser geridas naquele momento, mas não posso mesmo deixar de considerar que essa vitalidade nem sempre se manifesta na hora que a gente quer. O mais interessante é que as cartas na manga (isso tem funcionado especialmente com uma ou duas perguntas sobre o tema lançadas ao ouvinte, que acabam sendo fios fáceis de retomar quando se perde a linha – além de um contato com o ouvinte que tem alimentado telefonemas) talvez sirvam muito mais pra gente relaxar, deixar fluir o programa e acabar percebendo que não depende delas.

Então, nesse programa sobre literatura, muni-me de algumas poesias de Drummond, Manoel de Barros, Mario Quintana, Vinicius de Moraes, além de canções, para servirem de cartas na manga, mesmo sabendo que o Amandio (Chico), como sempre, teria muito material escrito e que o José estaria acompanhado de seus textos, assim como o Marlon Trovador Gaudério e o Valdir. Cheguei ao programa em cima da hora, e senti-me quase uma celebridade. Todos em volta de mim, querendo mostrar o que trouxeram, planejar alguma organização para o

programa, ou simplesmente conversar. Senti a carga de uma posição que não a de uma participante qualquer. Senti o peso da coordenação. E, quer saber? Não gostei.

Mas, tal qual as cartas na manga do Marcelo, talvez houvesse a necessidade de uma coordenação para o Coletivo dar-se conta do quanto ela é desnecessária. Ou antes, fazê-la desnecessária sem nem mesmo dar-se conta. Em meio a tantas tarefas práticas, tudo o que fiz foi automaticamente dizer *aham* para as idéias de cada um (começar com isso ou aquilo, falar disso ou daquilo) mesmo que se contradissem entre si e, se não me engano, pedir para o Amandio ou o Marlon Trovador Gaudério abrir o programa (eu mesma não queria fazê-lo). À deriva do seu transcorrer, as idéias soltas de cada um se articularam; não precisei lançar mão de mais do que uma carta na manga que, além do mais, não funcionou como tal, mas como parte da conversa que fluiu; e o peso da coordenação se dissipou. Dissipou-se assim como a igualdade entre os outros diferentes de mim. Todos desiguais e justapostos, aventurávamo-nos a interpenetrações recíprocas. A coordenação circulou entre mim e os chamados não-acadêmicos. Teríamos subvertido o uso do *aham*? Talvez a coordenação tenha se resguardado a mim apenas no que concerne à responsabilidade pelos aparatos “técnicos” (microfones, CD de música, máquina fotográfica, etc.), o que acredito dever-se a uma série de outras questões que não dizem respeito exata e somente ao funcionamento do Coletivo. Aliás, nem mesmo o trato com os aparatos “técnicos” tem se limitado aos acadêmicos. Por exemplo, cada vez mais o Valdir tem se apropriado da máquina fotográfica, filmando muito dos programas e das reuniões, assim como tem assumido responsabilidades operacionais de ajudar um ou outro a posicionar melhor o microfone e de reger os tempos do programa e a hora de se despedir.

Enfim, como já citei, aquele programa sobre literatura e *escritores* acabou sendo sobre o poeta ou escritor que *cada um ali* era (exceto eu?), e inundou-se, assim, de vida e trocas, tal qual o momento do lanche depois, no bar. Talvez tenha sido por isso que desse programa seu Flavio gostou. Ele disse que deu um “bate-bola” legal. Houve mesmo um certo preparo e especialmente um amparo oferecido pela escrita/leitura, mas o grande diferencial foi a vida que ali circulou.

O que me inspira  
esta sinfonia  
Ouço-a no rádio  
e ao olhar ao redor  
vejo uma casa desarrumada

Miro-me no espelho e  
não me toca nada a  
não ser meu cabelo em  
desalinho e minha alma  
reunida de mil pedaços

<p>Que pretensão enxergar no espelho meu eu este não está à flor da pele Este está nas minhas entranhas</p> <p>Será que esta imagem refletida envelhecida tem a ver comigo Será que passei tanto tempo me ocultando que perdi a direção do caminho Pra onde vou pra onde vamos</p> <p>Somos todos imagens refletidas do espelho eu penso logo persisto eu falo logo me encontro com outro eu refletido</p>	<p>Entre deus e o diabo eu escolho o paraíso lá certamente irá me tocar esta sinfonia</p> <p>Mas será o paraíso real Será aqui o real O que encontrarei depois da morte é isto que me faz ter medo Minha alma sai pela boca à procura de um outro ser</p> <p>Enquanto entram por meus ouvidos a tal melodia de tal sinfonia que me faz enlouquecer escrevo sem parar minha mão já tem câimbras e meus pés solicitam andar.</p> <p>(José Luiz Casonatti)</p>
--	---

Assim como a coordenação, também a “organização de questões práticas” tem, no Coletivo, valor ambíguo – se deseja e se detesta, é necessária e desfuncional. Por exemplo, a oficina que realizamos num curso de extensão<sup>95</sup> sob minha “quase-coordenação” foi bem-vinda e produtiva, mas seu planejamento, não exatamente. Cansei de repetir tantas vezes o local e horário de encontros, de tentar – sem muito sucesso – organizar com o pessoal um método de trabalho para essa oficina e para os trabalhos do I Encontro Rede de Oficinandos<sup>96</sup>, de abster-me das conversas e gargalhadas para reunir textos para o livro, de perder-me em termos e assinaturas. Cansei porque não há espaço para isso nas reuniões. Não há muito espaço para papéis, datas, compromissos, conjecturas. Se há, é à base de alguma violência, de atentado à informalidade de uma conversa no bar. Cansei porque também prefiro a informalidade. Sentia-me, assim, servindo e traindo ao Coletivo ao mesmo tempo.

Mas não sou a única que vive isso. O Amandio (Chico) tem assumido a responsabilidade de chamar nossa atenção para a necessidade de escolher os temas dos programas, e, pela necessidade de insistir muito nisso a cada reunião, imagino que não seja uma tarefa fácil para

---

<sup>95</sup> Trata-se do curso “Tecnologias da Informação e Comunicação e Saúde Mental”, que ministrei com algumas colegas, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e coordenado pelas professoras Cleci Maraschin e Analice Palombini – outra das propostas do já citado Programa Rede de Oficinandos.

<sup>96</sup> Trata-se de um evento ocorrido em setembro de 2010, também como proposta do Programa Rede de Oficinandos ligadas ao Edital Proext.

ele. O Valdir e o José seguidamente tentam orientar as discussões também, e, além das que já citei, o Valdir tem assumido uma série de outras tarefas de coordenação nos programas: responsabiliza-se pelo “passe da palavra” e do microfone, pelo “meio de campo” com seu Flavio, por preencher vazios, entre outras - pudera, ele também é bolsista. Mas quero atentar para o fato de que os acadêmicos, bolsistas de extensão e estagiários, que teriam quase um papel institucionalizado de co-coordenar e/ou “organizar questões práticas”, também se desagradam delas – como eu. Eventualmente, confesso, também pus em prática a “filosofia” assumida de alguns outros acadêmicos: “ler e-mails é um trabalho sempre sem fim: às vezes é melhor fingir não lê-los, ou não fazê-lo mesmo”. Que traição interromper o papo do bar com “pautas” que parecem estéreis! Por outro lado, o que teria sido da manutenção do fomento da Prorext<sup>97</sup> não fosse o controle empreendido pela versão burocrata do Marcelo? Sem o Marcelo, seu telefone, sua presença, sua co-coordenação e até sua carona, provavelmente tivéssemos menos constância e até menos participantes na Rádio. E o que teria sido do livro, orgulho de todos, não fosse a minha versão “organizadora de questões práticas”? O que teria sido da bolsa do Valdir, do Amandio e do Leandro, não fosse o Edital Proext e todos os compromissos daí recorrentes? Que traição tentar fugir das tais questões práticas, enfim!

Pois, afinal, qual é minha condição no Potência Mental? Uma co-coordenadora que coordena veementemente quase-nada? Uma participante que, por acaso, faz uma pesquisa? Uma acadêmica que, por acaso, também é participante? Uma psicóloga que detesta psicologizar? Uma amiga cujas conversas podem acabar compondo uma dissertação de mestrado<sup>98</sup>? Uma pesquisadora vivendo uma experiência extra-academia? Por que não posso ser tudo isso? Uma artista da corda bamba, uma participante-acadêmica-amiga-psicóloga-quase-co-coordenadora. Que riqueza investir numa relação pessoal e informal entre posições “hierárquicas” diferentes!

Porque amizade não é igualdade na identidade, mas coincidência na diferença, justaposição na distância, equidade na desigualdade e, especialmente, vice-versa: desigualdade na equidade, distância na justaposição, diferença na coincidência. Se o Potência Mental for qualquer espécie de referência, a amizade é uma relação constantemente instável, porque na

---

<sup>97</sup> Aqui, me refiro ao fomento da Prorext/UFRGS para pagamento das passagens e lanche dos participantes diagnosticados.

<sup>98</sup> Esta não é uma questão simples nem irrelevante. Quando o corpo entra no jogo, fica difícil não pesquisar através da vida e não viver através da pesquisa. O limite é difícil de encontrar. Aqui, espero que esse esfumaçamento de fronteiras potencialize a dissertação tanto quanto minha vida enriqueceu-se em função da – e misturada à – pesquisa.

separação vincula e no conforto desassossega. Faz a gente se reencontrar fora de si e identificar-se com a própria diferença e a alteridade de outrem. Contra a herança de um duelo bélico que une e separa, são gestadas, assim, pela via de novas possibilidades de encontro entre acadêmicos e diagnosticados, um universo novo de relações sem identidade nem abismo.



## 2.2. O que quer dizer ser amigo?

Não exatamente gostaríamos de falar sobre *dinheiro*. Por isso só citei brevemente a questão na segunda viagem a bordo do diário. Não porque se deva suprimir de uma dissertação as tensões que lhe atravessam ou, no mínimo, acompanham; ao contrário. Mas quando elas emergem num momento avançado do trabalho, só temos chance de abordá-las superficialmente<sup>99</sup>. Por sorte, não há proveito em ir além da superfície.

Enfim, se o dinheiro não foi parte importante da segunda viagem a bordo do diário, certamente o foi na compra da passagem para essa viagem. Especialmente, o dinheiro do Prêmio Loucos pela Diversidade, como veremos. Tratava-se de uma quantia nunca antes vista pelo Coletivo, e uma reunião extraordinária teve, então, de ser marcada. Participantes atuais e alguns antigos, todos juntos. O que fazer com tanto dinheiro? Estava se atualizando um problema que não era de hoje. O fomento da Prorext já havia instaurado uma necessidade financeira que até existia, mas não era tão proeminente antes do fomento existir. Parece que, se o fomento acabar, o Coletivo acaba junto. Quase nenhum não-acadêmico<sup>100</sup> pode mais vir às reuniões sem o custeio das passagens e do lanche. Não sei como acontecia antes. Parece que o Valdir vinha a pé; agora ele mora em Gravataí e não dá mais. O José continua vindo a pé e o Marlon não pegou a fase “magra” do Coletivo. O Amandio é um dos poucos para quem isso não é problema.

Por isso mesmo uma parte do Coletivo (na maioria, acadêmicos), incluindo eu, defendia a importância de se guardar esse prêmio para segurar as pontas nas horas de aperto. Muitos acadêmicos já tiveram que emprestar dinheiro para o Coletivo continuar se encontrando, em períodos em que o fomento faltava. Por outro lado, forjando uma disputa dual que pareceu muito mais complexa que isso, outra parte (na maioria, não-acadêmicos) não queria guardar nada. Afinal, é um prêmio, uma

---

<sup>99</sup> A questão financeira na Rádio poderia render toda uma outra discussão, digna de um outro trabalho. Aqui, ela atravessa o texto apenas na medida em que dispara questões pertinentes ao mesmo.

<sup>100</sup> Apenas os participantes não-acadêmicos recebem auxílio do fomento. A maioria dos acadêmicos recebe alguma bolsa, de extensão (Prorext ou Proext) ou de pós-graduação (CAPES).

*recompensa* pelo trabalho realizado. Divide-se o dinheiro em partes iguais e cada um que faça o que quiser: alguns precisam comprar uma coisa ou outra. Mas e se cada um comprar o que quiser e o Coletivo acabar... acabando? Os acadêmicos prezam pelo dinheiro e pelo Coletivo, mas também *precisam* do Coletivo; os não-acadêmicos prezam pelo Coletivo e pelo dinheiro, mas também *precisam* do dinheiro. Um dia o Felipe traduziu em palavras uma impressão também minha: parece que a maior diferença entre os acadêmicos e os diagnosticados é mesmo a condição financeira, ainda que, como tudo no Potência Mental, isso não seja uma regra. Avaliando em linhas gerais, se por um tempo<sup>101</sup> tanto uns quanto outros receberam uma bolsa de mesmo valor, isso não implica dizer que ela efetivamente tinha o mesmo valor para uns e outros. Mas isso é outra história.

A história aqui é a do Prêmio. O Ricardo (que recebeu bolsa de extensão por dois anos) defendia a opção “acadêmica” de que ninguém ali era *funcionário* da Rádio, todos éramos *voluntários* e o que nos unia não poderia ser o dinheiro, sob risco de deixá-lo corromper o Coletivo, mas a *amizade*. O José, ainda ensaiando uma volta ao dia-a-dia do Coletivo, interpelou a fala do Ricardo para dizer que ele, por sua vez, não era *voluntário*, mas um *participante* da Rádio, o que era muito diferente.

O motivo para contar aqui uma passagem que caberia ao diário é que ela insiste na questão: qual a relação de cada um de nós com a Rádio? Por isso, esta *passagem* do cotidiano do Coletivo foi, também, a *passagem* que disparou a segunda viagem a bordo do diário: *passagem* comprada pelo dinheiro do Prêmio Loucos pela Diversidade. Foi partindo também daí que cheguei a me perguntar: “Por que não posso ser tudo isso? Uma artista da corda bamba, uma participante-acadêmica-amiga-psicóloga-quase-co-coordenadora” (“A bordo do diário: segunda viagem”, p. 134). O que quer dizer ser voluntário, participante ou amigo? O que quer dizer ser estagiário, ser pesquisadora, ser extensionista, ser coordenadora? E ser diagnosticado? O que quer dizer ser militante?

---

<sup>101</sup> Trata-se da vigência da verba para remuneração de estagiários, do Edital Proext, quando dois não-acadêmicos e um acadêmico receberam valores correspondentes às bolsas de extensão concedidas pela Proext a outros dois acadêmicos.



"A nossa UFRGS no caso, neste momento, fica e nós vamos, então fica a saudades" (Valdir diz, enquanto grava)  
Imagem selecionada de um vídeo feito em uma das reuniões do Coletivo de Rádio

### 2.2.1. *Intensão*

Embora defendamos que o que nos une é mesmo a amizade, o mais puro “laço sem interesses”, e que somos todos voluntários e/ou participantes antes de sermos extensionistas e pesquisadores, ainda somos bolsistas de extensão, pesquisadores e estagiários. Se parece duro dizer que sem a universidade nossa amizade jamais seria possível, que ao menos consideremos que não é uma amizade entre vizinhos ou camaradas (naquele sentido de relacionamento entre parceiros de um clube, elite ou gueto). É uma amizade que se sustenta na diferença entre acadêmicos e não-acadêmicos<sup>102</sup>, e, se não quisermos dizer dependente, que digamos ao menos que é *possibilitada* por iniciativas de extensão da universidade em direção à sociedade.

Como um jovem embaraçado entre sua própria infância e dependência e sua autonomia adulta, o Coletivo habita essa fenda da vinculação a uma organização da qual se é livre. Mas, ao contrário da direção imposta ao jovem, o Coletivo não se pretende independente como um objetivo final a alcançar, mas como um objetivo-meio pelo qual justamente se *vincula* à universidade. É sua forma de relacionamento com a universidade, e, antes, seu modo de vida, sua maneira de existir, vinculado à universidade. Talvez tenha aprendido justamente com ela que ser autônomo é condição para se relacionar, e vice-versa. A distância entre os dois faz-se lei do seu *relacionamento*.

Isso porque, como alertam Andrade, Longo e Passos (2000), é a autonomia das conversações acadêmico-científicas geradas na universidade que garantem justamente a sua relevância social diante de seu maior interlocutor: a sociedade, por assim chamar. “Como parte integrante da sociedade, a universidade não pode se contrapor ao movimento desta sociedade, sob o risco de anacronismo ou até mesmo extinção”, mas “a rede de conversações acadêmico-científicas foi capaz de incluir o fora da instituição na forma do debate, da disputatio, do dissenso” (Andrade et al., 2002). Essa

---

<sup>102</sup> Ainda que a separação entre acadêmicos e diagnosticados não nos convenha na Rádio, ela será constantemente requisitada neste capítulo em função do tema que o mesmo se propõe a abordar.

não-relação com relação a que os autores denominam “co-deriva histórica”<sup>103</sup> garante que a universidade exerça “a novidade de criar novidade. A competência de produzir competência” (Andrade, Longo e Passos, 2000, p. 11).

Se a amizade entre acadêmicos e não-acadêmicos do Potência Mental é possibilitada por iniciativas de extensão da universidade em direção à sociedade, é porque a chance de qualquer relacionamento instaurada pela Rádio inaugura-se com a iniciativa daquelas residentes em Saúde Mental Coletiva em, desde a universidade, reunir usuários dos serviços de saúde para produzir um programa de rádio. Tratava-se, sim, de um contexto de *trabalho* em serviços de saúde no sentido de ultrapassá-los e independizar-se a atenção psicossocial, mas desde a prática de um *estágio* da Residência vinculada à universidade. Tanto é que depois a experiência torna-se institucionalmente uma *ação de extensão*, quando ligada ao Instituto de Psicologia da UFRGS.

A partir daí, a ação do Coletivo vem descrita no Catálogo de Ações da Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS sob a modalidade de “Prestação de serviços: ação social e comunitária” na área da saúde, com os seguintes objetivos: “Através da Rádio, engajar estudantes, trabalhadores e usuários de saúde mental num projeto de comunicação com a cidade, voltado à resignificação das concepções sobre loucura prevalentes na sociedade, desconstruindo estigmas e processos de exclusão”. (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010)

Se, por um lado, a ação está registrada como prestação de serviços à comunidade que se supõe ser aquela que vai se valer dos benefícios da desconstrução de estigmas, ou seja, os usuários dos serviços de saúde mental, por outro, trata-se de um “projeto de comunicação com a cidade” que, para isso, se vale de estudantes, trabalhadores e usuários, ou seja, o Coletivo de Rádio em questão. O Coletivo, portanto, não é sempre a população-alvo da extensão, ou a ponta da “sociedade” que constitui o *fora* que se relaciona com a universidade. Antes, é um meio de afetar a sociedade com aquilo que, no entanto, também já não é mais universidade. O Coletivo

---

<sup>103</sup> Atente-se para o destaque dado à autonomia como *forma de relação* que permite manter as distâncias. Veremos que a “*autonomia pura*” não é só impossível, como improdutiva.

é um *entre*, é o instrumento do movimento de extensão da universidade em direção à sociedade; é um híbrido, autônomo na mesma medida em que se faz, desde a hibridização de seus componentes, um terceiro elemento.

Assim como a universidade precisa ser autônoma para afirmar sua relevância, enquanto parte da sociedade que gera em seu seio o *fora* da mesma (que, por sua vez, também é o *fora* da universidade, sem, no entanto, reduzirem-se a exterioridades excludentes), o Coletivo também é e precisa ser autônomo para que garanta o acontecimento da ação de extensão tanto no que se refere à cidade sob a qual quer intervir quanto à universidade que a sustenta institucionalmente porque depende dela, como uma injeção de vida por excelência, para a manutenção da sua própria co-deriva com a sociedade.

O próprio Plano Nacional de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010) propõe que a extensão “não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma *concepção* de universidade cidadã” (p. 5, grifo nosso), “em que a relação com a população [...] [passa] a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica” e vice-versa, já que

viabiliza a relação transformadora *entre* universidade e sociedade [...] [e] terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (p. 2, grifo nosso)

Se a extensão universitária é instrumento fundamental de uma concepção de universidade cidadã que, para poder gerir o novo, não coincide e nem deve coincidir sempre com a sociedade, então a extensão compromete-se com a co-deriva, ao contrário do que defendem Andrade e Silva (2002). Para os autores, a extensão diferiria da mesma porque se trataria de uma relação que “incita, confere ou reforça *sempre* a congruência entre a universidade e o outro fundado na relação” (p. 3, grifo nosso).

Discordamos dessa concepção de extensão à medida que a falência dessa congruência é recorrentemente denunciada na Rádio. Para citar um exemplo, a

“quase-censura” que incidiu sobre o encontro de discursos diferentes indicava alto grau de irreciprocidade entre a universidade e o outro da relação – os não-acadêmicos. Não se trataria, então, de uma legítima ação de extensão? Mesmo tendo a disputa quase bélica se fluidificado em discursos menos encarnados em rótulos, não se abriu mão da incongruência da cidade com a universidade, como se nota no relato em que assumo, em alguma medida, a cara da universidade:

O programa era sobre trabalho. Na ida para a Lomba, o Felipe retoma um texto do Marcelo sobre “terapia de vidas passadas”, que parece ter dado polêmica na apresentação à disciplina “Seleção e Orientação Profissional” do curso de psicologia. O Marcelo começa o programa com esse assunto, e fala sobre as pessoas que buscam a regressão para saber qual havia sido sua profissão em outras encarnações. Cita a polêmica na psicologia, porque “não há provas de que isso exista”. Mas essa não é a questão. A questão é que eu estava preocupada porque “isso lá era jeito de começar a falar de trabalho?”. “O que isso tem a ver?”

Perguntado sobre qual imaginava ter sido sua profissão na vida passada, o Marlon ignora e fala do trabalho que exerce no Geração de Renda. Ufa! Converso com ele sobre dinheiro / realização profissional / relações sociais e tal. Agora sim. Até que a Sô telefona. Aproveito para falar sobre o trabalho dos artistas, da cigarra. Mas ela, compositora e artista, responde dizendo que a cigarra quer viver às custas dos outros, e que todos deveriam ser formigas. Fiquei decepcionada (só bem mais tarde entendi que ela se referia a uma cigarra egoísta, contrastando com uma formiga que opera com a coletividade).

“Soy latino americano”, cantada pelo Zé Rodrix, é a música que o Marcelo coloca pra tocar. Na volta, insisto no tema da cigarra. Quer dizer que nós, do Potência Mental, não trabalhamos? “E o brasileiro?”, pergunto para o Felipe. Ele diz que o brasileiro é uma formiga que canta. Teria solucionado a questão da forma mais poética possível (como se fosse intenção da poesia solucionar alguma coisa), não fosse a tensão que ficou no ar em função do que o seu Flavio disse antes. Ele queria uma opinião do psicólogo Marcelo (nenhuma referência a mim – também psicóloga, e já formada, ao contrário do Marcelo –, devo ficar alegre ou triste?): o que dizer sobre as formigas à nossa volta, viciadas em trabalho, que não sabem aproveitar a vida como o latino-americano que vai para o trabalho pela praia? Teria sido concebida uma formiga-doente? Finalmente um “defeito” nessa bendita formiga. “O psicólogo” diz que a pessoa tem que saber o que está produzindo, e eu provoco seu Flavio sobre o trabalho dele na rádio. Para ele aquilo não é trabalho, é voluntariado, hobby. Discordo: esse é o trabalho dele de cigarra! Ele se irrita um pouco, porque desviamos o assunto. Não teria eu me irritado também?

A tensão aumenta quando o Marlon diz que trabalho voluntário não é trabalho, porque não dá lucro, e seu Flavio discorda. Ué, não entendo. Ele não disse recém que seu voluntariado não é trabalho? Também discordo do Marlon e, já que no início do programa eu insisti que o mais importante é a tão aclamada “realização profissional”, como uma finalidade em si, pura, também não entendo a mim mesma. Está lá o Valdir pra dizer que se dinheiro não fosse importante “todos rasgariam e viveriam como índios, só na comunicação”. Mas e, quanto aos índios, não trabalham? E quanto ao

próprio Valdir, comunicador do Potência, que por muito tempo não recebeu nenhum incentivo financeiro?

Enfim, o Valdir, que se intitula “intrometido em vários assuntos”, segue (se contra)dizendo que o lucro do voluntariado é a satisfação de se sentir vivo junto dos outros (então rasguemos o dinheiro!), embora precise de dinheiro (ah, bom!) pra ir, vir, divulgar músicas, ajudar pessoas e espíritos. Sim, porque ele lê búzios e incorpora, e diz que essas coisas de vidas passadas existem no tarô e mesmo na Bíblia. O próprio, em outras vidas, já foi “importante”, pobre, doente, de tudo. Mas novamente as vidas passadas? Parece mesmo que há um espírito enfiando nas nossas conversas esse maldito assunto que não tem “nada a ver” com o tema do programa.

O seu Flavio, então, diz que quer falar das vidas futuras. E o Felipe reclama da maldita psicologia que só pensa no passado. Mas de novo a pobre psicologia? Vai ver tem um espírito anti-psicologia rondando por aí também!

Nosso futuro é evolução, diz o Valdir, que, ao terminar o programa, deixa uma mensagem de paz; logo após o Marlon e o seu Flavio terem falado do goleiro Bruno, do Flamengo... Por que, mesmo? Ah, porque já conhecemos o futuro dele, embora não a vida futura. Tudo bem, mas, e quanto ao trabalho?

(Meu relato do programa do dia 09.07.2010, adaptado)

Note-se a minha indignação em alguns momentos em que se foge da racionalidade típica da universidade. Mais do que isso, a vontade de falar de uma cigarra trabalhadora vem dizer de uma concepção de trabalho que me atravessa enquanto mestranda em psicologia social. Foi como se eu não pudesse admitir a reprodução de uma lógica de exploração em que o trabalho necessariamente se desconecta da arte e da vida. O importante disso, aqui, é que esse discurso da academia encontra-se em choque manifesto com os outros fundados na relação. Nem sempre isso é tão manifesto quanto virtualmente sensível, o que de modo algum invalida a questão.

Diante dessa incongruência, estaríamos fazendo outra coisa que não extensão? Que extensão estaríamos pondo em prática? Não estaríamos, talvez, justamente radicalizando a experiência da extensão? Afinal, os próprios Andrade e Silva (2002) atentam que “para se falar da extensão, há de se incluir o outro nas redes de conversações que a define e, [...] na maioria das vezes, a relação solidária entre a universidade e a sociedade não é mediada pelas conversações acadêmico-científicas” (p. 5). Apontam que a solução é investir numa “aceitação do outro, enquanto legítimo outro, na relação, como sujeito do conhecimento e não objeto da filantropia ou

assistência” (p. 6). Bemvenuti (2006) acrescenta que a extensão deve ser avaliada pelo *diálogo* que propicia.

Embora, como os autores, também apostemos na alteridade e numa *espécie de eqüidade*<sup>104</sup> nas relações de força como condições do diálogo, o que seria de uma ação de extensão onde os participantes *nem sempre* “são necessariamente *iguais*”<sup>105</sup> [...] no exercício de suas respectivas autonomias”, como defendem (Andrade e Silva, 2002, p. 3, grifo nosso)? E se *não conseguem* “sempre afirmar suas respectivas *identidades* na construção da alteridade” (*idem*, grifo nosso)?

O que pode parecer apenas teimosia diante de termos como *iguais* e *identidade* também pode ser reflexo da experiência da Rádio, que nos tem ensinado a duvidar de uma autonomia constantemente igualitária e de uma alteridade que finque suas bases na identidade. Quando eu quase-coordeno alguma ação, ou quando o Poeta me constrange com suas análises, a dele e a minha autonomia pagam seu preço. A ninguém é possível sempre atuar sob leis próprias, porque as “leis (ou forças) próprias” se definem sempre na relação com o mundo de “leis (ou forças) externas” e com os outros, como nos ensina Foucault (2004c, p. 291):

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antigüidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

Isso implica uma relação de forças que não pode se furtar a governos do outro; provisórios, sim, mas ainda governos. Afinal, se a questão do diálogo que se pretende para a extensão se assenta justamente na afetação, e a afetação pressupõe intervenção do outro, trata-se de constituir-se nesse *entre* que a relação de si para consigo estabelece com a governamentabilidade e as relações de poder (Foucault, 2004b; 2006).

---

<sup>104</sup> O que não é exatamente uma eqüidade, como veremos.

<sup>105</sup> “Iguais, enquanto sujeitos do conhecimento, mas desiguais na sociedade dividida em classes.” (nota de rodapé do texto original)

Na Rádio, as forças mudam sua direção constantemente, não há hierarquia que se sustente imóvel, mas isso não é o mesmo que dizer que somos sempre iguais no exercício das nossas autonomias. A única estabilidade é a do movimento, e, se não nos é possível obedecer somente às nossas próprias leis, é também porque, por tudo isso que foi falado, nossas “leis próprias” são voláteis como nossas identidades. Pois, se a afetação pressupõe intervenção do outro, é só na via da virtualidade que os afectos se validam, não no embate de crostas identitárias, como nos diz Kastrup (Passos e Kastrup, 2010; no prelo). A alteridade a que temos conseguido aceder desde o enfraquecimento da disputa bélica de discursos é, para além da alteridade diante do outro, a alteridade de si e de *outrem* como modo de experimentar, a desvinculação à própria idéia de identidade que põe em seu lugar um si mesmo tão móvel quanto a intensidade das relações que estabelece com a radical alteridade dos outros (mesmo dos outros supostos à mesma “identidade”<sup>106</sup>), experienciada na forma do outrem.

Uma extensão que não pressuponha uma autonomia *constantemente* igualitária nem uma alteridade baseada na identidade: essa é a extensão que o Coletivo de Rádio produz. Se valorizamos a equidade, mais ainda prezamos pela lateralidade da qual fala Eduardo Passos (2010; no prelo; Passos e Kastrup, 2010; no prelo), que coloca lado a lado os diferentes, agora desidentificados, num jogo de forças cujo resultado não vai necessariamente ser empate. Não exatamente hierarquizados nem equalizados, é possível aos diferentes uma coexistência que, em cada momento, conceda primazia a um ou outro.

A potência dessa extensão é justamente a incongruência que revitaliza tanto a cidade como a universidade e o próprio Coletivo que se presta de ferramenta a ela, como se pode extrair das discussões que vão ao ar sobre trabalho e tantas outras. Assim, a Rádio opera quase uma “ecologia de saberes” à medida que, para Santos

---

<sup>106</sup> Uma vez que estamos propondo pensar uma relação “que se sustenta na diferença entre acadêmicos e não-acadêmicos” (p. 140), abordamos a dissolução das identidades pela via da desestabilização dessa separação, e, assim, não enfocamos seu efeito nas relações “intra-identidade” (ou seja, de acadêmicos entre si e de diagnosticados entre si). Este tema torna-se improfícuo à medida que essas identidades (de “acadêmicos” e “diagnosticados”) não se sustentam diante da fluidificação de posições discursivas, o que é o mesmo que dizer que só se sustentam independentes das pessoas que a encarnam. Ou seja, nem sempre dentre os “diagnosticados”, tornados identidade, há apenas pessoas diagnosticadas, e o mesmo vale para os “acadêmicos”. A partir da dissolução das identidades com essa fluidificação, tais identidades não estão mais em questão, suplantadas pelo encontro entre pessoas desidentificadas.

(2005), esta se trata de um desenvolvimento possível da pesquisa-ação que opera “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade” (p. 76), promovendo “uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo” (p. 77). A questão que essa noção levanta para a Rádio (que a problematiza e, ao mesmo tempo, não permite identificá-la totalmente ao conceito) é do quanto e de como o “*fora*” passa a compor o “dentro”.

Por diversas questões, inclusive institucionais, ainda não conseguimos, por exemplo, veicular programas produzidos pelo Coletivo na própria Rádio da Universidade e nem o Coletivo tem necessária e exatamente participado na “troca de saberes *sistematizados*, acadêmico e popular” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010, grifo nosso) ou na definição *sistemática* de projetos de pesquisa ou de linhas de ensino nos departamentos da universidade, como defendem alguns (por exemplo: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2009; 2010; Guimarães, 2002; Santos, 2005) em defesa de uma institucionalização da extensão que intervenha na estrutura da universidade. Isso não diz respeito apenas à ação do Coletivo de Rádio, se não também às políticas de extensão postas em prática pela universidade. Mas o que queremos enfatizar é que a inserção do *fora* da/na universidade pela via do Coletivo de Rádio tem se dado de outras maneiras, não tão institucionalizadas mas não menos intensas (talvez, justamente por isso, até mais intensas).

Como já desenvolvemos, por exemplo, o Coletivo de Rádio se constitui como sujeito, objeto e método da presente pesquisa de mestrado. Mas, na mesma medida em que o Potência Mental se confunde com a dissertação, dela é radicalmente separado: não necessariamente lhe interessa saber como se faz uma cartografia, nem sempre lhe convém pensar com conceitos, cada participante que lê os textos que a compõem tem uma ou outra correção a fazer, não assina embaixo de tudo o que está escrito, não optaria por enfocar os mesmos acontecimentos tratados e, especialmente, não lhe é imperativo escrever e fazer relações sistematizadas entre seus acontecimentos. O Coletivo separa-se da pesquisa à medida que a dissertação tenta

acompanhá-lo pela via da academia, refreando e, ao mesmo tempo, excedendo a vida que opera no Coletivo. Vida que viaja com o vento, na companhia daquela fumaça do cigarro do Valdir, e, ainda que possa se articular com, não se rende a nenhuma possibilidade de textualização.

Ao mesmo tempo em que quem escreve o texto é um *eu* atravessado pelo *coletivo* da Rádio, ainda é um *eu*: um nó específico que tece e é parte da rede, mas não deixa de ser um nó pontual. Assim, habita-se o paradoxo de um Coletivo que participa e não participa na escrita efetiva da pesquisa. A escrita dessas linhas não é precisamente uma ação do Coletivo, mas, quando conto como uma conversa com o Felipe foi importante para “decifrar” os movimentos desse mesmo Coletivo diante da necessidade de escrever a dissertação, ou quando uma visita à casa do Valdir, um passeio com o José ou uma conversa com o Poeta acabam saltando da vida para comporem o texto acadêmico, cá estão eles<sup>107</sup>, acadêmicos e não-acadêmicos e, especialmente, o *Coletivo* que nos forma e formamos, decidindo os rumos do tal texto acadêmico.

Não é sem motivo que, dos textos escritos para a dissertação, sempre aqueles mais referidos à vida do Coletivo e ao que o Amandio, o Marcelo, o Valdir, o Ricardo e os outros “escreveram”<sup>108</sup>, quase libertos da necessidade de estabelecer relações conceituais entre acontecimentos, foram auferidos com muito mais receptividade pela própria academia do que aqueles de puros conceitos, considerados quase supérfluos.

Não se trata, portanto, de um desenvolvimento da pesquisa-ação (de inclusão da comunidade na *produção* do conhecimento universitário, como propõe a ecologia de saberes de Santos, 2005), senão da sua radicalização, a que chamamos de pesquisa-intervenção, colocando a implicação e a produção de diferenciação mútua (inclusive e, especialmente, da pesquisa) no centro da análise, afinal (Kastrup, 2008; Paulon, 2005).

---

<sup>107</sup> É interessante notar como a dissertação, até agora preferindo pensar os *fluxos* às *pessoas*, vai, sem abandonar a perspectiva dos fluxos, gradativamente se voltando também a estas, tanto em suas “identificações de categoria” como em sua “pessoalidade”. Isso remete a um movimento próprio da pesquisa e da mestranda no sentido da *amizade* como mote dos encontros que se dão no Coletivo, tanto em direção a uma estilística das relações quanto à impessoalidade própria aos acontecimentos discursivos.

<sup>108</sup> O uso do termo justifica-se porque, embora os outros participantes não tenham efetivamente escrito a dissertação, escreveram os acontecimentos que a agenciaram.

Se a pesquisa pode honrar a extensão, é à medida que, antes de “conhecer para transformar”, com ela possa “transformar para conhecer” (Coimbra apud Rocha e Aguiar, 2003, p. 67). Devemos, então, nos perguntar: O que muda? Quem muda? Muda quem? (Passos, 2010; no prelo)

Santos (2005) faz uma distinção entre conhecimento universitário (homogêneo, hierárquico e independente de saberes não-científicos e dos anseios da sociedade) e pluriversitário (contextual, heterogêneo, transdisciplinar, extra-muros e cooperativo) – em que “a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência” (p. 42). Segundo ele, os conhecimentos podem operar num *continuum* entre os extremos, onde talvez em algum ponto se situe o paradoxo do Coletivo, participando sem participar na escrita efetiva da dissertação. Ainda nesse paradoxo, todos participamos *cooperativamente* na produção de saberes de uma pesquisa coordenada *hierarquicamente* por mim, da mesma forma como muitos de nós exercemos uma *quase-co-coordenação* ao mesmo tempo bem-sucedida e falida diante das ações de *parceria* do Coletivo, e não somos iguais no exercício de nossas *autonomias* perante a ausência de *hierarquia* e *coordenação*.

Assim, se a inserção do *fora* da/na universidade pela via do Coletivo de Rádio tem se dado de outras maneiras não institucionalizadas, talvez seja possível dizer que seja o caso da ação de um *fora* que não se rende ao dentro, que não se torna o dentro sem manter as especificidades que fazem dele o justo *fora*. Um *fora* que só se internaliza à medida que, do lado de dentro, provoque aquele dissenso necessário à co-deriva e à reinvenção da universidade, da cidade, da própria ação de extensão. Talvez se trate de uma possibilidade de virtualização ou de intensificação que se sustente justamente na não-institucionalização. Talvez seja mais que *extensão*, ou o seu contrário (como aposta a ecologia de saberes): “*intensão*”. Mais do que *intenção* de trazer o fora para dentro, mas “*(in)intensão*” de virtualidades no próprio dentro pela via do *fora*. Tensão interna disparada pelo *fora*. Seria, assim, “*pesquisa-intensão*” um outro nome para a radicalização operada pela pesquisa-intervenção? Seria a *pesquisa-intensão* a maneira de honrar a extensão, transformando(-nos) para conhecer?

Fazendo um breve parênteses, nesse sentido, podemos agora pensar numa congruência entre sociedade e universidade que não promova apenas reprodução de um no outro e vice-versa, mas reinvenções. Porque, se a sociedade necessita da universidade para gerir seu *fora* e vice-versa, ambas são mesmo congruentes – mas mais na acepção de *conveniência* do que na de *coincidência*. “Exatamente porque participa dessa sociedade a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010, p. 4). Assim também o é a extensão e o Coletivo de Rádio com relação tanto à universidade quanto à cidade: necessários porque excedentes, relevantes porque impensados. *Intensão*.

Se não é possível à Rádio identificar-se totalmente com o conceito de ecologia de saberes, é porque não são exatamente os saberes popular e acadêmico *trocados*, mas *virtualizados* mutuamente. O que chega à academia não é exatamente o saber da cidade, mas a virtualização dos seus próprios saberes: a *intensão*, pela via dos encontros de saberes, de pessoas e de afectos, especialmente.

Além disso, a mais atual proposta de extensão universitária “discute [...] e aprofunda [...] um novo conceito de sala de aula” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010, p. 3) de igual maneira *intensiva*. Quando se pensa nos extensionistas e estagiários de psicologia no Potência Mental, não é raro lembrar de um ou outro embate entre a experiência da Rádio e a psicologia tradicional e academicamente institucionalizada.

[...] Mas o que eu quero compartilhar mais com vocês é minha indignação com minha professora [...]. Hoje na apresentação dos nossos trabalhos, que era a testagem de um sujeito, além dela não ter aceitado meu trabalho e pedido outro, ela me diz: "Faça o teste com outra pessoa. Peça para qualquer outra pessoa, mas só não peça para aquele que está com aquele chapeuzinho de judeu na cabeça, cantando e gritando ao celular em frente à psico...".

É incrível a insensibilidade dela, mas o que mais me incomoda é que ela está dando aula! É professora de psicologia! E eu não devia me indignar?

Respondi prontamente dizendo, sem pensar muito, que "o nome dele é José, trabalha comigo na rádio e está em surto, não está nada bem".

Mesmo assim ela superou minhas expectativas, que já não eram as melhores, e repetiu exatamente o que havia dito antes depois que eu falei que o conhecia: "Faça o teste com outra pessoa, só não com ele...".

Desabafo.

(e-mail enviado à lista de discussão pelo Ricardo, extensionista e estagiário de psicologia do Coletivo, no dia 25.05.2009)

Da mesma forma, outro estagiário, Marcelo, conta que foi repreendido por uma supervisora quando relatou que, enfrentando problemas familiares, levou o Valdir em sua casa para ler búzios. Não teria sido uma atitude profissional nem acadêmica digna de um estagiário, o que condenaria a ação (mesmo que na relação daquele momento não estivesse revestido de estagiário).

Sem entrar no mérito de avaliar a atitude das professoras, interessa-nos pensar nesses eventos e em tantos outros com seu potencial de desestabilização de uma psicologia institucionalizada que, é importante ressaltar, não constitui uma psicologia referida apenas ao mundo do trabalho, antes ao mundo da *formação* profissional e acadêmica. Em outras palavras, quem se vê confrontada com a experiência do Potência Mental é uma maneira de ser psicólogo(a) e também uma maneira de *ensinar* e, especialmente, *aprender* e *fazer* psicologia dentro da universidade. Trata-se da construção acadêmica da psicologia.

Quais serão os critérios de inclusão e exclusão de sujeitos aptos a servirem de modelo na feitura de trabalhos escolares? Usar quipá, cantar e gritar ao celular em frente ao prédio da psicologia torna um sujeito ilegítimo ao estudo da psicometria por quê? Há estudantes de psicologia que fazem isso, eles também estariam inaptos? Quase esqueço: tratava-se mesmo de um, pois o José, naquele então, estudava psicologia em outra universidade. O que isso diz da psicologia e da academia? O que motiva a manutenção de um relacionamento unilateral entre estagiários e “pacientes”, ou seja lá qual for o termo usado para manter relações de dominação? Esses foram alguns dos incômodos que as referidas passagens puderam provocar nos estagiários e em todos nós, além de guardarem o potencial de espalhar-se lentamente, contaminando as salas de aula com uma vida virulenta que ataca a estrutura das disciplinas escolares, emaranhando psicologia social e psicometria, comunicação e psicopatologia, psicanálise e arte e até esoterismo e psicologia social, à moda transdisciplinar que é mote da extensão (Bemvenuti, 2006; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2009; 2010; entre outros). Aquele programa de rádio sobre trabalho também tocou nessa ferida, quando discutiu a

polêmica que um ensaio sobre terapia de vidas passadas provocou numa disciplina da psicologia.

Mas a Rádio também é filha da universidade (que é, por sua vez, *uma* de suas mães), assim como os estagiários, as professoras, aquela atitude institucionalizadora da diferença que identificou o senso comum aos diagnosticados, rotulando a ambos e destituindo-lhes a potência<sup>109</sup>, e, inclusive, as próprias problematizações que nascem desse encontro com a cidade. Isso porque a Rádio é dentro e é fora; um dentro da universidade que está fora e um *fora* que está dentro. Mais do que extensão, é *intensão* também na sua relação com o ensino, além da pesquisa. Pois, se a concepção de universidade que se pretende hoje está visceralmente ligada à extensão, também é porque ela configura “o processo educativo, cultural e científico que *articula o Ensino e a Pesquisa* de forma indissociável” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010, p. 2, grifo nosso; 2009; Bemvenuti, 2006). Não é sem motivo que as categorias de extensionista, estagiário, pesquisador e mesmo participante se confundem no Coletivo, junto com tantas outras. Não há aprendizado de outras formas de ser psicólogo(a) ou comunicador, ou ainda outras formas de ser louco, desacompanhado dos novos/outros conhecimentos geridos no seio das improvisações do Potência Mental, nem pesquisa que se faça independente da prática de um outro estágio, tal como esta dissertação se contagia com a prática de outra psicologia e outra academia no encontro com os diagnosticados.

Outra psicologia, neste caso, diz de uma quase *outrem* psicologia, uma vez que, mais do que reconstruir a psicologia ou criar uma alternativa, habita-se o espaço vazio de uma psicologia que não sabe se definir, já que nasce de uma experiência antes de qualquer nomeação ou auto-nomeação. A psicologia não é autônoma, assim como os(as) psicólogos(as) ou aspirantes a psicólogo(a) não atuam com nenhum conhecimento ou técnica *a priori*, não só e exatamente porque não queiram, mas porque *não conseguem*. É que o Coletivo (a mistura entre acadêmicos e não-

---

<sup>109</sup> A Política de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2009, p. 5) cita a “repetição de padrões acadêmicos hegemônicos” como um dos riscos da extensão universitária.

acadêmicos) despe-nos<sup>110</sup> também dos rótulos, não só aos diagnosticados. Despe-nos da psicologia dos livros. Aos poucos, vai chamando os(as) psicólogos(as)<sup>111</sup> a consultarem os búzios do Valdir (aconteceu comigo também), vai convidando-nos a falar de nós, vai desafiando-nos a sermos analisados pelos diagnosticados, invertendo a lógica comum, vai permitindo-nos e quase obrigando-nos a abrir mão do *aham* cujo efeito de desdém eu abordo na segunda viagem a bordo do diário. Não conseguimos atuar com o *a priori* da psicologia dos livros porque, antes de qualquer coisa, talvez não atuemos como psicólogos(as) mesmo. Talvez não haja lugar para a psicologia no Coletivo, mesmo que ela ocupe lugar privilegiado, como o Valdir insiste em dizer. Antes de “mesmo que”, talvez a expressão “por isso” expresse melhor o que Kastrup (2010; no prelo) afirma: a psicologia atua tanto melhor quanto não se afirma como psicologia. Quando não estamos certos de que estamos fazendo psicologia, mais ela está operando inventivamente. Não há lugar para ela, *por isso* ela ocupa lugar privilegiado. Ela é aquele espaço vazio que me pesa a “*consciência*” (de acordo com o que conto em “A bordo do diário: segunda viagem”), porque está tanto mais onde não está e vice-versa. *Intensão* também da psicologia. Eis justificada aquela minha dúvida quanto a ficar alegre ou triste quando seu Flavio associa psicologia somente ao Marcelo, naquele programa narrado acima.

Mas, justamente por tudo isso, não é com tranqüilidade que assumo a relevância da psicologia no Coletivo. “O Valdir fala com a Sô sobre a importância das psicólogas na vida dele e sobre música. [...] Segue falando sobre as psicólogas que o ajudaram e o Marcelo corta, introduzindo uma música”: esse foi um trecho por mim propositalmente suprimido do relato do programa sobre trabalho. Talvez não fosse interessante, a esta dissertação que pretende minar um possível império da psicologia e da academia fechadas sobre si mesmas, apresentar o quanto muitos dos diagnosticados consideram a psicologia importante. Mas isso há de nos dizer alguma coisa. Trata-se, afinal, de um encontro de discursos, não?

---

<sup>110</sup> Apesar de não atuar oficialmente como estagiária nem extensionista de psicologia, meu estatuto de pesquisadora não invalida o de psicóloga, e é por isso que me incluo nessa primeira pessoa do plural.

<sup>111</sup> O chamamento se dá a todos, acadêmicos (de qualquer área) ou não. O enfoque à psicologia se dá em função da questão sendo trabalhada aqui.

Pois nos deparamos com essa questão quando da submissão do presente projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. Antes de ser aprovado, o mesmo recebeu, dentre outras, as seguintes recomendações:

1- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser claro e acessível para a compreensão de todos, *principalmente dos usuários do serviço de saúde mental*. [...]

2- *Observar se os usuários de serviços de Saúde Mental têm condições de assinar o Termo ou se serão assinados pelos pais ou responsáveis.*

(Comitê de Ética em Pesquisa, 2010, grifos nossos)

Embora tenhamos corrigido ligeiramente o termo a fim de torná-lo menos acadêmico, argumentamos que

O Coletivo de Rádio Potência Mental é um Coletivo que se pretende autônomo em sua ação política na luta por novos espaços sociais para a loucura e por novas formas de fazer comunicação e saúde mental. Por isso, faz-se mister a salvaguarda e o respeito à autonomia<sup>112</sup> das pessoas que o constituem, cuja independência é condição para a ação do Coletivo e reforçada pela necessidade de circulação livre pela cidade. Por tudo isso, considera-se os usuários dos serviços de saúde mental que compõem o Coletivo perfeitamente aptos a compreender claramente o texto do Termo de Consentimento Informado e a avaliar a pertinência de sua participação na pesquisa e de sua assinatura do termo. (Streppel e Palombini, 2010b)

Se, “no caso da universidade, existem dois tipos básicos de linguagem: aquelas mantidas entre os especialistas e aquelas mantidas entre os especialistas com a população em geral, [...] não-especialistas” (Andrade e Silva, 2002, p. 5), e o mote da extensão que queremos, intimamente relacionada à pesquisa, deve ser a inserção do outro enquanto legítimo na conversação, isso não implica considerar também o discurso especialista enquanto legítimo outro? Afinal, “quem de nós dois seria o outro?” como diz Blanchot (2001, p. 125). À medida que se exclua o acadêmico das conversações possibilitadas na/pela Rádio em favor do contato com o não-acadêmico, não se estaria infantilizando o não-acadêmico? Afinal, a suposta afirmação velada de que “a universidade é capaz de entender a população, mas a população não é capaz de entender a universidade” não seria discriminatória? Não se estaria, com tal atitude, minimizando o efeito do intercâmbio? Talvez seja também este respeito que o Valdir peça e agradeça quando se refere à psicologia – o mesmo respeito que nos serve à

---

<sup>112</sup> Ainda que estejamos discutindo a autonomia em sua pertinência, aqui se fez necessário afirmá-la contra uma concepção de loucura que implica alienação de si e, conseqüentemente, da cidade.

*intensão* da mesma e da universidade –; talvez por isso faça tanta diferença que nós, acadêmicos, digamos que somos “da UFRGS” quando telefonamos para ele ou para o Marlon.

No entanto, se, a fim de minar o império acadêmico-psi, não me agrada relacionar-me com os outros e participar dos programas de rádio revestida das institucionalizações e normatizações de tal discurso, como relatei em “A bordo do diário: segunda viagem”, também não me apraz abdicar inteiramente das vestes da acadêmica-psi e “entrar no jogo do senso comum” (p. 124), pois “incomodam-me, simultaneamente, algumas das minhas próprias falas ainda ligadas àquela ‘diferença’ institucionalizada e algumas das minhas próprias falas libertas daquela ‘diferença’ institucionalizada” (*idem*). Afinal, este discurso acadêmico-psi é também o outro da relação; repito, trata-se de um encontro de discursos do qual faz parte o da institucionalização da diferença e tantos outros geridos na universidade, mais ou menos libertadores, mais ou menos hierárquicos.

Não se trata, portanto, de abdicar do discurso acadêmico-psi em favor da recepção imediata dos outros discursos provenientes da cidade, tanto quanto não se trata de “lições públicas” (Bemvenuti, 2006; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2010) e da transmissão imediata do primeiro para a comunidade externa. É importante afirmar nosso discurso para receber o outro com respeito. Se o Coletivo é autônomo e híbrido, é porque se relaciona com e agencia singularmente ambos<sup>113</sup> os componentes, (*in*)*tensionando-os* mutuamente.

Mas se o medo de reforçar o império do discurso acadêmico-psi acabou por tornar difícil assumir a relevância do mesmo, é porque um dos efeitos da ação do Coletivo como autor da dissertação diz respeito a atentar para seu potencial *intensivo* diante da universidade. Projetado que tenha sido para prestar serviços aos diagnosticados enquanto estigma social, ou, com eles, prestar serviços à cidade, tornou-se agenciamento de prestação de serviços à própria universidade, também.

---

<sup>113</sup> Sabemos que o discurso acadêmico-psi não é *uno*, e nem é *uno* o “discurso externo”. Trata-se de duas multiplicidades. Se tratamos a questão aqui como se tratássemos de apenas “dois discursos”, é apenas para atentar para os dois extremos que se encontram e hibridizam (n)o Coletivo: o dentro e o *fora* da universidade; o dentro e o *fora* da sociedade.

Talvez não seja irrelevante o fato de que quase sempre<sup>114</sup> há muito mais acadêmicos do que diagnosticados nas reuniões e veiculações dos programas da Rádio. Talvez isso seja algum indício de seu mais interessado público. Talvez se assuma, assim, a radicalidade do *não assistencialismo* e da *não prestação de serviços* (Andrade e Silva, 2002; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2009; 2010; Guimarães, 2002) dessa ação de extensão tornada *intensão* da universidade. Pelo menos é para isso que o Coletivo de Rádio Potência Mental parece servir. Pelo menos foi para isso que o Coletivo levou esta dissertação a atender. Pelo menos é nesta medida que a ação de extensão do Potência Mental articula ensino de psicologia e pesquisa de mestrado.

Pois nossa ética, reafirmada e então acolhida diante da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, aposta justamente no encontro de diferenças, na lateralidade desigual, na autonomia dependente e na virtualização das identidades e dos rótulos como garantia de respeito à alteridade, alteridade do outro e, de maneira especial, alteridade de si.

---

<sup>114</sup> Talvez por volta do final do ano de 2010 não tenha sido esse o caso, mas, ainda assim, este período trata-se de uma exceção nesses dois anos em que venho participando da Rádio.



Imagem selecionada de um vídeo feito de um dos programas do Potência Mental

### 2.2.2. An-hierarquia, hierarquia, ou da autonomia governável

Mas o que quer dizer uma lateralidade desigual? É mais do que equidade e muito mais do que horizontalidade. Refere-se à *transversalidade* de Guattari (1987), como bem lembra Passos (2010; no prelo; Passos e Kastrup, 2010; no prelo). Enquanto os padrões hegemônicos de comunicação prezam pela verticalidade entre os diferentes e pela horizontalidade entre os iguais, a transversalidade embaralha os códigos da comunicação, coloca lado a lado os diferentes e verticaliza os iguais. Mais do que isso, instaura nova coordenada diagonalmente orientada, para além e aquém da verticalidade e da horizontalidade. Trata-se do plano do comum, que não reduz a lateralidade ao *um*, fazendo de todos “como o um”, mas coloca lado a lado *quaisquer uns*, como indica Passos.

Não somos todos iguais na coordenação da Rádio, mas isso não quer dizer que estejamos rigidamente hierarquizados. Esse é o motivo de eu ter me referido a uma *quase-co-coordenação*. Não bastaria dizer *co-coordenação* para indicar que se está falando de uma coordenação compartilhada por alguns, muitos ou, quisera, por todos? Não, porque sem o *quase* fica faltando a essa experiência de coordenação uma desigualdade e uma indeterminação iniciais que lhe são inerentes.

Gostamos de dizer no Coletivo que não há coordenadores: porque os programas são planejados coletivamente, porque nenhum acadêmico jamais impõe o tema a tratar, porque todas as decisões (mesmo as mais burocráticas) são divididas com os diagnosticados – ainda que nem toda burocracia referente à academia seja de interesse ou de compreensão de quem está *fora* dela. Mas isso não quer dizer que não haja coordenação. E nem quer dizer que não haja burocracia. Há contratos, assinaturas, termos, prazos e regras para a extensão, para a pesquisa e para o estágio (não tão rígidos como preza a universidade), mas, mais do que isso, há escolhas, veredictos, assentimentos, além de termos, tempos e regras para os programas e reuniões (por sua vez, não tão frouxos como gostaríamos de alardear).

Como pode ser que haja coordenação sem coordenadores? Pode quando a coordenação é impessoal, quase despersonalizada, virtual, não fosse a necessidade de

se pessoalizar de vez em quando para se atualizar. A indeterminação inicial inerente à coordenação é também referente a *em que situação, por quanto tempo* e *como* vai se pessoalizar, além de *em quem*. Por isso, no lugar de coordenadores, *quase-co-coordenadores*. Mesmo a Analice, docente responsável, supervisora e orientadora, a cara acadêmica mais constante do Coletivo, mesmo ela é *quase-co-coordenadora*. Basta perguntar a qualquer um: o quanto a Analice governa o Coletivo? O quanto ela *quer* governar? O quanto ela *consegue*? “Libélula louca” foi o apelido que o Valdir lhe concedeu; afinal, “pouco” não parece resposta justa apenas à última pergunta.

Então, onde se situaria uma coordenação impessoal? Poderíamos dizer que seja na imaterialidade daquilo que chamamos universidade enquanto rede de relações, de “conversações acadêmico-científicas” (Andrade, Longo e Passos, 2000, p. 5)? Sim, não seria ilícito localizar a coordenação na universidade, mas seria ilícito reduzir uma à outra e identificá-las. A universidade conduz tanto imperativos de rigidez dos papéis e de frouxidão das relações quanto resistências a ambos, mas não conduz sozinha. Os empreendedores biopolíticos (Negri, 2001) também são frutos do Coletivo, vinculado e separado da universidade, dentro e *fora*. Se o Coletivo presta serviços à universidade, eis uma relação de coordenação fluida, parceria polimorfa, hierarquia alternada (Guimarães, 2002).

De todo modo, esteja onde estiver a coordenação, onde há coordenação e burocracia não há, como já dissemos, autonomia. Melhor dizendo, não há autonomia pura, senão uma “autonomia governável”, o que já guarda em si uma contradição, que é exatamente o que pretendemos discutir. Qual o grau de autonomia do Coletivo diante da universidade? E dos participantes entre si?

O problema da autonomia é diretamente o da hierarquia. A liberdade para fazer suas próprias leis e governar-se se relaciona imediatamente com a entrada em ação ou não de um governo externo, de cima<sup>115</sup>. Contra a hierarquia, anarquia, a

---

<sup>115</sup> Para o dicionário Aurélio (Ferreira, 2008), hierarquia significa tanto “ordem e subordinação dos poderes eclesiásticos, civis e militares” quanto “série contínua de graus ou escalões, em ordem crescente ou decrescente”.

ausência de governo<sup>116</sup>, “[...] apenas afirmação de um sujeito soberano. Eis o problema”, já dizia Passetti (2002a, p. 128) acerca de um dos problemas centrais dos anarquismos.

[...] o efeito no discurso anarquista do século XIX, respondendo à sujeição e à servidão com soberania do sujeito, apenas pretende afirmar, ainda que involuntariamente, a pertinência da soberania do sujeito emancipado. Mas qual o sentido em ser soberano sob condições de igualdade? Não há por que pensar em soberania, na medida em que deixa de haver súditos. [...] Abolir a condição de súdito é, por si, a abolição da soberania, seja ela centralizada no Estado ou no indivíduo autônomo. (*idem*, p. 128-129)

A autonomia, pois, é apenas o sinal invertido de qualquer soberania, alerta o autor. Nessa medida, os anarquismos correm o risco de tornarem-se doutrinários enquanto promovem um projeto de homem emancipado depois de atingir a maioria. Doutrinar-se é aniquilar a potência da anarquia, porque é subordinar-se. Subordinar-se a si mesmo, pois, não deixa de ser uma sujeição.

Vaccaro (1996) alerta que a liberdade total não deixa de ser estratégia de dominação<sup>117</sup>, tal qual a usada pelo Iluminismo e sua promessa de maioria e autonomia através da qual se volta a liberdade contra ela mesma. Nominar-se anárquico torna-se, assim, anti-anarquia. Não que seja exatamente o caso do Potência Mental, *anarquia* não é um termo usado, mas o conceito às vezes parece muito semelhante com o que se pretende no Coletivo: a afirmação proeminente de uma insubordinação, substituída por uma política de associações imediatas (Passetti, 2002b; Vaccaro, 1996). Talvez a afirmação seja até maior do que a própria insubordinação. Afinal, ao mesmo tempo em que se afirma isso, freqüentemente pedem-se veredictos ou consentimentos de um *quase-co-coordenador* quase sempre pessoalizado em algum acadêmico, por parte dos diagnosticados ou dos próprios acadêmicos. Tratar-se-ia de um esboço de hierarquia? Não exatamente, se atentarmos ao *quase* da expressão “quase sempre pessoalizado em algum acadêmico”. Parece solução fácil dizer que os *quase-co-coordenadores* geralmente são acadêmicos, mas só se pensarmos nas facetas mais burocratas do Coletivo, e não no seu fazer cotidiano,

---

<sup>116</sup> Anarquia, por sua vez, recebe do mesmo dicionário a significação de “falta de governo ou de autoridade” e “estado de confusão ou de desordem”.

<sup>117</sup> A dominação é a cristalização das relações de poder, bloqueando seu jogo afirmativo de construção de relações (Foucault, 2004b; Ortega, 1999).

naquilo que lhe é mais próprio: o tema dos programas, a abordagem a ser feita, e até mesmo o horário das reuniões. Fazendo referência ao relato que abre o capítulo 2.2, a decisão final do uso do dinheiro do Prêmio não exatamente agradou a muitos acadêmicos. Destinou-se 40% para reserva do Coletivo e 60% para dividir entre os participantes. Tamanha soma para uso individual não foi exatamente o que desejavam esses mais necessitados da constância do Coletivo, talvez o seu mais interessado público, como dissemos<sup>118</sup>. Foi uma decisão *quase-co-coordenada* na mais assimétrica parceria.

Foucault (2006, p. 307) já dizia que “relações de poder / governamentabilidade / governo de si e dos outros / relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno dessas noções que se pode [...] articular a questão da política e a questão da ética”.

No entanto, “[...] é vertiginosamente perigoso imaginar o melhor dos governos pelo ato contínuo do rodízio entre os que mandam e os que obedecem” (Passeti, 2003a, p. 165). A democracia, “ilusão de igualdade” (*idem*), “moderna religião do rebanho” (Passeti, 2002b, p. 160; 2002a; 2003a; Pudal, 2009), não faz muito mais que atualizar um universalismo, baseado num sufrágio que igualaria todos os homens e mulheres na medida em que são representados por um superior, posicionado verticalmente sobre estes horizontalizados. Trata-se da alternância das elites. A representação e o sufrágio supõem uma participação que relega “*todos*” *horizontalizados* à condição de eleitores de alternativas cuja produção foge ao seu alcance, uma vez previamente determinadas por uma aristocracia e subordinadas à lógica da hegemonia visceralmente ligada à idéia de *maioria* que determina os rumos da eleição democrática, “ficção de participação” (Ortega, 2000, p. 16).

---

<sup>118</sup> Eu mesma vivi mais um impasse com esse dinheiro. Duas acadêmicas (ambas docentes, talvez não por acaso) antigas e um acadêmico recém-chegado abdicaram à divisão daquela soma. Inspirei-me para fazer o mesmo, afinal, não era uma quantia que faria tanta diferença para mim quanto aos diagnosticados que a reivindicavam. Mas não seria prepotência da minha parte abster-me da divisão? Esta atitude não instalaria um escalonamento entre nós? Na dúvida, não reagi. Quando tentei novamente dar conta dessa questão, o dinheiro não estava mais disponível na minha conta bancária: parece que tal escalonamento seria mesmo um artifício, pois a mim também era muito bem-vinda aquela quantia naquele momento.

“Se o povo fosse mesmo soberano não haveria governantes e governados”, afirma Passetti (2002b, p. 160), ainda que a democracia seja um passo adiante no sentido da liberdade. “Mas seria o caso de se perguntar: qual democracia?” (Passetti, 2003b, p. 73). O debate político se empobrece diante de governos representativos a favor do “bem comum” (Ortega, 1999; 2000).

Dizer que a aristocracia da Rádio circula entre acadêmicos e diagnosticados não exatamente (ou exatamente não) soluciona o problema do rodízio pernicioso entre os que mandam e os que obedecem, assim como o dos mandatos ou veredictos não tão frouxos, “pelo bem comum”: há escolhas que se transformam em regras, como a exigência de frequência e permanência dos bolsistas às reuniões por um mínimo de tempo estipulado. Não que essas regras sejam exatamente cumpridas – o Valdir passou a sair mais cedo das reuniões depois de concedida a bolsa (e é repreendido por isso por outro bolsista); o Leandro, após a concessão, passou a faltar a algumas reuniões (e também é advertido por isso); e o Amandio, desde o início da vigência da bolsa, também tem faltado mais (no entanto, não é cobrado por ninguém, apenas contatado, por sentirmos sua falta) – mas, para que existem regras se não é para serem descumpridas?

A questão é que, se o Coletivo encerra o perigo da democracia, também o desafia na medida em que o sufrágio é superado. O simples rodízio do governo e o sufrágio perdem força à medida que as alternativas são reescritas, mais do que escolhidas dentre algumas pré-concebidas. Foi o caso da decisão quanto ao uso do Prêmio Loucos Pela Diversidade. Mesmo se considerarmos os diagnosticados os possíveis súditos dos senhores acadêmicos, com quem realizam o rodízio de governo e das posições de súditos e senhores (o que já seria um passo a frente diante de um possível autoritarismo acadêmico ou de um desprezo acadêmico que relegasse as decisões inteiramente aos diagnosticados – postura do *aham*), o ideal de democracia não se sustenta. A razão é simples: as regras do jogo foram escritas em conjunto com o jogo, e as alternativas produzidas junto com a eleição. Mais do que uma eleição entre diagnosticados e acadêmicos, produziu-se um encontro possível de fazer coexistir ambas as propostas *produzidas nesse mesmo encontro*. Havia, sim, alguns *a priori*,

mas o interessante é que eles não sobreviveram à eleição. A eleição não simplesmente escolheu pelo que “*preferia a maioria*”, mas produziu novas propostas que se enlaçaram como numa rede, articulando-se mas mantendo suas diferenças: é por isso que não foi e nem ainda é pacífica a solução estabelecida: todos aceitaram, mas não sem queixas. Por exemplo, se, para os acadêmicos a soma dividida entre os participantes foi excessiva, para os diagnosticados foi apenas *quase* satisfatória.

Além do sufrágio, o regime de regras acordadas pelo “bem comum” também é superado. Se elas só existem para serem descumpridas é porque às opções *obedecer* ou *desobedecer* acrescentam-se outras como *recriar*, *subverter*, *desacreditar*, etc. Afinal, qual a razão da anistia que substitui a repreensão por saudade como privilégio do Amandio? O “bem comum” se pulveriza em múltiplos “bens incomuns”.

Pois, ao contrário de alguns anarquismos, o Potência Mental em sua prática não pretende atingir a simetria de relações através da horizontalidade e da abolição de qualquer governo; e também não exatamente fazer rotar esse governo com a intenção de igualdade, como propõem os defensores da democracia. Aliás, se a democracia é ilusão porque denuncia a falência da igualdade, é nessa medida que ela nos é interessante: democracia para além do sufrágio universal e da idéia de *maioria*. “Jamais haverá liberdade absoluta ou dissociação completa da autoridade” (Passetti, 2002a, p. 125); então, que possamos ultrapassar tanto a anarquia como a hierarquia por meio da *minoría*, ou, antes, do *dever-menor*. Enquanto a *minoría* pode almejar constituir-se *maioría*, o *dever-menor* se nutre do encontro com a noção de *minoría* sem reduzir-se institucionalmente a ela, mantendo-se potente. “O menor [ou *dever-menor*, como estamos chamando] não está para ser aperfeiçoado; ele inventa, é instituinte, anuncia por vezes o maior e resiste a ele. [...] A verdade se encontra novamente redimensionada pela inclusão das diversas verdades, agora sob o signo de uma inversão que suprime a hierarquia” (Passetti, 2003a, p. 171). A *intensão* das verdades da universidade operada pelo Coletivo, afinal, as faz *dever-menor* porque “é ampliada pela experiência anarquista que instabiliza o conforto dos saberes” pela via da descentralização e transversalização (Passetti, 2003b, p. 70).

Mas, se são a hierarquia e a anarquia superadas no mesmo movimento, é porque se contaminam mutuamente, é porque o Coletivo diante da universidade, os diagnosticados diante dos acadêmicos e vice-versa e, radicalmente, cada participante diante do outro é autônomo à medida que cria as próprias leis subordinado às leis do outro, habitando a contradição aparente. Afinal, se o governo do outro e de si estão intimamente relacionados é porque a governamentalidade é “um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo [...], entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível” (Foucault, 2006, p. 306).

Na relação assimétrica entre mim e os diagnosticados naquele programa onde assumi uma coordenação rarefeita ou virtual, aceitei, como coordenadora surda, as sugestões contraditórias de cada um, que se articularam no formato de um programa de rádio. Coordenei a autonomia do Marlon, por exemplo, e ele submeteu minhas leis hierárquicas à sua soberania de súdito. Fui súdita dos meus súditos, que coordenaram a coordenadora. E ainda assim mantivemos, todos, nossas autonomias e as hierarquias que nos organizam. É assim que se faz Potência Mental. *An-hierarquia* ou *hierarquia*.

Não se trata de uma *quase-co-coordenação* operada pela universidade, nem de um rodízio democrático de coordenação. Para além e aquém disso, um *dever-menor* nos *quase-co-coordenadores* pessoalizados, acompanhado de um *dever-coordenação* nos não-coordenadores.



Imagem seleccionada de um vídeo gravado no caminho de volta da Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro

### 2.2.3. *Ser militante, ser militar*

O que quer dizer ser militante no Potência Mental? Abordamos esse tema em vários capítulos, e já sabemos que ser militante não é sinônimo de ruptura ou linha de fuga do hegemônico. Há uma hegemonia em ser militante também, como parece ter sido em alguma medida determinada postura proeminente no Coletivo em certo momento. Batista e Silva (2008), comentando Ramminger acerca do trabalho militante na saúde mental, pergunta com ela o quanto há de imposição na militância, de regime de verdade sem pensamento. Concordamos que essa não é uma sensação rara, afinal, “militar, hoje, é agir, é lutar, é estar imbuído do espírito coletivo, é criticar, contestar, não conformar-se com um mundo onde valores individuais, competitivos, narcísicos e de consumo comandam as subjetividades e as ações políticas” (Vinadé e Guareschi, 2007, p. 73), o que pode pressupor pouca flexibilidade, ainda que imbuída da mais justa intenção e do espírito mais defensor da diversidade possível.

Dizemos nesta dissertação que a aposta do trabalho é militante e que “a militância que se mostra possível tem como balizas a abertura ‘ao que vier’ e a produção do diferente” (p. 51). Por outro lado, também contamos que, em certo momento, uma parte do Coletivo de Rádio, “militante defensor das minorias” (p. 67), acaba por operar uma “quase censura” e “enclausura-se contra o que *parece* vir da maioria, o que *parece* reconhecimento e identificação. Fecha [, assim] o próprio processo de criação” (p. 68).

Militante, para o dicionário Aurélio (Ferreira, 2008), é a característica ou o nome dado àquele “que adere sem restrições a uma organização política, sindical, religiosa, etc., e que participa intensamente da vida dessa organização” ou que “está engajado na luta por uma causa, uma idéia, um partido, etc.”. Em outras palavras, um guerreiro. Passeti (2003b) discute como as conquistas dos anarquismos podem ser alcançadas pacificamente ou através de confrontos violentos que carregam o risco do autoritarismo, tal como parece ser o caso da problemática da Rádio naquela “disputa bélica de discursos”, nome dado em “A bordo do diário: segunda viagem” ao confronto

entre “senso comum” e “diferença”, ambos institucionalizados pelo que chamei desde o início da dissertação de uma militância.

Mas, se a violência quase bélica diante do outro fazia da militância atitude quase *militar*, intenção de aniquilar, era o *gol contra* (ou o “tiro contra”) a sorte do jogo que fazia de um e outro discurso em luta vencedores e de nenhum, aniquilado ou morto. Quem pontua com esse gol tem o ponto, mas quem faz o gol também tem o mérito do gol. Quando a institucionalização da “diferença” fazia do “senso comum” efetiva diferença, tratava-se de *gols contra* que levavam à complexificação do jogo, em vez da vitória de um ou outro e pacificação dos adversários. Porque a pacificação está longe de ser o oposto da violência, é o próprio Passetti (2002b; 2003a; 2003b) quem reconhece.

Na história, segundo as épocas, utopias de diversos matizes justificam o melhor para a humanidade. Mesmo levando a genocídios e monstruosas demonstrações de vingança [...]. Em nome da ordem, do Estado, do melhor regime político e da propriedade, do povo, em nome da verdade, da verdade verdadeira o poder de dizimar está no centro da política. [...] Cada pessoa deve nascer e morrer sob leis, sejam elas boas ou más. Importa que as leis permaneçam [...] na aclamação de um contrato para a *paz* eterna. (Passetti, 2002b, p. 145-146, grifo nosso)

Ainda, o autor (Passetti, 2003a, p. 156) aproxima “opressão, aniquilação [e] pacificação do outro”, remetendo a pacificação a nada mais do que uma violência extrema; pacificar é dizimar o diferente em nome da igualdade. E não se trata só da grande política estatal: a regra também vale para as micropolíticas de relacionamento, micropolíticas do discurso, poder capilar do dia-a-dia, relações de forças no Potência Mental. Em nome de um ideal de diferença, *quase* se censurava. Salvos pelo *quase*. Salvos pela força do inimigo e pelo *gol contra*: o “senso comum” vencia quando se afirmava enquanto possibilidade de diferença, a “diferença” vencia quando usufruía do jogo em seu favor próprio de reinvenção, quando fagocitava o inimigo em seu próprio proveito. *Intensão* operada pelo “senso comum” enquanto *fora* daquela universidade com um íntimo intuito militante – e doutrinário – por uma “diferença” determinada.

Mas, se a potência do *gol contra* é a complexificação e não a vitória e/ou a pacificação (visto que são praticamente a mesma coisa, uma vez que revertem nos mesmos efeitos), é porque é a continuidade do combate que convém. E se os

combatentes ou militantes tirarem as camisas ou os rótulos e for possível tanto trocar de time quanto multiplicar ou transcender os times (como na desrotulação do “senso comum” e da “diferença” que também desidentificou diagnosticados e acadêmicos<sup>119</sup>), mais atraente fica o jogo; *todo e nenhum gol é contra*. Eis o momento atual do Coletivo. Acadêmicos destituídos da “diferença” e diagnosticados destituídos do “senso comum” enriquecem o jogo tanto quanto mais o complicam. Leis embaralhadas, o jogo se prorroga mais a cada jogada, e não intenta uma vitória. Ao fim do jogo ou da guerra, nada de paz, nem mesmo de fim. Pois nada é mais pernicioso do que a paz e o desprezo: imortalizemos o jogo! Se o desprezo assenta-se na desonra e na subestimação do outro, a paz compromete-se com o genocídio em favor da supremacia de *uma* lei, ou, no nosso caso, de *um* discurso hegemônico da “diferença”; paz e desprezo são sempre hierárquicos (Passetti, 2002b; 2003a; 2003b). Também para Foucault, segundo Ortega (1999, p. 154), “a forma da paz não é indiferente [...]”. Foucault denomina de catastrófica a procura de uma moral de validade geral”. Desprezo e pacificação respondem ao regime da horizontal-verticalidade: enquanto o desprezo só pode se sustentar na verticalidade, a paz, apostando na igualdade a qualquer custo, equipara-se à violência e também instaura uma hierarquia mortal. A lateralidade do jogo, por sua vez, como dissemos, coloca os diferentes lado a lado para o combate cujo resultado não necessariamente vai ser empate, nem derrota, nem vitória.

A sorte do Potência Mental à época da “disputa bélica” de discursos foi a justeza da disputa: sem desprezo, luto porque reconheço a força do meu inimigo, constituo-o, assim, forte – eis a natureza e a potência do *gol contra* (contra) a militância doutrinária. No momento da coexistência não-pacífica, eis a imortalização do jogo, cuja metáfora é interessante à medida que aludir ao respeito necessário diante dos adversários, a fim de valorizar o esforço próprio. Se o Potência Mental já foi muito mais uma arena de guerra, onde o que importava era vencer de um lado e pacificar de outro, agora está bem mais próximo ao jogo, onde a vontade de vitória só se justifica pelo prazer – mesmo que ainda guerreiro – do jogar sem destruir.

---

<sup>119</sup> Como já dissemos, neste capítulo reativamos a separação entre diagnosticados e acadêmicos para, justamente, estudar alguns outros modos como se dá essa “desidentificação”.

### 2.2.3.1 Da militância e da anarquia à amizade

O problema da militância é o problema da doutrina. Paz, desprezo e violência bélica são doutrinários, dizimadores da pluralidade e da diferença. Assim, também o problema dos anarquismos institucionalizados é o mesmo dos hierarquismos institucionalizados.

Foucault (apud Vaccaro, 1996), repetidamente convocado a identificações e reiteradamente avesso a qualquer espécie de rotulação, pois esta é sempre reducionista, disse numa dessas ocasiões: “Não, eu não me identifico com os anarquistas libertários, porque há uma certa filosofia libertária que acredita nas necessidades fundamentais do homem. Eu não as quero, me nego acima de tudo ser identificado, ser localizado pelo poder” (p. 6).

A questão das proximidades e distâncias entre Foucault, Deleuze e os libertarismos (eles mesmos não unificados e dissonantes em seu próprio seio) tece uma rede problemática, com pontos de convergência e pontos de divergência, pontos de afetação mútua e recíproca transformação (Passeti, 2002a; Passeti e Oliveira, 2007; Vaccaro, 1996). O problema do Potência Mental diante da identificação com a militância ou com uma anarquia (ou, ainda, com uma hierarquia) é o mesmo. Talvez o veredicto possa se dar no sentido de uma impossível identificação decorrente de uma impossível pureza. Extensão e militância não se reduzem uma à outra, assim como coordenação fluida e anarquia também não.

Trata-se justamente de não buscar o melhor termo que permita ao poder localizar o Potência Mental. Ao contrário, sua maior Potência se encontra, talvez, no incômodo presente mesmo diante da mais acentuada identificação seja à militância, seja à anarquia, o que, por isso mesmo, as invalida. Talvez a intenção do Coletivo seja, muitas vezes, suprimir o poder hegemônico ou o governo, seja no plano do discurso, no da constituição mesma de sujeitos ou em ambos, mas a sorte do mesmo se deve ao insucesso dessa empreitada.

Foucault pretende declarar a “morte do homem”, soberano centralizador metafísico: os sujeitos constituem-se no interior de relações de saber e poder prefixadas, que cada um encontra e herda, e das quais é necessário libertar-se sem que se tenha que reconstituir a mais primitiva posição de

soberania centralizada para poder somente então dominar e filtrar qualquer processo social e cultural. (Vaccaro, 1996, p. 8-9)

Se a afirmação recorrente e proeminente de uma insubordinação exerce algum papel na Rádio, é o de reacender constantemente a luta contra a subordinação sempre presente – reacendê-la através justamente de uma política de “associações imediatas” (Passetti, 2002b; Vaccaro, 1996). Imediatas porque atuam micropoliticamente no cotidiano e no atual, espontâneas e experimentais, pois “é preciso rebelar-se para inventar a associação tanto quanto não evitar a rebeldia em seu interior” (Passetti, 2002b, p. 162). Contra a autonomia do *uno* ou a subordinação de *todos* ou *muitos*, o antídoto: *uns* (Passetti, 2002a).

Se a insubordinação, ainda que subordinada, sai vencedora, é porque no Coletivo de Rádio “*coexistem diferenças* na associação de pessoas livres exercitando subjetividades libertárias” (*idem*, p. 127, grifo nosso). Coexistência é, assim, palavra-chave. Segredo do *dever-menor* que não suplanta a *maioria* e a *igualdade* sem jogar o jogo delas, sem relacionar-se com o governo para, de dentro, traçar novas formas de vida, como Foucault propõe, assim como naquela versão de anarquismo que “não é avacalhado, desordem e muito menos oposição a qualquer governo” (Passetti, 2003b, p. 71).

Essa anarquia nos convém, particularmente *no ar*, porque é tanto mais anarquia quanto menos for doutrinária (o que não é sempre a regra). Se as associações imediatas parecem óbvias nas reuniões no bar, com as conversas paralelas e aquilo que parece um burburinho, ainda que recorrentemente atravessadas pelas burocracias e doutrinas da universidade, são ainda mais imediatas e espontâneas nos programas *ao vivo*, potencializando a escrita de acontecimentos, pela via das coexistências e articulações. Essa condição *ao vivo, imediata* afinal, é o que reforça a possibilidade de associações espontâneas e reversíveis, tornadas mais livres das doutrinas que tentam se impor, o que, no entanto, não as reduz a um burburinho caótico pela ordenação (ou governo) operada pelo acontecimento maior que é o rádio e até pela lógica do microfone (afinal, são só dois ou três, dificultam o paralelismo), além das quase-co-ordenações, sempre presentes, *no ar* e *no bar*. O jogo do poder e a produção de

sentidos se afirmam tanto mais quanto mais se afrouxa não o governo, mas a doutrina; e a transcendência dos times se radicaliza tanto mais quanto os *gols contra* e *a favor* se alternam sistematicamente, como as associações. Estariam relacionadas a amplitude do burburinho caótico (e sem sentido) com a da doutrinação e com a democracia, ilusão de igualdade? É o que parece, o povo fala, fala... mas sem efeito. Estariam diretamente relacionados, por outro lado, o governo externo, o auto-governo, o *jogo* do poder e a produção de acontecimentos discursivos? É o que parece também, pela via das associações.

Segundo o que nos diz Vaccaro (1996), Foucault estudava o poder não para eliminá-lo com o/e ao governo, posto que isso seria impossível e, especialmente, improdutivo. Pois o poder não é repressão, não é negativo, é positivo e produtivo. O que o autor defende é, para além de qualquer anarquismo doutrinário ou militância institucionalizada, uma relação singular com o poder: mais do que política, também ética e constituição estética de si.

Daí Foucault falar de “práticas de liberdade”<sup>120</sup>, que tratam não de se ver livre do poder, mas da liberdade positiva, pública, isto é, a liberdade para constituir a própria existência segundo critérios estéticos: a ética do cuidado de si como prática da liberdade, ou seja, a “liberdade como condição ontológica da ética” e a ética como a “forma refletida que adota a liberdade” [como Foucault (2004b) defende]. (Ortega, 2000, p. 28)

---

<sup>120</sup> Foucault (2004b) diz: “É por isso que insisto sobretudo nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez têm seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade” (p. 266). Poderíamos incluir os anarquismos doutrinários e as militâncias institucionalizadas no leque das utopias de liberação que não se bastam.



Fotografia de uma reunião do Coletivo de Rádio Potência Mental

#### 2.2.4. “Só” amigos: inimigos íntimos

Diante do impasse da definição do que, afinal, somos *na* e *da* Rádio, “amigos” parece sempre a maneira mais fácil de nomear a nossa condição, porque parece livre da burocracia da universidade, da filantropia do voluntariado ou da institucionalização da militância. Mas, afinal, o que há de *fácil* na minha relação com o Poeta, com o José ou ainda com o Marcelo, o Felipe e o Leandro, por exemplo?

A função e a potência da amizade têm relevantes descontinuidades históricas. Ela situa-se, inclusive, no berço da filosofia e adquire função especial à medida que a filosofia seja pensada como *ascese*<sup>121</sup> na Antiguidade, como desejava Foucault (segundo Ortega, 1999). Segundo Deleuze e Guattari (1992), “se a filosofia tem uma origem grega, como é certo dizê-lo, é porque a cidade, ao contrário dos impérios ou dos Estados, inventa o agôn como regra de uma sociedade de ‘amigos’, a comunidade dos homens livres enquanto rivais (cidadãos)” (p. 17). Ou seja, a filosofia só pôde surgir dentre os *amigos* como sua condição de possibilidade, como seu personagem conceitual. Os *amigos da sabedoria* rivalizam entre si na aspiração à sabedoria, embora, diferentemente dos *sábios*, não queiram possuí-la, mas *ser conceito em potência* à medida que se o *cria*. Isso diz tanto da filosofia quanto da experiência da amizade àquela época: liberdade e rivalidade na condição de cidadãos. Pois é com a emergência da *polis* grega que a *philia*, termo que designava até então uma marca de posse e proximidade, passa a indicar uma disposição para a sociabilidade fora do círculo privado familiar, uma amizade voltada para o mundo dos confrontos (Palombini, 2007b). Assim é que a filosofia e a amizade coincidem com a cidade (Deleuze e Guattari, 1992).

Segundo conta Ortega (1999; 2000), ainda que o confronto fosse o mote dessa amizade, o que permite o surgimento da *polis* como espaço privilegiado do conflito é exata e paradoxalmente o *igualamento* político. A amizade respondia a um ideal de cidadania voltado à democracia e à igualdade. Desde Aristóteles e Platão, o amigo é

---

<sup>121</sup> Foucault pretende pensar uma ascese que não seja uma moral da renúncia ao prazer, mas “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo *modo de ser*” (2004b, p. 265, grifo nosso).

um *irmão*. Aristóteles institui a amizade democrática como um processo de fraternização que, assim, conjuga ética e política. Quando a força, que é o poder, operacionaliza-se em governo e volta-se sobre si mesma, passa a existir um sujeito constituído não apenas pelo poder, mas por uma relação singular com ele: a ética é justamente essa relação singular e *livre*, dela depende a constituição de si como obra de arte. Se a ética se refere justamente a uma relação consigo mesmo e com o poder de forma singular e estética, faz da auto-constituição de si um ato político. Afinal, por si mesmo a liberdade, “condição ontológica da ética” (Foucault, 2004b, p. 267), já é um problema “inteiramente político” (p. 270) porque a não-escravidão diante do outro e diante dos seus próprios apetites coloca em questão o poder de uns sobre outros e de si sobre si mesmo. Conecta a invenção de si à invenção de mundos. (Deleuze, 2005; Fonseca, 1995; Ortega, 1999)

Essa invenção grega que é a constituição estética de si, no contexto da *polis*, esteve sempre intrinsecamente ligada ao outro. O outro é imprescindível ao sucesso da formação de uma singularidade, de uma estilística: é no espaço público que ela é compreensível. Mas a alteridade não é apenas condição para constatar a individualização. Ortega (1999; 2000; além de Fonseca, 1995; Loponte, 2009) conta que o cuidado de si, condição para o governo de si e dos outros, exigência da cidade, tinha a intersubjetividade não só como *resultado*, mas também como *alicerce*. A relação com os outros emergia tanto como efeito do cuidado de si, habilitado que estaria o sujeito a ocupar um lugar na cidade e a governar os outros; assim como era base deste mesmo cuidado de um si constituído sempre no diálogo com o outro. “No caso do homem livre, acredito que o postulado de toda essa moral era que aquele que cuidasse adequadamente de si mesmo era, por isso mesmo, capaz de se conduzir adequadamente em relação aos outros e para os outros” (Foucault, 2004b, p. 271), afinal, o “*êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (p. 270). A ética e a política se conjugam à medida que inquietar-se com si mesmo implica inquietar-se com o outro<sup>122</sup> (Foucault, 2004a; 2006). A amizade constituía-se a

---

<sup>122</sup> Loponte (2009, p. 921) cita Gros: “O cuidado de si [...] está atravessado pela presença do Outro: o outro como diretor de existência, o outro como correspondente a quem escrevemos e diante de quem nos medimos, o outro como amigo que socorre, parente benfeitor”.

intersubjetividade prática que permitia a constituição simultânea de si e do mundo: a estilização de si diante do confronto político das relações com os outros (politicamente fraternos) na *polis*.

Então, seríamos amigos da Rádio na mesma medida que o são da sabedoria os filósofos gregos? Seríamos iguais e rivais aspirando às criações da Rádio? Irmãos que buscam constituir-se esteticamente na relação uns com os outros? Faz-se pertinente um comentário de uma colega do Rede de Oficinandos: “o Valdir acha que é a Rádio”. Seríamos acadêmicos e diagnosticados fraternos competindo na aspiração à Rádio? Militantes e não-militantes identificados concorrendo para ser a Rádio em potencial? Seríamos irmãos, iguais, democráticos? Ou haveria um jogo desigual e irrecíproco?

Segundo Palombini (2007b), comentando Ortega, ainda que o amigo tenha sido representado pela figura do irmão desde a Antiguidade até a atualidade, é só no século XIX que o modelo da família moderna despotencializa o espaço público a ponto de suplantá-lo pela concentração das formas de sociabilidade em seu interior. Esvazia-se, assim, a potência política da amizade, restringida à intimidade da família. Mesmo que, contemporaneamente, a família enquanto instituição modelo esteja em declínio, a dinâmica de nossas relações ainda responde a um ideal familiar, em detrimento de outras formas de vínculos, como a amizade. Isso se nota, por exemplo, pelo uso dos termos “fraternidade” ou “irmandade” nos mais diferentes grupos e/ou movimentos sociais. Não parece ser nosso caso, na Rádio, na medida em que nos resguardemos numa espécie de orgulho diante de uma forma particular de relações? Não, se considerarmos que esse orgulho advém justamente de uma abertura ao outro que, mais do que relação inter-grupos se dá nas relações intra-grupais. A questão da abertura ao diverso não é sempre a do relacionamento com outros Coletivos, mas a da diversidade ou da coletivização inerente ao próprio processo: a diferença do outro tornada diferença em si mesmo, a da dissolução dos binarismos em favor de uma experiência no limite, como diz Passos (Passos e Kastrup, 2010; no prelo).

Como vimos, o amigo-cópia-de-mim, fraterno e democrático, resistência e retorno ao ideal familiar, guarda em si uma violência mortal diante da alteridade, liquidando a experiência da diferença e da experimentação. Esvazia sua potência

política na mesma medida em que “a promessa de fraternidade universal acaba por se tornar a fraternidade particularista e fraticida de Caim e Abel” pois “os discursos universalistas são discursos falaciosos que escondem amiúde estratégias e interesses particulares: nacionais, étnicos, ideológicos, políticos, econômicos, religiosos, revelando um forte potencial marginalizante” (Ortega, 2000, p. 65). Faz-se da política, “manifestação do dissenso”, uma polícia, “guardiã do consenso” (Palombini, 2007b, p. 56).

Para Beck e Nötzoldt-Linden (apud Ortega, 1999; 2000), em suas análises sociológicas, a amizade vincula-se contemporaneamente à figura do solteiro que, desligado das formas sociais institucionalizadas (família, profissão) e diante da fluidez do mercado de trabalho, vê diluído um contexto social seguro. Isso o obriga a construir por si uma rede de relações que o salve da solidão ao mesmo tempo em que sustente uma resistência à política das instituições e convenções sociais. Ainda que proponha um escape à instituição, ela teria uma função compensatória, igualando e integrando no mesmo sentido que Palombini (2007b) aponta, da resistência e retorno ao ideal familiar.

Essa perda de vínculos orgânicos, no entanto, representa, para Foucault, não a necessidade de compensação, mas uma abertura para experimentação de formas de vida. A amizade da Antiguidade, pois, não lhe interessa justamente por isso: sua forma institucionalizada, repleta de tarefas, obrigações, coações e hierarquias, não deixa espaço para a experimentação<sup>123</sup>. Por seu turno, a amizade no nosso tempo faz-se transgressora na medida em que, mais do que se esquivar do poder, joga com ele. Ela “representa antes um jogo agonístico e estratégico, que consiste em agir com a mínima quantidade de domínio. Falar de amizade é falar de multiplicidade, intensidade, experimentação, desterritorialização” (Ortega, 1999, p. 157). Mantém a agonística grega, acrescentando a desterritorialização como potencial de atualização.

Por isso, para Foucault, a prática da amizade conjura justamente as possibilidades de atualizações da estética da existência da Grécia Antiga. Não se trata

---

<sup>123</sup> Foucault ainda condena na amizade grega a supressão das relações sexuais. Ortega (1999) comenta e complementa a crítica citando o *elitismo* de tal estética da existência, que o anarquismo político, por exemplo, pode reproduzir.

de copiar o modelo ético da Antiguidade – afinal, “os gregos não são nem admiráveis, nem oferecem uma alternativa” –, mas atualizá-lo de acordo com as disposições do nosso próprio tempo (Ortega, 1999, p. 152)<sup>124 125</sup>.

Se a Grécia Antiga pode inspirar-nos, é na medida em que, embora tivesse uma experiência moral de obrigações e hierarquias, baseava-se numa relação consigo desligada de sistemas sociais, jurídicos ou institucionais de regulação moral: a questão que inspira é a de uma ética que compreende a vida a partir da forma que se lhe pode dar, como a possibilidade de construção de novas formas de subjetividade, conectadas visceralmente com uma preocupação com o mundo, uma dobradura singular do poder. A constituição de si é um acontecimento no mundo compartilhado com os outros, assim como a ação política, para Deleuze e Foucault, dentre outros, se dá pela criação de novas formas de viver (Ortega, 1999; 2000). A ética como exercício do político e vice-versa. Ambos dependem da liberdade e da experimentação, como a amizade. Foucault se refere justamente às possibilidades de transversalização que a amizade é capaz de operar no tecido social, como menciona quando trata da amizade homossexual (Foucault, 1981), e que mesmo Beck refere quando institui o solteiro como um arquiteto de sua própria rede de relações.

Aquele espaço público suplantado pelo modelo da família do século XIX em diante pode ser reinventado através dessa amizade atualizada e re-politizada pela conjunção entre ética e política. Aludida a assunto privado e submetida às instituições sociais pela tradição das ciências sociais, a amizade (e a comunidade) volta(m) à cena política, ao passo em que, com Foucault, Nietzsche, Derrida, Blanchot, Deleuze,

---

<sup>124</sup> “Toda essa beleza das épocas antigas é mais um efeito do que uma fonte de nostalgia. Sei perfeitamente que fomos nós que a inventamos. Mas é melhor sentir esse tipo de nostalgia, assim como é bom, quando se têm filhos, ter uma relação satisfatória com sua infância. É bom sentir nostalgia em relação a certos períodos, desde que isso seja uma maneira de manter uma relação refletida e positiva com o presente. Mas se a nostalgia se torna um motivo para se mostrar agressivo e incompreensivo em relação ao presente, então é preciso bani-la” (Foucault, 2004d, p. 297). Além disso, qualquer ética tornada modelo ou exemplo só o é às custas da própria ética, já que esta supõe singularidade. A Antiguidade Grega constitui outra época com outros problemas.

<sup>125</sup> Vale considerar que, se, diante da Antiguidade, queremos hoje outra ética e outra amizade, isso também serve à filosofia. Blanchot ainda pensa o papel do amigo na filosofia, mas dessa vez para encarnar um personagem conceitual muito diferente: “uma certa destreza entre amigos que converte a própria amizade ao pensamento do conceito como *desconfiança* e paciência infinitas” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 12, grifo nosso).

Guattari, etc., reserva-se a ela(s) o dissenso, o conflito e a transformação. (Ortega, 1999; 2000)

No amigo não devemos procurar uma adesão incondicional, mas uma incitação, um desafio para nos transformarmos. Tratar-se-ia de sermos capazes de viver uma amizade cheia de contradições e tensões, que permitisse um determinado agonismo e que não pretendesse anular as diferenças. Dessa maneira, devemos interpretar a frase nietzscheana segundo a qual “no próprio amigo devemos ter nosso melhor inimigo”. (Ortega, 2000, p. 80)

Seria possível estabelecer a guerra, portanto, como cenário da amizade? Tratar-se-ia de uma disputa constante? Estariam condenadas as relações de amizade pautadas por carinho, acolhimento e pertencimento, por remeterem a um ideal familiar? Que problema essa noção de amizade coloca ao Potência Mental? Ou, antes, que problema o Potência Mental coloca também a essa noção de amizade, além de àquela amizade democrática? Se no início deste item perguntei o que há de *fácil* na minha relação com os outros participantes/amigos da Rádio, agora chegou a hora de perguntar: o que há de *difícil*?

Talvez a condição primeira para que alguém opere Potência Mental, *aspire à Potência Mental*, seja-o *em potência*, seja amigo no/do Potência, consista em, muito mais do que uma rivalidade declarada, uma sensação de acolhida. Passos (2010; no prelo; Passos e Kastrup, 2010; no prelo) já dizia que construir uma experiência no limite ou habitar a virtualidade do coletivo implica *partilhar e pertencer*.

[...] o Coletivo é agora um inimigo-amigo, e não mais um amigo-inimigo. Eis um desassossego acolhido [...]. Um prazer.

Desassossegada e acolhida, recuperei uma inocência da qual sentia falta no Potência Mental e na vida [...]. Uma ingenuidade de criança aberta ao desafio do que as relações podem provocar<sup>126</sup>, amparada por essas mesmas relações pessoais intensificadas [...]. [Trata-se de uma] experiência de um quase sair de mim para encontrar a mim mesma no passado, no futuro e em tempos outros onde eu mesma não me reconheceria e, ao mesmo tempo, por isso mesmo, mais me reconheceria [...].

(Trecho de “A bordo do diário: segunda viagem”, p. 126-127)

---

<sup>126</sup> Passetti (2003a, p. 152) cita Nietzsche em Zarathustra sobre a inocência, remetendo-a exatamente à abertura ao novo: “a inocência, é criança e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer *sim*”. É preciso a coragem da inocência para desestabilizar (Passetti, 2003b).

Um dos trechos mais pessoais do capítulo citado questiona justamente um imperativo de distância imposto à amizade como resistência ao ideal de fraternidade (Ortega, 2000). Não quero, com isso, igualar carinho e afetividade à igualdade ou fraternidade, mas, uma vez que os primeiros remetem a acolhimento e prazer, sugerem um desvio no imperativo de tensão e agonismo. Porque, se a relação que estabeleci com o José e com o Poeta, por exemplo, foram interessantes por terem sido problemáticas, também o foram na mesma medida em que foram afetuosas. A condição para terem me afetado de tal maneira desestabilizadora foram, tanto quanto os afectos, os afetos trocados entre nós. Foucault (1981, p. 2) já dizia que amizade é “a soma de todas as coisas por meio das quais um e outro podem se dar prazer<sup>127</sup>”, e aludia a um tecido afetivo como paisagem da amizade.

Talvez a questão do carinho não responda apenas a um acolhimento, mas a uma personalidade que leva a uma proximidade e intimidade vistas como perigosas pelos adeptos dessa amizade-tensão, como aponta Ortega (2000). O autor defende, sustentado por Foucault, Derrida, Arendt, Blanchot, Deleuze, etc., que a distância é condição da sociabilidade, arruinada diante de qualquer ameaça da intimidade<sup>128</sup>. Contra isso, uma impessoalidade que encene uma vida na exterioridade do *fora*,

---

<sup>127</sup> Prefaciando Ortega, Costa (1999) problematiza a falta de explicitação de Foucault quanto ao *prazer* que elege para ser atributo específico da individualização que é um *sujeito*, visceralmente ligado à *liberdade*, indicando que essa indeterminação dificulta “diferenciar o prazer que escraviza do que libera” (p. 17). Sem negligenciar a relevância da discussão, aqui queremos considerar a perspectiva de uma liberdade que é a inclinação a “tornar a nós mesmos infinitamente mais suscetíveis a prazeres” (Foucault, 1981, p. 3) reconhecidos como tal por quem os vive. Esse comprometimento com a liberdade é que permite ao prazer sustentar a amizade ética.

<sup>128</sup> Derrida, por exemplo, desconstrói a herança fraterna dos discursos sobre a amizade em favor da alteridade e da distância encontrada em Nietzsche, Blanchot, Jean-Luc Nancy e outros, contestando a lógica do epitáfio. Discute como os discursos filosóficos-fraternos sobre a amizade baseavam-se na retórica do epitáfio que possibilitava uma amizade após a morte mas, no entanto, subjugava-a a uma assimetria irreconciliável com o amigo morto, suplantada pelo “luto político pelo amigo-irmão” (Ortega, 2000, p. 69). O amigo só pode continuar existindo como uma projeção narcísica de quem lembra, incorporado pelo eu, tornado uma cópia do eu. Para Blanchot, é tão impossível a amizade sem luto que ele a inverte num luto impossível onde a morte não representa o aprofundamento da distância, mas sua extinção. “Com a morte desaparece tudo o que separa, o que separa é o que relaciona” (Blanchot apud Ortega, 2000, p. 71). A partir daí, Derrida se pergunta qual a maior traição: respeitar a morte enquanto infinita distância ou fazer viver o amigo somente em nós, neutralizada sua alteridade? Se a segunda é a lógica da supressão violenta do outro em favor do consenso, da harmonia e da identidade, que se identifica às estratégias políticas “nacionalistas, xenófobas, chauvinistas, racistas” (Ortega, 2000, p. 72; Palombini, 2007b) de extermínio do diverso, a primeira é a possibilidade da amizade inventar o político e ocupar o espaço público.

aberta à diferença e ao estranho. Contra a interioridade narcisista *a descobrir*, a exterioridade de um si *a inventar*.

Algo do que a experiência do Potência Mental leva a pensar pode ser expresso mais ou menos dessa forma: seriam coisas idênticas a interioridade narcisista e a personalidade? Se sim, estaria desfeita a possibilidade de amizade na Rádio, como se pode notar pela leitura da segunda viagem “a bordo do diário”. Sem personalidade, os contatos da Rádio se resumem a guerras discursivas pouco flexíveis. Por outro lado, poderia haver algo como uma “personalidade ética e política”, remetida à estética da existência?

Deleuze (1988-1989) também remete a amizade a algo tão impalpável como o *prazer: o charme*. Para ele, tanto quanto a amizade não depende da comunhão de idéias, ou seja, não se trata de ser amigo de cópias de si mesmo, ela também necessita do contato, pois só posso ser amigo de alguém que tenha algo a me dizer.

Há um mistério aí. Há uma base indeterminada... [...] Há uma percepção do charme. [...] Um gesto, um pensamento de alguém, mesmo antes que este seja significativo, um pudor de alguém são fontes de charme que têm tanto a ver com a vida, que vão até as raízes vitais que é assim que se torna amigo de alguém. [...] Há frases insignificantes que têm tanto charme e mostram tanta delicadeza que, imediatamente, você acha que aquela pessoa é sua, não no sentido de propriedade, mas é sua e você espera ser dela. Neste momento nasce a amizade. Há de fato uma questão de percepção. Perceber algo que lhe convém, que ensina, que abre e revela alguma coisa.

Se o contato é imprescindível, nenhuma amizade resiste à impessoalidade. Pelo menos, é o que parece acontecer no Potência Mental, se se tomar como referência da amizade a alteridade, tanto do outro como de si mesmo.

E se a distância é condição da sociabilidade é porque “trata-se, antes, de levar a sério a incomensurabilidade existente entre o eu e o outro, o que impede sua incorporação narcisista” (Ortega, 2000, p. 114), mas não uma distância infinita que não permita comunicar. Ortega (1998) conta que, para Blanchot, ainda que a estranheza caracterize a comunidade, “a comunidade verdadeira [...] [e a amizade] baseia[m]-se na aproximação, numa proximidade que é ao mesmo tempo afastamento e separação. Proximidade na distância, relação com a distância simultaneamente mantida e superada” (p. 6). Trata-se de uma relação sem relação, sem anexação, mas ainda uma

relação. Do contrário, a partir do que seria possível a invenção? A pura distância infinita encerra o *uno* em si mesmo, tanto quanto a congregação narcisista e fraterna. Pois, sem o contato com o estranho, de onde viria a violência necessária à transformação de si? Como constituir o *entre nós* da política se não se relacionam os *nós*? No lugar tanto da distância infinita quanto da interioridade narcisista, seria possível a ação de uma personalidade ética e política?

A amizade que Deleuze relaciona ao *charme* depende de um contato tal que torne os amigos capazes de receber os signos emitidos pelo outro, mas não por qualquer outro. Há uma seleção ou uma eleição, ainda que não voluntária. É questão de percepção: percepção por perceptos. Trata-se de trocar perceptos e afectos: “ser sensível aos signos emitidos por alguém” (Deleuze, 1988-1989), dos quais se tornou íntimo.<sup>129</sup> O Poeta, por exemplo, para mim, apenas soava como uma “consciência” pesada, a princípio. Era como um zumbido de uma mosca que não te deixa dormir, que tu só queres que pare, para que tu possas descansar. O zumbido só tornou-se afecto quando, por acaso ou por insistência, *percebi* um *charme*. E foi numa confraternização que aquele *charme* emergente se fez emergido. Não há palavras que dêem conta dessa experiência. Como que de repente, parecia ter surgido uma intimidade; foi como se o ouvido se apaixonasse pelo zumbido. E, desde aquele enamoramento, a “consciência” pesada não apenas impede o sono como ocupa o dia, leva-me para outra versão de mim, passada, futura, presente. Eu era eu mesma e era outra; o Poeta, para mim, também.

Porque amizade não é guerra nem paz, é uma intimidade mágica que, desde dentro, exerce seu potencial externo. “A guerra ocorre antes no interior da relação consigo e com aparentados” (Passetti, 2003a, p. 146). Amigo é o de *fora*, mas que só pode operar desde dentro: senão vira combate dual e afirmação de identidades rotuladas: eu x tu, acadêmicos x diagnosticados, “diferença” x “senso comum”, militantes x não-militantes.

Quando o outro se refere a mim de tal maneira que o não-conhecido em mim lhe responde no meu lugar, esta resposta é a amizade imemorial que

---

<sup>129</sup> O problema da indeterminação do prazer talvez seja o mesmo da indeterminação do charme, conhecidos apenas por quem vive aquela relação singular com o outro.

não se deixa escolher, não se deixa viver no atual: a parte oferecida da passividade sem sujeito, o morrer fora de si, o corpo que não pertence a ninguém [...]. (Blanchot apud Saliba, 2004, p. 82)

À medida que tomamos como parâmetro para a amizade uma intimidade com o de *fora*, a pessoalidade e a impessoalidade deixam de se *opor* para *compor*; assim é que falar em passividade sem sujeito ou corpo que não concerne a ninguém faz sentido aqui. Ortega (1998, p. 7) também cita Blanchot quando diz que “[...] nossos amigos, [...] quando nos falamos, conservam a distância infinita – mesmo na maior familiaridade –, esta separação fundamental, a partir da qual, tudo o que se separa se torna relação”<sup>130 131</sup>. Se a distância é condição da relação, o é na medida em que constitui, afinal, uma *relação* entre *pessoas*. A impessoalidade depende de uma pessoalidade como capacidade de afetar a ponto de dissolver as identidades sem dissolver as pessoas, uma vez que são a via do encontro.

Sem a pessoalidade também não se atinge a impessoalidade necessária ao *diz-se* dos *acontecimentos discursivos*. Embora explicitada apenas agora, essa hipótese permeia todo o texto da dissertação. Não há tal coisa como uma impessoalidade na Rádio que se atinja mediante relações *aprioristicamente* impessoais. A impessoalidade do discurso depende da pessoalidade das pessoas que o mesmo constitui e que se auto-constituem eticamente a partir da relação com esses discursos. Os discursos se encontram pela via dos seus produtos (os sujeitos que constituem), nisso que chamamos de pessoalidade ética e política. É assim que a *intimidade* com o de *fora* constitui pessoas e acontecimentaliza discursos: eis o duplo papel da amizade na Rádio. “Enquanto transparente e impessoal, o [amigo] [...] é único e insubstituível” (*idem*, p. 5).

Homem sem horizonte, e não se afirmando a partir de um horizonte, neste sentido ser sem ser e presença sem presente, assim estranho a todo visível e a todo invisível, ele é o que vem a mim como *palavra*, quando falar, não é

---

<sup>130</sup> Nomeando-a “relação de terceiro tipo”, Blanchot (2001; Ortega, 2000) dá ênfase à distância como condição desse tipo de relação. Se ela nos é tão cara é para, com a discussão que empreendemos a respeito da intimidade com o *fora* que conjuga impessoalidade com pessoalidade, atentar também para o outro pólo da questão: uma distância *tornada relação*. Trata-se de uma distância íntima, uma pessoalidade ética e política, afinal.

<sup>131</sup> Seria esta a condição tanto da validade quanto da explosão da metáfora familiar utilizada para as nossas relações com as outras rádios em “Rádios Colifatas e a marca do Coletivo de Rádio Potência Mental” (p. 27)?

ver. *O Outro me fala e é tão somente esta exigência de palavra*. E quando o Outro me fala, a palavra é a relação daquilo que permanece radicalmente separado, a relação de terceiro tipo, afirmando uma relação sem unidade, sem igualdade. (Blanchot, 2001, p. 123, grifos nossos)

Blanchot (*idem*) diz que essa relação não é pessoal nem impessoal, na mesma medida em que é ambas. É uma relação que instaura o *outrem*, que jamais se pode empregar na primeira pessoa, mas também não constitui um objeto. O outrem está na relação, à medida que o si se relaciona com o outro para o qual também é *outro*, “experiência da qual não se deve contentar em dizer que a linguagem somente exprime ou reflete, porque ela não se origina senão no espaço e tempo da linguagem” (p. 126), *palavra do fora*. É o que opera na simpatia do Valdir; palavra-acontecimento de engorda-e-emagrecimento, simpatia para com o outro, afinidade, relação, sensibilidade aos signos emitidos pelo outro. Outrem assume, assim, o que é, para a Rádio, a experiência pessoal/impessoal de intimidade com o *fora* que constitui pessoas e acontecimentaliza discursos: outrem é a amizade, a experiência de colocar-se fora de si através da palavra do *fora*. “Outrem seria o próprio homem pelo qual vem a mim o que não se revela nem à potência pessoal do Sujeito, nem à potência da verdade impessoal” (p. 127).

Esse tipo de intimidade, sem pacto nem oposição, nada mais é do que uma “provocação contínua”:

Para Foucault, a amizade representa uma relação com o outro que não tem a forma de uma unanimidade consensual nem de violência direta. Trata-se de uma relação agonística, oposta a um antagonismo essencial, uma “relação que é ao mesmo tempo incitação mútua e luta, tratando-se não tanto de uma oposição frente a frente quanto de uma provocação contínua”. Relações agonísticas são relações livres que apontam para o desafio e para a incitação recíproca e não para a submissão ao outro. (Ortega, 1999, p. 168; 2000)

Se na Rádio esses chamados amigos que somos coordenam uns aos outros e se é uma relação assimétrica e desigual, entre pessoas e condições diferentes, de acadêmicos e diagnosticados, é porque se trata, como dissemos, de uma relação de poder com o mínimo de domínio, mas que, no entanto, não se furta à “possibilidade de dirigir e mudar o comportamento do outro” (Ortega, 1999, p. 168), de governar o outro sem rendê-lo à submissão, pois é “provocação contínua”. Eis a riqueza desse tipo

de relação, de “caráter *eletivo, aristocrático e anti-social*” e “natureza desigual e hierárquica” (*idem*, p. 169): implica um governo dos outros, dimensão operacional do poder. Como eu já disse, “quando eu quase-coordeno alguma ação, ou quando o Poeta me constrange com suas análises, a dele e a minha autonomia pagam seu preço” diante do governo operado pelo outro. Mas esse governo não recebe corretamente o nome de hierarquia, ou pelo menos não de hierarquia total ou fixa, porque “entre os amigos [...] não há hierarquia, há choques de verdades” que fazem experimentar, questionar e desestabilizar (Passetti, 2003a, p. 180).

E se na Rádio os participantes *nem sempre “são necessariamente iguais [...] no exercício de suas respectivas autonomias”* (Andrade e Silva, 2002, p. 3, grifo nosso), é porque a amizade implica isso também: não é irmandade nem camaradagem, as condições de acadêmicos (e suas vinculações institucionais de pesquisa, extensão ou estágio e a burocracia decorrente) e diagnosticados (além, é claro, das singulares diferenças entre cada um e o outro, mesmo dentre os acadêmicos entre si e os diagnosticados entre si) impõem uma alteridade tão radical diante do outro que abre um abismo intransponível e a ocorrência de uma amizade, no mínimo, especial, cercada de desigualdade e governo do outro<sup>132</sup>.

Como já foi dito, “embora defendamos que o que nos une é mesmo a amizade, o mais puro ‘laço sem interesses’” (p. 140), é inegável que há interesses específicos nessa relação desigual e que os interesses divergem.<sup>133</sup> Se me autorizo a arriscar que os interesses dos diagnosticados têm a ver com o cotidiano da vida (além de comunicar, relacionar-se, circular pela cidade, estabelecer um lugar social para si), também me permito afirmar que, além desses, os objetivos dos acadêmicos têm uma especificidade que se relaciona justamente com a academia – escrever uma dissertação, cumprir a exigência curricular de um estágio ou as exigências feitas a um bolsista de extensão, etc. Não há camaradagem que resista a essa relação de

---

<sup>132</sup> De um lado, a universidade coordenando burocraticamente o Coletivo; de outro, os diagnosticados governando uma intervenção (ou *intensão*) na universidade.

<sup>133</sup> Na primeira viagem a bordo do diário já havia ficado claro que os objetivos são diversos, e que talvez não haja objetivo comum algum, ou, sendo mais radical ainda, objetivo algum. No sentido exposto àquele momento, da finalidade das veiculações dos programas, parece certo concordar que não há objetivo definido, porque acompanhar a navegação da linguagem no informe é a maior riqueza. Mas nesta discussão, referente *ao que nos une*, é mais complicado afirmar que não temos objetivo algum.

interesses diversos – nem que ela fosse possível em primeiro lugar. Nem há autonomia que resista a essa relação de interesses – nem que ela também fosse possível em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, não se trata de filantropia porque não há filantropia que resista a tal provocação mútua: trata-se de um governo do outro lateralizado – “que coloca lado a lado os diferentes, agora desidentificados, num jogo de forças cujo resultado não vai necessariamente ser empate” (p. 146).

Querer amigo é querer guerrear, afirma Nietzsche por Zarathustra. É querer guerrear por ele. É preciso “poder ser inimigo”, pois no “amigo, deve-se honrar o inimigo”. O amigo é especial, mas não encarna a [...] concórdia [...]; muito menos se encontra no ramo da filantropia, uma virtude repleta de interesses. [...] Deve-se ter no amigo o melhor inimigo. É uma guerra interna na amizade sob o signo da impossibilidade do extermínio, uma paradoxal situação de paz sob o espírito do guerreiro. A amizade é instabilidade, auto-superação, superação [...]. Ela não é preservação contra os inimigos e inimizadas. (Passetti, 2003a, p. 141-142)

A distância intransponível e o governo do outro instituídos por essa condição parecem se chocar com a pessoalidade que, remetendo a afeto e acolhimento, desconstrói o cenário de guerra para a amizade. Mas a sutileza do pensamento de Nietzsche e daqueles que o acompanham situa-se justamente aí: a guerra (aquela que visa a destruição do outro) é desconstruída pela pessoalidade, mas aproveitada justamente naquilo que nela permite articular esta distância intransponível e o governo do outro em *afetação* recíproca. Articular afeto em afecto, não em fraternidade e igualdade. Para que a distância sirva para embaralhar ambas as identidades e não para fortalecê-las só há um remédio: a *pessoalidade*. Sem contato não há choque, sem afeto não há afecto. Não no Potência Mental. A “relação sem relação” instaurada pela amizade depende da “paixão de um acolhimento’, ou seja, uma impotência passiva, mediante a qual o pensamento se abre ao outro, uma aproximação no distanciamento” (Ortega, 1998, p. 5, sobre Blanchot), viabilizada pela (e/ou viabilizando a) dissolução das crostas identitárias.

A boa amizade surge quando se considera de fato o outro, e, na verdade, mais do que a si mesmo, quando se lhe ama, todavia não tanto como a si mesmo, e quando, finalmente, para facilitar as trocas, sabemos acrescentar o delicado toque e o frouxel da intimidade, mas ao mesmo tempo nos abstermos prudentemente da intimidade propriamente dita e da confusão do eu com o tu. (Nietzsche apud Ortega, 2000, p. 7)

O papel desempenhado pela amizade passa a ser, então, novamente, a *intensão* do *fora* no dentro. O justo *fora* só pode manifestar-se enquanto tal, afinal, no *dentro*. Mais do que o *fora* trazido para dentro, uma “*intensão* de virtualidades no próprio dentro pela via do *fora*. Tensão interna disparada pelo *fora*”, como falamos acerca da extensão universitária. Quando dissemos que “a *intensão* da universidade e das suas verdades operada pelo Coletivo [...] ‘é ampliada pela experiência anarquista que instabiliza o conforto dos saberes’ (Passetti, 2003b, p. 70)” utilizamos uma frase de Passetti que não se referia à extensão, como fizemos funcionar, mas justamente à amizade. Afinal, o que seria a *intensão* senão um tipo de *amizade*?

#### 2.2.4.1. Por um modo de vida coletivo

Tudo isso diz de uma possibilidade de constituição de si a partir do outro, e se refere tanto à relação da universidade com seu *fora* quanto à relação entre as diversas pessoas “descategorizadas” e a tantos outros “*si e outro*” que possam reconhecer-se na Rádio. Mas também diz da Rádio enquanto Coletivo e do que emerge desse coletivo. Porque a ética da amizade como possibilidade de atualização da estética da existência tem mais esse prestígio: superar a auto-constituição de um si individual em favor de uma dimensão coletiva. A *amizade* supera tanto a separação quanto a confusão entre indivíduo e sociedade, universidade e sociedade ou indivíduo e grupo. Ela faz mais do que articular aspectos individuais e sociais, pois os implica numa relação que desfaz ambos os totalitarismos, operando uma ética que atua numa lógica coletiva<sup>134</sup> de subjetivação e de acontecimentalização, preferindo os fluxos às

---

<sup>134</sup> Novamente podemos pensar na singularidade da nossa ética diante do encontro com aquela prevista pelos Comitês de Ética em Pesquisa orientados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que, embora considerem que o “Sujeito da pesquisa - é o(a) participante pesquisado(a), *individual ou coletivamente* [...]” (Brasil, 1996 – Resolução 196/96, II. 10, grifo nosso), defendem que “A eticidade da pesquisa implica em: a) consentimento livre e esclarecido dos *indivíduos*-alvo [...]” (*idem*, III. 1, grifo nosso). Embora tenhamos cumprido rigorosamente sem questionamentos nem proposições a exigência do Termo de Consentimento Informado *individual*, isso não se deu com tranquilidade. Porque o “sujeito” desta dissertação não são *indivíduos* pesquisados coletivamente: é, antes, o *coletivo* do Coletivo. Trabalhar com Termos individuais foi quase ir contra a ética da própria pesquisa e de seu sujeito, a Rádio. Se fosse possível submeter um Termo de Consentimento a forças moventes, a um plano pré-pessoal de afetos, assim deveríamos tê-lo feito, para honrar sua autoridade na produção dos sujeitos que, em seu lugar, o assinaram. Não sendo possível, poderíamos ter inventado eticamente outra maneira de informar e pedir autorização a esse Coletivo para realizar uma pesquisa com ele / nele

totalizações, o plano relacional às identidades, a multiplicidade às individualizações. (Escóssia e Kastrup, 2005; Ortega, 1999; 2000)

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (Foucault, 1995, p. 239)

Já sabemos que a construção de mundos diz respeito à construção mútua de si e vice-versa. Não é à toa que a constituição da *polis* grega coincide com uma política da amizade e com a prática da filosofia como ascese (Ortega, 1999; 2000; Passetti, 2003a). Para Pelbart (2003, p. 73), “a subjetividade é uma força viva, até mesmo uma potência política”: ética e política. Da mesma maneira, se a Rádio se fundamenta numa produção de acontecimentos discursivos, os mesmos são, ao mesmo tempo, resultado e condição da relação ética entre as pessoas constituídas pelos discursos que vão se encontrar para se reinventar. “Qual o significado político de falar e ouvir ao outro?”, Loponte (2009, p. 929) pergunta. A amizade, com seus (des)encontros, desfaz os totalitarismos das identidades e opera tanto subjetivações coletivas quanto acontecimentalizações ou subjetivações sem sujeito (Ortega, 1999; 2000): acontecimentos discursivos que emergem dessa relação sem relação, ou dessa distância tornada relação que é o diálogo da amizade (Blanchot, 2001). Uma vez coletiva e conjugando ética e política, é ela a epígrafe que se faz *dispositivo* para a Rádio: além de subjetivações, promove visibilidades e, especialmente, enunciabilidades, habitando a tênue linha do atual que, quando se deixa entender, é porque já deixou de ser o que era, potência viva de invenção (Barros, 1997; Deleuze, 1996).

Na trilha do prazer instaurada por Foucault, para Pelbart (2003) isso tudo diz de uma grande alegria. A invenção coletiva é uma grande alegria. Com Tarde, defende que a cooperação é sempre alegre, uma vez que introduz a cada encontro uma

---

/ através dele? Afinal, se escrevo, é tomada por esse mesmo Coletivo que é objeto e autor da dissertação, comigo e em mim. Poderíamos, então, descartar a necessidade do Termo? Sabemos das perigosas implicações de tal atitude, talvez por isso não tenhamos tido a coragem necessária à proposição de uma alternativa. Mas que essa solução não fique dada de uma vez por todas, essa é a contribuição da inquietação que acompanhou a experiência.

variação. Com Negri, fala de uma multidão *ético-política* que traz consigo uma alegria intrínseca viabilizada justamente pela sua pluralidade, multiplicidade. Com Deleuze, homenageia o mundo contraído em nós, diverso, múltiplo e intenso que faz cada um de nós diversos, múltiplos, intensos e *alegres*. Com isso, reatualiza “a dimensão política da alegria e a alegria como uma dimensão do político” (p. 76-77). Loponte (2009), com sua pesquisa, por exemplo, conta sobre um grupo de professoras que dividiam um “prazer de estar juntas, a alegria de encontrar-se e partilhar descobertas” e invenções (p. 930).

Em “A bordo do diário: primeira viagem”, conto como um momento alegre do Coletivo faz lembrar uma frase de Guattari: “A prática da felicidade torna-se subversiva quando ela é coletiva” (2005, p. 202). Tratava-se de um agenciamento invenção-coletividade-alegria. Foi por isso mesmo que esse enunciado fez tanto sentido àquele momento, fenda que permitia vislumbrar para onde estávamos indo: foi por isso mesmo que falei tanto em alegria em “A bordo do diário: segunda viagem”. A grande diferença entre a proeminência da disputa bélica e a da fluidez do discurso desidentificado diz respeito à amplificação crescente da coletivização da experiência que estávamos vivendo. A prova disso foi exatamente a alegria. Já dissemos que a questão da abertura ao diverso não é sempre a do relacionamento com outros Coletivos, mas a da diversidade ou da coletivização inerente ao próprio processo, a da fluidez dos discursos desidentificados.

Quando Deleuze (1988-1989) define a amizade pela receptividade dos signos emitidos pelo outro, ou pela capacidade de afetar-se pelo outro, afirma que “a partir daí, pode-se passar horas com alguém sem dizer uma palavra ou, de preferência, dizendo coisas totalmente insignificantes. Em geral, dizendo coisas... A amizade é cômica”. Essa postura, próxima à leveza que atualmente vivenciamos no nosso jeito de fazer rádio e nas nossas relações no Coletivo, diferencia-se da “seriedade” que nos parecia ser uma auto-cobrança no passado: “Como falar de um tema no rádio sobre o qual não se tem domínio?” (“A bordo do diário: segunda viagem”, p. 121-122). Passetti (2003a), por sua vez, acredita, com Nietzsche, que “os novos homens superiores [os amigos] precisam aprender a rir, ser mais do que Apolo. Não há tragédia sem comédia;

é o ridículo que nos faz rir de nós mesmos ([...]os amigos riem-se com freqüência dos seus ridículos externos e internos [...])” (p. 181). Afinal, a comédia faz “ganhar distância de si através do humor” (Chaves, 2005, p. 280).<sup>135</sup>

Alegria, alegria. Trata-se, afinal, de construir formas de vida e de sociedade mais risonhas e livres de dominações. Foucault, trabalhando com a amizade como via para uma ascese homossexual que embaralhe os códigos instituídos de relacionamento, afirma o potencial inventivo da falta de códigos para “dois homens de idades notavelmente diferentes” se comunicarem. “Estão um em frente ao outro sem armas, sem palavras convencionais, sem nada que os tranqüilize sobre o sentido do movimento que os leva um para o outro. Terão que inventar de A a Z uma relação ainda sem forma que é a amizade [...]” (Foucault, 1981, p. 2).

E se, no lugar de dois homens de idades diferentes, tratar-se de várias pessoas de gênero, idade, classe social, condições e objetivos diferentes tentando trabalhar juntas num mesmo projeto? Não estariam frente a frente “sem armas, sem palavras convencionais, nem nada que [a]s tranqüilize sobre o sentido do movimento que [a]s leva um[a] para [a] outr[a]”? Não teriam que “inventar de A a Z uma relação ainda sem forma”? É o próprio Foucault quem diz que essa ascese pode e deve ser reatualizada nos mais variados coletivos diante das mais variadas lutas.

Ele provoca: não seria possível e *preciso* constituir algo como um “modo de vida” que possa ser “partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes”? Isso “pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética” (Foucault, 1981, p. 3). É próprio desse modo de vida por inventar que seja um *programa vazio*, que, antes de programar, liberte para a inventividade de relações polimorfos, heterogêneas e descontínuas. Um programa tão vazio de programação (no sentido estrito do termo) e, ao mesmo tempo, tão cheio de potência quanto os programas e os modos de vida do Potência Mental.

---

<sup>135</sup> Não pretendemos, com isso, identificar prazer, alegria, riso e comicidade, apenas atentar para uma dimensão da amizade que é inventiva, alegre e se contrapõe à “seriedade a qualquer custo” da disputa bélica de discursos. Esta talvez seja, ao menos no Potência Mental, uma medida de reconhecimento do prazer comprometido com a liberdade, como discutido acima (nota de rodapé 127).

É própria à ética da amizade a proposição de uma nova forma de sociabilidade que promova uma multiplicidade de formas de relacionamento (Foucault, 1981; Ortega, 1999; 2000). Está em jogo um novo jeito de se relacionar, com os diferentes e com os iguais, desde a dissolução da idéia mesma de identidade. Como eu já disse, “são gestadas, assim, pela via de novas possibilidades de encontro entre acadêmicos e diagnosticados, um universo novo de relações” no Potência Mental (p. 135).

Quando Ortega (1998) trabalha com uma noção de comunidade sem comunidade que, dentre outros, como Nietzsche e Derrida, é também de Blanchot, parece tratar-se também dessa lógica coletiva que a amizade instaura: “Comunidade não como relação do mesmo com o mesmo, mas como uma forma de relação dissimétrica, como abertura para o outro” (p. 4), relação de terceiro gênero que vincula na mesma medida em que separa e “constitui uma ligação alheia à exigência de unidade que caracteriza o mito da comunidade” (p. 6), instaurando a multiplicidade em seu lugar.

Para Passetti (2003a, 2003b), trata-se de nutrir as tensões em defesa de uma nova sociabilidade que não se reduza nem à lógica hegemônica do justo governo hierárquico nem às utopias igualitárias<sup>136</sup>. Afinal, a igualdade permanece necessária na mesma medida em que possa reconhecer a diferença, pois os amigos não sustentam nenhum universalismo: em seu lugar, coexistência, debates, incerteza.

*Talvez esta amizade (e esta comunidade) seja impossível. Exato. Talvez o impossível seja a única oportunidade de qualquer novidade, de qualquer filosofia nova da novidade. Talvez, talvez na verdade o talvez nomeie ainda esta oportunidade. Talvez a amizade, se ela existe, deva corresponder ao que aqui aparece como impossível. (Derrida apud Ortega, 1998, p. 8)*

---

<sup>136</sup> Passetti diz (2003a, p. 145-146): “Não se visa mais o melhor soberano, nem tampouco o indivíduo livre e soberano, pois este não seria mais que o excesso de si, o antiguerreiro, um eremita confinado à condição de negação da própria espécie, uma abelha envolta num enjoativo mel. Não pode haver doçura sem fel. [...] O que garante essa qualidade é estar na companhia de homens iguais e diferentes”.

21-1-2006

Uinha começa a se enfiar. Uinha abra  
esta inquietude das águas a se enfiar.

Onde se encontram os desencantos?

Tom que lugar é o limiar. Tostou  
sempre partindo para lugar nenhum.

Meu sítio e meus amigos devem  
estar em alguma parte. Prefiro  
ficar na praia assistindo a  
tempestade que agita o mar.

21-1-2006

Onde não quero ser prisioneiro deste  
mar que sempre parte para lugar nenhum  
meu sítio e meus amigos devem  
estar em alguma parte. Prefiro  
ficar na praia assistindo a  
tempestade que agita o mar.  
Não quero ser prisioneiro deste  
mar que sempre parte para lugar  
nenhum que vive num eterno subir  
e descer o rio. Nesta vida tudo leva  
aquele que sabe se impor.

José Luiz Casonatti

### 3. EPITÁFIO

Uma conclusão parece agora algo impossível. Essa tentativa de escrever algumas linhas que encerrem o interminável segue a pista de Blanchot de que escrever é impossível: é atualizar a possibilidade do impossível ou, antes, a impossibilidade do possível. (Levy, 2003; Ortega, 1998)

Ainda com Blanchot, pretendo me redimir de um grave erro cometido em todo este trabalho. Segundo ele,

*A amizade, essa relação sem dependência, sem episódio e na qual, porém, entra toda a simplicidade da vida, passa pelo reconhecimento da estranheza comum que não nos permite falar de nossos amigos, mas somente lhes falar, não fazer deles um tema de conversa (ou de artigos), mas o movimento do acordo, onde, quando nos falamos, conversamos a distância infinita [...] a partir da qual, tudo o que separa se torna relação. (Blanchot apud Ortega, 1998, p. 7, grifo nosso)*

Se fiz de meus amigos tema de conversa, quero agora falar-lhes, então. Talvez eu tenha descumprido essa regra básica, talvez tenha prostituído nossa relação em um trabalho acadêmico: talvez, quando vocês falavam comigo, não estivessem esperando mais do que uma amiga. Talvez não estivessem desejando uma amiga-pesquisadora, ou uma amiga-psicóloga, mas talvez sim.

Talvez vocês estivessem esperando isso mais do que eu. Talvez tenha sido eu quem não quisesse ser mais do que amiga de vocês. Mas quero ser a porta-voz de uma notícia alegre, que provavelmente já não é mais novidade: pensar que ser amigo é pouca coisa é um redondo engano.

Não é à toa que não se pode falar de nossos amigos, nem fazer deles tema de conversa. Porque vocês não existiriam ausentes de si, não poderiam existir dentro de mim no momento em que os escrevo. Quando os escrevo, não seriam vocês quem descrevo, descreveria a mim mesma; não seriam vocês quem fala, falaria eu. Quando os escrevo, os mataria. É por isso que essa dissertação termina como um luto a vocês amigos que eu teria acabado de matar. Mas como falar-lhes agora que estão mortos?

Se eu os matei é porque os carreguei para dentro de mim. Roubei-lhes a alma para meu proveito. Todas as almas estão agora aqui, em cada linha, em cada página,

em cada vírgula deste trabalho. Matei-os não para destruí-los, mas para alimentar a ilusão de conservá-los, mesmo que nenhum de vocês seja mais vocês mesmos, mesmo que eu não tenha conservado nada.

Imaginei que roubando suas almas eu me defenderia de sua ausência, de sua distância, da nossa separação. Mas o pior aconteceu: a fresta que nos separa só aumentou. Tentei cobri-la com histórias; com as histórias dos nossos encontros e desencontros. Apesar de belas e muito alegres, elas não atingiram o grau de permanência que imaginei necessário para não perdê-los por entre meus dedos. À medida que eu os contava vocês me escapavam, sempre e a cada vez mais, e isso me era muito decepcionante.

Tentei cobrir nossa fenda, então, com conceitos, mas o cimento dos conceitos não ficou tão *concreto* como deveria ser para remeter à nossa experiência e nos unir novamente. Mais do que uma ponte, tornou-se um muro que só nos separou mais ainda, *abstrato* demais mas *duro* o bastante para ser impermeável.

Nada do que eu fizesse me permitia conservá-los, vocês sempre escapavam de mim. Vocês, na sua mais longínqua alteridade, não me foram possíveis. Mas também não me foi possível conservar-me na minha identidade. E quando digo *eu*, sou eu, Fernanda, quem falo, mas também é a pesquisa quem fala. Contra toda rostidade<sup>137</sup>, trocávamos de rosto, íamos constantemente contra o que pensávamos de nós mesmos. Se houve alguma possibilidade de conservar-nos todos, foi em nossas virtualidades tornadas Coletivo, ou nessas virtualidades que antes de serem nossas já eram do Coletivo; não poderemos nunca ter certeza quanto à direção desta derivação.

Mas enfim, se eu só pude conservá-los matando-os e incorporando-os à minha existência, foi porque só pude ter uma existência *na sua alteridade*, naquela alteridade de mim mesma que é *minha* mas que veio de vocês, da alteridade impossível de vocês.

A busca dessa alteridade que nos une ao mesmo tempo em que nos separa e se produz *entre* nós foi justamente o mais importante movimento da pesquisa. Porque a alteridade não estava exatamente *em vocês*, mas *entre nós*. Nós quem? Estive falando

---

<sup>137</sup> Segundo o que dizemos em “Fazer-se forma”, p. 65.

de vocês, amigos diagnosticados, vocês, amigos acadêmicos ou vocês todos, locutores?

Desde o início da dissertação, sempre que podia, fiz questão de afirmar que a separação diagnosticados x acadêmicos é injustificada, porque, todos sabemos, gostamos de nos relacionar sem o entrave das categorizações. No entanto, eu jamais teria coragem de escrever que “gostamos de nos relacionar como iguais” porque, isso sim, seria uma tremenda injustiça. O Potência Mental não é um grupo de camaradas, como já disse, pois se sustenta nesse curioso encontro entre diagnosticados, acadêmicos e rádio. Não somos nem queremos ser iguais (isso seria muito chato!), mas também não queremos nos relacionar a partir dessa diferença que nada mais faz do que identificar os diagnosticados entre si e os acadêmicos entre si. Qual diferença, então, nos convém?

Comecei a dissertação pensando na diferença possível de produzirmos no rádio. Então, peguei carona dos discursos que veiculávamos para perseguir essa que, então, passava a ser uma *diferença discursiva*. Com nossos discursos, percebi-nos separados: acadêmicos e “diferença” de um lado, diagnosticados e “senso comum” do outro. Nós, que tanto nos vangloriávamos da ilegitimidade dessa separação. E ainda, a loucura, onde estaria? Onde estaria, diante de “loucos” mais “normais” do que os acadêmicos? Onde estaria, se esses mesmos acadêmicos institucionalizavam-na com a diferença? Mas essa nossa separação foi profícua. Abusando do espaço que, separando, relaciona, terminou exercendo potencial de desestabilização sobre o rádio e também sobre a pesquisa, além de sobre cada um de nós e sobre os discursos que se materializavam em nós, materializando-nos. Fez emergir uma palavra plural que nos fazia acontecimentalizar o rádio devindo loucura... Por essa via, espalharam-se a loucura e a possibilidade inventiva; enfim desfizeram-se as categorizações e as identidades em favor de um coletivo, de um efetivo Coletivo: múltiplo, instável, disruptivo, dispositivo, afirmativo. Se isso é efeito da pesquisa ou se a pesquisa é efeito do coletivo, nunca saberemos (embora eu goste de apostar em ambas as hipóteses).

E aí, então, imaginei encontrar a fórmula da nossa diferença: no Coletivo impessoal e impessoalizado, coletivo esquizo que emitia a diferença discursiva. Quão

agridoce é aceder ao plano do impessoal! Sempre difícil, ausentando-nos do nosso corpo e confundindo-nos, permite-nos, afinal, afirmar, tranquilos, que a separação identitária não se sustenta. Permitiu-me, também, escrever sobre vocês sem negligenciá-los, habitantes (ou antes, efeitos) que somos do mesmo plano comum.

Mas nada nunca é tão simples. Primeiro porque não deixamos de colidir, embora impessoalizados e desidentificados. Não estávamos mais naquilo que chamei de embate bélico, mas não porque os embates se dissolveram junto com as identificações. Quem se dissolveu foi o belicismo que atuava sob o pressuposto do *OU*. Agora estávamos, mais do que atuando sob o *E*, adotando o *SE*, o *QUANDO*, o *CASO*. As nossas associações e disjunções discursivas vinham muito mais acompanhadas de condições do que alternativas ou adições. Em suma, as identificações ficaram ainda mais fluidas, móveis, e, com isso, impossíveis. Segundo porque, coabitando que estávamos o mesmo plano de forças, não pude deixar de me deparar com os efeitos da vizinhança, que acolhe e incomoda ao mesmo tempo. Sim, estou falando da vizinhança discursiva, mas também pessoal. Pois a nossa coabitação, embora impessoal, ainda traz à cena a vizinhança que, aproximando e apartando, implica personalidade e particularidade.

Porque não somos um Coletivo de camaradas, repito mais uma vez. Somos rádio, acadêmicos e diagnosticados num encontro singular. Cada vez mais toma força uma particularidade que não se reduz a ser ou não ser diagnosticado, mas, também, a ser ou não ser *acadêmico*. Se a Rádio começou com um contorno de atenção psicossocial, era na conjuntura de uma Residência ligada à *universidade*. Partindo disso, tentei perseguir, então, a produção de diferença na academia, *intensionada* pelo Coletivo e pelos não-acadêmicos, atualizando novamente aquela separação da qual queremos nos separar. E, novamente, nossa separação foi profícua na medida em que nos entrelaçou e constituiu nossa possibilidade de afetação recíproca e desigual.

Mas não é pela via das identidades que a afetação é possível, só quando virtualizadas pelo *coletivo*. Mas onde se encontram essas virtualidades, onde elas agem, quem elas afetam, se o coletivo – impessoal – constitui-se apenas de intensidades? A vizinhança que aproxima, aparta e *intensiona* não poderia se dar, no

Potência Mental, se não fosse através das *peçoas*. Peçoas que, quando se identificam a uma categoria, nem a própria já não se identifica mais a si mesma; restando menos possibilidade ainda de se identificar às peçoas, então.

Como sustentar tal paradoxo, que embaça nossas identidades tanto quanto as reforça? Que relação é essa, que não se dá entre iguais nem entre diferentes, mas entre “inimigos íntimos” de identidades diluídas e de fluxos categorizados? Inimigos íntimos, somos, pois, amigos. Coabitamos “a fenda que nos separa da ponte que nos aproxima”, como diria o já citado Paulinho Moska. E o que vocês, meus amigos, me fizeram perceber, foi que a nossa chance de aceder a essa amizade é deixando-nos arrebatados *peçoalmente*. Não falo de uma peçoalidade identitária, mas *ética*, que nos implica constituirmos *coletivamente* a nós mesmos, instaurarmos a diferença sobre nós mesmos, para só então podermos instaurar qualquer outra, seja sobre o rádio, sobre a pesquisa, ou sobre a academia. Persegui a diferença sem nome e sem destinatário para entender que, como a loucura, ela também se espalhou por todo canto.

Se quisermos brincar com Nietzsche como uma interferência de rádio, podemos dizer que a diferença que persegui e tentei cartografar era aquela próxima a uma *vontade de Potência*<sup>138</sup> Mental. Persegui-la não é pressupor a diferença ou a vontade de potência como dadas, mas também é. A vontade de potência não é dada, e deve ser perseguida antes de tudo com o artifício da desconfiança, mas também é o princípio de toda produção, mesmo da suposta Verdade e de reconhecimento do Mesmo, tal qual a diferença (Deleuze, 2007; Machado, 2002). Afinal, mesmo “as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são” (Nietzsche, 2009, p. 535), uma vez que a supremacia é sempre das forças estéticas. .

Se na alegria das histórias desta dissertação a errância da vontade de potência pareceu mais óbvia, na dureza das tentativas de conceituação ela só foi brevemente estancada por uma necessidade de ancoragem que me salvasse da deriva infinita. Afinal, se a supremacia é sempre dos instintos criativos, o intelecto não é mais do que

---

<sup>138</sup> A vontade de potência é o nome dado por Nietzsche à realidade “aparente”, criativa e viva, negativa do “mundo verdadeiro” das (sempre ilusórias) essências (Machado, 2002).

sua derivação que se ancorou (espera-se que) por não mais que um momento. Como o Coletivo de onde emergi como pesquisa(dora), me debati com o caos e a estrutura, com a virtualidade, a superfície e a profundidade, numa tensão interna (que não exclui o externo) que me fez questionar a todo momento sobre o que produzi, sobre minhas próprias intenções e os efeitos disso em vocês e em mim mesma.

E assim a pesquisa pôde navegar no informe, fazer-se e refazer-se. Começou identificando o louco ao absurdo, depois identificou o diagnosticado ao “senso comum”, depois os acadêmicos à “diferença” institucionalizada, para só então aprender, acompanhando o movimento de “desidentificações” do Coletivo, que a inserção de *sempre outras* interpretações, *sempre outras* metáforas nessa Rádio atuava como denúncia de que nenhuma das diferenças era mais diferença, nenhuma das potências mais potência, nenhuma das verdades mais (ou menos) verdade. (Machado, 2002; Mosé, 2005; Nietzsche, 2009)

Tentando capturá-los e conservá-los, amigos, em sua viscosidade vocês já eram sempre outros em mim... A “diferença” que virou identificação virou o “senso comum” em diferença, e a viragem se perpetuou num jogo ilimitado no qual também me perdi. Antes de encontrar o lócus da vontade de potência da Rádio, a solução foi encarná-la duplicando o duplo que já é a palavra falada (Foucault, 2001a) ou (re)metaforizando as metáforas que o Potência Mental produzia no rádio. Isso porque, para o rádio e para a pesquisa, “é preciso entender e atuar no campo de batalha dos valores, é preciso assumir e afirmar esta atividade interpretativa própria da vida, é preciso interpretar” (Mosé, 2005, p. 86).

Talvez nessa despedida caibam ainda algumas palavras sobre a comunicação que levamos adiante, já que todo esse leque de intervenções que abrimos foi com aquele intuito que se configurou como nosso acontecimento maior: fazer rádio. Nossa intenção de democratizar a comunicação supunha a inserção numa rádio comunitária com um intento *alternativo*: fazer o *outro* da “grande mídia”, tanto no que concerne a ter diagnosticados no ar quanto no que diz respeito à diferença que, de uma maneira ou outra, pretendemos expressar no discurso. Essa intenção de comunicação alternativa, à primeira vista (ou à primeira tentativa),

representa uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (Peruzzo, 2009, p. 132)

Contra uma comunicação “hegemônica” que tente veicular a verdade das coisas, produzindo-as, uma comunicação alternativa que tente transmitir *outras verdades mais verdadeiras* não exerce resistência, mas legitimação da lógica da Verdade universal. Ainda que concordemos que seja imprescindível lutar pelo direito à comunicação, este direito não pode ser tomado por si só. A mesma Peruzzo (*idem*) afirma que “não basta criar um canal de comunicação, nem mesmo apenas aderir a temas tradicionalmente revolucionários, mas renovar os processos de elaborar, gestar e difundir a comunicação” (p. 143).

Do contrário, a intenção da “contracomunicação” chamada alternativa pode, assim, fortalecer um purismo que acaba por realimentar uma noção dicotômica de dominação cultural que não convém justamente a esses que pretendem se inserir no jogo para subvertê-lo. Mas isso não quer dizer que devemos abandonar o jogo, pois, como defende Peixoto Junior (2008, p. 202), é necessário saber recorrer aos recursos de comunicação para

com eles e através deles, inventarmos novos espaços de liberdade que favoreçam uma produção de subjetividade mais inventiva, auxiliando ainda outras formas de sociabilidade e de subjetivação menos adstritas às identidades oferecidas pelos aparelhos de captura do poder.

Vocês me fazem acreditar que a amizade seja capaz disso, que ela se preste à renovação dos processos de gestar e difundir a comunicação tanto quanto a *intensionar* a universidade, porque uma experiência de rádio que opere desde tal ética da amizade só pode fazer de si mais pluralidade do que convenções unânimes ao guiar-se por uma vontade de potência que

Constantemente [...] embaralha as rubricas e compartimentos dos conceitos, propondo novas transposições, metáforas, metonímias, constantemente [...] mostra o desejo de dar ao mundo de que dispõe o homem acordado uma forma tão cromaticamente irregular, insequentemente incoerente, estimulante e eternamente nova como a do mundo do sonho. (Nietzsche, 2009, p. 538)

Essa vontade de potência é feita de intuições pequenas, miúdas, talvez até insignificantes para olhares menos atentos às rupturas e mais às convenções. Quão medíocre é uma fala curta sobre uma pequena formiga fabulosa, ou sobre a necessidade de trabalhar para ganhar dinheiro para ajudar os espíritos (como no programa sobre trabalho)! Em outras palavras, “coisa de louco”. Sim, coisa de louco, mas não do louco-sujeito, louco-diagnosticado, louco-categoria. Coisa de louco da loucura que nos habita quando exercitamo-nos sobre nós mesmos diante do outro (Pelbart, 2002). Loucura potencializada pelas tensões provocadas em qualquer coletivo – que sempre é – de forças. Eis que a atenção a essas intuições pequenas podem funcionar como estratégias para pôr em prática o que Foucault (2000) nos ensina: celebrar os desvios, devires e erros, erros-acontecimentos que emergem promovendo “a entrada em cena das forças; [...] sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria” (p. 269), sempre no interstício, no entre-forças de um coletivo em luta constante.

Com essas pequenezas se subverte a lógica da vontade de potência aprisionada seja a quem for, ao diagnosticado, ao acadêmico, a esta ou aquela regularidade discursiva. Não me é mais possível (ao menos desejo que seja assim) procurar as aparências (ou diferenças) capazes de subverter as essências, encarnando “o pensamento de Nietzsche [que] se radicaliza em direção da aparência, da ilusão da superfície” (Machado, 2002, p. 101), numa “postura ativa, positiva, afirmativa diante da vida que leva Nietzsche, com o objetivo de ressaltar a importância que ele lhe dá, até mesmo a definir a vontade de verdade como processo de criação e vontade afirmativa de potência” (p. 104). Quisemos ir tão longe que chegamos ao ponto de perceber que mesmo ao discurso acadêmico como “vontade de verdade” é possível se fazer ilusão, aparência, diferença nessa relação de *outro* com os discursos que se encontram no Potência Mental.

Apenas libertando-se de qualquer dicotomia é que se encontra a maior potência do vivo: “Eliminamos o mundo verdadeiro: que mundo restou? o aparente, talvez? [...] Mas não! ao eliminarmos o mundo verdadeiro também eliminamos o mundo aparente!” (Nietzsche apud Machado, 2002, p. 108), a partir do que só o que

nos resta é sempre a vontade de potência. Foi assim que Nietzsche, então, depois de inverter o platonismo a favor de uma “apologia à aparência”, pôde superá-lo, juntamente com os valores de aparência e essência que funda, operando a transvaloração de todos os valores, assumindo a criatividade em tudo que vive.

Quão enriquecedora é a experiência de uma diferença que não se restrinja ao *outro* da comunicação, mas busque o *outrem*, instância de diferenciação *de si mesmo* e disposição ao desconhecido como modo de experimentar, pela via de um coletivo de loucos-sãos<sup>139</sup> amadores e seus/nossos encontros disruptivos, intenso como a vida. (Barros, 1997)

Pois a lição última que tiro é esta: para con(s)er(v)ar os amigos é preciso com(v)er(s)ar (versar com, conversar). Não basta mantermo-nos *outros* para que possamos nos vangloriar de co-habitar. Para desfazer *qualquer dicotomia* é necessário fazer dos *outros*, *outrem*. E dos supostos mesmos, também. Se os matei, meus amigos, foi para fazer de vocês texto, e assim mantê-los conversando comigo. Foucault (2001a) já erigia a morte como condição da reinvenção da linguagem, pois justamente contando-a é que pode refazer-se e continuar vivendo infinitamente, sempre para além de si. Seu epitáfio é impossível, mas, ao contrário de todas as expectativas, mesmo a de Blanchot, do luto impossível do amigo, seu epitáfio é impossível porque os mata para fazê-los viver mais. Não para que vivam em mim, destituídos de sua própria potência, mas para que eu possa roubar-lhes a alma e viver em vocês, habitar essa alteridade radical em vocês para que eu nunca precise contentar-me apenas comigo mesma. Afinal “o amigo é a cortiça que não deixa o ‘colóquio’ por demais acalorado entre o indivíduo e sua sombra tornar-se insuportável” (Passetti, 2003a, p. 145).

Sendo assim, perdoem-me se eu os traí por matá-los, por escrevê-los, por não ser mais que sua amiga, por *ser* mais que isso. Desculpem-me se, em algum momento, não os honrei. E refiro-me a vocês, amigos diagnosticados e/ou não-acadêmicos, e a vocês, amigos acadêmicos e/ou não-diagnosticados, uma vez que essa divisão importa

---

<sup>139</sup> Termo criado pelo Marlon na ocasião do I Encontro Rede de Oficinandos.

tanto quanto dizer que somos todos loucutores e que os amigos a que me refiro são *todos* vocês.

Talvez assim, matando-os para que vivessem mais, eu fosse capaz de suportar esta separação que nos distancia tão ferozmente que quase não tenho vontade de parar de escrever, só para não sentir a dor de deixá-los viver fora de mim... Com Fonseca (“Parecer sobre proposta de dissertação”, p. 110), me pergunto: “Como alcançar o inalcançável e suportar que sempre nos escape?”. Afinal, “relação incomensurável de um para outro, [...] [a amizade] está relacionada com o afora na sua ruptura e na sua inacessibilidade. O desejo puro impuro e o apelo a superar a distância, apelo a morrer em comum pela separação” (Blanchot apud Ortega, 1998, p. 7). Quem disse que ser amigo é simples?

Onde se encontram os desencontros?  
Em que lugar é o limiar. Estou  
sempre partindo para lugar nenhum.  
Meu sítio e meus amigos devem  
estar em alguma parte. Prefiro  
ficar na praia assistindo a  
tempestade que agita o mar.  
Não quero ser prisioneiro deste  
navio que não vai pra lugar  
nenhum que vive num eterno subir  
e descer o rio. Nesta vida tudo leva  
aquele que sabe se impor.

José Luiz Casonatti<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> Este escrito do José, que abre e termina o presente capítulo, chegou a mim através de um caderno velho que ele quis compartilhar comigo. Aqui re-escrito, faz parte de mim, ele próprio tornado outro.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanner e FONSECA, Tania Mara Galli. Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa: considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 30-37, 2009.

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho et al. Co-deriva: uma história de congruência entre universidade e sociedade. **Revista Movimento**, Niterói, v. 6, p. 58-89, 2002. Disponível em:

<[http://www.slab.uff.br/bd\\_txt\\_lg\\_autor.php?nome\\_autor=Eduardo%20Passos&tp=a](http://www.slab.uff.br/bd_txt_lg_autor.php?nome_autor=Eduardo%20Passos&tp=a)>. Acesso em: dez. 2010.

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; LONGO, Waldimir Pirró e; PASSOS, Eduardo. Autonomia: um modelo explicativo da ontologia da universidade. **Universidade e Sociedade (ANDES)**, Brasília, v. 21, p. 73-84, 2000. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/1107T.PDF>>. Acesso em: dez. 2010.

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira da. Extensão Universitária: proposição de um conceito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1. 2002, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: EDUFPB, 2002. Disponível em

<[http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu\\_anais/anais/institucionalizacao/extensaouniversitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/institucionalizacao/extensaouniversitaria.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO PROJETO TAM TAM. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.tamtam.art.br/ong/?pagina=nossahistoria>>. Acesso em: dez. 2009.

ATRI. Radio Fragola, 25 anni vissuti controcorrente tra musica e informazione. **Marketing Journal**, 13 out. 2009. Disponível em: <<http://www.marketingjournal.it/radio-fragola-25-anni-vissuti-controcorrente-musica-informazione-2/>>. Acesso em: mai. 2011.

AZIENDA PER I SERVIZI SANITARI Nº 1 – TRIESTINA. **Struttura operativa Dipartimento di Salute Mentale**. 17 set. 2010. Disponível em: <[http://www.ass1.sanita.fvg.it/servlet/page?\\_pageid=71&\\_dad=pass1&\\_schema=PASS1&act=2&id=2204](http://www.ass1.sanita.fvg.it/servlet/page?_pageid=71&_dad=pass1&_schema=PASS1&act=2&id=2204)>. Acesso em: mai. 2011.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, André do Eirado et al. (org.). **SaúdeLoucura 6**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 183-191.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina / Editora da UFRGS, 2007.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo e produção. In: BAREMBLITT, Gregório et al. (org.). **SaúdeLoucura 4**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 145-154.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 172-200.

BARTHES, Roland. A escrita do acontecimento. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008, p. 213-218.

BATISTA E SILVA, Martinho Braga. Só os militantes suportam lidar com a loucura? A Reforma Psiquiátrica em questão a partir de seus trabalhadores. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 159-166, 2008.

BELLOC, Márcio Mariath. **Homem-sem-história: a narrativa como criação de cidadania**. Tese (Doutorado no Departamento de Antropología, Filosofía y Trabajo Social) – Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, 2010.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim, v. 1, ano 1, n. 2, p. 8-17, mai. 2006. Disponível em:

<[http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area\\_comunicacao/area\\_comunicacao\\_01.htm](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm)>. Acesso em: dez. 2010.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita – a palavra plural**. São Paulo: Escuta, 2001.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. **Resolução 196/96** de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_96.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm)>. Acesso em: dez. 2010.

CADORE, Luís Eduardo de Souza; STREPPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. Com Voz e Vez: Percurso de Uma Oficina de Rádio com os Usuários do CAPS. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DA ABRAPSO, 12. 2008, Chapecó.

CABRAL, Karol Veiga; BELLOC, Márcio Mariath. Barcelona, posa't guapa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 263-274, mai./ago. 2009.

CAIAFA, Janice. Comunicação da diferença. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 47-56, jul./dez. 2004.

CECCHIN, Ricardo André. **Relato do estágio de psicologia social no Coletivo de Rádio Potência Mental neste último semestre (2009/1)**. Relatório de Estágio Curricular de Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CHAVES, Ernani. O trágico, o cômico e a “distância artística”: arte e conhecimento n’A Gaia Ciência, de Nietzsche. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 112, p. 273-282, dez. 2005.

COLETIVO DE RÁDIO POTÊNCIA MENTAL. **Registro de Reuniões do Coletivo de Rádio Potência Mental**. 2006a.

COLETIVO DE RÁDIO POTÊNCIA MENTAL. **Programa Potência Mental**. Relatório à Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental Coletiva. Porto Alegre: Ministério da Saúde, Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha), UFRGS, 2006b.

COLETIVO DE RÁDIO POTÊNCIA MENTAL. **Projeto de um programa na Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro**. Projeto de Intervenção da Residência

Multiprofissional Integrada em Saúde Mental Coletiva. Porto Alegre: Ministério da Saúde, Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha), UFRGS, jan. 2006c.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. Instituto de Psicologia – UFRGS. **Parecer referente ao projeto de pesquisa intitulado “Potência Mental no ar... Exercícios de esquizoradiofonia” n. 2010040**, 2010.

CORREA-URQUIZA, Martín. **Radio Nikosia: La rebelión de los saberes profanos (otras prácticas, otros territorios para la locura)**. Tese (Doutorado no Departamento de Antropología, Filosofía y Trabajo Social) – Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio a título de diálogo. Prefácio. In: ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999, p. 11-20.

CRAPIZ, Eleonora. Radio Fragola. **Millecanali**, n. 294, 2000. Disponível em: <<http://www.storiaradiotv.it/RADIO%20FRAGOLA%20TRIESTE.htm>>. Acesso em: mai. 2011.

DELEUZE, Gilles. A Imanência: uma vida... **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 10-18, jul./dez. 2002.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista concedida a Claire Parnet. 1988-1989. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/abc.prn.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: \_\_\_\_\_. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja, 1996. Disponível em: <<http://www.prppg.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>>. Acesso em: jan. 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Capitalismo e esquizofrenia. In: DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta: e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 295-305.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs I Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs II Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs III Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Lisboa: Assírio Alvim, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DIPARTIMENTO DI SALUTE MENTALE TRIESTE. **Come funziona il Dipartimento di Salute Mentale**. Disponível em: <<http://www.deistituzionalizzazione.com.trieste.it/comefunziona/Comefunziona/index.php>>. Acesso em: mai. 2011a.
- DIPARTIMENTO DI SALUTE MENTALE TRIESTE. **Cooperative sociali**. Disponível em: <<http://www.triestesalutementale.it/associazioni/cooperative.htm>>. Acesso em: mai. 2011b.
- DIPARTIMENTO DI SALUTE MENTALE TRIESTE. **Radio Fragola**. Archivio Fotografico. Disponível em: <[http://www.deistituzionalizzazione.com.trieste.it/archivioFoto/index.php?nRec=27&nPrimoElemVisibileMenu=1&nMovimento=4&nRicerca=3&sValoreRicerca=Lucas&limitazione\\_anni=&limitazione\\_isAColori=>](http://www.deistituzionalizzazione.com.trieste.it/archivioFoto/index.php?nRec=27&nPrimoElemVisibileMenu=1&nMovimento=4&nRicerca=3&sValoreRicerca=Lucas&limitazione_anni=&limitazione_isAColori=>)>. Acesso em: mai. 2011c.
- DIPARTIMENTO DI SALUTE MENTALE TRIESTE. Radio Fragola. **Segnalazioni Magazine**. Disponível em: <<http://www.triestesalutementale.it/segnalazioni/radio.html>>. Acesso em: mai. 2011d.
- DI RENZO, Renato. **Entrevista com Renato Di Renzo**. 14 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.projetosterapeuticos.com.br/noticia01.php?id=138>>. Acesso em: dez. 2009.
- ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.
- ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 92-108.
- FERRARI, Daiani. **Usuários do CAPS Prado Veppo desenvolvem programa de rádio**. Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. 15 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=11866>>. Acesso em: jan. 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.
- FLORES, Teresa Mendes. **Agir com Palavras: A Teoria dos Actos de Linguagem de John Austin**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/flores-teresa-agir-com-palavras.pdf>>. Acesso em jun. 2009.
- FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.
- FONSECA, Tania Mara Galli et al. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n. 3, p. 655-660, set./dez. 2006.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rede Nacional de Extensão. Disponível em:

<<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política de Extensão Universitária**. In: ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEXT, 26. Rio de Janeiro, FORPROEX, 2009. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/11Ozmw-CU6vStyIOtIXsf9fcUs325VSV3ptpSxODBT3o/edit?hl=en&pli=1#>>. Acesso em: dez. 2010.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de fevereiro de 1982 – primeira hora. In: \_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 301-329.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a, p. 144-162.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política**. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: \_\_\_\_\_. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a, p. 47-59.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso – L'Ordre Du Discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Pintura Fotogênica. In: \_\_\_\_\_. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b, p. 347-355.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. De l'amitié comme mode de vie. *Jornal Gai Pied*, n. 25, abril de 1981, p. 38-39. Entrevista concedida a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. 1981. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amizade.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. O Pensamento do Exterior. In: \_\_\_\_\_. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001c, p. 219-242.

- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 5. ed. Alpiarça: Vega, 2002.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. Uma Estética da Existência. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c, p. 288-293.
- FOUCAULT, Michel. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004d, p. 294-300.
- GORCZEWSKI, Deisimer; PALOMBINI, Analice de Lima; STREPPPEL, Fernanda Fontana. Entre improvisos e imprevistos: os modos de comunicar Potência Mental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15. 2009, Maceió. **Anais.** Maceió, 2009. Disponível em: <[http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/234.%20entre%20improvisos%20e%20imprevistos.pdf](http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/234.%20entre%20improvisos%20e%20imprevistos.pdf)>. Acesso em: jun. 2010.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, Félix. Milhões e milhões de Alices no ar. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos.** Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005, p. 199-207.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Extensão universitária como reconfiguração de saberes. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (orgs.). **Universidade futurante: Produção do ensino e inovação.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2002, p. 55-76.
- HAMMES, Renata. A conquista de espaços na comunidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 3. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 4. CONGRESSO BRASILEIRO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 2. 2008, Porto Alegre. **Anais.** Porto Alegre, 2008. P. 125.
- KASTRUP, Virgínia. Fazendo psicologia no campo da saúde mental: as oficinas de tecnologia e tecnologias sociais. In: PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone Moschen (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental.** Porto Alegre: Sulina. (no prelo)
- KASTRUP, Virgínia. **Fazendo psicologia no campo da saúde mental: as oficinas de tecnologia e tecnologias sociais.** Tecnologias da informação e comunicação (TIC) na saúde mental: pesquisa e intervenção. Mesa-redonda. In: ENCONTRO REDE DE OFICINANDOS, 1. 2010, Porto Alegre.
- KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, Lúcia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude.** Rio de Janeiro: Nau, 2008, v. 1, p. 465-489.

LACAN, Jacques. O Seminário sobre “a carta roubada”. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LANCETTI, Antonio. Loucura metódica. In: \_\_\_\_\_ (org.). **SaúdeLoucura 2**. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 139-147.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do Fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Amizades: o doce sabor dos outros na docência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 919-938, set./dez. 2009.

LOURAU, René. Processamento de texto. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004a, p. 199-211.

LOURAU, René. Uma técnica de análise das implicações: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914-1918). In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau, analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004b, p. 259-284.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. 2. ed. São Paulo: Graal, 2002.

MANU CHAO. **La Colifata**. Disponível em: <<http://www.manuchao.net/es/otrosmundos/00-la-colifata/>>. Acesso em: dez. 2009.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Angel et al. La evidencia social del sufrimiento: salud mental, políticas globales y narrativas locales. **Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia**, Barcelona, n. 22, p. 49-71, 2006.

MELLO, Veridiana Pivetta de. **Papo-cabeça, a experiência de uma oficina de rádio para usuários de serviços de saúde mental**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24. 2001, Campo Grande. Disponível em <<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/handle/1904/4961>>. Acesso em: jan. 2010.

MELO, Angela Meincke; MAGNAGO, Clarissa Faverzani. “De Perto Ninguém é Normal”: um processo de consolidação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 3. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 4. CONGRESSO BRASILEIRO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 2. 2008, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, 2008. P. 122.

MONFORT, Pedro. TAMTAM completa 15 anos de inclusão social. **Online UNISANTA**, set. 2004. Disponível em: <<http://www.online.unisanta.br/2004/09-11/geralis-3.htm>>. Acesso em dez. 2009.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

MOSKA, Paulinho. Um e outro. In: \_\_\_\_\_. **Falso**. São Paulo: EMI MUSIC LTDA, 2001. 1 CD-ROM. Faixa 2.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: SEED – Pr., 2009, p. 530-541.

NEGRI, Toni. **Exílio ; seguido de Valor e Afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

NUNES, Deise Cardoso. "**Quem não se comunica se trumbica**": a mídia e a luta **antimanicomial**. In: ENCONTRO NACIONAL "20 ANOS DE LUTA POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS". 2007, Bauru.

OLIVERA, Alfredo. **LT 22 Radio "La Colifata" Asoc. Civil Salud Mental y Comunicación**. 1999. Disponível em: <<http://www.projetosterapeuticos.com.br/noticia01.php?id=98>>. Acesso em: dez. 2009.

OLIVERA, Alfredo. **Quién habla? LT 22 Radio La Colifata**. Jul. 2003. Disponível em: <<http://www.projetosterapeuticos.com.br/noticia01.php?id=98>>. Acesso em: dez. 2009.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999.

ORTEGA, Francisco. Maurice Blanchot: Pensar a comunidade. **Filósofos**, Goiânia, v. 3, n. 1, jan./jun. 1998, p. 3-10. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/viewFile/10987/7262>>. Acesso em: nov. 2010.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PALOMBINI, Analice de Lima (coord.). **Oficinando em Rede: a radiodifusão produzindo novas conexões entre comunidade, trabalhadores e usuários de saúde mental**. Projeto de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007a.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007b.

PALOMBINI, Analice de Lima; CABRAL, Karol Veiga; BELLOC, Márcio Mariath. Do AT à radiodifusão como estratégia de ocupação da cidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 3. CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 9. 2008, Niterói. **Anais**. Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org/8\\_cong\\_anais/MR\\_39c.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/8_cong_anais/MR_39c.pdf)>. Acesso em: dez. 2009.

PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone Moschen (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (no prelo)

PALOMBINI, Analice de Lima; STREPPPEL, Fernanda Fontana; CABRAL, Karol Veiga; BELLOC, Márcio Mariath. Programa de rádio no ar: modos de habitar a cidade. In: PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone Moschen (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental**. Porto Alegre: Sulina. (no prelo)

PASSETTI, Edson. Amigo, o melhor inimigo. In: \_\_\_\_\_. **Éticas dos Amigos: invenções libertárias da vida**. São Paulo: Imaginário, 2003a, p. 125-195.

- PASSETTI, Edson. Anarquismos, amizades e sociabilidade libertária. In: \_\_\_\_\_. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003b, p. 64-73.
- PASSETTI, Edson. Anarquismos e Sociedade de Controle. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a, p. 123-138.
- PASSETTI, Edson. Heterotopias anarquistas. **Verve**, v. 2, p. 141-173, 2002b.
- PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete. Foucault e o Libertarismo. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault, n. 3, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/32.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.
- PASSOS, Eduardo. A oficina como tecnologia de co-produção. In: PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone Moschen (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental**. Porto Alegre: Sulina. (no prelo)
- PASSOS, Eduardo. **A oficina como tecnologia de co-produção**. Tecnologias da informação e comunicação (TIC) na saúde mental: pesquisa e intervenção. Mesa-redonda. In: ENCONTRO REDE DE OFICINANDOS, 1. 2010, Porto Alegre.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009a, p. 17-31.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009b, p. 150-171.
- PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 109-130.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Convergindo mídias e redes. In: PALOMBINI, Analice de Lima; MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone Moschen (orgs.). **Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental**. Porto Alegre: Sulina. (no prelo)
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. **Convergindo mídias e redes no campo da Reforma Psiquiátrica**. Mesa-redonda. In: ENCONTRO REDE DE OFICINANDOS, 1. 2010, Porto Alegre.
- PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005.
- PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sobre a produção de subjetividade na atual sociedade do espetáculo. In: \_\_\_\_\_. **Singularidade e subjetivação**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, p. 187-202.
- PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

PELBART, Peter Pál. **Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura: Loucura e Desrazão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PELBART, Peter Pál. Da função política do tédio e da alegria. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (orgs.). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PELBART, Peter Pál. Literatura e Loucura. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 287-298.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1998a.

PELBART, Peter Pál. Rizoma Temporal. **Educação, Subjetividade e Poder**, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 60-63, jul. 1998b.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PORTAL RÁDIO UNIVERSIDADE. **De Perto Ninguém é Normal**. Disponível em: <[http://coralx.ufsm.br/radio/alfa/viewpage.php?page\\_id=97](http://coralx.ufsm.br/radio/alfa/viewpage.php?page_id=97)>. Acesso em: jan. 2010.

PUDAL, Bernard. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista com Bernard Pudal, por Kimi Tomizaki. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 129-138, mai./ago. 2009.

RADIO FRAGOLA. **Radio Fragola**. Disponível em: <<http://www.radiofragola.com>>. Acesso em: mai. 2011.

RADIO LA COLIFATA. **La Colifata**. Disponível em: <<http://www.vivalacolifata.org/>>. Acesso em: dez. 2009.

RADIO NIKOSIA. **Radio Nikosia**. Disponível em: <<http://radionikosia.org/>>. Acesso em: jan. 2010.

REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, Frédéric (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 65-87.

RIVÉ, Matheus. **Secretaria de Saúde discute melhorias para o atendimento nos Caps**. Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. 04 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=17018>>. Acesso em: jan. 2010.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo; MOREIRA, Régis. Um jornalista na loucura, despertando loucos por jornalismo. In: MERHY, Elias; AMARAL, Heloísa (orgs.). **A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano II**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007, p. 67-81.

SALIBA, Ana Maria Portugal Maia. O vidro da palavra: o “estranho” em textos de M. Blanchot. In: BRANCO, Lucia Castello; BARBOSA, Márcio Venício; SILVA, Sérgio Antônio. (orgs.). **Maurice Blanchot**. São Paulo: AnnaBlume, 2004, p. 79-87.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHAFER, R. Murray. Rádio Radical e a Nova Paisagem Sonora. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008, p. 237-250.

SCHÉRER, René. Homo tantum. O impessoal: uma política. In: ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 21-38.

SCHÓPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. São Paulo: Edusp, 2004.

SERVIÇO DE SAÚDE DR. CÂNDIDO FERREIRA. **Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira**. Disponível em: <<http://www.candido.org.br/>>. Acesso em: fev. 2011.

SILVA, Laura Belluzzo de Campos. Três questões sobre as psicoses: uma leitura de O Anti-Édipo. **Mental**, Barbacena, ano II, n. 4, p. 113-131, jun. 2005.

SILVA, Rosane Neves da. A dobra deleuziana: o mundo como potência de invenção. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda (orgs.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 239-258.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. Do megafone ao microfone: percurso de uma oficina de rádio em saúde mental. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUCRS, 9. 2008, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a. CD ROM.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. **O rádio como agente de subjetivação**. Plano de Trabalho do Bolsista – Programa Institucional de Iniciação Científica. Santo Ângelo: URI, mar. 2007a.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. **O rádio como agente de subjetivação**. Relatório de Bolsista – Programa Institucional de Iniciação Científica. Santo Ângelo: URI, jan. 2008b.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. **O rádio como agente de subjetivação**. Relatório de Bolsista – Programa Institucional de Iniciação Científica. Santo Ângelo: URI, jan. 2009.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana. Relações Inter-Institucionais. In: SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13. 2007, Santo Ângelo. **Anais**. Santo Ângelo: EDIURI, 2007b. CD ROM.

STREPPEL, Fernanda Fontana; FRANCISCO, Deise Juliana; CADORE, Luís Eduardo. Do megafone ao microfone: percurso de uma oficina de rádio em saúde mental. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 3. CONGRESSO

IBERO-AMERICANO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 4. CONGRESSO BRASILEIRO DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, 2. 2008, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, 2008. P. 123-124.

STREPPEL, Fernanda Fontana; GORCZEWSKI, Deisimer; PALOMBINI, Analice de Lima. Rádio-Acontecimento: Modos de Comunicar Potência Mental. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.febf.uerj.br/periferia/V2N1/html\\_artigos/4.fernanda.htm](http://www.febf.uerj.br/periferia/V2N1/html_artigos/4.fernanda.htm)>. Acesso em: out. 2010.

STREPPEL, Fernanda Fontana; PALOMBINI, Analice de Lima. **A comunicação da diferença e a diferença na comunicação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE MENTAL, 2. 2010a, Rio de Janeiro.

STREPPEL, Fernanda; PALOMBINI, Analice de Lima. Questionário de encaminhamento. In: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. Instituto de Psicologia – UFRGS. Projeto de Pesquisa “**Potência Mental no ar... Exercícios de esquizoradiofonia**” n. 2010040, 2010b.

TIBULO, Ana Paula et al. Programa de Rádio Potência Mental busca seu espaço. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE SALUD MENTAL Y DERECHOS HUMANOS, 5. 2006, Buenos Aires.

TRIESTEABILE. **Cooperativa “La Piazzetta”**. Disponível em: <[http://www.triesteabile.it/voglioinformarmi/cooperative/lct/scheda\\_struttura\\_view?IDS=68](http://www.triesteabile.it/voglioinformarmi/cooperative/lct/scheda_struttura_view?IDS=68)>. Acesso em: mai. 2011.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUZ. **Comunidade externa**. Disponível em: <[http://www.unisc.br/apesc/balanco\\_social2006/comunidade\\_externa.pdf](http://www.unisc.br/apesc/balanco_social2006/comunidade_externa.pdf)>. Acesso em: jan. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. Catálogo de Ações da Extensão. **Informações detalhadas da Ação de Extensão – Coletivo de Rádio Potência Mental 2010**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <[http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao=16217](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=16217)>. Acesso em: dez. 2010.

VACCARO, Salvo. Foucault e o anarquismo. **Revista Margem**, São Paulo, n. 5, 1996. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/foucault\\_e\\_o\\_anarquismo\\_-\\_vaccaro.pdf](http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/foucault_e_o_anarquismo_-_vaccaro.pdf)>. Acesso em: nov. 2010.

VINADÉ, Thaiani Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 68-75, 2007.